



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS  
HUMANAS

IVÓN NATALIA CUERVO-FERNÁNDEZ

**MULHERES AMAZÔNICAS NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DE  
TARAPACÁ (AMAZONAS/ COLÔMBIA)**

FLORIANÓPOLIS

2023

Ivón Natalia Cuervo-Fernández

**Mulheres amazônicas na construção social do território de Tarapacá  
(Amazonas/ Colômbia)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas.

Orientadora: Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari  
Coorientadora: Profa. Dra. Marcia Grisotti

Florianópolis

2023

Cuervo-Fernández, Ivón Natalia

Mulheres amazônicas na construção social do território de Tarapacá (Amazonas/ Colômbia) / Ivón Natalia Cuervo-Fernández ; orientador, Eunice Sueli Nodari, coorientador, Marcia Grisotti, 2023.

205 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. Amazônia. 3. Mulheres Amazônicas. 4. Corpo-Território. I. Nodari, Eunice Sueli. II. Grisotti, Marcia. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

Ivón Natalia Cuervo-Fernández

**Mulheres amazônicas na construção social do território de Tarapacá (Amazonas/  
Colômbia)**

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 28 de junho de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>.: Cristina Scheibe Wolff  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>.: Elsa Astrid Ulloa Cubillos  
Universidad Nacional de Colombia

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>.: Juliana Salles Machado  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a  
assinatura digital

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Eunice Sueli Nodari  
Orientadora

Florianópolis, 2023.

*Às mulheres amazônicas, por construir território e fazer história.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização desta pesquisa. À minha orientadora, professora Eunice Sueli Nodari, pelo seu inestimável apoio acadêmico e pessoal. À minha coorientadora, professora Marcia Grisotti, pelas sugestões valiosas que contribuíram para aprimorar meu trabalho, bem como pelo encorajamento que recebi ao longo do processo.

Ao professor Marcos Montysuma pelas importantes contribuições que fez como membro da banca de qualificação. Às professoras Astrid Ulloa, Cristina Scheibe Wolff, Juliana Salles, Julia Guivant e Samira Moretto, lhes agradeço por aceitarem fazer parte da banca de defesa e por compartilharem seus valiosos conhecimentos e experiências de pesquisa comigo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa CAPES-DS que recebi. Agradeço também à *Fundación para el Futuro de Colombia (COLFUTURO)* pelo crédito-bolsa. Ambas as instituições são financiadas com recursos públicos, provenientes do povo brasileiro e do povo colombiano, respectivamente. Espero poder contribuir de alguma forma para que essas alianças de solidariedade e intercâmbio entre Brasil e Colômbia perdurem e cresçam.

Quero expressar minha sincera gratidão ao povo de Tarapacá, em especial às mulheres, por compartilharem comigo suas lutas, esperanças, desafios e sucessos. Às autoridades locais e às Associações CIMTAR, ASOINTAM e ASMUCOTAR. Espero que este trabalho possa contribuir para reconstruir suas memórias históricas e aguardo por nossos próximos encontros. Agradeço ao pessoal do SINCHI e da empresa Selva Nevada por sua disposição para colaborar como informantes da minha pesquisa.

Aos/às editores/as e leitores/as dos livros e revistas acadêmicas onde partes desta tese foram publicadas. Seus comentários foram fundamentais para aperfeiçoar este trabalho. Ao pessoal dos arquivos e bibliotecas onde pesquisei. Sua ajuda no processo de consulta de documentos históricos foi de grande importância.

A todo o pessoal da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e aos/às excelentes professores/as do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Aprendi muito não apenas em suas aulas magistrais, mas também por

meio das trocas de experiências de vida. Também, a Cristina Eberhardt e Luciana Caldas pelo valioso apoio nos processos administrativos.

Aos/às colegas de doutorado, gostaria de agradecer pela amizade e pela oportunidade de trocar aprendizados e experiências. Aprecio muito todos os momentos que compartilhamos.

Aos/às colegas do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA) da UFSC, coordenado pela professora Eunice Nodari e pelo professor João Klug, assim como do Núcleo de Ecologia Humana e Sociologia da Saúde (ECOS), coordenado pela professora Marcia Grisotti. A experiência de pesquisa junto a vocês, com olhares múltiplos, compartilhamentos e parcerias, foi enriquecedora.

Aos/às colegas do Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar (NAF) da UFSC, coordenado pela professora Maria Ignez Paulilo, e do Grupo de Pesquisa Práticas Interdisciplinares em Sociabilidades e Territórios (PEST) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), coordenado pelo professor Pedro Martins, agradeço pelos aprendizados e pela amizade.

Aos/às professores/as e amigos/as que conheci no Brasil e que me acompanharam nesta trilha de pesquisa, Maria Ignez Paulilo, Monica Fantin, Teresa Kleba, Luzinete Simões, Pedro Martins, Luiz Fernando Scheibe, Javier Vernal, José Douglas Alves dos Santos, Ania Pupo Vega, Karolina Marin Herrera, Flavia Soares Ramos, Carmen Garcez, Tânia Welter, Douglas Ladik Antunes, Ida Mara Freire, Vera Gasparetto, Joelma Ferreira dos Santos, Alciene Felizardo, Huéilton Pereira, Silvia Christovão, Paulo Kienling da Rocha, Sofia Pabón, Nayara de Lima Monteiro, Gracy Kelly Dutra, Marcos Catelli, Stefânia Hoffman, Rodrigo Moedano, Zenite Tiepo e Josanne Pinheiro, sua incrível generosidade e apoio nessa caminhada serão sempre lembrados e apreciados por mim!

Aos/às amigos/as e professores/as que influenciaram meu trabalho com suas próprias pesquisas na Amazônia e foram generosos/as ao compartilhar leituras e comentários relacionados ao tema de pesquisa, especialmente: Jean Langdon, Dany Mahecha, Germán Palacio, Álvaro Melo, Pablo de la Cruz, Carolina Levis, Milena Suárez, Tereza Almeida Cruz e Juana Valentina Nieto.

Aos/às amigos/as em outras partes do mundo que me apoiaram em diversas formas para chegar até aqui, especialmente: Ana María Gutiérrez, Amado Campos, Alejandra Millán, Lina Guillén, Ana María Rodríguez, Natalia Garzón, Carolina

Naranjo, Marla Nuñez, María Fernanda Benítez, Vivian Castro, Irene Parra, Andrea Bonilla, William Mauricio Beltrán, Carlos Andrés Quinche, Charlene Fourquete e Emmanuel Ruiz.

À minha família, que tem sido meu suporte emocional, intelectual, físico e espiritual, e que constantemente me lembra que "tudo tem o seu tempo". Agradeço ao meu pai e à minha mãe, Carlos e Esperanza, cujas vidas sempre iluminam meu caminho. A Juan Carlos, meu amado amante e parceiro acadêmico, à nossa filha Abigail, menina extraordinária e inspiradora, e ao/à bebê que estou gestando, obrigada por existir! Ao meu irmão Carlos Andrés e a toda a minha família estendida, pelo apoio ao longo da vida. Ao Autor da Vida e o desejo da minha alma. Nesta *chagra* trabalhamos juntos/as, e é tempo de colhermos os frutos!

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo discutir e analisar a influência do trabalho das mulheres na construção social do território de Tarapacá, localizado na região amazônica da Colômbia. Tarapacá foi estabelecido como um distrito colombiano como resultado do conflito territorial entre Colômbia e Peru pela fronteira amazônica. O período estudado abrange desde a década de 1930, quando ocorreu o conflito fronteiriço, até o ano de 2022. A pesquisa se baseia em fontes documentais históricas, entrevistas e trabalhos acadêmicos que destacam as formas pelas quais as mulheres conhecem, produzem e transformam o ambiente. O referencial teórico enquadra-se no campo da história ambiental com enfoque de gênero. O estudo das relações entre gênero e ambiente ao longo da história desse território amazônico busca documentar o legado das mulheres e compreender como se manifesta no presente. O trabalho analisa a relação das mulheres com o território, a partir da perspectiva da formação socioespacial, considerando a influência histórica dos seus trabalhos na construção do espaço social. Entre os resultados, destaca-se que a visão colonialista tende a tratar a natureza como passiva e subordinada, o que resultou na opressão tanto da natureza quanto das pessoas consideradas "não agentes" e "não sujeitos", especialmente as mulheres indígenas. Uma abordagem próxima à perspectiva do Bem-Viver dos povos andino-amazônicos desafia essa visão e reconhece a agência e a subjetividade de todos os seres vivos. Para as mulheres amazônicas, seu vínculo com a natureza é usado como uma estratégia para posicionar-se na esfera política, sustentar a vida e proteger seus territórios. Essa relação simbólica e prática com o entorno ambiental é fundamental para a preservação cultural e a resistência contra a exploração e desapropriação territorial.

**Palavras-chave:** mulheres indígenas; mulheres mestiças; gênero; história ambiental; Amazônia colombiana; espaço social.

## ABSTRACT

This thesis aims to discuss and analyze the influence of women's work on the social construction of the Tarapacá territory, located in the Amazon region of Colombia. Tarapacá was established as a Colombian district as a result of the territorial conflict between Colombia and Peru over the Amazonian border. The period studied extends from the 1930s, when the border conflict occurred, to the year 2022. The research is based on historical documentary sources, interviews, and academic works that highlight the ways in which women understand, produce, and transform the environment. The theoretical framework falls within the field of environmental history with a focus on gender. The study of the relationships between gender and the environment throughout the history of this Amazonian territory seeks to document the legacy of women and understand how it manifests in the present. This work analyzes the relationship of women with the territory from the perspective of socio-spatial formation, considering the historical influence of their work in the construction of social space. Among the results, it is highlighted that the colonialist view tends to treat nature as passive and subordinate, resulting in the oppression of both nature and individuals considered "non-agents" and "non-subjects," especially indigenous women. An approach aligned with the perspective of Well-Living (in Spanish, *Buen Vivir*) of the Andean-Amazonian peoples challenges this view and recognizes the agency and subjectivity of all living beings. For Amazonian women, their connection with nature is used as a strategy to position themselves in the political sphere, sustain life, and protect their territories. This symbolic and practical relationship with the environmental surroundings is fundamental for cultural preservation and resistance against exploitation and territorial dispossession.

**Keywords:** Indigenous women; mestizo women; gender; environmental history; Colombian Amazon; social space.

## RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo discutir y analizar la influencia del trabajo de las mujeres en la construcción social del territorio de Tarapacá, ubicado en la región amazónica de Colombia. Tarapacá fue establecido como un distrito colombiano como resultado del conflicto territorial entre Colombia y Perú por la frontera amazónica. El período estudiado abarca desde la década de 1930, cuando ocurrió el conflicto fronterizo, hasta el año 2022. La investigación se basa en fuentes documentales históricas, entrevistas y trabajos académicos que destacan las formas en que las mujeres conocen, producen y transforman el ambiente. El marco teórico se enmarca en el campo de la historia ambiental con enfoque de género. El estudio de las relaciones entre género y ambiente a lo largo de la historia de este territorio amazónico busca documentar el legado de las mujeres y comprender cómo se manifiesta en el presente. El trabajo analiza la relación de las mujeres con el territorio desde la perspectiva de la formación socioespacial, considerando la influencia histórica de sus trabajos en la construcción del espacio social. Entre los resultados, se destaca que la visión colonialista tiende a tratar la naturaleza como pasiva y subordinada, lo que ha resultado en la opresión tanto de la naturaleza como de las personas consideradas "no agentes" y "no sujetos", especialmente las mujeres indígenas. Un enfoque cercano a la perspectiva del Buen Vivir de los pueblos andino-amazónicos desafía esta visión y reconoce la agencia y subjetividad de todos los seres vivos. Para las mujeres amazónicas, su vínculo con la naturaleza es usado como una estrategia para posicionarse en el ámbito político, sustentar la vida y proteger sus territorios. Esta relación simbólica y práctica con el entorno ambiental es fundamental para la preservación cultural y la resistencia contra la explotación y la desposesión territorial.

**Palabras clave:** mujeres indígenas; mujeres mestizas; género; historia ambiental; Amazonía colombiana; espacio social.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do território ancestral Ticuna .....	18
Figura 2 – Mapa físico da Colômbia (1905) .....	20
Figura 3 – Localização de Tarapacá no departamento do Amazonas (Colômbia)....	22
Figura 4 – Localização de Tarapacá e seus principais rios .....	26
Figura 5 – Exposição fotográfica na biblioteca local (junho//2022) .....	48
Figura 6 – Oficina com a comunidade para socializar os avanços da pesquisa....	49
Figura 7 – Posto de venda de sorvetes feitos com frutas amazônicas.....	51
Figura 8 – Primeira etapa do trabalho de campo (março de 2020) .....	52
Figura 9 – A chegada em Tarapacá (outubro de 2021) .....	53
Figura 10 – Algumas novelas, contos e relatórios... ..	60
Figura 11 – Mulheres indígenas nos seringais da Casa Arana .....	62
Figura 12 – Recortes de jornais de inícios do século XX .....	63
Figura 13 – Mapa do limite norte do departamento de Loreto (Peru) .....	67
Figura 14 – Educação religiosa .....	70
Figura 15 – Internatos como lugares de refúgio .....	71
Figura 16 – Trajetória de uma carreira missionária desde Tarapacá .....	72
Figura 17 – Um contingente de cuidadoras.....	78
Figura 18 – Mulheres lavando roupas no rio Caucaiyá (Putumayo) em 1932.....	80
Figura 19 – Trabalho doméstico das mulheres para os militares .....	81
Figura 20 – Tarapacá, Amazonas, Colômbia (imagem de satélite) .....	87
Figura 21 – Colonização e miscigenação.....	89
Figura 22 – Relacionamentos além das fronteiras .....	90
Figura 23 – O que ficou da caça .....	98
Figura 24 – A “bonança do cedro” .....	100
Figura 25 – Tarapacá como centro de exportação de madeira .....	100
Figura 26 – Madeireiros e colonos da floresta.....	102
Figura 27 – Campo de futebol no verão (dezembro 2021) .....	106
Figura 28 – Campo de futebol no inverno (junho 2022) .....	106
Figura 29 – Homem vendendo peixe em Tarapacá .....	107
Figura 30 – Mulher limpando peixe .....	107
Figura 31 – Variedade de peixes em Tarapacá.....	108
Figura 32 – Infográfico/ Distribuição das ocupações das mulheres entrevistadas ..	111

Figura 33 – Venda ambulante de produtos das <i>chagras</i> .....	112
Figura 34 – As lembranças de Elvia.....	130
Figura 35 – Mercado de frutas amazônicas em Leticia .....	136
Figura 36 – Sede de ASMUCOTAR .....	137
Figura 37 – Transformação do camu camu na sede de ASMUCOTAR .....	138
Figura 38 – As mulheres de ASMUCOTAR.....	138
Figura 39 – Mulheres que sustentam a vida .....	139
Figura 40 – Pluriatividade no cotidiano: os trabalhos de Lili.....	141
Figura 41 – Socialização de saberes na chagra.....	146
Figura 42 – Derrubada da floresta.....	151
Figura 43 – Funções compartilhadas	151
Figura 44 – Países Amazônicos	158
Figura 45 – Rastreamento o desmatamento da Amazônia .....	160

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Características demográficas das agentes de pesquisa .....	41
Quadro 2 – Características demográficas dos familiares e funcionários .....	43
Quadro 3 – Dados demográficos do censo de população (1930). .....	73

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1- Distribuição da população de Tarapacá por grupo étnico.....	86
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APIB *Articulação dos Povos Indígenas do Brasil*  
ASMUCOTAR *Asociación de Mujeres Comunitarias de Tarapacá*  
ASOAIN TAM *Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de Tarapacá Amazonas*  
CAPES *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*  
CCAC *Comisión de Colonización de la Amazonía Colombiana*  
CIDH *Comisión Interamericana de Derechos Humanos*  
CNMH *Centro Nacional de Memoria Histórica*  
CIMTAR *Asociación Cabildo Indígena Mayor de Tarapacá*  
COICA *Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica*  
CONAQ *Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas*  
CORPOAMAZONÍA *Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonía)*  
DANE *Departamento Administrativo Nacional de Estadística*  
DPS *Departamento Administrativo para la Prosperidad Social*  
FAO *Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura*  
FARC-EP *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo*  
IBGE *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.*  
ICBF *Instituto Colombiano de Bienestar Familiar*  
IGAC *Instituto Geográfico Agustín Codazzi*  
ISA *Instituto Socioambiental*  
MADR *Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural*  
NASA *National Aeronautics and Space Administration*  
OPIAC *Organización Nacional de los Pueblos Indígenas de la Amazonía Colombiana*  
PNUMA- *Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente*  
SINCHI *Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas*  
UFSC *Universidade Federal de Santa Catarina*  
UNODC *Oficina de las Naciones Unidas contra las Drogas y el Delito*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO .....	18
<b>1.1.1 Apropriação territorial e organização espacial na Amazônia colombiana</b> .....	<b>22</b>
1.2 EFEITOS DO MODELO COLONIALISTA NAS RELAÇÕES HUMANAS COM OS TERRITÓRIOS-NATUREZA .....	30
1.3 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	34
1.4 DA LÓGICA DA RECIPROCIDADE À LÓGICA MERCANTIL.....	37
1.5 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	38
<b>1.5.1 Meu lugar de fala</b> .....	<b>49</b>
1.6 REFERENCIAL TEÓRICO .....	54
1.7 ESTRUTURA DA OBRA .....	57
<b>2 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE TARAPACÁ: O USO DAS ARMAS, A CRUZ E O MACHADO</b> .....	<b>59</b>
2.1 O ESTABELECIMENTO DE MISSÕES CATÓLICAS EM TARAPACÁ .....	69
2.2 MILITARES, COLONOS E COMERCIANTES EM TARAPACÁ.....	73
2.3 MEMÓRIAS DA PRESENÇA DAS MULHERES NO PERÍODO DO CONFLITO FRONTEIRIÇO.....	77
2.4 O IMPACTO DO CONFLITO TERRITORIAL EM TARAPACÁ.....	83
2.5 TARAPACÁ NO TEMPO PRESENTE.....	85
<b>3 ESCOLHAS ENTRE O ILÍCITO E AS ALTERNATIVAS ECONÔMICAS DE BASE COMUNITÁRIA</b> .....	<b>94</b>
3.1 O CICLO DE EXPLORAÇÃO DA MADEIRA.....	99
3.2 UM POVO ANFÍBIO .....	105
3.4 AS MULHERES SE ORGANIZAM PARA DEFENDER OS TERRITÓRIOS-NATUREZA.....	118
3.5 EXPERIÊNCIAS DE UM GRUPO DE MULHERES DE TARAPACÁ NO APROVEITAMENTO DOS RECURSOS FLORESTAIS NÃO-MADEIREIROS.....	128
3.6 AS CHAGRAS: ONDE “BROTAM” DIVERSOS PODERES E TRADIÇÕES.....	146
<b>4 POR UMA PANAMAZÔNIA VIVA E SAUDÁVEL: A PERSPECTIVA DO BUEN VIVIR (BEM VIVER)</b> .....	<b>154</b>
4.1 REGIÃO AMAZÔNICA AMEAÇADA .....	157

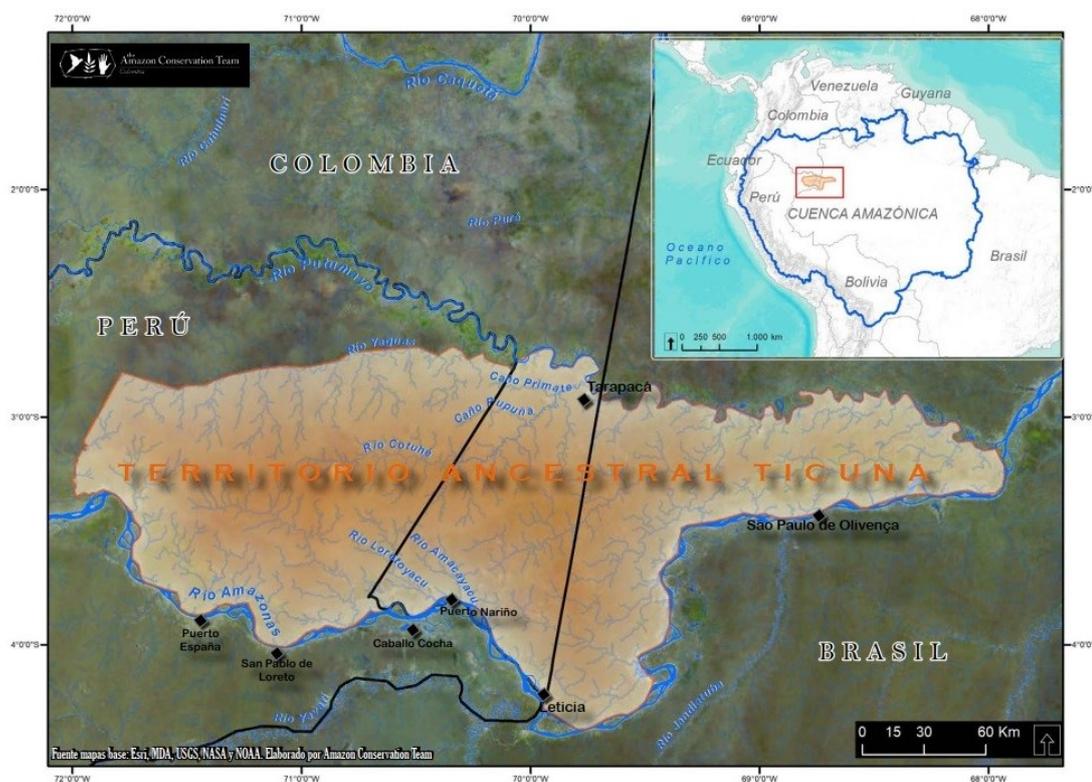
4.2 A IDEIA DA NATUREZA COMO ALGO A SER DOMINADO .....	161
4.3 DESMATAMENTO E PANDEMIAS.....	162
4.4 PANDEMIA E DESIGUALDADE SOCIAL .....	164
4.5 ALTERNATIVAS AO AVANÇO DO CAPITAL SOBRE A NATUREZA.....	167
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>173</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>179</b>
OUTRAS FONTES.....	193
FONTES ORAIS.....	199
<b>ANEXO A – TEMAS DESENVOLVIDOS NAS ENTREVISTAS .....</b>	<b>202</b>
<b>ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) ..</b>	<b>204</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A conformação e delimitação das fronteiras da Colômbia como Estado-Nação foram processos que se estenderam ao longo do século XIX e até a quarta década do século XX. Antes da assinatura dos acordos de limites com os países vizinhos, a região amazônica da tríplice fronteira Peru-Colômbia-Brasil era um só território ancestral, predominantemente habitado pelo povo Ticuna (Figura 1).

Figura 1 – Localização do território ancestral Ticuna na Bacia Amazônica



Fonte: Amazon Conservation Team; CIMTAR (2020).

Segundo a história oral do povo Ticuna, as primeiras populações indígenas que se estabeleceram nessa região foram os Ticuna e os Omagua (CIMTAR, 2020, p. 11). Depois de muitas migrações ocasionadas pela presença dos conquistadores espanhóis e portugueses, e dos missionários (majoritariamente jesuítas), a população Ticuna se estabeleceu ao longo dos rios Amazonas/Solimões e Putumayo/Içá e seus afluentes. De acordo com Goulard:

A área ocupada pelos Ticuna nessa época [século XIX] estendia-se desde Pebas (Peru) até Fonte Boa (Brasil). O território interfluvial se manteve como terra incógnita. Porém, as expedições de Marcoy permitiram descobrir caminhos entre Pebas e o Putumayo (1866: XIV, 115), e as de Castelnau trochas entre Loreto e Tabatinga (1851: V, 50). Spix indica também “várias trochas que se dirigem por terra” (1981: III, 199). Também se reportam relações de intercâmbio entre as populações do Amazonas e as das áreas interfluviais, por exemplo com as do [rio] Cotuhué [Cotuhé], lugar que Wilkens de Mattos designa com o hidrónimo ticuna Xiaté (1984: 5). (GOULARD, 1994, p. 324, minha tradução)<sup>1</sup>.

Nos anos subsequentes às guerras de independência, as repúblicas emergentes concentraram-se nas batalhas para ganhar território e manter sua soberania. Porém, a região amazônica não foi priorizada no processo de delimitação das fronteiras, pois era vista como um território periférico. Note-se que no mapa físico da Colômbia traçado em 1905 os limites fronteiriços estavam claramente demarcados ao norte e ao centro do país, mas não estavam completamente demarcados na região amazônica (Figura 2).

---

<sup>1</sup> Para fazer mais fluída a leitura, daqui em diante, todos os textos publicados originalmente em outras línguas (principalmente em espanhol e inglês) foram traduzidos livremente por mim à língua portuguesa.

Figura 2 – Mapa físico da Colômbia (1905)



Fonte: *Biblioteca Virtual del Banco de la República*. Disponível em: <https://babel.banrepcultural.org/iiif/info/p17054coll13/142/manifest.json>

Porém, a partir da segunda metade do século XIX a importância das “riquezas naturais” da floresta amazônica para o mercado internacional despertou o interesse dos Estados para exercer autoridade sobre esse território de fronteira. No caso colombiano, a maior atenção foi colocada sobre a extração da quina (*Cinchona officinalis*), na região ocidental da Amazônia. Atividade extrativista que, conforme Zárate (2001), gerou processos de espacialização social e apropriação territorial.

No começo do século XX, militares peruanos tomaram posse de um território do baixo rio Putumayo que fazia parte do território colombiano: “A primeira tentativa

de usurpação pelo governo peruano teve lugar em 1900, ano em que um barco de guerra armado peruano navegou pelo rio Putumayo e estabeleceu uma Alfândega num ponto perto da sua boca, chamado Cotuhé” (THOMSON, 1913, p. 7). Nesse ponto em que se encontram os rios Putumayo e Cotuhé, os peruanos fundaram Tarapacá, rememorando o nome da província que tinham perdido, ao sul do país, na Guerra do Pacífico contra Chile (1883). Posteriormente, houve um conflito pela delimitação das fronteiras entre a Colômbia e o Peru (1932-1933), e o chamado Trapézio Amazônico (incluído Tarapacá) passou a integrar o território colombiano a partir da ratificação do Tratado de Limites e Navegação Lozano-Salomón que tinha sido assinado por esses dois governos no ano de 1922.

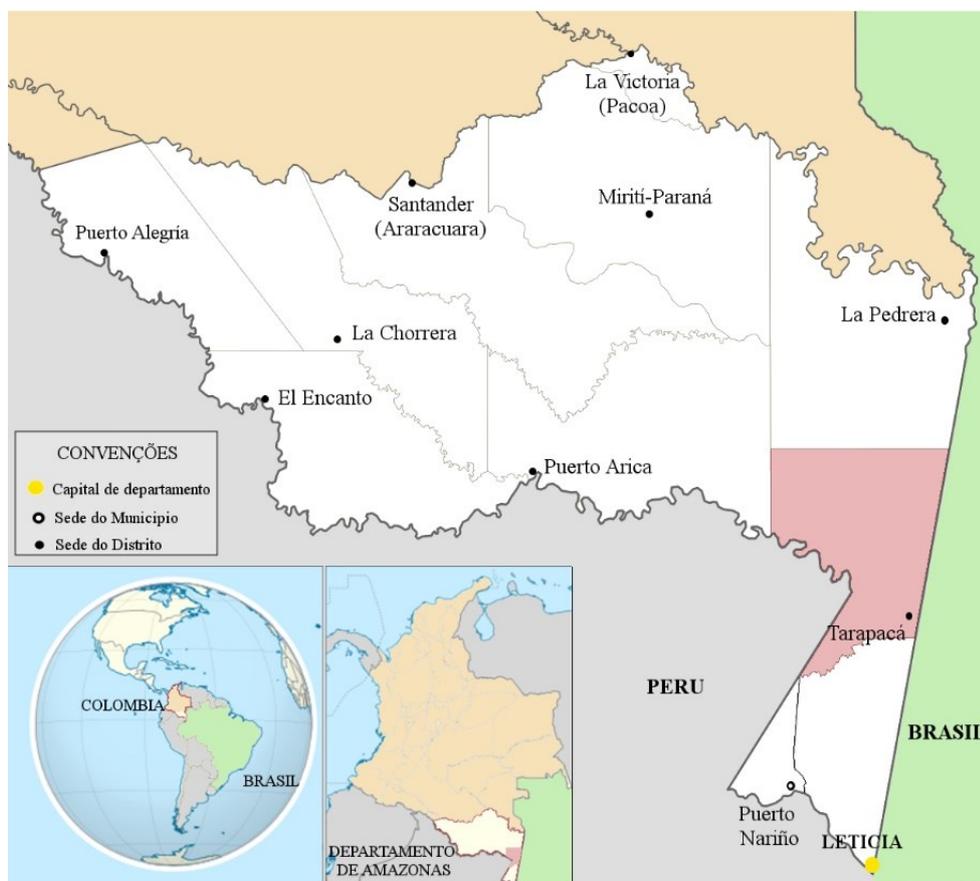
Segundo a divisão política da Colômbia, Tarapacá (Figura 3) é um *corregimiento*, quer dizer, uma área não-municipalizada que não conta com os atributos administrativos de um município. Se comparamos a divisão político-administrativa do Brasil com a da Colômbia, os *departamentos* colombianos correspondem aos estados brasileiros, e os *corregimientos* correspondem aos distritos<sup>2</sup>.

Atualmente, a população estimada de Tarapacá é de 2.831 habitantes (DANE, 2018), equiparável, por exemplo, à população do município brasileiro de Rancho Queimado localizado no Estado de Santa Catarina (IBGE, 2021). O modelo de administração política na Colômbia é centralizado, constituindo uma República Nacional. Bogotá é a capital nacional e a sede das principais instituições governamentais.

---

<sup>2</sup> Feita esta ressalva sobre a divisão política, vou me referir ao *corregimiento* como “distrito” e ao *departamento* como “estado”.

Figura 3 – Localização e divisão política do estado colombiano de Amazonas, com Tarapacá em destaque



Fonte: Aguirre-Neira (2020).

Ainda hoje, não existe uma via terrestre para chegar em Tarapacá. Desde Leticia (capital do estado de Amazonas) existe a opção de viajar por via aérea, em um avião pequeno e antigo, que voa para lá a cada quinze dias e cujo trajeto demora aproximadamente meia hora. Por via fluvial, a viagem desde o mesmo ponto numa embarcação de carga demora aproximadamente quatro dias. Vale a pena destacar que pelas condições geográficas da Colômbia e a falta de infraestrutura viária nas áreas rurais da região amazônica, só é possível chegar em avião desde Bogotá até Leticia e a duração do voo é de duas horas.

### 1.1.1 Apropriação territorial e organização espacial na Amazônia colombiana

No século XIX, durante o período de conformação da República da Colômbia, a maior parte do território amazônico era tido como “improdutivo”,

praticamente inabitado<sup>3</sup> e selvagem, razões que foram utilizadas para justificar a dominação desse território e de seus habitantes. O desconhecimento do governo nacional acerca do território amazônico e das relações históricas entre os povos indígenas e seu entorno ambiental, se refletiu na decisão do presidente da República Manuel Antonio Sanclemente (1898-1900) de promulgar em 1900 o Decreto 645 (COLOMBIA, Decreto 645 de 1900) para arrendar e explorar o que ele chamou de “região desértica da República”.

Nesse caso, a figura do deserto não se referia a uma característica da paisagem, mas ao imaginário do “vazio demográfico” utilizado, segundo Zárate (2020), em diversos momentos da história, pelos conquistadores, colonizadores, missionários e expedicionários, o que resultou na invisibilização das populações tradicionais que habitavam na região amazônica colombiana. O governo da época se apropriou desses chamados “territórios nacionais” (terras devolutas da nação), embora estivessem habitados, milenarmente, por indígenas, que não foram tratados como cidadãos e não receberam títulos de propriedade. O Decreto declarava que:

O meio mais eficaz de atender simultaneamente à colonização, ao desenvolvimento do comércio e da indústria, à civilização das tribos indígenas e à proteção dos direitos territoriais da República nas regiões desabitadas, é estimular a indústria privada através do arrendamento de terrenos baldios (COLOMBIA, Decreto 645 de 1900).

No mesmo Decreto, se estabelecia como obrigações dos empresários o pagamento de um imposto pela exploração dos “recursos naturais”, o financiamento das missões católicas, orientadas a “civilizar” aos povos indígenas, e a fundação de povoados “para atender ao serviço público e à segurança exterior da nação” (COLOMBIA, *ibidem*). Desta forma, os processos de colonização, evangelização e o fortalecimento da economia capitalista, a partir da exploração dos “recursos naturais” e da força de trabalho dos moradores nativos desta região, formaram parte de um projeto nacionalista destinado a apagar a diversidade biológica e cultural, promovendo um projeto “civilizatório” que acelerou a degradação social e ambiental.

---

<sup>3</sup> A baixa densidade demográfica da região amazônica em comparação com a região andina da Colômbia deu lugar à ideia do “vazio demográfico” que justificaria sua ocupação, passando por cima dos direitos dos povos originários, para torná-la “produtiva para a nação”.

Na região amazônica, o produto florestal mais explorado foi a borracha (*Hevea brasiliensis*), por suas qualidades elásticas e impermeáveis foi muito apeteçada no mercado internacional. Assim como aconteceu no Peru e no Brasil, a exploração da borracha na Colômbia foi financiada por capitais nacionais e estrangeiros, e exportada para os Estados Unidos e a Europa, como matéria-prima para diversos usos na indústria automotiva, em artefatos bélicos e na elaboração de instrumentos médicos. A expansão da demanda externa da borracha gerou o apogeu deste ciclo econômico entre as décadas de 1850 e 1920, e outro ciclo menor entre 1942 e 1945 impulsionado pela Segunda Guerra Mundial.

A colonização da Amazônia colombiana para o estabelecimento dos seringais (extensões de terreno na floresta destinados à extração da borracha) marcou o início de um novo etnocídio e de um processo de degradação ambiental que continua até hoje. Em 1903, foi estabelecida a empresa seringueira de propriedade do peruano Julio César Arana no distrito de La Chorrera, um assentamento indígena localizado a 375 km. em direção noroeste de Tarapacá. Quatro anos depois, o nome da companhia mudou de Casa Arana para *Peruvian Amazon Rubber Company*<sup>4</sup> devido à participação de acionistas ingleses. Entretanto, continuou sendo conhecida popularmente como a Casa Arana. Os patrões dos seringais desta empresa utilizaram diferentes formas de violência para submeter indígenas das etnias Uitoto, Okaina, Muinane e Bora ao sistema de escravidão para a produção da borracha.

Roger Casement, cônsul britânico no Brasil (1906-1911), redigiu um relatório em 1912 sobre o etnocídio que a Casa Arana estava causando, e reportou que até 1910, essa empresa foi responsável pelo extermínio de mais de 40 mil indígenas, como resultado do trabalho escravo na extração da borracha. Porém, a memória oral do povo Uitoto de La Chorrera, que era a sede principal dessa empresa no território colombiano, calcula que, até o ano de 1932, foram assassinadas mais de 100 mil pessoas dos povos indígenas Uitoto, Okaina, Muinane, Bora e Andoke nos seringais dessa região (KUIRU, 2019, p. 43).

Conseqüentemente, a população indígena foi drasticamente reduzida, e os clãs familiares foram fragmentados e se dispersaram para fugir dos seringais e

---

<sup>4</sup> A maior parte das pesquisas históricas sobre o ciclo econômico da borracha na região amazônica colombiana fazem referência à Casa Arana, porque continuou sendo reconhecida com esse nome, mesmo depois de mudar o nome da empresa. Por este motivo, continuarei usando o nome de Casa Arana quando mencione dita empresa.

sobreviver em territórios alheios. Tarapacá foi um dos lugares receptores da população deslocada pela violência. Nas entrevistas feitas para esta pesquisa, os descendentes dos sobreviventes dos seringais relataram que seus familiares foram morar perto das margens dos rios Cotuhé e Putumayo/Içá onde ainda não havia assentamentos humanos.

Em 1912, a região amazônica perdeu o monopólio da exportação da borracha, devido ao contrabando de sementes dos seringais, liderado por ingleses, que permitiu a expansão destes cultivos na África subsaariana e na Malásia (SIERRA, 2011). Na terceira e na quarta décadas do século XX, a maior parte da população que habitava a região sul da Amazônia colombiana era composta por indígenas da etnia Ticuna, como foi constatado pela *Comisión de Colonización de la Amazonía Colombiana (CCAC)* que atuou nessa região entre 1928 e 1934<sup>5</sup>. Ainda depois da queda do preço da borracha, uma parte da população indígena dedicava-se à exploração desta goma como meio de sobrevivência.

Ciente de que o aproveitamento da borracha fazia parte dos meios de vida da população nativa, o coronel Luis Felipe Acevedo Ruiz (chefe da CCAC) dirigiu uma solicitação para dois cidadãos brasileiros compradores de borracha, com o fim de manter o comércio do látex produzido pelos indígenas da região. Nas cartas citadas, o coronel Acevedo argumentou:

É a vontade da Colômbia favorecer de uma maneira especial à população indígena estabelecida no rio Cotuhé e seus afluentes, indígenas cuja principal ocupação consiste na extração de gomas a fim de atender suas necessidades mais urgentes. Como eu sei que você negocia com eles e para que o trabalho dos indígenas seja devidamente remunerado, dar-se-á a você alguma garantia a respeito do látex extraído pelos índios e que você tenha negociado com eles (ACEVEDO, 1930a).

Os índios Ticuna como nativos do lugar são os primeiros que têm direito de trabalhar nas florestas. Com o fim de que os negócios de você não sejam interrompidos com motivo do domínio colombiano sobre esta região e para que os índios possam continuar vendendo seus produtos e para se abastecerem dos itens mais essenciais é-lhe prometida alguma garantia da qual você será avisado no devido tempo (ACEVEDO, 1930b).

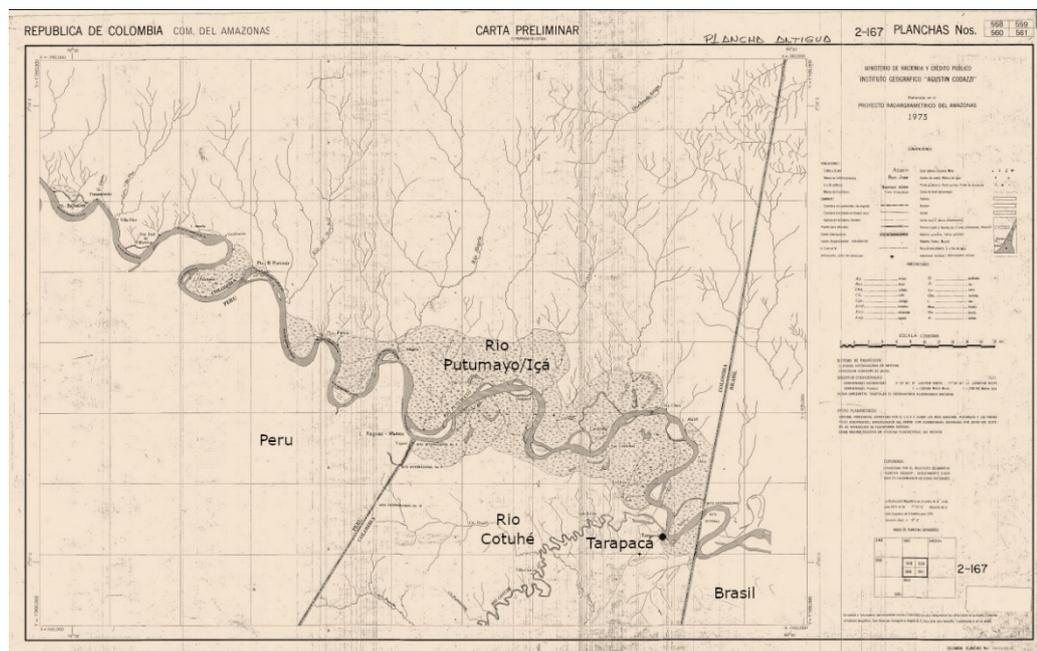
---

<sup>5</sup> Dado demográfico do censo realizado pelo grupo colonizador do Amazonas, Caquetá e Putumayo em 1930. Fonte: Arquivo Histórico da Universidad Nacional de Colombia, Fondo General Luis Felipe Acevedo, caixa 6, pasta 16, ff. 3048.

Nos documentos de arquivo do coronel Acevedo não aparecem outras comunicações com os seringueiros do Brasil que compravam a borracha aos indígenas que moravam perto do rio Cotuhé e seus afluentes. Porém, essas breves correspondências evidenciam o interesse do governo colombiano em que sua soberania sobre essa região fosse reconhecida, também, pelos comerciantes brasileiros. Por outro lado, as memórias da época da extração da borracha perto do rio Cotuhé estão muito difusas nas lembranças dos atuais habitantes dessa região, de modo que não foi possível estabelecer por quanto tempo se estendeu essa atividade.

Dada a localização estratégica de Tarapacá, em território fronteiriço com o Peru e o Brasil, e as possibilidades de navegação pelos rios Putumayo/Içá e Cotuhé (Figura 4), estabeleceu-se ali um armazém para o comércio da borracha e de peles de animais selvagens.

Figura 4 – Localização de Tarapacá e seus principais rios



Fonte: Instituto Geográfico Agustín Codazzi (IGAC). (Colômbia).

Com o declínio do preço da borracha, incrementou-se a caça de animais nesta região. Embora não haja registros específicos do comércio de peles de animais em Tarapacá, Baptiste *et al.* (2002) oferecem um panorama da magnitude do comércio de animais silvestres na Colômbia na década de 1920: “Entre 1922 e

1924, foram exportadas cerca de 652 toneladas de fauna silvestre por um valor em pesos correntes de \$243.778,70” (BAPTISTE, *et al.*, *ibidem*, p. 309).<sup>6</sup>

No caso da região amazônica colombiana, durante as décadas de 1930 e 1940 foi feito um registro da saída de peles de animais silvestres pela fronteira com Peru, publicado em um ofício que foi assinado por Gabriel Melguizo Gutiérrez (cônsul geral da Colômbia no Peru) no ano de 1945: “No ano de 1934 foram enviadas pelo porto de Iquitos, aproximadamente, 45.000 peles, cinco anos depois, em 1939, saíram aproximadamente 125.000 [peles], quantidade que vem aumentando desde então. No último ano, 1944, foram embarcadas 142.654 [peles]”<sup>7</sup>.

O comércio de animais silvestres ou de suas peles causou desequilíbrios ambientais, entre os quais estão as variações biogeográficas das espécies nativas que poderiam ser transmissoras de zoonoses. O paludismo foi a principal doença infecciosa transmitida pelo contato próximo com a fauna silvestre que afetou, principalmente, às populações indígenas e aos colonos-militares. Este fato, verificou-se num informe redigido pelo doutor Jorge Talero, médico da Comissão Colonizadora no ano de 1930, em que apontava sobre a urgência de implementar normas de higiene e uso de calçado nos acampamentos e de se abastecer de medicamentos derivados da quina para combater o paludismo.<sup>8</sup>

Ao mesmo tempo, o comércio da fauna silvestre tornou-se uma das principais fontes de renda dos comerciantes da tríplice fronteira e, em parte, da economia nacional (BAPTISTE *et al.*, 2002, p. 295). Na região Sudoeste da Amazônia colombiana, esta prática estendeu-se até finais da década de 1970, com essa finalidade foram recrutados indígenas que moravam na bacia do rio

---

<sup>6</sup> A soma de \$243.778 pesos colombianos em exportações de animais silvestres é muito significativa se consideramos que o salário mínimo diário de um trabalhador urbano era de \$1,25 pesos e de um trabalhador rural era de \$1,16 pesos de acordo com os registros do Boletín de la Oficina General del Trabajo (1929) (Citado por VEGA-CANTOR, Renán. *Las luchas agrarias en Colombia en la década de 1920. Cuadernos de Desarrollo Rural*, [s.l.], v. 52, 2004, p. 16).

<sup>7</sup> Relatório de Gabriel Melguizo Gutiérrez, cônsul geral da Colômbia em Iquitos (Peru), apresentado ao Ministro de Relaciones Exteriores em 7 de junho de 1945. Fonte: Archivo General de la Nación (AGN), Bogotá, Fondo Ministerio de Relaciones Exteriores (FMRE), Sección Diplomática y Consular, caixa 729, pasta 217, ff. 162.

<sup>8</sup> TALERO, Jorge (1930). “Informe que el médico de la Comisión hace al Teniente Carlos Bejarano”. Fonte: Arquivo Histórico da *Universidad Nacional de Colombia*, Fondo General Luis Felipe Acevedo, caixa 6, pasta 16, ff. 2935.

Putumayo/Içá<sup>9</sup> sob o sistema de escravidão por dívidas. Os empresários seringueiros impuseram o sistema de endividamento em que o patrão fornece os meios de supervivência aos subalternos em troca de descontar esse valor na hora de receber o produzido (KUIRU, 2019, p. 49). Essa modalidade se manteve vigente nos decorrentes ciclos econômicos de extrativismo intensivo.

A extração da madeira começou de forma concomitante com a caça de animais e se mantém constante até hoje. A maior exploração do cedro (*Cedrela odorata*) teve lugar em Tarapacá a partir da década de 1970 e até inícios do século XXI (EIA, 2019, p. 31). Segundo os depoimentos das pessoas entrevistadas, os empresários das serrarias eram pessoas de outras regiões, provenientes dos estados de Putumayo e Huila, que contratavam os moradores locais para cortar e carregar a madeira (os homens) e para cozinhar e cuidar as peças de madeira já cortadas (as mulheres) até o encaminhamento ao porto.

Por sua vez, a pesca é uma prática tradicional que faz parte da manutenção dos moradores locais, mas se intensificou a partir da década de 1960 com o estabelecimento da indústria pesqueira no departamento de Amazonas (PANTEVIS, 2013, p. 23). Esta é uma atividade econômica em que predominam os homens, porém, algumas mulheres entram nesta cadeia de comercialização em atividades como a pesca, a limpeza e a venda dos peixes.

Desde a década de 1970, a exploração da madeira foi feita junto com o estabelecimento de cultivos de coca (*Erythroxylum coca*) nas margens do rio Putumayo/Içá, e a partir da década de 1980 as guerrilhas ligadas ao narcotráfico iniciaram a luta pelo controle territorial dessa região (HERRERA *et al*, 2021). Nas últimas duas décadas do século XX, as redes criminosas invadiram partes geoestratégicas da sub-região sul da Amazônia onde se localiza Tarapacá. Com a chegada destes atores armados, junto com as extensões de cultivos de uso ilícito, incrementou-se a caça de animais, a extração de madeiras e a mineração ilegal.

As novas formas de controle territorial estabelecidas pelos grupos armados ilegais mudaram as relações de poder, submetendo a população às suas regras e limitando seu direito de se deslocar livremente dentro do território. Algumas mulheres entrevistadas referiram que tinham medo de circular desacompanhadas

---

<sup>9</sup> A navegação pelo rio Putumayo/Içá facilita o transporte fluvial das mercadorias que circulam entre as fronteiras com o Brasil e o Peru, sendo Tarapacá um importante lugar de trânsito e porto comercial.

pela floresta, porque temem se encontrar com pessoas agentes armados. Frente a esta circunstância, o governo nacional tem se limitado a militarizar a fronteira e fazer operações militares contra as atividades de narcotráfico e mineração ilegal.

Por outro lado, a partir da década de 2000, ganhou relevo o aproveitamento de recursos florestais não-madeireiros como uma atividade comercial em Tarapacá. Esta é uma iniciativa de base comunitária que recebeu apoio econômico de programas governamentais e de empresas privadas para procurar alternativas econômicas que promovam a conservação ambiental. Nessa atividade, as mulheres de Tarapacá (indígenas e mestiças) se tornaram protagonistas dos projetos que envolvem uma bioeconomia dos produtos florestais não-madeireiros –frutos, folhas, cascas, óleos, resinas, cipós e sementes– sem derrubar a floresta.

Em Tarapacá, a horticultura<sup>10</sup> é praticada, principalmente, pelas mulheres. Elas plantam sementes e propágulos que coletam da floresta ou que intercambiam entre parentes e vizinhas. De modo que tornam esses espaços em microcosmos da floresta amazônica, testemunhas de histórias de transumância e de relações socioambientais que transformaram a paisagem. Tradicionalmente, a roça (conhecida na Amazônia colombiana como *chagra*)<sup>11</sup> é o espaço de poder das mulheres indígenas, porque através do trabalho de cultivar plantas alimentícias e medicinais elas alimentam, curam e sustentam suas famílias. Estas atividades fazem parte da “reprodução social” que, corroborando com Guérin *et al* (2021), é o conjunto das atividades e as relações sociais necessárias para a sustentabilidade da vida. Não obstante, o trabalho das mulheres na reprodução social, geralmente, não é remunerado.

Por meio dos seus trabalhos, as mulheres amazônicas garantem a autonomia alimentar (PALACIO; NIETO, 2013, p. 81; DE LA CRUZ, 2015, p. 68), são

---

<sup>10</sup> Com horticultura, refiro-me ao sistema de pousio (roça-de-toco) das chagras. Corresponde às práticas de cultivo dos indígenas na floresta amazônica, que consistem em roçar-queimar-plantar cultivos transitórios que duram em geral três anos. Quando a terra perde fertilidade é deixada repousar para se regenerar. Segundo Gasché e Vela (2012), este sistema de cultivo foi criado pelos povos indígenas para se adaptarem às terras pouco férteis da floresta amazônica, a diferença das terras pretas férteis da agricultura. Por esse motivo, estes autores preferem usar o termo “bosquesinos” para quem trabalha a terra da floresta, no lugar de “camponeses” (Veja-se: GASCHÉ, Jorge; VELA, Napoleón. **Sociedad bosquesina** (Vol. I). Iquitos, Perú: Instituto de Investigaciones de la Amazonia Peruana (IIAP), 2012, p. 30).

<sup>11</sup> As *chagras* são as culturas que as famílias amazônicas plantam no meio da floresta. Doravante, continuarei usando o termo *chagra* dada a especificidade do uso local desta palavra.

guardiãs das sementes nativas, conservam a sociobiodiversidade<sup>12</sup> e os conhecimentos tradicionais associados às plantas nativas, velam pela saúde de suas famílias e mantêm as relações de hospitalidade e reciprocidade (MAHECHA, 2015, p. 5).

Embora os trabalhos das mulheres da floresta sejam fundamentais para a vida humana e a conservação da sociobiodiversidade, ainda são feitos em condições precárias e são invisibilizados na perspectiva do sistema econômico capitalista (SHIVA, 2016, p. 10). Consequentemente, na América Latina, as famílias indígenas chefiadas por mulheres têm mais probabilidade de viver em condições de pobreza (BOCAREJO, 2021, p. 15). De acordo com o censo populacional mais recente da Colômbia, conduzido em 2018, foi constatado que no estado de Amazonas, 45,6% da população que reside em áreas rurais enfrenta Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI)<sup>13</sup>. No distrito de Tarapacá, esse índice é ainda mais acentuado, abrangendo mais da metade da população (50,48%). Além disso, os dados revelam que 16% dos habitantes de Tarapacá vivem em situação de extrema pobreza, conforme registrado pelo DANE (2018).

## 1.2 EFEITOS DO MODELO COLONIALISTA NAS RELAÇÕES HUMANAS COM OS TERRITÓRIOS-NATUREZA<sup>14</sup>

Em contraposição com os imaginários da “natureza prístina” e do “vazio demográfico” da floresta da América do Sul, divulgados pelos naturalistas europeus do século XIX, estudos arqueológicos estimam que 13.000 anos antes do presente

---

<sup>12</sup> Entendo por sociobiodiversidade a articulação das diversidades sociocultural e biológica em um mesmo espaço social. Para aprofundar no uso deste conceito, veja-se DINO, Nicolao. Ética, meio ambiente e sociobiodiversidade: na trilha do desenvolvimento sustentável. *Cadernos Eletrônicos Direito Internacional Sem Fronteiras*, v. 2, n. 2, p. e20200238, 20 dez. 2020. Disponível em: <https://www.cadernoseletronicosdisf.com.br/cedisf/article/view/95>. Acesso em: 10 jun. 2021.

<sup>13</sup> O índice de Necessidades Básicas Insatisfeitas utilizado pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) determina, a partir de indicadores como “lugar de moradia inadequado”, “domicílio com superlotação”, “domicílio com serviços inadequados”, “domicílio com crianças em idade escolar que não frequentam a escola”, se as necessidades básicas da população estão sendo atendidas ou não. Para mais informações, veja-se: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/pobreza-y-condiciones-de-vida/necesidades-basicas-insatisfechas-nbi>

<sup>14</sup> A noção de territórios-natureza identifica “uma inter-relação permanente dentro dos povos indígenas na Colômbia. Inter-relação que reconhece o território e o que chamamos de natureza tanto como seres vivos, com capacidade de agir, quanto como atores políticos” (ULLOA, Astrid. Cuidado y defensa de los territorios-naturalezas: mujeres indígenas y soberanía alimentaria en Colombia. *In*: RAUCHECKER, Markus; CHAN, Jennifer. **Sustentabilidad desde abajo**: luchas desde el género y la etnicidad. Berlin: Lateinamerika-Institut der Freien Universität Berlin, 2016. p. 126).

os seres humanos se espalharam pela floresta que hoje conhecemos como Amazônia e contribuíram com a expansão e distribuição das espécies vegetais (LEVIS, 2018, p. 17).

Como resultado desse longo processo de domesticação da paisagem<sup>15</sup>, as espécies vegetais que resultaram mais úteis para os seres humanos estão mais perto dos lugares de moradia e se encontram de forma mais abundante. Essa constatação também contradiz a ideia da “natureza intocada” ou a “mata virgem”, porque a floresta foi criada e transformada pelo trabalho dos povos indígenas ao longo de milênios. Adicionalmente, a diversidade da vegetação nativa é conservada pelo manejo ambiental feito pelas populações indígenas.

Enfrentando as limitações dos solos pobres da região, os povos indígenas desenvolveram técnicas para a produção de alimentos, ou seja, “grandes sociedades pré-colombianas domesticaram extensas porções da sua paisagem para torná-las mais produtivas” (CLEMENT *et al.*, 2015, p. 2). As “terras pretas de índio”, solos antropogênicos altamente férteis, são um exemplo desse processo de domesticação. A partir de um estudo que combina ecologia e arqueologia, Carolina Levis (2018) constatou que:

Solos antropogênicos que são bons marcadores de sociedades sedentárias pré-colombianas tornaram-se mais comuns desde 2500 até 500 AP. Durante este período, as sociedades com estratégias de uso intensivo da terra para a produção de alimentos e a gestão dos recursos ocuparam extensas porções da bacia [amazônica] (LEVIS, 2018, p. 13).

A principal estratégia produtiva desenvolvida pelas populações nativas da Amazônia é o sistema agrícola de pousio, o qual as famílias indígenas andino-amazônicas chamam de *chagra*. Nele se abre uma roça, onde se realiza o plantio por dois ou três anos. Após esse tempo de uso, o que fica da roça é cortado e queimado, e a terra é deixada em repouso para se regenerar com a ajuda das cinzas das roças anteriores, que se tornam nutrientes para as próximas.

---

<sup>15</sup> Como enfatiza Clement (1999), a domesticação da paisagem é um processo, em parte inconsciente e em parte consciente, em que “a intervenção humana na paisagem tem como consequência mudanças ecológicas na paisagem e na demografia de suas populações de plantas e animais, resultando numa paisagem mais produtiva e segura para os humanos” (p. 191). Cfr.: CLEMENT, Charles R. 1942 And the Loss of Amazonian Crop Genetic Resources. I. The relation between domestication and human population decline. **Economic Botany**, v. 53, n. 2, p. 188-202, 1999.

Como explica a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2019), a diversidade de plantas usada na roça compõe um tipo de banco de sementes comunitário: “As roças são bancos genéticos naturais, que estão em contínua adaptação perante as mudanças climáticas e os predadores. Os povos indígenas estão renovando o banco genético o tempo todo. São reservatórios da diversidade genética vegetal, diversidade humana e cultural” (informação verbal)<sup>16</sup>. Nesse sistema, os homens são os responsáveis por roçar e preparar o terreno, enquanto as mulheres plantam e cuidam dos cultivos. O momento da colheita é compartilhado por homens e mulheres.

Em contraposição com os sistemas produtivos tradicionais desenvolvidos pelas populações indígenas amazônicas, os conquistadores e colonizadores espanhóis e portugueses implantaram sistemas de exploração intensiva dos territórios amazônicos e da força de trabalho das pessoas nativas.

Estima-se que no ano de 1492, na véspera da Conquista, a população indígena amazônica “era de fato pelo menos cinco a seis milhões para a Grande Amazônia e pelo menos 3 a 4 milhões para a Amazônia. Considerando as densidades de terra preta, o total para a primeira poderia ter sido de oito a dez milhões” (DENEVAN, 2014, p. 215)<sup>17</sup>.

Logo, junto com os conquistadores vieram as epidemias europeias, as guerras e o contato com os missionários, causando um forte decréscimo da população entre os séculos XVI e XVIII (MORAN, 1990). Ainda de acordo com Moran (*ibidem*), depois do extermínio das populações que moravam nas várzeas seguiu-se o genocídio sistemático das populações amazônicas na terra firme.

A ideologia ocidental própria das revoluções científica e industrial difundiu a ideia da dominação da natureza por meio do conhecimento científico. Desde a perspectiva colonial, as florestas americanas, asiáticas e africanas representavam

---

<sup>16</sup> Manuela Carneiro da Cunha é reconhecida por suas pesquisas em Antropologia histórica e por sua militância política pelos direitos dos povos indígenas do Brasil. Entrevista concedida a Eleonora de Lucena e Rodolfo Lucena. [s.l.]: Tutaméia, 2019. 1 vídeo (74 min.). Publicado por Tutaméia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IzbWWNxFeNY&lc=Ugyuf3jtzqBgf6j0MCI4AaABAg>. Acesso em: 27 set. 2022.

<sup>17</sup> A demografia histórica da região amazônica é um assunto que têm sido revisto e atualizado por vários autores, entre os quais está William Denevan, que tem uma trajetória de mais de quatro décadas de pesquisa sobre este tema. Para efeitos de contextualização sobre os recortes geográficos citados, Denevan define “Amazônia” como “a bacia de drenagem da Amazônia de baixa altitude, abaixo de aproximadamente 1.500 metros ou cerca de 5.000 pés” e a “Grande Amazônia” como “o interior tropical da América do Sul ao norte do Trópico de Capricórnio e a leste e sul dos Andes, incluindo as Guianas e a costa brasileira” (DENEVAN, William. Estimating amazonian indian numbers in 1492. **Journal of Latin American Geography**, University of Texas Press, 2014, p. 215).

um “inferno verde” sem possibilidades de “progresso”, que devia ser dominado e explorado, o que repercutiu em que esses territórios não fossem enxergados como espaços habitados por seres vivos humanos e não-humanos. Leal (2018) explica que a mentalidade colonial a respeito das relações ser humano/natureza foi reproduzida mesmo depois dos processos de independência das repúblicas latino-americanas. Assim, os territórios amazônicos permaneceram subordinados como áreas periféricas e não foram integrados como parte importante dos Estados-nacionais.

Essa visão justificou a consolidação das economias extrativistas na Amazônia. Durante o ciclo econômico da borracha, nos países com territórios amazônicos predominaram a forma de exploração intensiva da natureza e as relações de produção baseadas na escravidão das populações indígenas e afrodescendentes. Destarte, os povos e comunidades tradicionais foram forçados a se auto-explorar para enriquecer os “patrões”.

De modo geral, os extrativismos são atividades do setor primário da economia para a “obtenção e apropriação de recursos naturais, sejam estes de origem mineral, vegetal ou animal ou de produtos associados” (ZÁRATE, 2001, p. 25). Como explica Peluso (1992), os extrativismos estabelecem umas estruturas de controle do acesso à floresta em lugares que antes eram de uso comum, e a maior parte dos recursos econômicos derivados dessas atividades ficam em mãos de agentes externos.

Desde a época dos seringais, em Tarapacá se pratica o “extrativismo intensivo”, por esta prática refiro-me à exploração dos recursos da floresta financiada por agentes externos ao território que usam a força de trabalho da população local. Trata-se, geralmente, de empresas nacionais e transnacionais dedicadas à extração de madeiras, o comércio da fauna, a mineração e a exploração de hidrocarbonetos. Outros atores são os grupos armados ilegais que se dedicam ao narcotráfico e à mineração ilegal.

Nas serrarias de Tarapacá, os/as moradores/as nativos/as trabalhavam para os patrões colonos, fazendo o trabalho mais duro sem nenhum tipo de retorno para a comunidade em termos de transferência tecnológica, acesso à terra, avanços na organização social, melhoramento em infraestrutura, acesso a serviços públicos, etc. O extrativismo intensivo levou à degradação ambiental e deixou à população local empobrecida, a exceção de uns poucos que desenvolveram seus próprios negócios.

Paradoxalmente, as representações sociais da floresta amazônica como “paraíso”, “pulmão do mundo” e “celeiro da humanidade” justificaram “a atuação desenvolvimentista, a imposição de sistemas de escravidão e lavoura servil sobre populações autóctones, que são, por sua vez, culpadas pelo subdesenvolvimento da área” (MORAN, 1990, p. 38).

O modelo de colonização imposto pelos conquistadores espanhóis mudou a forma tradicional de ocupar o território. Eles impunham outros modos de vida e outras formas de se relacionar com a natureza, caracterizadas pelas “atividades [econômicas] baseadas no aproveitamento intensivo dos recursos naturais e com visão de curto prazo de uns recursos naturais supostamente inesgotáveis” (GUHLNANNETTI, 2022, p. 329). Desde essa perspectiva, predominou “o critério da extração de um excedente econômico” (ZAMBRANO, 1993, p. 14). A floresta não era para os europeus um lugar a ser habitado, mas sim uma despensa de recursos naturais que deviam ser explorados em benefício próprio e para as metrópoles. Conforme Zambrano (*ibidem*), os portos fluviais da Amazônia foram estabelecidos como enlace para as relações comerciais entre o espaço dominado e o espaço dominante.

Completamente oposto ao modelo colonialista, as relações tradicionais das populações nativas amazônicas com seu entorno ambiental orientam-se pelo princípio da reciprocidade que consiste em “redistribuir os bens produzidos por todos para o bem comum” (MORAN, *op cit.*, p. 28), isto inclui os seres humanos e não-humanos.

### 1.3 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Uma das formas em que as economias de origem indígena se articulam com os mercados locais, nacionais e internacionais é a bioeconomia que, de forma abrangente, inclui:

Todas as atividades econômicas derivadas de produtos e processos de base biológica. Estas têm o potencial de contribuir com soluções sustentáveis e eficientes, em termos de recursos, para os desafios que enfrentamos em matéria de alimentos, produtos químicos, materiais, produção de energia, saúde e proteção ambiental (RSB, 2017, p. 1).

A bioeconomia envolve várias linhas de ação, desde as monoculturas para a produção de combustíveis vegetais até o manejo sustentável de florestas nativas (COSTA, *et al.*, 2022, p. 3). Para efeitos da presente pesquisa, faço referência à linha da bioeconomia que valoriza a diversidade biológica, social e cultural da região amazônica e que apoia os arranjos produtivos das populações tradicionais a partir da sociobiodiversidade (COSTA, *et al.*, *ibidem*, p. 8).

Alguns frutos nativos que eram historicamente consumidos pelos povos tradicionais têm sido revalorizados por suas propriedades nutritivas, cosméticas e farmacêuticas, despertando grande interesse no mercado internacional. Por exemplo, estudos do mercado do açaí (*Euterpe oleracea*) destacaram os usos alimentícios, medicinais e cosméticos desta fruta (OLIVEIRA *et al.*, 2018), cujo mercado global é “estimado em US\$ 720 milhões (em 2019) e a sua comercialização tem crescido a uma taxa média de 12,6% ao ano. A previsão é que esse mercado alcance US\$ 2,1 bilhões até 2025” (SMERALDI; SANTOS, 2021, p. 1).

O mercado dos produtos da sociobiodiversidade é ainda incipiente na Colômbia, mas cada vez mais comunidades estão se organizando em torno desta alternativa econômica. Por enquanto, o maior ganho fica em mãos das grandes cadeias de comercialização de frutas consideradas “exóticas” em outros países por seu sabor pouco comum. Colômbia é um dos principais produtores de frutas como a uchuva (*Physalis peruviana*) e a gulupa (*Passiflora pinnatistipula*). Em 2022, o país exportou mais de 14 mil toneladas de frutas e apresentou vendas equivalentes a US\$42,4 milhões, valor que significa um incremento de 15,6% na taxa média de comercialização em comparação com o ano anterior (EXPORTACIONES..., 2022).

De acordo com pesquisas na área da bioeconomia (COSTA *et al.*, 2022), o manejo sustentável de florestas e seu aproveitamento econômico pelas populações nativas traz uma produtividade econômica maior do que os lucros obtidos por meio do desmatamento. No caso do Brasil, o cálculo sobre a lucratividade líquida das atividades econômicas mais frequentes na região amazônica indica que “juntando o produto econômico da madeira, carne e soja por área, temos um rendimento médio de 125 dólares por hectare por ano” (NOBRE; NOBRE, 2019, *s.p.*), enquanto o pagamento por serviços ecossistêmicos aos povos e comunidades tradicionais que mantêm a floresta em pé tem o potencial de gerar “de 2.500 a 5.000 dólares por

hectare, de uma única vez, com o ainda baixo preço médio do CO<sub>2</sub> de 2,5 dólares por tonelada” (NOBRE; NOBRE, *ibidem*, s.p.).

As avaliações econômicas dos serviços ecossistêmicos prestados em algumas áreas da Amazônia brasileira estimam um valor monetário que oscila entre US\$410 e US\$737 por hectare por ano, enquanto a indústria pecuária na mesma região produz, em média, US\$40 por hectare por ano (BROUWER, *et al.*, 2022; VASCONCELOS, 2019; STRAND *et al.*, 2018).

A floresta tropical amazônica oferece múltiplos serviços ecossistêmicos que trazem benefícios para o planeta, entre os quais estão o servir de habitat para diversas populações animais e vegetais, a produção de alimentos, a regulação dos ciclos hídricos, a captação de carbono e a regulação climática.

O pagamento por serviços ecossistêmicos faz parte dos “projetos de investimentos sustentáveis” financiados pelos Estados através de “bônus verdes” e “bônus de carbono”, em troca dos quais as empresas investidoras recebem isenção de impostos e geram rendas fixas a longo prazo. O sistema de pagamento por esses serviços, embora promissor em termos de incentivar a conservação ambiental e proporcionar renda às comunidades tradicionais, nem sempre é justo e transparente. Os setores bancário e empresarial têm transformado as águas e as florestas em “ativos ambientais” para incorporá-los nos cálculos financeiros, muitas vezes sem a devida supervisão do Estado. Isso pode resultar em prejuízos para os territórios-natureza e para as populações que os habitam. Por exemplo, como parte dessa lógica financeira, algumas comunidades indígenas da Amazônia colombiana recebem uma remuneração econômica por cuidar das florestas, mas nem sempre estes negócios são acompanhados pelo Estado, resultando em prejuízos para as próprias comunidades (INDÍGENAS NEGOCIAN..., 2022).

Na ordem local, o uso, aproveitamento e comercialização de Recursos Florestais Não Madeireiros (RFNM) constitui uma fonte de renda importante para as famílias que habitam Tarapacá, ao mesmo tempo que contribui para a conservação da flora e da fauna nativas. Através desta atividade, as mulheres amazônicas mantêm tradições como o consumo de frutos nativos e a elaboração de artesanatos. Outro benefício social desta atividade econômica é a possibilidade de que as mulheres, ao receber e administrar uma renda própria, ganhem maior autonomia na tomada de decisões nos espaços familiares e comunitários.

#### 1.4 DA LÓGICA DA RECIPROCIDADE À LÓGICA MERCANTIL

As práticas cotidianas das famílias de Tarapacá têm sido modificadas conforme transitaram das formas econômicas tradicionais baseadas no princípio da reciprocidade (troca e mutirão) para a economia mercantil capitalista, este fato social é produto das mudanças nas atividades econômicas neste território.

De forma geral, as famílias fazem uma distribuição do trabalho de acordo com as características atribuídas socialmente a homens e a mulheres, esta forma de socialização é categorizada como “divisão sexual do trabalho”<sup>18</sup>. Por exemplo, as mulheres geralmente se dedicam aos trabalhos domésticos e de cuidados e às atividades econômicas no entorno da casa, entre elas a horticultura, a criação de animais de pequeno porte e a venda de alimentos; porém, elas também se adentram na floresta para aproveitar os RFNM para usos alimentícios, medicinais e artesanais; enquanto os homens saem do âmbito doméstico para pescar, caçar o cortar madeira. Em alguns casos, tanto os homens quanto as mulheres, se envolvem na exploração mineira ou trabalham para os grupos armados nos cultivos de uso ilícito. Deste modo, Tarapacá se constitui em um território multifuncional<sup>19</sup>, cuja economia se concentra na exploração dos “recursos naturais”.

Em resumo, pode ser afirmado que as atividades econômicas na Amazônia colombiana se caracterizam pela predominância do extrativismo intensivo. Todos os ciclos econômicos referenciados anteriormente (a extração da borracha, a caça de animais, a exploração da madeira, a pesca, o narcotráfico, a mineração e a transformação e venda de produtos florestais não-madeireiros) representam diferentes atividades produtivas que são interseccionadas pelas relações de gênero. O trabalho das mulheres tem desempenhado um papel essencial em todos os ciclos

---

<sup>18</sup> Utilizo o conceito de divisão sexual do trabalho desde a perspectiva de Hirata e Kergoat (2007): “A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (p. 599). Veja-se: HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.

<sup>19</sup> Para Pereira *et al.* (2015, p. 62) a multifuncionalidade da agricultura familiar no Amazonas (Brasil) deriva do “manejo simultâneo de diversos recursos naturais e ecossistemas terrestres (terra firme) e aquáticos (várzea) e de atividades produtivas que combinam a agricultura e a pecuária com a exploração de recursos florestais, notadamente a exploração dos assim chamados produtos florestais não madeireiros (PFNM), a pesca e a caça” (Veja-se: PEREIRA, Henrique. *et al.* A multifuncionalidade da agricultura familiar no Amazonas: desafios para a inovação sustentável. **Terceira margem Amazônia**, v. 1, n. 5, p. 59-74, 2015).

econômicos de Tarapacá, cumprindo funções cruciais tanto na produção quanto no trabalho doméstico e de cuidados. Apesar disso, é importante ressaltar que seus papéis sociais nem sempre receberam a valorização e a remuneração merecidas.

## 1.5 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Levando em consideração que a maior parte das publicações sobre a configuração do Trapézio Amazônico durante o conflito fronteiriço colombiano-peruano se concentra nos documentos escritos pelos homens militares e políticos da época, reforçando a perspectiva masculina desde os espaços de poder, e obviando a perspectiva feminina, veja-se, por exemplo as obras de Atehortúa (2020); Zárate (2019) e Uribe-Gaviria (1935), a contribuição da minha pesquisa consiste em dar continuidade aos trabalhos de investigação focados no território de Tarapacá (AGUIRRE-NEIRA, 2020; CARVAJAL, 2016; DE LA CRUZ, 2015; RINCÓN, 2005) complementando, desde a história oral das mulheres originárias desse território, as pesquisas que se têm feito.

Orientei os objetivos específicos da pesquisa para a compreensão dos papéis socialmente atribuídos às mulheres amazônicas, bem como a análise das funções sociais que elas cumprem no território de Tarapacá por meio dos seus trabalhos domésticos, de cuidados e dos trabalhos remunerados. O primeiro objetivo específico concentra-se em compreender as funções que cumpriram as mulheres durante os seguintes períodos históricos: A escravidão dos/as indígenas nos seringais da fronteira colombiano-peruana; o conflito fronteiriço colombiano-peruano ocorrido entre 1932 e 1933, e a configuração do distrito de Tarapacá enquanto território colombiano –demonstrando como elas desempenharam papéis relevantes nesse contexto.

O segundo objetivo específico consiste em descrever e analisar os trabalhos das mulheres de Tarapacá após a fundação desse distrito colombiano (1933). Para realizar essa análise utilizei os relatos orais biográficos enfatizando nos distintos ciclos econômicos que ocorreram nesse território. Ditos relatos me permitiram obter informações valiosas sobre as práticas cotidianas das mulheres de Tarapacá, revelando sua presença ativa na coleta da borracha, o comércio de madeira, a caça de animais, a horticultura, a pesca, a elaboração de artesanato e a transformação dos produtos florestais não-madeireiros, entre outras atividades

econômicas. Além disso, me permitiram dar destaque às práticas cotidianas das mulheres para a reprodução social, ou, em palavras, “as formas de provisão, cuidado e interação que produzem e mantêm os vínculos sociais” (FRASER; JAEGGI, 2018, p. 31).

Ao combinar a pesquisa documental com os relatos orais biográficos, procuro fornecer uma visão abrangente dos trabalhos das mulheres em Tarapacá, destacando suas contribuições ao longo da história local. Além disso, ao analisar os trabalhos produtivo e reprodutivo das mulheres, pretendo evidenciar sua importância para o desenvolvimento econômico e social da região amazônica.

Utilizei como fontes primárias as entrevistas realizadas com 20 mulheres de Tarapacá<sup>20</sup>, na faixa etária entre os 29 e os 89 anos. Dentre elas, 16 moram em Tarapacá e 4 migraram para a cidade mais próxima (Leticia). A técnica que usei para a seleção da amostra foi a amostragem intencional (OTZEN; MANTEROLA, 2017), o que significa que selecionei as pessoas que compõem a amostra. Visto que não se trata de uma amostra probabilística, a informação coletada se limita só aos casos escolhidos. Embora não seja uma amostra representativa, segundo Alberti (2004), na história oral, os laços de confiança estabelecidos com as pessoas entrevistadas podem fornecer informações mais confiáveis e precisas.

Este estudo inclui uma leitura interseccional das categorias que caracterizam às mulheres entrevistadas, entre as quais se encontram as seguintes: o gênero (mulheres), a etnicidade (indígenas ou mestiças), a faixa etária (adultas), o lugar de residência (Tarapacá ou que migraram de Tarapacá para Leticia) e a condição de estarem envolvidas em uma associação indígena ou em uma associação produtiva. Segundo Silva (2010, p. 51), o estudo interseccional permite “articular as diferentes categorias sociais vivenciadas pelos seres humanos e evidenciar que estas articulações resultam em diferentes experiências”.

Além de entrevistar mulheres que moram na sede de Tarapacá, procurei entrevistar outras que moram nos povoados indígenas que ficam nas margens do rio Cotuhé. Com este propósito, consultei ao *curaca* (cacique) da comunidade indígena mais próxima (Ventura), que fica a 45 minutos viajando de canoa com motor. Ele me

---

<sup>20</sup> Todas as entrevistas foram realizadas em espanhol e as citações presentes no texto estão mantidas na língua original, a fim de manter uma maior aproximação sociolinguística entre a voz das depoentes, seu território e a forma como falam. Outrossim, ao citar as pessoas entrevistadas mantive seus nomes originais, conforme acordado com elas durante as entrevistas, salvo aquelas cuja vida corria algum risco por causa do tema citado.

autorizou para falar com a comunidade em uma reunião e fazer uma breve exposição dos propósitos da pesquisa.

No dia assinalado, me apresentei na reunião. Estavam congregadas umas 50 pessoas adultas na casa de reuniões da comunidade, sentadas em círculo, então, o cacique pediu que eu falasse das minhas intenções. Imediatamente depois de falar, fui informada de que eles/elas tinham se reunido com anterioridade e que a maioria não se dispunha a participar da investigação. O motivo desta decisão era que em uma ocasião anterior um cientista social foi fazer pesquisa nessa comunidade, prometeu retornar para socializar os resultados e não voltou mais. Então, eles/elas consideram que essa é outra forma de exploração dos conhecimentos e experiências das comunidades e que não lhes traz nenhum benefício em troca. Pensando nisto, vale a pena fazer uma autocrítica à construção do conhecimento dentro da comunidade acadêmica, porque ir para o campo a coletar informações sem pensar nas devolutivas às comunidades está fechando as portas para futuras pesquisas.

Porém, uma senhora pediu a palavra na reunião, e falou que estava disposta a ser entrevistada. Quando a reunião terminou, me aproximei dela para lhe agradecer e combinar o nosso próximo encontro. O nome dela é Mariela<sup>21</sup>, ela me falou que o motivo que tinha para aceitar ser entrevistada era que seu filho também foi estudante universitário e ela conhecia das dificuldades que ele passou para fazer a pesquisa. Seu esposo, Otoniel, 67 anos, foi docente da comunidade durante muitos anos e agora é aposentado. Ele me sugeriu levar, depois, um texto escrito com os resultados da pesquisa para que ficasse com a comunidade.

Saindo da casa da reunião, outro homem veio falar comigo. Ele apresentou-se como José, o curandeiro da comunidade. Me disse que ele orientou sua esposa a falar comigo. "*Como yo veo más allá que los otros, entonces le dije a Virginia que hablara con usted*", justificou ele. Virginia, a esposa de José, veio falar comigo depois, acompanhada de outras duas mulheres que, sendo aconselhadas por ela, aceitaram ser entrevistadas.

Esse acontecimento me fez refletir em vários assuntos. Tornou claro que, dentro desta comunidade indígena, as decisões não são tomadas de maneira unânime. Além disso, percebi que não sou apenas eu quem seleciona as mulheres

---

<sup>21</sup> Mariela Rodríguez, 55 anos, mulher uitoto. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández no povoado de Ventura (Tarapacá), em 22 de outubro de 2021.

que constituem as fontes orais (agentes de pesquisa); mas, as próprias fontes também me elegem como sua interlocutora, seguindo seus critérios particulares de seleção. Dentre esses critérios, destaco a influência da opinião dos homens nas decisões que as mulheres tomam quanto a serem ou não entrevistadas. Essas mulheres, por sua vez, influenciam as decisões de outras mulheres. No quadro a seguir, apresento as características demográficas das mulheres que participaram como agentes da pesquisa<sup>22</sup>:

Quadro 1 - Características demográficas das agentes de pesquisa

Nome	Idade (anos)	Etnia (Auto identificação)	Ocupação	Lugar de residência	Composição familiar	Associação à que está vinculada
<b>Adalguiza Ahuanary</b>	52	Ticuna	Coordenadora núcleo de mulheres de ASOAIMTAM e <i>chagrera</i>	Tarapacá	Casada, 3 filhos	ASMUCOTAR ASOAIMTAM
<b>Adilia Camacho</b>	72	Ticuna	<i>Chagrera</i>	Tarapacá	Casada, 6 filhas 8 filhos	ASMUCOTAR
<b>Dalila Isidio</b>	77	Mestiça	Parteira	Tarapacá	Viúva, 1 filha 5 filhos	ASOAIMTAM
<b>Elisa Bereca</b>	71	Ticuna	<i>Chagrera</i>	Tarapacá	Viúva, 8 filhas 1 filho	ASMUCOTAR
<b>Flor Gómez</b>	48	Bora/Uitoto	<i>Chagrera</i>	Tarapacá	Casada, 6 filhas, 6 filhos	ASOAIMTAM
<b>Irma Cuellar</b>	39	Ticuna	<i>Chagrera</i> ,	Ventura (Tarapacá)	Casada, 3 filhas, 3 filhos	CIMTAR
<b>Itelvina Sousa</b>	51	Mestiça	Comerciante	Tarapacá	Casada, 2 filhas, 1 filho	ASMUCOTAR
<b>Julia Carvajal</b>	36	Cocama	<i>Chagrera</i>	Tarapacá	Casada, 2 filhas	ASMUCOTAR ASOAIMTAM
<b>Lili Manuyama</b>	54	Inga	<i>Chagrera</i> , faxineira	Tarapacá	Casada, 2 filhas, 4 filhos	ASMUCOTAR
<b>Luz Ena Ramos</b>	45	Ticuna	<i>Chagrera</i>	Ventura	Casada, 5 filhas,	CIMTAR

<sup>22</sup> A palavra *chagrera*, usada dentro da caracterização, refere-se ao nome local para designar o ofício da mulher que trabalha na roça na região amazônica.

					2 filhos	
<b>María Silva</b>	59	Ticuna	<i>Chagrera</i>	Leticia	Casada, 4 filhas, 4 filhos	ASMUCOTAR
<b>María Cuarán</b>	29	Ticuna	Técnica em Comércio Exterior	Leticia	Casada, 1 filha, 1 filho	ASMUCOTAR
<b>Mariela Rodríguez</b>	55	Uitoto	<i>Chagrera</i>	Ventura	Casada, 5 filhos 4 filhas	CIMTAR
<b>Nayibe del Águila</b>	45	Ticuna	Liderança e costureira.	Tarapacá	Casada, 2 filhas 2 filhos	CIMTAR
<b>Rosa Piñeros</b>	40	Ticuna	Coordenadora núcleo de mulheres de CIMTAR	Tarapacá	Casada, 3 filhos	CIMTAR
<b>Sara Ferreira</b>	80	Mestiça	Cozinheira	Leticia	Casada, 5 filhas, 4 filhos	SEM FILIAÇÃO
<b>Silvia Santana</b>	86	Mestiça	<i>Chagrera</i>	Tarapacá	Casada,	SEM FILIAÇÃO
<b>Trinidad Polanía</b>	46	Mestiça	Representante ASMUCOTAR e comerciante	Tarapacá	Casada, 2 filhos	ASMUCOTAR
<b>Verónica Ferreira</b>	63	Bora	Lavadeira	Leticia	Divorciada 4 filhas, 4 filhos	ASMUCOTAR
<b>Virginia Valdemar</b>	47	Ticuna	Artesã e <i>chagrera</i>	Ventura	Casada, 3 filhas, 4 filhos	CIMTAR

Fonte: Elaborado pela autora

Antes de proceder com as entrevistas, expus de forma individual os objetivos da pesquisa e escutei as inquietações das pessoas a serem entrevistadas, tentando resolver suas dúvidas, que normalmente estavam orientadas a questões como o uso que daria à informação e o tipo de retorno que elas receberiam como participantes. Também, li junto com cada participante, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B), que foi assinado de forma individual, ficando uma cópia para mim e outra para a pessoa entrevistada.

As entrevistas foram feitas de forma individual, em espanhol, língua falada por todas as pessoas entrevistadas. Cada entrevista durou entre uma e duas horas, conforme a disponibilidade da pessoa, e em conversações posteriores foi possível obter informações complementares. Posteriormente, os áudios das entrevistas foram

salvos em formato digital em um computador de uso pessoal para serem sistematizadas, mantendo os cuidados necessários para fazer uso adequado das informações pessoais.

As informações obtidas nas entrevistas foram complementadas por outras entrevistas feitas com diferentes fontes como os familiares das entrevistadas, os/as sócios/as comerciais e os/as funcionários/as das instituições que trabalham com elas (Quadro 2).

Quadro 2 – Características demográficas dos familiares e funcionários entrevistados/as

Nome	Idade (anos)	Etnia (Auto reconhecimento)	Ofício / Profissão	Lugar de residência	Composição familiar	Vínculo com uma Associação ou instituição
<b>Cindy Gómez</b>	32	Uitoto	Tecnóloga em Processamento de Alimentos	Leticia	Casada, 1 filha	Funcionária do Instituto SINCHI
<b>Alejandro Álvarez</b>	48	Mestiço	Economista	Bogotá	Casado, 1 filho	Gerente da empresa Selva Nevada
<b>Isidoro Marín</b>	52	Mestiço	Licenciado em Etnoeducação	Tarapacá	Casado com Nayibe del Águila, 2 filhas 2 filhos	Professor da escola de Tarapacá
<b>Otoniel Torres</b>	67	Mestiço	Licenciado em Etnoeducação	Tarapacá	Casado com Mariela Rodríguez 5 filhos, 4 filhas	Professor aposentado da escola de Tarapacá
<b>Justino Narváez</b>	82	Mestiço	Militar aposentado	Tarapacá	Casado com Silvia Santana,	Não aplica
<b>Lucas Ochavano</b>	60	Mestiço	Policia aposentado Pescador	Tarapacá	Casado com Flor Gómez, 5 filhas 6 filhos	ASOINTAM
<b>Víctor Rosales</b>	55	Mestiço	Serrador	Tarapacá	Casado, 1 filha 1 filho	Não aplica

Fonte: Elaborado pela autora

No desenho da pesquisa, tinha contemplado trabalhar com um grupo focal, mas não foi possível realizar esse exercício. A principal razão é que as pessoas que participaram na pesquisa estavam sendo requeridas constantemente para participar em reuniões e capacitações das associações indígenas, as ONGs e as instituições governamentais com as quais eu coincidi durante o trabalho de campo. Isto interrompe, por sua vez, os horários em que as pessoas se dedicam a trabalhar para atender às necessidades familiares. Resultando em processos que esgotam a disponibilidade das pessoas e que, não necessariamente, trazem um retorno econômico para elas. Por tanto, os encontros individuais foram marcados nos horários e nos lugares escolhidos pelas pessoas a entrevistar de acordo com suas possibilidades.

Fiz três pesquisas de campo, ou seja, visitas à localidade: a primeira ocorreu em março de 2020, enquanto a segunda viagem aconteceu entre outubro e novembro de 2021, e a última se deu entre junho e julho de 2022. Além das entrevistas, fiz um trabalho de observação participante em cenários públicos e privados de Tarapacá para coletar informação sobre as práticas cotidianas e registrei minhas observações no diário de campo. A sistematização das entrevistas consistiu em transcrevê-las e operacionalizá-las em categorias analíticas utilizando o software *NVivo*.

As demais fontes são constituídas por pesquisas acadêmicas, relatórios técnicos, publicações periódicas em jornais e magazines, arquivos diplomáticos e militares e memórias escritas pelos missionários católicos. Com este fim, pesquisei nos seguintes arquivos históricos e bibliotecas: *Archivo General de la Nación* (Bogotá), *Biblioteca del Banco de la República* (sedes Bogotá e Leticia), *Archivo Histórico de la Universidad Nacional de Colômbia* (Bogotá), *Instituto Geográfico Agustín Codazzi* (Bogotá), *Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas (SINCHI)* (Leticia), *Vicariato Apostólico de Leticia*, o Arquivo Histórico do Mosteiro dos *Hermanos Menores Capuchinos* (Bogotá) e o Arquivo de Atas da Paróquia de Tarapacá.

Para documentar o período histórico do conflito fronteiriço e da colonização as fontes mais acessíveis são os escritos dos homens, principalmente os militares, os diplomáticos e os missionários católicos que detinham o monopólio do discurso escrito. A exceção da carta de uma freira que administrava um internato em Tarapacá, encontrada em um arquivo militar, não consegui ter acesso a documentos

escritos por mulheres que viveram naquela época. As fontes que poderiam contar com esse tipo de documentos escritos são as Missionárias Vicentinas e as Missionárias Lauritas, organizações religiosas presentes na região Amazônica por várias décadas. Visitei as casas missionárias delas em Leticia, mas me informaram que não contavam com um arquivo histórico.

Nos documentos escritos procurei identificar as declarações de tipo político, moral ou religioso que continham preconceitos a respeito das populações nativas, pois esse modelo de discursos colocaram as bases para a construção social da identidade nacional e justificaram a opressão de certos grupos humanos. Conseqüentemente, os discursos criam práticas, na medida em que são internalizados pela população. Ou, como escreve o historiador Boris Kossoy: “Por meio dos documentos escritos, das matérias jornalísticas, dos artigos das revistas, dos bilhetes e livros, dos depoimentos orais, enfim, também se constroem realidades e ficções” (2021, p. 11).

Mas os textos que falam sobre os “outros” são olhares externos, unilaterais, e é necessário revisá-los e questioná-los a partir de outras perspectivas. Por exemplo, sobre as narrativas que foram construídas em torno dos eventos da chamada “era da borracha” na fronteira colombiano-peruana, Juan Álvaro Echeverri (2013) critica o silenciamento das vozes das pessoas que foram oprimidas, mas nos lembra que os corpos também testemunham a violência que sofreram:

Nos relatórios, narrativas e testemunhos da época da Casa Arana, os povos indígenas falam com seus corpos executados, mutilados, torturados, violados e explorados pelos patrões seringueiros. Os povos indígenas não são sujeitos desses relatos ou relatórios, mas objetos de compaixão, medo ou observação (ECHEVERRI, 2013, p. 470).

Durante muito tempo, os povos indígenas mantiveram em silêncio esses relatos da violência. No ano de 1993, conseguiram retornar a seus territórios ancestrais em La Chorrera (antigo centro de operações da Casa Arana). Echeverri (*ibidem*) esteve presente no momento em que se deu retorno, e descreveu da seguinte forma as dificuldades que avós e avôs tiveram para falar sobre o que aconteceu ali: “Se sentiram envergonhados e impotentes, incapazes de restabelecer uma conexão que reconheciam dolorosamente ser necessária para reconstruir suas

vidas” (ECHEVERRI, *ibidem*, p. 475), essa reconstrução das memórias do passado possibilitou processos de cura e ressignificação das experiências vividas nesse território, acompanhados por seus descendentes, a fim de olhar com esperança para o futuro.

Documentar, especificamente, a história das mulheres historicamente subordinadas coloca desafios para quem pesquisa, conforme argumenta Michelle Perrot (2007, p.21): “Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios”.

No caso estudado, foi notável a ausência de registros escritos das memórias das mulheres indígenas habitantes de Tarapacá, porque suas memórias são repassadas oralmente. O uso do método da história oral me permitiu produzir novos conteúdos no diálogo com as pessoas entrevistadas, partindo de suas experiências, cosmovisões, práticas cotidianas e, ainda, dos relatos dos acontecimentos históricos que não presenciaram, mas eram herdeiros/as das narrativas que escutaram dos/as seus/suas ancestrais.

No exercício de tecer as memórias individuais e coletivas, além das entrevistas semiestruturadas, também foram importantes as ideias que emergiram enquanto caminhávamos, torrávamos mandioca, limpávamos peixe ou cozinhávamos no fogão a lenha. Às vezes, os detalhes que me ajudavam a entender determinadas dinâmicas vinham dessas conversas descontraídas, fora de gravação. Entendi, ademais, que essa é a forma em que as mães e os pais que entrevistei repassam as palavras de conselho e os conhecimentos tradicionais para os/as seus/suas filhos/as. Aguardam o momento em que a pessoa demonstre vontade de escutar, de caminhar junto, e se interesse por aprender a prática de diferentes atividades como contar as histórias dos ancestrais, cozinhar, tecer, cultivar os alimentos ou pescar.

Considero pertinente observar que o processo histórico e social de Tarapacá tem sido marcado por relações interétnicas e de colonização que levaram à criação de um território multiétnico e pluricultural, em uma fronteira fluida onde circulam pessoas de Colômbia, Brasil e Peru. A coexistência interétnica em Tarapacá é comparável ao caso de La Chorrera, onde os povos indígenas permanecem linguisticamente distintos, mas "compartilham uma série de traços culturais e uma

organização social e cerimonial comum" (ECHEVERRI, *ibidem*, p. 479). Dado que diversas etnias coabitam e estão em constantes relações de interação e intercâmbio no mesmo território, optei por não acentuar as distinções entre os grupos étnicos presentes. Isso se deve ao fato de que um estudo etnológico transcende o escopo da minha pesquisa. Para uma compreensão mais aprofundada das particularidades culturais de cada grupo étnico, já foram conduzidos outros estudos por autores especializados na matéria.<sup>23</sup>

Por outro lado, neste percurso de pesquisa, teve relevância o uso de fotografias familiares como dispositivos para acender as lembranças das pessoas entrevistadas, além do próprio exercício de documentar o trabalho de campo por meio de uma etnografia visual. Sendo que estas são representações da realidade ou registros visuais subjetivos (KOSSOY, *ibidem*, p. 17), considerei útil colocar em diálogo minha visão do território de Tarapacá e das pessoas que habitam nele com as perspectivas dessas mesmas pessoas. Com esta intenção, fiz uma exposição fotográfica na sede da biblioteca de Tarapacá em junho de 2022, e estive presente durante as visitas dos/as espectadores/as para conversar com eles/elas (Figura 5).

---

<sup>23</sup> Sobre este tema, veja-se: SANTOS, Fernando; BARCLAY, Federica. **Guia Etnográfica de la Alta Amazonía**. Quito: FLACSO/Abya-Yala/IFEA. Esta coleção, publicada em vários volumes desde 1994, oferece uma ampla perspectiva desde os estudos étnicos. Segundo os seus editores, trata-se de “um projeto editorial de longo prazo que visa publicar monografias etnográficas, ensaios comparativos e trabalhos arqueológicos sobre várias áreas e povos indígenas das regiões amazônicas do Equador, Peru, Bolívia e Colômbia”, Fonte: <https://books.openedition.org/ifea/2435>; CIPOLLETTI, María Susana. **Sociedades Indígenas de la Alta Amazonía**. Fortunas y adversidades (siglos XVII-XX). Quito: Abya-Yala. Esta última obra também oferece um estudo abrangente sobre as sociedades indígenas da Alta Amazônia, especialmente dos Tucano.

Figura 5 – Exposição fotográfica na biblioteca local (junho//2022)



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2022)

No mesmo período, fiz uma oficina aberta à comunidade para apresentar os avanços da pesquisa e receber seus comentários, como uma forma de devolver à comunidade os conhecimentos e experiências que compartilharam comigo (Figura 6).

Figura 6 - Oficina com a comunidade para socializar os avanços da pesquisa



Fonte: Juan Carlos Aguirre-Neira (2022)

### 1.5.1 Meu lugar de fala

Sou uma mulher mestiça de Bogotá. Em concordância com Gloria Anzaldúa (2005), ser mestiço/a implica a transferência de valores culturais e espirituais entre grupos humanos. Ao mesmo tempo, entendo que a miscigenação no continente americano não foi produto de um processo pacífico, e que incorpora projetos políticos que promoveram a violência contra as populações indígenas e afrodescendentes.

De modo que ser “mestiça” é produto de construções sociais e culturais que respondem a diferentes interesses que tiveram como consequência outorgar direitos e privilégios a uma parte da população. Sendo ciente da injustiça e da colonialidade ainda presentes nas relações de poder, considero que minha responsabilidade social como pesquisadora é contribuir em abrir espaços para que sejam ouvidas as vozes que foram silenciadas e sejam conhecidas as resistências das pessoas que foram subordinadas por questões de gênero, classe e etnia. Entre elas, as mulheres amazônicas, dando reconhecimento ao seu lugar como agentes de transformação social e sujeitos políticos.

Minha perspectiva é sempre parcial, atravessada por marcadores como ser mulher urbana, mãe e cientista social. Neste caminho, as teorias feministas e

decoloniais me ajudam a chegar a outras compreensões, divergentes daquelas que procuram manter o sistema patriarcal e racista. Os diálogos que fiz durante o processo de pesquisa me permitiram aproximar-me das culturas indígenas amazônicas, e conhecer, um pouco melhor, suas territorialidades que perpassam os limites impostos pelos governos andino-amazônicos. Faço referência não só aos limites da geografia política, senão também às barreiras sociais que se baseiam nas ideias de “identidade” e “alteridade”.

Sou graduada em Sociologia e há onze anos atuo no setor rural colombiano, tenho participado em projetos de pesquisa e extensão nos estados de Bolívar, Córdoba, Cundinamarca, Huila e Putumayo. Meu interesse por desenvolver uma investigação com um grupo de mulheres da região amazônica surgiu de uma experiência de trabalho. Foi no ano de 2013, quando estava trabalhando junto com meu esposo, Juan Carlos Aguirre-Neira, em projetos de extensão rural em Orito (Putumayo). Eu fazia assistência técnica social para pequenos produtores agropecuários (a maioria homens camponeses e indígenas) e ele trabalhava no *Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural (MADR)* como interventor de projetos de “Alianças Produtivas” na região amazônica. Um dos projetos produtivos era dirigido por um grupo de mulheres em Tarapacá, a *Asociación de Mujeres Comunitarias de Tarapacá (ASMUCOTAR)*, que transforma frutas nativas em polpas e geleias para a venda local e para exportação. Sua iniciativa recebeu apoio do SINCHI, assim como outros incentivos do governo e de organizações de cooperação internacional.

Fiquei admirada com essa experiência de organização comunitária conduzida por um grupo de mulheres de um lugar isolado da Amazônia colombiana, onde só se chega por via fluvial ou em aeroplano, e que com muito esforço exportam seus produtos a Leticia e Bogotá. No mesmo ano (2013), soube que a cadeia de restaurantes *WOK* e a empresa de sorvetes artesanais *Selva Nevada*, que estão muito bem posicionadas no mercado nacional, estavam comprando as polpas de ASMUCOTAR.<sup>24</sup>

O benefício para as empresas envolvidas nestes “negócios verdes” é evidente. Além de ser um negócio rentável é uma forma de mostrar sua

---

<sup>24</sup> Sobre o mercado dos produtos derivados de frutas nativas amazônicas em Bogotá, veja-se, por exemplo: “El camu camu y las mujeres indígenas de Tarapacá”, 20 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.wok.com.co/wps/portal/wok/informacion/detalle/El%20camu%20camu%20y%20las%20mujeres%20indigenas%20de%20Tarapaca>. Acesso em: 2 de novembro de 2018.

“responsabilidade social corporativa”, que é muito valorizada pelos consumidores, que estão dispostos a pagar preços mais altos por alimentos orgânicos, saudáveis e resultado de uma cadeia de comercialização que compra dos/as pequenos/as produtores/as. Na Figura 7, observa-se uma sorveteria da empresa *Selva Nevada* localizada no centro histórico de Bogotá, no lateral direito do posto estão retratadas duas mulheres de Tarapacá.

Figura 7 – Posto de venda de sorvetes feitos com frutas amazônicas



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2022)

Para a comunidade de Tarapacá este negócio significou uma alternativa econômica e uma revalorização dos frutos nativos que são comuns no mercado local, mas pouco conhecidos no país além da região amazônica. Frutas como o açai (*Euterpe oleracea*) e o camu camu (*Myrciaria dubia*) são apetecidas no mercado internacional por suas propriedades alimentícias, farmacêuticas e cosméticas (AGUIRRE-NEIRA, 2020; BERNAL, 2013). Mas, que mudanças estava trazendo esta inserção das mulheres de Tarapacá nas dinâmicas do mercado externo?

Com esta pergunta em mente, escrevi um projeto de pesquisa sobre as dinâmicas territoriais das mulheres indígenas de Tarapacá envolvidas nos processos

de coleta, transformação e comercialização de frutos amazônicos, com o qual visava analisar a influência dessas atividades sobre suas relações sociais, econômicas e culturais. Tendo em perspectiva essa investigação, ingressei no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Florianópolis (2019).

Fiz uma viagem exploratória de campo em março de 2020. Viajei junto com minha filha, Abigail, de 5 anos de idade. Passamos uma semana em Leticia, onde entrevistei quatro mulheres originárias de Tarapacá que foram morar em Leticia. Na Figura 8, se observam de esquerda à direita: Verónica, Luz e Sara (mulheres tarapaquenhas que moram em Leticia), Ivón (pesquisadora) e Abigail (filha).

Figura 8 – Primeira etapa do trabalho de campo (março de 2020)



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2020)

Planejava viajar, em seguida, para Tarapacá. Mas, as condições não eram propícias. Naquela época, o coronavírus estava se espalhando rapidamente. Considerei a localização do distrito e as dificuldades para conseguir transporte em caso de uma emergência. Então, cancelei a viagem de Leticia para Tarapacá e programei nosso retorno a Florianópolis para o dia 10 de março. Atravessamos a fronteira por via terrestre e fizemos uma série de voos nacionais dentro do Brasil (Tabatinga-Manaus-São Paulo-Florianópolis). Chegamos em casa no dia 11 de

março, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo estava enfrentando a pandemia de Covid-19. Posteriormente, as fronteiras internacionais fecharam. E vieram tempos muito desafiadores e cheios de incertezas para todo mundo.

Os voos comerciais para Tarapacá foram suspensos durante um ano e meio por causa da pandemia. Decidi esperar um tempo prudencial, até que a maior parte da população na Amazônia estivesse vacinada contra o vírus e eu tivesse recebido as duas primeiras doses da vacina. Então, viajei em outubro de 2021, deste Bogotá até Leticia, e de lá para Tarapacá, onde estive seis semanas fazendo trabalho de campo (Figura 9).

Foto 9 – A chegada em Tarapacá (outubro de 2021)



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2021)

Uma vez que comecei a falar com as mulheres membros de ASMUCOTAR, percebi que tinha que fazer um redesenho da pesquisa, porque as circunstâncias em que estava a Associação não eram favoráveis, e elas tinham parado de comercializar as frutas. Segundo me falaram as mulheres entrevistadas, antes da pandemia os investimentos dos sócios externos à Associação já tinham minguado. Além disto, tiveram conflitos entre elas, e o negócio caiu em declínio. Com a pandemia, a exportação dos produtos parou completamente.

Decidi, então, ampliar o meu foco de pesquisa e não falar só das mulheres associadas em torno a esse projeto produtivo, mas considerar o papel histórico do trabalho das mulheres amazônicas em Tarapacá. Delimitei assim a nova pergunta de pesquisa: Como as mulheres amazônicas, com seu trabalho em distintos cenários de ação (domésticos e florestais) têm contribuído para a transformação ambiental, social e econômica de Tarapacá desde sua constituição como distrito amazônico colombiano?

Os relatos das mulheres que entrevistei dão conta de uma série de experiências de luta, sofrimentos, resiliências e resistências que lhes permitiram construir junto com suas famílias o território habitado. Esses relatos constituem a base desta pesquisa. Ao escrever sobre este tema, espero contribuir para a reconstrução das memórias históricas de Tarapacá e dar relevo aos papéis sociais das mulheres nesse território.

## 1.6 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com um estudo comparativo realizado por Diana Ojeda (2011) sobre as pesquisas em história ambiental com perspectiva interseccional, estas destacam as relações de poder baseadas em classe, gênero, geração e etnia como marcadores de diferenciação e dominação que determinam a interação dos seres humanos com o ambiente. Com base nesta perspectiva interseccional, orientei a seleção do meu referencial teórico.

Entendo a categoria “gênero” como uma construção cultural e, segundo Joan Scott (1995), é um conceito útil para a análise histórica porque nos permite refletir sobre “as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e é “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, *ibidem*, p. 86). Esta compreensão da configuração histórica das relações de poder permite explicar as desigualdades entre os papéis culturalmente designados às mulheres e aos homens.

Igualmente, as concepções que temos sobre a natureza não surgiram de forma “natural”. Na década de 1980, Carolyn Merchant, em seu livro *The Death of Nature* (1983), chamou a atenção sobre a importância de assumir uma perspectiva crítica de gênero ao estudar a história das mudanças nas construções sociais sobre a natureza. Na sua crítica às ideias que os iluministas geraram sobre a natureza na

Revolução Científica, Merchant destacou que, de forma genérica, os conceitos de “natureza” e “mulher” na modernidade foram concebidos como entes “passivos” e “subordinados”.

Essa mentalidade atravessou as relações de poder baseadas em gênero durante a conquista e a colonização do “Novo Mundo”. Na perspectiva de Morgan e Cook (2020), foi na hierarquização das relações entre “dominadores” e “dominados” que se justificaram as ações de desapropriação e marginalização dos povos nativos. Estas “relações de poder engendradas” (OJEDA, *op. cit.*, p. 57) deram forma às interações entre humanos e não-humanos.

A racionalidade dominante no ocidente permanece na visão dicotômica do mundo, que inclui binarismos como cultura/natureza, humano/não-humano, masculino/feminino. Sobre esse olhar dicotômico, Plumwood (2003) assinala que, particularmente, o dualismo razão/natureza colocou as bases para as diferentes formas de opressão da natureza e, conseqüentemente, para as crises ambientais. Desde essa perspectiva, na cultura ocidental ao homem (tipificado como homem livre, branco, heterossexual, cristão e empreendedor) atribuiu-se o papel de mestre da natureza e dos habitantes das terras colonizadas.

De forma similar a Merchant, Plumwood concluiu que o domínio da natureza pela razão engendrou os conceitos ocidentais de “progresso” e “desenvolvimento”. Assim como a natureza, as pessoas colonizadas (não ocidentais e não “brancas”) passaram a ser consideradas como “não-agentes”, “não-sujeitos”, e ficaram excluídas de toda significação ética na cultura ocidental (PLUMWOOD, 2003, p. 15).

Uma corrente de pensamento que se opõe à visão de progresso através do domínio da natureza é o ecofeminismo, que apresenta as mulheres como mais próximas da natureza. No entanto, essa visão tem sido objeto de críticas por historiadoras feministas como Cristina Scheibe Wolff (1999), que argumenta que essa proximidade é frequentemente considerada uma consequência “natural” da função reprodutiva das mulheres. Wolff (1999, p. 144), argumenta que “os homens também são parte da natureza e também têm função no processo reprodutivo (...) As diferenças são muito mais de nível cultural que biológico”.

Ser mulher não implica, necessariamente, no cuidado da natureza de forma instintiva, e o trabalho de cuidados não é responsabilidade exclusiva das mulheres. Segundo Leach e Green (1997), um ecofeminismo que não considere as influências culturais nas construções de gênero corre o risco de reforçar a visão essencialista

da mulher como uma figura exclusivamente voltada para o cuidado e a reprodução, em vez de abordar de forma crítica as desigualdades de gênero, as questões ambientais e as relações políticas.

No entanto, no contexto das mulheres indígenas latino-americanas, enfatizar a conexão entre mulheres e natureza se torna um posicionamento político estratégico. Conforme ressalta Astrid Ulloa (2020, p. 52), essa abordagem “abre espaço para novas demandas políticas em relação ao cuidado do não-humano e à continuidade da vida, com o objetivo de enfrentar os processos de apropriação e despojamento de seus territórios, bem como os impactos ambientais causados pelo extrativismo”.

O interesse atual das universidades e dos governos nas questões ambientais colocou o foco nos papéis diferenciados que homens e mulheres desenvolvem nos territórios: “Ao entrarmos no século XXI, as relações de gênero e a relação entre mulheres e meio ambiente ganham interesse, o que abriu uma ênfase na participação das mulheres indígenas nos cenários da biodiversidade, a mudança climática e os conflitos socioambientais” (ULLOA, *ibidem*, p. 31).

Em resumo, os estudos sobre gênero e ambiente envolvem diferentes epistemologias que tentarei colocar em diálogo com as experiências narradas pelas mulheres de Tarapacá, entendendo a importância de fazer um estudo contextualizado que saliente as particularidades das experiências locais, tal como proposto por Astrid Ulloa:

Requerem-se, em primeiro lugar, uma dimensão histórica que situe os processos culturalmente e que dê conta das dinâmicas coloniais com os povos indígenas e, em segundo lugar, uma perspectiva que dê conta da participação política e de gênero como um processo que ocorre no ritmo da leitura das visões atuais do que se entende pelo político (ULLOA, *ibidem*, p. 30).

Analiso a interação entre as dimensões histórica e geográfica desta pesquisa a partir da noção de “formação socioespacial” de Milton Santos (2004, p. 136), em que as temporalidades são marcadas pelos modos de produção sobre um espaço geograficamente determinado. Em outras palavras, as mudanças físicas de um território refletem o trabalho dos seres humanos através de sua história. Nesse processo de construção social do território, as pessoas que o habitam e dependem dele para sua subsistência interagem com os agentes externos que atuam sobre o

território de maneiras diferentes. No caso aqui estudado, predomina a visão extrativista intensiva, em que o território é usado como recurso para os outros.

Vale a pena explicitar que estou me referindo aos “ciclos extrativos” como unidades temporais analíticas, dependendo da demanda das diferentes “matérias primas” no mercado mundial. Ao mesmo tempo, entendo que os extrativismos de “recursos naturais” na Amazônia se superpõem, o início de um tipo de extrativismo não implica no fim do outro. Um olhar histórico permite perceber que o fato de que a região Amazônica seja considerada “periferia” em relação com as sociedades dominantes que constituem o “centro” do poder é uma das consequências do modelo colonial que se manifestam até hoje na organização política e econômica desta região. Em uma escala geopolítica mais ampla, Sassen (2013) argumenta que embora os Estados sejam as principais autoridades territoriais, estes respondem às agendas econômicas e políticas globais.

Fenômenos como o colonialismo, a globalização, as mudanças climáticas e a degradação ambiental têm um forte impacto sobre a população pobre, marginalizada e racializada (SHELLER, 2020). De acordo com autoras como Ulloa (2020), Belaunde (2019) e Agarwal (2004), as mulheres indígenas, afrodescendentes e camponesas são desproporcionalmente afetadas pelos efeitos negativos da colonização, do extrativismo, do desmatamento e dos desastres ambientais. Todos esses fatores são ameaças ao seu bem-estar, às suas comunidades e aos territórios-natureza, e elas aumentam suas horas de trabalho para cuidar do humano e do não humano. Os trabalhos das mulheres de Tarapacá na roça e no aproveitamento dos recursos florestais não-madeiráveis são suas principais maneiras de sustentar a vida e se tornam um referente de resiliência no contexto da crise ambiental global.

## 1.7 ESTRUTURA DA OBRA

Além desse primeiro capítulo introdutório, a tese conta com mais três partes. A articulação dos três capítulos a seguir corresponde a uma intenção expositiva, em ordem cronológica, para documentar os períodos históricos, o contexto local e os trabalhos das mulheres nos correspondentes ciclos econômicos.

Por conseguinte, no segundo capítulo abordo a questão do trabalho escravo dos povos indígenas amazônicos nos seringais durante o auge da borracha e os subsequentes deslocamentos forçados que os levaram a ocupar territórios como Tarapacá que seria, logo, cenário do conflito fronteiriço colombiano-peruano, que foi resolvido diplomaticamente com a sessão do Trapézio Amazônico para Colômbia. Seguidamente, discuto o processo de migração de colonos colombianos, peruanos e brasileiros, que foram motivados, principalmente, pelas oportunidades de trabalho na base militar.

No terceiro capítulo, descrevo, inicialmente, o desenvolvimento de atividades de extração das madeiras, das peles de animais silvestres e da pesca. Considero esses aspectos com foco especial nos trabalhos desempenhados pelas mulheres nessas atividades econômicas. Posteriormente, a partir da década de 1990, como resultado das limitações às atividades extrativistas e da expansão de outros tipos de economias ilícitas, principalmente o narcotráfico e a mineração, os moradores de Tarapacá se debateram entre seguir esse caminho ou procurar alternativas econômicas lícitas para suprir suas necessidades básicas. Nesse cenário emergiu a iniciativa de aproveitar os recursos florestais não-madeireiros, principalmente as frutas nativas, com fins comerciais, que é a atividade em que se ocupam várias das mulheres entrevistadas, com o qual concluo este estudo através dos diferentes ciclos extrativos.

No quarto capítulo, analiso a situação da Panamazônia sob a perspectiva de sua importância para a diversidade cultural e biológica, e argumento que o desmatamento da floresta dessa grande região pode levar ao surgimento de futuras pandemias semelhantes à da COVID-19, colocando como contraponto os modos de vida alternativos ao consumismo, que se baseiam na noção do Bem Viver dos povos andino-amazônicos.

Colocar as narrativas das mulheres entrevistadas em diálogo com o que foi descrito nos documentos históricos sobre os papéis sociais delas na Amazônia me permite fazer um balanço, nas considerações finais, sobre como elas, a partir dos seus trabalhos produtivo e reprodutivo, contribuíram na construção social desse território.

## 2 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE TARAPACÁ: O USO DAS ARMAS, A CRUZ E O MACHADO<sup>25</sup>

As relações dos seres humanos com o território habitado configuram uma “formação socioespacial”, entendida como “um arranjo espacial dos modos de produção particulares sobre uma base territorial historicamente determinada” (SANTOS, 1977, p. 87). Desde esta perspectiva das relações da população com o espaço social construído por meio do seu trabalho, analiso os trabalhos das mulheres amazônicas em cada etapa histórica e sua relação com o contexto nacional e global.

O presente capítulo se remete aos inícios do século XX, em pleno auge da extração da borracha na região amazônica, e perpassa pelo conflito fronteiriço colombiano-peruano (1932-1933) e o processo de colonização de Tarapacá iniciado pelos militares.

Desde a chegada dos conquistadores espanhóis e portugueses na Amazônia, no século XVI, esta floresta tropical foi considerada um “inferno verde” sem possibilidades de “progresso”. E ainda quatro séculos depois, os escritos de missionários católicos na Colômbia refletiam a mesma visão sobre este território. Veja-se, por exemplo, o comentário do Padre Alberto de Cartagena na revista *Mirador Amazónico*:

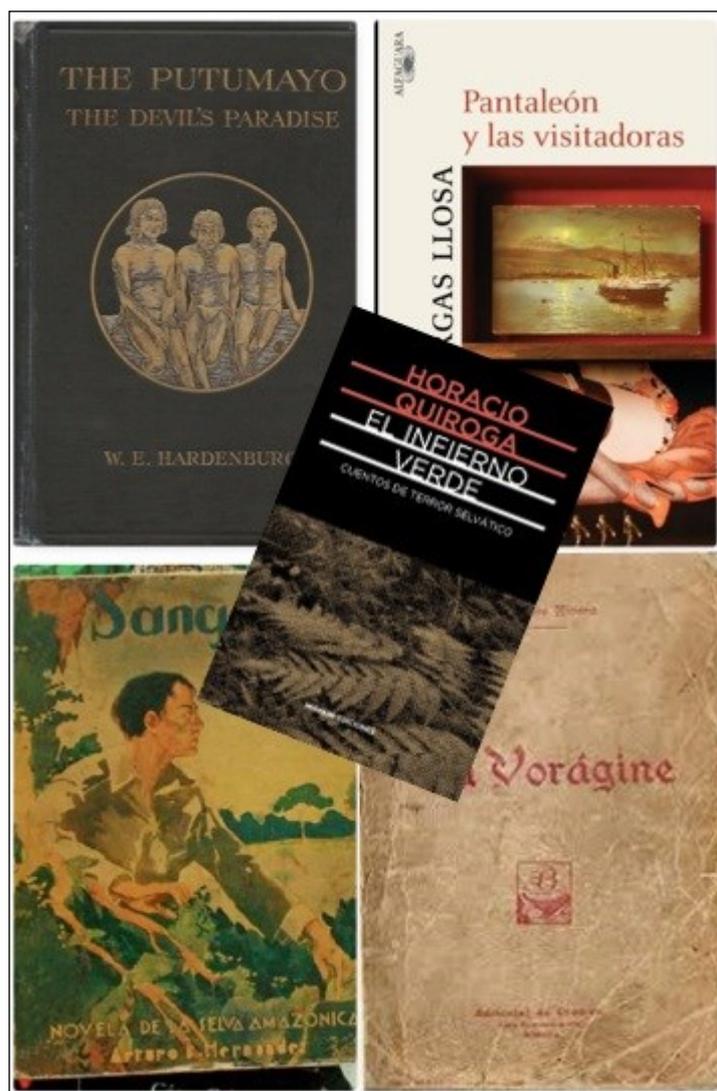
Desde o início da colonização do solo amazônico, foram feitos planos fantásticos para o progresso da região. Todos falharam. Há inúmeras dificuldades que assaltam aqueles que aqui penetram com o desejo de rasgar a cortina da selva para aproveitar as supostas riquezas; e nem todos aqueles que vêm, embora dotados de uma boa dose de aventureirismo, sabem como superar a vingança selvagem destes climas (CARTAGENA, 1955, p. 17).

---

<sup>25</sup> Este capítulo contém informações que já foram publicadas nos seguintes capítulos de livros: CUERVO-FERNÁNDEZ, Ivón Natalia. Del conflicto fronterizo colombo-peruano a las disputas internas en Tarapacá (Amazonas, Colombia). *In*: NODARI, Eunice Sueli, et al. (orgs). História ambiental em rede: Novos temas e abordagens. Governador Valadares: Univale Editora; Passo Fundo: Acervus, p. 319-332, 2022. Disponível em: <https://www.acervuseditora.com.br/historia-ambiental-em-rede-novos-temas-e-abordagens>; CUERVO-FERNÁNDEZ, Ivón Natalia; NODARI, Eunice; AGUIRRE-NEIRA, Juan Carlos. Construcción social del territorio amazónico de Tarapacá, desde la perspectiva de las mujeres indígenas que lo habitan. *In*: CUVI, Nicolás; CORREA, Jennifer; DUQUE, Jazmín; ESPINOZA, Ismael (comp.). **Contribuciones a la historia ambiental de América Latina**. Memorias del X Simposio SOLCHA. Quito: Flacso Ecuador: Sociedad Latinoamericana y Caribeña de Historia Ambiental (SOLCHA), p. 76-86, 2022. Disponível em: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/153152-opac>

O imaginário do “inferno verde” inspirou várias novelas e contos latino-americanos ao longo do século XX (Figura 10).

Figura 10 – Algumas novelas, contos e relatórios baseados nas viagens de políticos, militares e comerciantes para a floresta amazônica



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Hardenburg (2014) [1912]; Rivera (1922); Hernández (1942); Vargas-Llosa (1973); Quiroga (2019).

Conforme explica a historiadora ambiental Claudia Leal (2018), desde o período colonial difundiu-se a ideia das “florestas ameaçadoras” que deveriam ser civilizadas e, como resultado desse processo, esses territórios foram considerados como áreas periféricas do território nacional:

Os imaginários sobre as selvas enfermizas e cruéis contribuíram para o fortalecimento de umas geografias nacionais hierarquizadas que vinham sendo construídas desde o período colonial. Assim como as contraditórias imagens dos trópicos asiáticos e africanos –como belos mas infernais- ajudaram a legitimar as empresas coloniais europeias, as ideias que ganhavam força no trópico americano reforçaram o mandato de domesticar áreas consideradas selvagens (LEAL, 2018, p. 137).

Entre 1860 e 1930 ocorreu o auge da exploração da borracha na região amazônica. Na segunda década do século XX, ainda não estavam definidos os limites fronteiriços entre Colômbia e Peru. Segundo o relatório do cônsul britânico Roger Casement, que foi enviado ao Parlamento Inglês (1913), o Putumayo era um território da Amazônia em disputa: “A região era praticamente uma terra de ninguém, afastada de qualquer autoridade ou influência civilizadora e reivindicada nos mapas por três repúblicas distintas” (CASEMENT *et al.*, 2011 [1912], p. 78). Esta indeterminação das fronteiras, propiciou a expansão da empresa seringueira do peruano Julio César Arana, quem tinha estabelecido acordos de negócios com seringueiros colombianos desde 1896:

Os caucheros [donos de seringais] que se estabeleceram desta forma para obterem provisões frescas e produtos básicos da existência civilizada, bem como para trocarem mercancias nas suas relações com os índios (sic.), tiveram que enxergar para os territórios brasileiros e peruanos rio abaixo e não para os povoados colombianos de onde partiram. Era comparativamente fácil obter fornecimentos de Iquitos por via fluvial, de modo que por volta de 1896, a firma de Arana Hnos. abriu negócios de comercio com estes caucheros colombianos. Estes negócios recíprocos cresceram e terminaram com a compra de quase todos os assentamentos colombianos pela firma de Arana Hnos. Os índios foram incluídos no pacote juntamente com os assentamentos. No alto Amazonas, é mais comum ouvir falar um comerciante de “meus índios” ou “meu rio”. (CASEMENT *et al, ibidem*, p. 79).

Desde aquela época, a Casa Arana dominou o mercado de extração da borracha no território amazônico colombiano-peruano até a terceira década do século XX. Devido à ocupação dessa região amazônica pelos seringueiros, o Governo do Peru aproveitou a oportunidade para expandir sua fronteira.

A Figura 11 faz parte da coleção de fotografias registradas durante a visita do cônsul Roger Casement aos seringais da Casa Arana. No momento de capturar a

imagem foram colocadas no primeiro plano as meninas e moças e no segundo plano os “*muchachos*”, rapazes indígenas que estavam ao serviço da Casa Arana.

Figura 11 – Mulheres indígenas nos seringais da Casa Arana



Fonte: (CHIRIF, *et al.*, 2013, p. 138).

As torturas e assassinatos perpetrados nos seringais do Putumayo causaram múltiplos deslocamentos de comunidades indígenas em fuga daquele regime de exploração (GARCÍA-JORDAN, 2001; SEÑAL MEMORIA, 2012). Durante as duas primeiras décadas do século XX, o genocídio dos povos indígenas protagonizado pela Casa Arana na região do Putumayo foi divulgado pela imprensa internacional e em relatórios apresentados ao Vaticano.

Nos jornais *La Sanción* e *La Felpa*, publicados em Iquitos (Peru), foram difundidas, no ano de 1907, as denúncias redigidas pelo jornalista peruano Benjamín Saldaña Roca sobre os crimes contra os indígenas do Putumayo (Figura 12).

Figura 12 – Recortes dos jornais de inícios do século XX, que denunciaram os crimes contra os indígenas do Putumayo



Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagens dos jornais *La Felpa* (1907); *La Sanción* (1907) e *L'Écho d'Alger* (1912). Disponíveis em: (CHIRIF; CORNEJO, 2009, p. 19); <https://gallica.bnf.fr/>

Posteriormente, foram publicados uma série de artigos sobre o mesmo fato histórico na revista inglesa *Truth* (1909), pelo engenheiro americano Walter Hardenburg, quem publicou uma pesquisa mais extensa no seu livro *The Putumayo, the Devil's Paradise* em 1912. A seguir, cito algumas anotações da denúncia feita por Benjamín Saldaña Roca e citada por Walter Hardenburg:

Todos os habitantes indígenas dessas selvas são de caráter ameno, laboriosos, mansos, hospitaleiros, humildes e obedientes. Esta afirmação pode parecer falsa para mais do que uma pessoa, pois sempre ouvimos dizer que os nativos de lá são ferozes, indomáveis, e até canibais, mas isto é falso e exagerado.

Os índios estão divididos em nações, e cada uma delas tem um chefe, a quem chamam de *capitán*. São inimigos da poligamia, e tanto homens como mulheres têm ciúmes ao extremo. Estas últimas cultivam os campos, enquanto os homens se dedicam à caça, à pesca e à recolha de borracha.

Estas pobres pessoas, "simples", não canibais, viveram ali felizes até que Arana e os seus bandidos os invadiram. Depois começou o Tantalus para todos eles -homens, mulheres, crianças e pessoas idosas-.

Os chefes de secções, como os famosos bandidos Norman, Agüero, os dois irmãos Rodríguez, e outros, já conhecidos e enumerados, impõem a cada índio a tarefa de lhes entregar 5 arrobas de borracha a cada fabrico.

Quando chega o momento de entregar a borracha, estas infelizes vítimas aparecem com as suas cargas nas costas, acompanhadas pelas suas mulheres e crianças, que as ajudam a carregar a borracha. Quando chegam à secção, a borracha é pesada. Sabem, por experiência, o que a agulha da balança deve marcar, e quando indica que entregaram a quantidade total necessária, saltam e riem com prazer. Quando não o faz, atiram-se de cara para baixo no chão e, nesta atitude, aguardam a chicotada, a bala, ou o *machete*. Esta é a opção do chefe de secção, mas geralmente recebem cinquenta chicotadas com flagelos, até que a carne cai dos seus corpos em tiras, ou então são cortados em pedaços com *machetes*. Este espetáculo bárbaro tem lugar ante o olhar de todos os outros, entre os quais estão as suas mulheres e crianças. (Fragmento de uma matéria de jornal publicada por Benjamín Saldaña Roca em La Felpa [Dec. 29 de 1907] citada por Walter Hardenburg (2014, p. 218), grifos do autor).<sup>26</sup>

Nessa denuncia pública, Saldaña Roca fez referência ao uso da imagem de “canibais” para se referir aos povos indígenas da Amazônia, imaginário que era difundido na Europa e nos Estados Unidos para justificar a dominação e “civilização” desses povos.<sup>27</sup>

Refere-se, também, à divisão sexual do trabalho à que estavam acostumados os moradores nativos: as mulheres se dedicavam à agricultura e ao cuidado das crianças, enquanto os homens se ocupavam dos trabalhos que se fazem mais longe, no interior da floresta. Os indígenas descobriram a propriedade elástica da borracha e a utilizaram para fazer objetos como bolas e bastões (DÍAZ-CARDONA, 2022, s.p.). Mesmo que não foram reconhecidas como “trabalhadoras”

---

<sup>26</sup> Notas sobre esta citação: Não foi possível conseguir a matéria completa de La Felpa publicada em castelhano, jornal que foi fechado logo depois das denúncias feitas por Saldaña Roca. Algumas palavras não foram traduzidas por Hardenburg à língua inglesa, mas foram deixadas na língua original ou entre aspas. Conforme o contexto local, é possível explicar que o capitán era o chefe de algum grupo indígena local, uma arroba é uma medida de peso que equivale a 15 quilos, o termo fábrica corresponde a um período aproximado de quatro meses em que a borracha era coletada e levada ao lugar de armazenamento, e um machete é um facão.

<sup>27</sup> Para aprofundar no tema dos imaginários sociais que se tinha sobre os povos indígenas amazônicos na época da exploração da borracha no Putumayo, veja-se: CHIRIF Alberto; CORNEJO Manuel (Eds.). Imaginario e imágenes de la época del caucho: Los sucesos del Putumayo. Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica (CAAAP), 2009.

dos seringais, as mulheres e crianças indígenas também participavam das jornadas de trabalho na floresta e carregavam junto com os homens o produzido.

As publicações antes mencionadas exerceram uma pressão social importante sobre a Inglaterra, onde estavam os principais sócios capitalistas da Casa Arana. Por isso, em 1910, o governo inglês comissionou ao cônsul Roger Casement para viajar ao Putumayo com o propósito de verificar o que estava acontecendo com as pessoas de Barbados (colônia inglesa) que tinham sido levados para trabalhar nos seringais dessa região, assunto que serviu como justificativa para verificar a violência contra os indígenas.

Seguem alguns fragmentos das denúncias escritas por Casement em um relatório apresentado ao Parlamento Inglês: “A flagelação foi combinada com outras torturas concebidas para inspirar medo intenso e agonia física próxima da morte” (CASEMENT *et al*, *ibidem*, p. 98). Em seu relatório, Casement afirmou que no decorrer dos dois meses que ele esteve nas propriedades da Casa Arana em La Chorrera (entre setembro e novembro de 1910) conheceu a mais de 1.600 indígenas que moravam lá, homens e mulheres (adultos e crianças) que eram chamados de “trabalhadores da Companhia” e que a forma mais usada para os torturar era a flagelação, obrigando-os a trabalhar ainda com as feridas na carne viva:

Pude inspecionar os homens de perto e constatar que muitas das feridas ainda não estavam fechadas. Alguns dos mais feridos foram crianças com dez ou doze anos de idade, segundo me consta. Um homem local disse-me que tinha estado seis anos na região e confessou-me que tinha chicoteado constantemente índios, tanto mulheres como homens, e que 90% da população tinha as marcas dessas chicotadas. Mencionei esta percentagem a alguns dos cavalheiros ingleses que me acompanharam numa grande parte da minha visita, e eles acharam que era um exagero. Estou inclinado a pensar que foi aproximadamente acertada (CASEMENT *et al*., *ibidem*, p. 89).

Em seu relatório, Casement (*ibidem*) explicou que o látigo era um instrumento de tortura e terror, não necessariamente usado por ter cometido um erro, mas sim para pressioná-los a carregar mais borracha (cargas que podiam pesar entre 50 e 70 quilos) ou para mantê-los submetidos pelo medo aos agentes locais que exerciam o controle. Outras formas de tortura usadas eram o afogamento, o estrangulamento e a violência sexual, esta última ação ele mesmo a qualificou

como “repugnante” no relatório, e optou por não aprofundar nos detalhes dos casos de estupro:

Foi-me dada abundante informação sobre este tipo de crime causado principalmente pela imoralidade prevalecente que levou os agentes a disporem das mulheres indígenas a seu prazer e a intrigarem contra as mulheres que tinham sido entregues aos seus companheiros civilizados. Não tento lidar mais detalhadamente com este tipo de má conduta (CASEMENT *et al.*, *ibidem*, p. 100).

No meio das longas jornadas de trabalho na floresta, os indígenas escravos tinham que garantir sua própria alimentação (CASEMENT *et al.*, 2011 [1912], p. 53). Nesse sentido, as mulheres cumpriram um papel fundamental para manter as famílias com vida, trabalhando nos seringais durante o dia, enquanto cuidavam dos filhos que estavam junto com elas ou escondidos e, nas noites, cultivando plantas alimentícias na roça. De acordo com Kuiru (2019), ao lembrar o relato de Margarita Capajo, descendente de indígenas escravizados em La Chorrera, a produção e preparação dos alimentos foi uma forma de resistência dos seus ancestrais:

*No había vida para nadie, durante la cauchería no se podía descansar, las mujeres que tenían hijos, escondían a sus hijos en los barrancos a la orilla del río, todo el día los niños pasaban allí hasta la noche cuando los recogían para ir a cultivar la chagra, hacer el casabe, y los hombres a sembrar y hacer mambe, practicar el chamanismo, las curaciones y los cantos para no olvidar* (KUIRU; 2019, p. 9).<sup>28</sup>

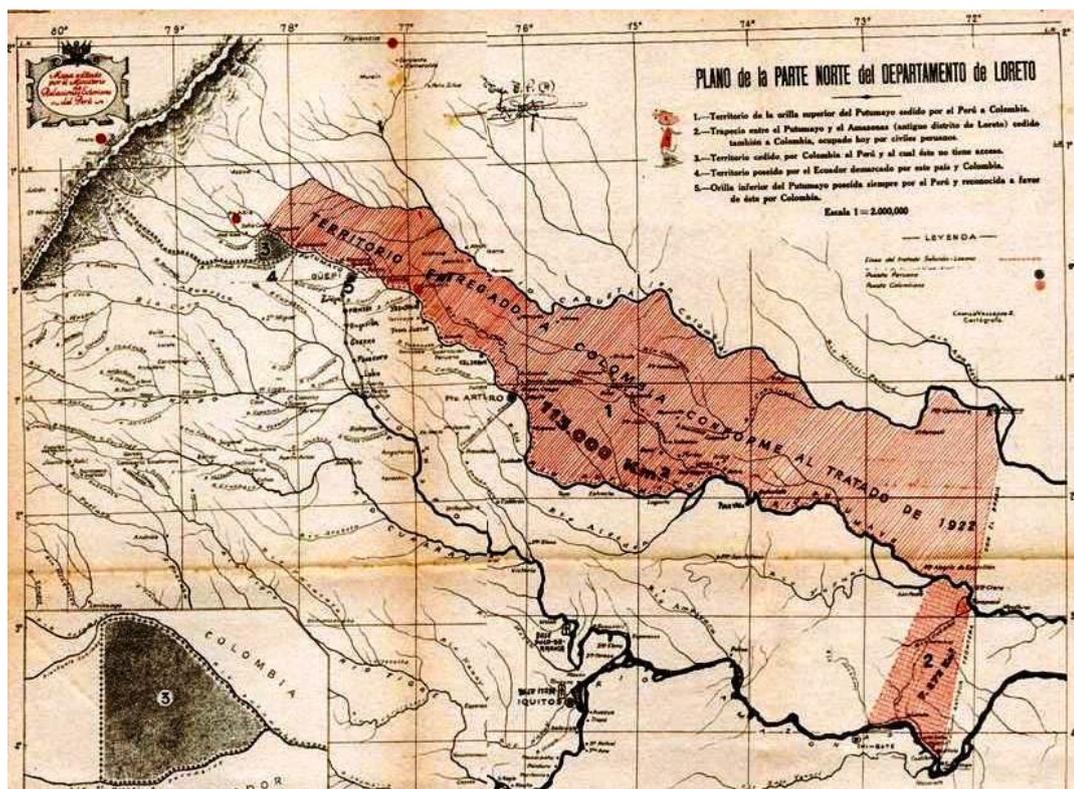
O reconhecido etnocídio perpetrado pelo pessoal da Casa Arana levou o governo peruano a buscar uma solução diplomática. Tendo em vista que desde o início do século XX havia uma disputa entre o Peru e a Colômbia pela região do Putumayo, o presidente peruano Augusto Leguía y Salcedo assinou secretamente o *Tratado de Límites y Navegación Fluvial entre Colombia y Perú* (1922), mais conhecido como Tratado Lozano-Salomón<sup>29</sup>, o qual cedeu à Colômbia o trapézio amazônico que pertencia à província peruana de Loreto (Figura 13). Com uma

<sup>28</sup> Margarita Capajo, avó uitota-nonuya de La Chorrera. Entrevista concedida a Fany Kuiru em outubro de 2014 e publicada em sua dissertação de mestrado (KUIRU; 2019, p. 9).

<sup>29</sup> O Tratado Lozano-Salomón consistia num documento diplomático de delimitação de fronteiras e navegação fluvial entre a República da Colômbia e a República do Peru, assinado pelos Plenipotenciários Dr. Fabio Lozano (Colômbia) e Dr. Alberto Salomón (Peru) em 24 de março de 1922 na cidade de Lima.

extensão territorial de 113.000 km<sup>2</sup>, esse território abrangia o cenário das atividades extrativistas da Casa Arana e possibilitou o acesso da Colômbia ao rio Amazonas (GARCÍA-JORDAN, 2001, p. 615).

Figura 13 – Mapa do limite norte do departamento de Loreto (Peru) com destaque do território entregue à Colômbia conforme o Tratado Lozano-Salomón (1922)



Fonte: Wikipedia, Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=74228015>

A partir da década de 1920 chegaram em Tarapacá indígenas das etnias Uitoto, Bora e Nonuya, provenientes do rio Igaraparaná, fugitivos da escravidão da extração da borracha (CIMTAR, 2020). María Silva, uma mulher ticuna entrevistada para esta pesquisa, relata a forma em que a família dela chegou nesse território na década de 1930:

*Mi padre fue uno de los caucheros. Cuando él llegaba de trabajar, él nos contaba sus historias, a veces nos quedábamos dormidos escuchándolo. Él nos contaba que en 1933, cuando hubo el conflicto, él tenía unos 18 años. Mis abuelos eran indígenas boras. Ellos cruzaron el río Cahuinari huyendo de la Casa Arana, y se quedaron a vivir en la cabecera del río, porque a muchos indígenas los quemaban. Hacían huecos en la tierra y quemaban a los paisanos*

*que no trabajaban tanto, no importaba si estaban enfermos, tenían que ir a sacar el caucho. Les ponían plazos: “En tal mes, me tiene que traer tal cantidad”. Y si no alcanzaban, por la enfermedad, y llegaba la fecha, les pegaban, les daba fuste. Y, a veces, cuando no querían trabajar, cavaban un hueco en la tierra y ahí los enterraban y, si no hacían caso, los quemaban.<sup>30</sup>*

A escravidão dos indígenas nos seringais foi condenada pelo Papa Pio X na sua Encíclica *Lacrimabili Statu*:

Condenamos e declaramos culpados de um crime terrível todos aqueles que ousam ou presumem escravizar os referidos índios, vendê-los, comprá-los, trocá-los ou doá-los, separá-los de suas esposas e filhos, despojá-los de seus pertences e propriedades, conduzi-los ou transportá-los para outro lugar ou de qualquer forma privá-los de sua liberdade e mantê-los como escravos, bem como dar, àqueles que o fazem, conselhos, auxílios, favores, sob qualquer pretexto ou nome, ou ensinar e proclamar ser lícito, de qualquer outra forma cooperar com o acima exposto (PIO X, 1912, p. 1).

A opinião da igreja católica sobre os assuntos políticos na Colômbia era muito relevante, principalmente porque desde 1887 foi assinada uma Concordata, que consistia em um acordo entre o Estado colombiano<sup>31</sup> e a Santa Sé, que reconhecia a esta última como uma entidade soberana de direito público internacional. Posteriormente, a Lei 72 de 1892 autorizou ao Poder Executivo para estabelecer missões católicas em todo o território nacional. O Governo encomendou aos missionários católicos a missão de “civilizar” através da conversão religiosa e lhes outorgou faculdades políticas:

O Governo regulará, de acordo com a autoridade eclesiástica, tudo o que for favorável ao bom funcionamento das Missões, podendo delegar aos Missionários poderes extraordinários de exercício da autoridade civil, penal e judicial sobre os catecúmenos, em relação aos quais a ação das leis nacionais é suspensa até que, tendo saído do estado selvagem, na opinião do Poder Executivo, sejam capazes de serem governados por elas (COLOMBIA, 1892, p. 1).

---

<sup>30</sup> María Silva, 59 anos, mulher ticuna. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Leticia (Amazonas), 7 de março de 2020.

<sup>31</sup> Neste ponto, abordo a noção de Estado colombiano no sentido de “unidades sociopolíticas, institucionalidades e fronteiras que moldam e afetam tanto ordens macropolíticas, quanto rotinas burocráticas que nos regem a todos cotidianamente” Crf. Vianna e Lowenkron 2017, p. 2

Esta lei não só ignorou a capacidade de autogoverno dos povos indígenas, mas também os excluiu da sociedade civil, rotulando-os de "selvagens". Levando em consideração esses antecedentes históricos, a seguir, vou me referir à influência das missões católicas em Tarapacá.

## 2.1 O ESTABELECIMENTO DE MISSÕES CATÓLICAS EM TARAPACÁ

Desde o século XVII, foram escritas crônicas da passagem dos missionários católicos franciscanos, carmelitas, jesuítas e mercedários pela região amazônica. No ano de 1682, os jesuítas fundaram o povoado de Loreto (Peru) avançando rapidamente nas suas atividades de proselitismo religioso nesse território (VARGAS-UGARTE, 1963, p. 29).

Estas ordens missionárias, assim como os colonos e empresários europeus, foram os “principais agentes da expansão europeia nas terras baixas nos séculos XVII e XVIII [...] que competiram por acesso à força de trabalho indígena em uma economia extrativista baseada na escravidão dos indígenas. Seus esforços, tanto a longo quanto a curto prazo, transformaram a paisagem” (CLEARY, 2001, p. 82). Os missionários conformaram “reduções” de indígenas nas quais “concentraram povos de origem étnica e geográfica diferente em um único local de terras várzeas” (*ibidem*, p. 88). Nesses lugares, assumiram funções do Estado como o atendimento em saúde e educação. Na Figura 14 pode ser observada uma fotografia do freire capuchinho Anastasio de Montclar com um grupo de moças indígenas do Amazonas, possivelmente estudantes de um internato. Esta fotografia faz parte do Arquivo histórico do mosteiro dos *Hermanos Menores Capuchinos* na Colômbia, cujos registros visuais constituem documentos históricos importantes, mas carecem de uma classificação mais exata do lugar e do ano em que foram retratados.

Figura 14 – Educação religiosa



Fonte: Arquivo histórico do mosteiro dos *Hermanos Menores Capuchinos* [s.d.] [s.l.]

Durante o conflito entre a Colômbia e o Peru, as freiras da Ordem Vicentina ocuparam uma nave-hospital no porto de Tarapacá para atender aos soldados, elas permaneceram lá até 1936 quando saíram para atender o Hospital Militar e a escola de meninas de Leticia (CARVAJAL, 2016, p. 16). Os internatos fundados na região amazônica pelas freiras e freis também serviram de refúgio para os indígenas que eram perseguidos pelos seringueiros da Casa Arana. Uma das freiras se refere a esta questão em uma carta (Figura 15) escrita desde Tarapacá ao general Luis Felipe Acevedo no ano de 1935:

Pela dupla razão de ser o senhor conhecedor do lugar e das circunstâncias e estar em condições de poder contribuir efetivamente para resolvê-las, gostaria de explicar-lhe algumas das principais dificuldades encontradas pelo orfanato de La Chorrera, que em meados de janeiro tinha 82 alunos, suponho que agora tem cerca de 100 e logo chegará a cerca de 150. A primeira dificuldade é a falta de instalações próprias e o perigo de que algum representante da Casa Arana possa aparecer a qualquer momento para reivindicar seus direitos, o que provocaria a completa dispersão dos índios, pois todos eles são repatriados e têm medo/pânico deles (FREIRA VICENTINA, 1935).

Figura 15 – Internatos como lugares de refugio

Tarapacá, Nueva Hospital, Marzo 18 de 1935.

Señal General Acevedo,  
 Tacahuate de la Comisión Misionera  
 Leticia.

Respetado Señor General y amigo en  
 Jesús y María: Con el doble motivo de ser  
 yo conocedor del lugar y circunstancias y estar  
 en condiciones de poder conducir espres-  
 samente a resolverlas, me permito exponerle  
 algunas de las principales dificultades en  
 que tropieza el Internato de la Chozera,  
 el cual tenía a mediados de enero (52)  
 ochenta y dos alumnos, superaba fiere  
 ahora unos cien (100) y llegue pronto a  
 unos (150) ciento cincuenta.

1.ª La primera es la carencia de local  
 propio, y el peligro que aparece de un mo-  
 mento a otro algún representante de la  
 Casa Arana reclamando derechos, lo cual  
 traería la completa desbandada de los indios,  
 pues todos son repatriados y los tienen  
 como párricos.

Fragmento da carta escrita desde Tarapacá por uma freira vicentina [nome ilegível da remetente] ao general Acevedo. Fonte: Arquivo Histórico da *Universidad Nacional de Colombia*. Fondo General Luis Felipe Acevedo, caixa 11, pasta 1, folio 91, Tarapacá, 18 mar. 1935.

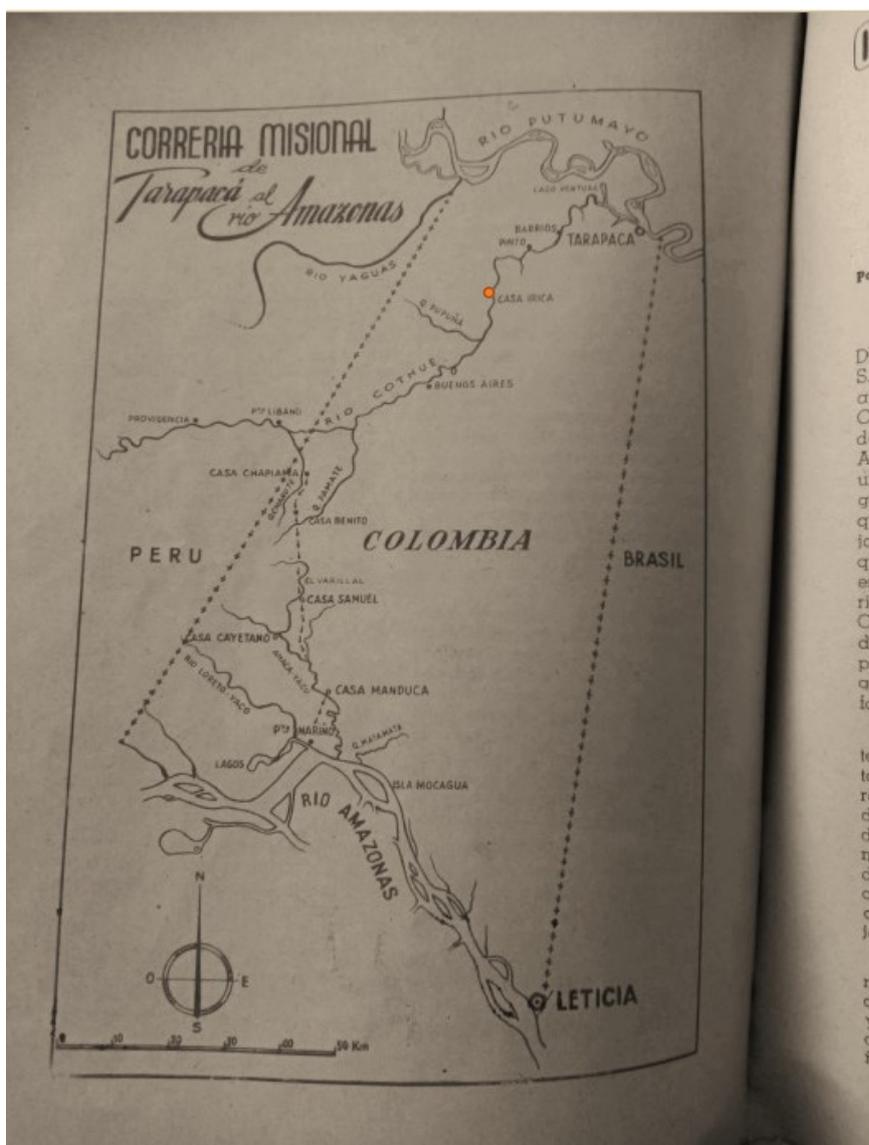
As missões religiosas católicas administraram a escola e, mais adiante, o internato de Tarapacá. No mesmo local da capela foi construída uma escola no ano de 1954, conforme foi narrado pelo frei Fidel de Barcelona sobre seu roteiro missionário desde Tarapacá pelo rio Cotuhé até chegar em Leticia pelo rio Amazonas. Os seus relatos foram publicados durante três anos consecutivos (1954-1956) em uma revista da Prefeitura Apostólica de Leticia. Segue um fragmento desse relato:

Eu tinha vindo de avião da "FAC" [Força Aérea Colombiana] de Leticia para preparar a instalação de uma nova Escola de Alfabetização no renomado Porto de Tarapacá. Após alguns dias de trabalho bem-sucedido para continuar a construção de um edifício para a Capela-Escola e de obter um local provisório para o funcionamento imediato da nova escola para os indígenas que vivem em uma pequena aldeia perto da Guarnição Militar, era hora de eu voltar ao meu ponto de partida, o lugar onde eu moro [Leticia]. E como os aviões não voam todos os dias, nem todos os meses, nem

em data fixa, acabei atravessando a selva ao longo do Trapézio Amazônico, até chegar ao [rio] Amazonas, e assim visitei e conheci os povos e os caminhos de indígenas que existem neste local bastante desconhecido (BARCELONA, 1954, p. 30).

Na Figura 16, croqui feito pelo frei Fidel de Barcelona do seu percurso desde Tarapacá até Leticia, identificam-se os rios Amazonas/Solimões e Putumayo/Içá e seus afluentes, assim como os pontos geográficos que ele visitou.

Figura 16 – Trajetória de uma carreira missionária desde Tarapacá



Fonte: (BARCELONA, 1954, p. 29)

Ao longo do século XX, as ordens missionárias católicas tiveram um papel significativo no estabelecimento de povoados na região amazônica, nas chamadas

“reduções indígenas” além de atividades religiosas, assumiram funções do Estado, como a educação e o atendimento à saúde. Porém, sua intervenção também gerou rupturas na socialização da cultura própria, perda das tradições e do uso das línguas nativas, e acelerou a assimilação do modo de vida ocidental.

## 2.2 MILITARES, COLONOS E COMERCIANTES EM TARAPACÁ

Apesar de o Tratado Lozano-Salomón já ter sido assinado, o desafio do governo colombiano era que a população daquela região amazônica, majoritariamente peruana, desenvolvesse um sentimento de pertencimento em relação à nação colombiana e sua soberania (ZÁRATE, 2012; LÓPEZ, 2002). Este processo de “colombianização” estava nas mãos dos militares, dos missionários católicos e dos funcionários a quem o governo delegava as tarefas de “colonizar e civilizar”.

Depois de quase meio século de hegemonia do Partido Conservador (1886-1930) apoiado pelo clero católico, o Partido Liberal chegou ao poder sob a liderança de Enrique Olaya Herrera, eleito presidente em 1930. Esse triunfo representou o começo de um novo ciclo político para o país, denominado a República Liberal (1930-1946). O governo de Olaya Herrera se caracterizou por fazer coalisão com representantes da oposição para convocar à unidade nacional no meio das tensões políticas com o Peru. Naquela época, o governo concentrou seus esforços em brindar o apoio necessário ao Grupo de Colonização da Amazônia, Caquetá e Putumayo sob a direção do coronel Luís Felipe Acevedo. De acordo com um censo realizado por esse Grupo em 1930, os dados demográficos do território evidenciaram a presença de colonos e indígenas peruanos, brasileiros e colombianos nessas terras (Quadro 3).

Quadro 3 – Dados demográficos do censo de população (1930) realizado pelo Grupo de Colonização da Amazônia, Caquetá e Putumayo

<b>Local</b>	<b>População recenseada</b>
Leticia	15 colombianos e 130 peruanos
Fazenda La Victoria (Putumayo)	477 indígenas Ticunas
Entre a Fazenda La Victoria e o rio Hamacayaco	152 peruanos e brasileiros
Entre a foz do rio Hamacayaco e a foz do rio Loretoyaco	15 colombianos, 59 peruanos e brasileiros

Desde o rio Loretoyaco ao rio Atacuarí	363 indígenas Ticunas peruanos
Varadero do rio Hamacayaco	217 indígenas Ticunas peruanos
Alto Cotuhé colombiano	112 indígenas Ticunas peruanos
Quebrada Loretoyaco	51 indígenas Ticunas peruanos
Varadero da quebrada Calderón	80 indígenas Ticunas peruanos
Bajo Cotuhé e Putumayo colombianos	200 [sem identificar nacionalidade]
Total populacional do Trapézio amazónico em 1930	1.871 pessoas provenientes do Peru, o Brasil e a Colômbia.

Fonte: Arquivo Histórico da *Universidad Nacional de Colombia*, *Fondo General Luis Felipe Acevedo*, caixa 6, pasta 16, f. 3048.

Note-se que para a região denominada “Bajo Cotuhé e Putumayo Colombianos”, onde está localizado Tarapacá, não se especifica a origem das 200 pessoas cadastradas. Segundo a história oral dos povos nativos, a maioria dos habitantes dessa região eram indígenas da etnia Ticuna (CIMTAR, 2020; RINCÓN, 2005).

O Grupo de Colonização da Amazônia, Caquetá e Putumayo focou sua atenção em atrair colonos a essa região e não levou em consideração as formas de organização territorial dos grupos étnicos que já habitavam lá, por considerar que estes eram “selvagens” que deveriam ser “civilizados” por meio da colonização dos “brancos” e da miscigenação. Enquanto as populações indígenas não tinham o apoio do governo nacional para administrar seu próprio território e ter condições dignas para habitá-lo, os colonos receberiam subsídios por sua ocupação. Destarte, o “branqueamento” dos povos indígenas fazia parte do plano nacionalista das décadas de 1920 e 1930. Tal como o relatou o coronel Luís Felipe Acevedo em uma entrevista que concedeu à imprensa colombiana antes de empreender sua missão colonizadora:

O valor positivo atual dos territórios a serem civilizados é a população indígena. Há uma necessidade urgente de procurar sua rápida civilização e sua restauração espiritual e material. As tribos, devido à forma como viveram e à forma como foram exploradas, degeneraram-se e algumas foram exterminadas; mas se bons elementos indígenas fossem misturados com brancos civilizados, obter-se-ia uma melhoria apreciável na raça, o que seria apropriado para habitar essas regiões com vantagens (ACEVEDO, 1928, s.p.).

A partir da Concordata de 1887, os missionários capuchinhos assumiram a tarefa de “catequizar” e “civilizar” os indígenas da Amazônia. Essas atividades faziam parte de um projeto maior:

As elites nacionalistas, a partir da sua posição etnocêntrica, defenderam a formação de uma população nacional unificada em torno dos valores culturais derivados do legado europeu: as línguas espanhola e portuguesa, a religião católica e as políticas de integração cultural e de mistura racial, se não de extermínio de uma grande parte da população indígena (López, 2002, p. 97).

A urgência de povoar a região amazônica levou o Estado colombiano a facilitar a nacionalização dos indígenas que fugiram dos seringais. No ano de 1930, o Ministro das Relações Exteriores, Eduardo Santos, em uma carta dirigida a Frei Gaspar de Pinell, que foi Vigário Apostólico de Caquetá entre 1930 e 1947, declarou que:

Os interesses colombianos exigem que o estabelecimento de índios que desejam assentar-se no nosso solo sob a proteção das leis e autoridades colombianas seja facilitado e encorajado por todos os meios possíveis. Esta deve ser sempre a regra de conduta a que tanto estas autoridades como as missões que cooperam com elas na proteção das tribos indígenas, na sua civilização e na catequização eficaz, devem aderir (SANTOS, 1930, s.p.)

Oficialmente, o Estado colombiano assumiu um papel protetor dos povos indígenas que habitavam aqueles territórios. No entanto, manteve a mentalidade da “inferioridade racial dos indígenas” justificando seu plano de “controlá-los” e “civilizá-los”. De modo que as relações continuaram sendo de subordinação dos indígenas em relação aos militares e colonos.

Essa mentalidade colonialista por parte dos representantes do Governo, se reflete em uma carta que o Major Luís Luna, corregedor<sup>32</sup> de Tarapacá entre 1930-1931, dirigiu ao coronel Acevedo, na qual expressou sua intenção de colocar ao seu serviço alguma mulher indígena dentre a população peruana, mas, segundo ele, a maioria se negava a tratar com os colombianos que estavam tomando posse do território:

[Em Tarapacá] Rengifo proibiu a criada, que nos tinha sido dada no início, de continuar a servir-nos, sendo este um ato de marcada hostilidade e sabendo que nos deixou sem ninguém para ferver água para nós, e que em toda esta área não se pode encontrar uma

---

<sup>32</sup> Um corregedor é um funcionário público, nomeado como representante do Governo, a sua jurisdição é o Corregimento, e é a autoridade máxima da polícia administrativa.

mulher empenhada em servir-nos. Não teríamos sofrido este revés se você nos tivesse permitido trazê-la de Puerto Asís (LUNA, 1930).

Em carta posterior, também endereçada ao coronel Acevedo, o corregedor Luna escreveu: “Ocupar os índios que vivem no território beneficia-os e trazê-los para as outras obras de conquista” (LUNA, 1931). No entanto, nessa mesma carta, ele se queixou de não ter avançado em seu objetivo de fazer os indígenas trabalharem na construção de casas de madeira, na derrubada de árvores e no estabelecimento de lavouras, porque, segundo ele, os peruanos afirmavam que esse território não pertencia à Colômbia e que o objetivo era escravizá-los. Luna escreveu ao seu superior que tinha pago aos indígenas pelo seu trabalho, quer em espécie, quer em moedas peruanas (*soles*), porque a moeda colombiana não era aceita.

O interesse pela riqueza natural dessa região, principalmente pela madeira, fez com que a Colômbia insistisse em exercer o controle territorial. Isso deu origem a conflitos fronteiriços. Em 1932, o Tratado Lozano-Salomón (1922) foi deslegitimado pelos militares e políticos do departamento peruano de Loreto, principalmente pelo senador Julio César Arana. Ou seja, as raízes do conflito fronteiriço colombiano-peruano estão nos interesses dos latifundiários que detinham o monopólio dos seringais porque parte de suas terras havia sido cedida pelo Peru à Colômbia.

Para recuperar o território perdido, um grupo de civis e soldados peruanos tomou o porto de Leticia em 1º de setembro de 1932. A princípio, o Governo central do Peru não apoiou essa ocupação, mas aprovou a expulsão dos invasores descritos como “comunistas” (CAMACHO, 2016, p. 8). Poucos dias depois, o presidente peruano Luís Miguel Sánchez Cerro, cedendo às pressões políticas, ratificou o apoio do Governo aos ocupantes de Leticia e aprovou o pedido de revisão do Tratado (CAMACHO, *ibidem*). Por sua vez, o presidente colombiano Enrique Olaya Herrera organizou a “Expedição Militar à Amazônia” comandada pelo general Alfredo Vásquez Cobo para militarizar a fronteira e repelir qualquer ação militar peruana.

O conflito fronteiriço implicou em perdas para os dois países e, ao mesmo tempo, acelerou a construção de novas vias de transporte, assim como impulsionou a conformação da Força Aérea Colombiana, e gerou um maior controle territorial por parte do Estado nacional colombiano. Paralelamente, o conflito armado foi um fator

de repulsa que influenciou um novo fluxo migratório através das fronteiras com o Brasil e o Peru. A este respeito, María Silva relatou na entrevista a maneira em que sua família fugiu para o Brasil durante as confrontações armadas:

*Después de que mi abuelo, mi abuela y un tío se escaparon de la Casa Arana, ellos se posesionaron del caño Ventura, ahí no vivía nadie, había un lago y montañas de tierra. Ahí hicieron su casita. Ellos vivían de la pesca y la caza. Cuando mi abuelo un día llegó a pescar, vio que daba vuelta un avión. Él nunca había visto un avión. Era la guerra Colombia–Perú. Él salió corriendo y fue a buscar los hijos que estaban en el lago pescando, y les dijo: “Vamos para Ipiranga” [Brasil]. Cogieron una canoa grande que tenían y se fueron.<sup>33</sup>*

O confronto com o Peru não foi resolvido na luta armada, mas sim em nível diplomático, através da intervenção da Liga das Nações<sup>34</sup>. Em consequência, o Tratado Lozano-Salomon foi ratificado através da assinatura de um Protocolo de Amizade e Cooperação na cidade do Rio de Janeiro em maio de 1934, contando com a participação do Marechal Cândido Rondon na missão de verificação designada pelo Brasil para o cumprimento do Protocolo.

Esse foi o único conflito internacional que a Colômbia enfrentou no século XX devido à delimitação de fronteiras e conscientizou o Estado colombiano da relevância do Trapézio Amazônico (SEÑAL MEMORIA, 2015). Conforme Zárate (2012), este fato histórico é significativo para analisar a configuração da tríplice fronteira como espaço geográfico e social.

### 2.3 MEMÓRIAS DA PRESENÇA DAS MULHERES NO PERÍODO DO CONFLITO FRONTEIRIÇO

O acervo do coronel Acevedo (que foi promovido a general militar em 1934) repousa no Arquivo Histórico da *Universidad Nacional de Colombia*. Em algumas cartas e documentos oficiais desse arquivo os militares mencionam às mulheres que viajavam com eles a bordo dos navios. Se tratava de freiras, enfermeiras ou

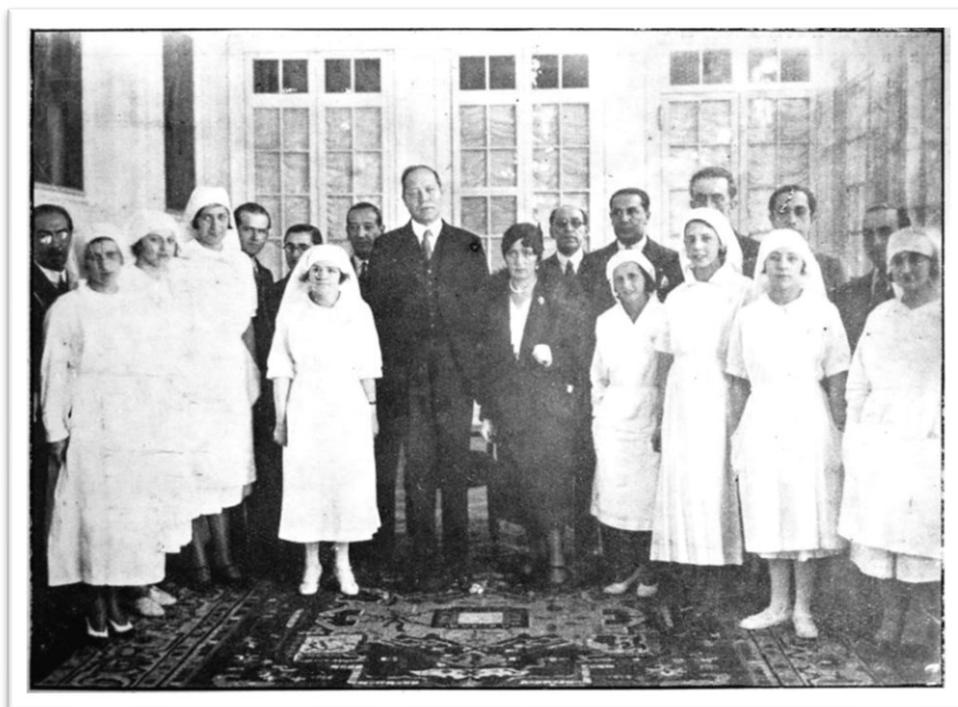
<sup>33</sup> María Silva (ibidem.). Nota: Ipiranga é um povoado do Município de Santo Antônio do Içá no Estado de Amazonas (Brasil) que fica a 7 km de distância de Tarapacá navegando pelo rio Putumayo/Içá.

<sup>34</sup> A Liga das Nações foi uma organização de cooperação internacional fundada em 1920 por iniciativa dos países aliados no final da I Guerra Mundial com o fim de prevenir futuras guerras. A Liga foi desmontada em 1946 e suas funções foram transferidas à emergente Organização das Nações Unidas.

professoras das escolas rurais, que tinham em comum que eram mulheres brancas vindas de cidades como Bogotá e Medellín. Na Figura 17, observam-se no centro da foto o presidente da República Enrique Olaya Herrera e sua esposa, María Teresa Londoño, rodeados por um grupo de enfermeiras e médicos da organização *Cruz Roja Colombiana* que iriam atender aos soldados feridos em combate na fronteira amazônica (1932).

Figura 17 – Um contingente de cuidadoras

Fonte: Revista Cromos. “El Excmo. señor Presidente de la República y su señora, reciben a las señoritas y médicos que forman el Centro de Protección Infantil”. Fotografía. Bogotá: CROMOS, 24 de set. 1932, p. 72. (Apud. ROJAS, 2022, p. 59)



Em termos econômicos, o trabalho das professoras não era tão valorizado quanto o dos militares. Para dar um exemplo deste fato, no ano de 1931, os salários mensais delas foram diminuídos de \$50 para \$40 pesos, enquanto o general Acevedo passou a ganhar \$350 pesos em 1934, uma quantidade suficiente para pagar oito salários das professoras naquela época.<sup>35</sup>

<sup>35</sup> Fonte: Arquivo Histórico da Universidad Nacional de Colombia, Fondo General Luis Felipe Acevedo, caixa 10, pasta 30, folio 5548.

Paralelo ao seu trabalho como militar, o general Acevedo passou a ter negócios de exploração dos recursos florestais do Amazonas. No ano de 1934 registrou em Leticia a existência de uma “Sociedade Coletiva de Comercio”<sup>36</sup> conformada por ele e outros dois sócios: Carlos Cortés Vargas e Arturo Villarreal. Segundo o documento do registro, com data de 30 de julho de 1934, a sociedade iniciou com um capital de US\$6.000 e seu foco de exploração seriam matérias primas para exportação, entre elas a borracha, a quina, a tagua (*Phytelephas macrocarpa*), a balata (*Manilkara bidentata*) e o palo de rosa (*Aspidosperma polyneuron*). O arquivo não conta com mais documentos sobre os desenvolvimentos dessa empresa, mas esse registro salienta o poder econômico do general Acevedo, e serve para observar quais formas de extrativismo dos recursos florestais seguiram à extração da borracha e constatar que houve militares colombianos que se envolveram na economia regional.

Os grupos étnicos que já habitavam o território amazônico foram racializados e considerados em uma condição de classe inferior, e as mulheres foram tomadas como objeto de satisfação sexual (ROJAS, 2022, p. 117). Destarte, o elitismo herdado das relações coloniais perpetuou a desigualdade social predominante no país. Outras fontes escritas, como os jornais da época ou os comprovantes de pagamento por serviços domésticos, evidenciam a presença, silenciada, de mulheres que trabalhavam como cozinheiras, costureiras e lavadeiras (Figura 18).

---

<sup>36</sup> Fonte: Arquivo Histórico da Universidad Nacional de Colombia, Fondo General Luis Felipe Acevedo, caixa 10, pasta 32, fólhos 5910-5912.

Figura 18 – Mulheres lavadeiras



Fonte: Revista Cromos. “*Lavanderas en Caucajá*”. Fotografia, Bogotá: CROMOS, 25 fev. 1933. (Apud. ROJAS, 2022, p. 117)

Dois comprovantes de pagamento (Figura 19) evidenciam a presença das mulheres que trabalharam nos serviços domésticos, fazendo mosquiteiros e lavando as roupas da tripulação a bordo do navio “Nariño”. O pagamento era realizado em *soles* (moeda peruana), já que a tripulação se deslocava por territórios em disputa com o Peru.

Figura 19 – Trabalho doméstico das mulheres para os militares

2827

POR ( 1,50 )

Recibí del Tte. Pinzón la cantidad de un spá cincuenta centaves  
( S/. 1,50 ) valer de la hechura de tres teláilles para les tripulantes  
del vapor "Nariño".

La Victoria Septiembre 16 de 1930.

*Trinidad Luesta*

2941

POR ( S/. 3.00 )

Recibí del Teniente Alfonso Pinzón la suma de tres soles (S/. 3.00)  
valor del lavado de la ropa del vapor " Nariño ".

La Victoria Septiembre 30 de 1.930.

*Trinidad Padilla*

Fonte: Arquivo Histórico da Universidad Nacional de Colombia, Fondo General Luis Felipe Acevedo, caixa 6, pasta 15, ff. 2827 e 2941.

Porém, elas foram invisibilizadas e silenciadas como sujeitos históricos. Os documentos nos quais as mulheres indígenas aparecem são escassos, em alguns relatórios militares se referem a atos de violência sexual contra elas cometidos por soldados, mas nos casos em que se deu prosseguimento, normalmente, no documento final os militares argumentaram a falta de provas suficientes para dar continuidade a um processo judiciário, ficando estes na impunidade. Este tipo de práticas era legitimado e até normalizado pelo discurso, ainda dominante, de que as mulheres indígenas eram algo menos que seres humanos, e seus corpos foram considerados despojos de guerra por Carlos Uribe Gaviria, Ministro de Guerra

(1932- 1934), que se lamentava de não ter outros “espólios” para oferecer aos soldados:

Se ao menos no território do inimigo houvesse suprimentos abundantes, melhores climas, mulheres bonitas para oferecer todo este espólio às nossas tropas, como o Grande Napoleão os ofereceu a seus soldados esfarrapados nos Alpes, mostrando-lhes lá embaixo o campo italiano, coberto de frutos divinos, povoados por belas fêmeas! Mas aqui tudo estava desolado e em vez deste esplêndido panorama, não havia nada a oferecer aos nossos soldados, a não ser um segundo inferno; a selva, sempre impenetrável e agressiva; desprovida de todo o sustento para o homem e povoada apenas por quantos seres selvagens a imaginação febril pode sonhar (URIBE-GAVIRIA, 1935, p. 18).

Um documento que revela a magnitude do problema de saúde pública que estavam gerando os abusos dos militares contra as mulheres encontra-se em um relatório do médico Jorge Talero sobre as doenças sexualmente transmissíveis presentes nos soldados:

As doenças venéreas abundam e se pudéssemos ter a favor da luta fundada as esperanças na constância e inteligência dos brancos para se tratarem, encontramos duas causas decisivas que as tiram de nós: Os pacientes índios, para os quais não é possível dar tratamento contínuo, e a escassez de mulheres. O número de homens solteiros está em relação ao número de mulheres livres em torno de 34 a 6, já que uma mulher infectada teria sido suficiente para adoecer todo o pessoal. Considero necessário facilitar a imigração feminina e ao mesmo tempo controlar essa imigração pelos médicos de saúde correspondentes, ou seja, em Puerto Asís e em Florencia. O tratamento de doenças venéreas apresenta dificuldades para as mulheres onde anemia e malária sustentam a leucorréia, tornam desconcertante a tenacidade da cervicite ulcerosa e reduzem a vitalidade dos órgãos (TALERO, 1930, s.p.).

Embora tenham sido os próprios soldados que levaram essas doenças venéreas às populações indígenas, o médico culpou o povo indígena ao se referir aos “pacientes índios, para os quais não é possível dar tratamento contínuo, e a escassez de mulheres” como as causas da propagação dessas doenças. Ao mesmo tempo que exaltou a “constância e inteligência” dos brancos que se submetem a tratamentos. Reitera-se nessa comparação, a visão de centro-periferia que marcou as relações de subordinação dos/as indígenas frente aos militares-colonos.

Nesse relatório dirigido ao Tenente Carlos Bejarano (diretor da Comissão Colonizadora no Putumayo), o doutor Talero lhe aconselhou levar mais mulheres aos acampamentos militares. O discurso da “escassez de mulheres” também foi usado em outros contextos amazônicos para explicar a recorrente violência física e sexual, como ocorreu no caso dos seringais do Alto Juruá (Acre/Brasil) estudado por Wolff (1999). A autora analisou que “a maioria dos autores que escreveram sobre esse quadro na região costumavam responsabilizar a grande diferença entre os contingentes feminino e masculino por esse estado de coisas” (p. 236). Certamente, como conclui Wolff, a desproporção demográfica, por si só, não justifica qualquer tipo de violência contra as mulheres.

#### 2.4 O IMPACTO DO CONFLITO TERRITORIAL EM TARAPACÁ

Depois do enfrentamento entre tropas peruanas e colombianas em Tarapacá, no dia 14 de fevereiro de 1933, os militares não baixaram a guarda nesse território fronteiriço e, ao mesmo tempo, continuaram incentivando a colonização. Em julho de 1933, o coronel Acevedo em uma das cartas que dirigiu ao Ministro de Guerra Carlos Uribe Gaviria fez a seguinte recomendação:

Que o governo procure enviar, gradual, mas constantemente, famílias subsidiadas de cidades colombianas e outros países para estabeleça-las nestes territórios carentes de população colombiana [...] Em Tarapacá devemos ter um núcleo forte de tropas que possam chegar no menor tempo possível em Leticia e Buenos Aires no caso de qualquer fraqueza da comissão e agressão dos peruanos (ACEVEDO, 1933, p. 1).<sup>37</sup>

No ano de 1934, o general tchecoslovaco Vojtěch Vladimír Klecanda, comissionado em uma missão militar em acordo com o governo colombiano, viajou desde Bogotá até Leticia, em uma aeronave militar que fez paradas nos principais portos das fronteiras com o Equador e o Peru, isto com o objetivo de fazer um reconhecimento do território e treinar militares na defesa das fronteiras (SOUKUP; BAENA, 2019). No seu relatório dirigido ao general Acevedo mencionou que no caminho encontrou habitantes “hostis” aos colombianos e enfatizou sobre a necessidade de estabelecer “informantes nativos”. Recomendou, também, que os

---

<sup>37</sup> Anotação: Nesta citação longa, dispensei entre colchetes o que não considerei interessante para a discussão do tema citado. E assim sucederá nas demais citações desse porte.

oficiais militares que faziam a cartografia desses territórios estivessem informados sobre as possibilidades econômicas da exploração de madeiras e de especiarias. Também, sugeriu que os militares colombianos conhecessem “os anseios e costumes dos moradores que encontrem”<sup>38</sup>. Ademais, ressaltou a importância de Tarapacá como um porto militar estratégico e considerou que ainda era pouco povoado. O interesse deste militar estrangeiro por documentar o estilo de vida dos moradores das regiões visitadas era consequente com as intenções políticas do governo nacional de controlar as fronteiras, ao mesmo tempo que desenvolvia o processo de nacionalização dos povos e comunidades que habitavam esses territórios.

Com a instalação de uma alfandega em Tarapacá, o governo procurou fortalecer o controle territorial e obter impostos sobre o comércio fluvial pelo rio Putumayo/Içá, o qual gerou tensões com os comerciantes peruanos e brasileiros que preferiam não parar nos portos colombianos e não aceitavam o peso colombiano como moeda de troca. De acordo com Zárate (2019) a criação de uma nova ordem econômica na fronteira amazônica era o maior desafio para o Estado colombiano. A soberania da Colômbia sobre o Trapézio Amazônico possibilitou que o país tivesse acesso, juntamente com o Brasil e o Peru, ao rio Amazonas: “Este grande rio era a principal artéria fluvial de todo o continente sul-americano e um dos meios mais importantes para o comércio e, principalmente, para o transporte de matérias-primas e mercadorias dentro da região, bem como para a Europa e os Estados Unidos” (ZÁRATE, *ibidem*, p. 198). Porém, ainda segundo Zárate, a ínfima presença institucional estatal, a falta de um plano de desenvolvimento econômico adaptado à região amazônica e a ausência de uma empresa nacional de navegação consolidada dificultaram o aproveitamento e a comercialização dos produtos florestais amazônicos que eram demandados pelos mercados externos.

O conflito com o Peru e a crise econômica posterior à Segunda Guerra Mundial colocaram um freio às tentativas políticas liberais de modernizar o país e fazer uma reforma agrária. De forma concomitante, as disputas ideológicas entre membros do Partido Liberal e do Partido Conservador colocaram as bases para a violência política e social que se desatou no país entre latifundiários, camponeses e

---

<sup>38</sup> Relatório do General tchecoslovaco Vladimír Klecanda para o General Luis Felipe Acevedo, abril 23 de 1934. Fonte: Arquivo Histórico da Universidad Nacional de Colombia, Fondo General Luis Felipe Acevedo, caixa 10, pasta 30, fólhos 5511-5512.

proletários. Confrontações armadas que tiveram continuidade ao longo da história colombiana, mas que, como explica o historiador Miguel Ángel Urrego (2002) se caracterizam por ter incorporado na cultura política nacional “uma forma pessoal e política de “resolver” conflitos” (URREGO, 2002, p 115).

A fraca presença das instituições do Estado na região amazônica colombiana contrasta com o aumento desproporcional das forças militares nas fronteiras, presentes até hoje, como sinal de soberania nacional.

## 2.5 TARAPACÁ NO TEMPO PRESENTE

Tarapacá tornou-se uma área não-municipalizada<sup>39</sup> do estado de Amazonas (Colômbia), se localiza a 962 quilômetros ao sudeste de Bogotá e a 148 quilômetros ao nordeste de Leticia (capital estadual). Sua área aproximada é de 14.000 km<sup>2</sup>. As coordenadas da área urbana são: 2°53'31.61" S, 69°44'30.48" O, e situa-se a uma altitude aproximada de 54 m.

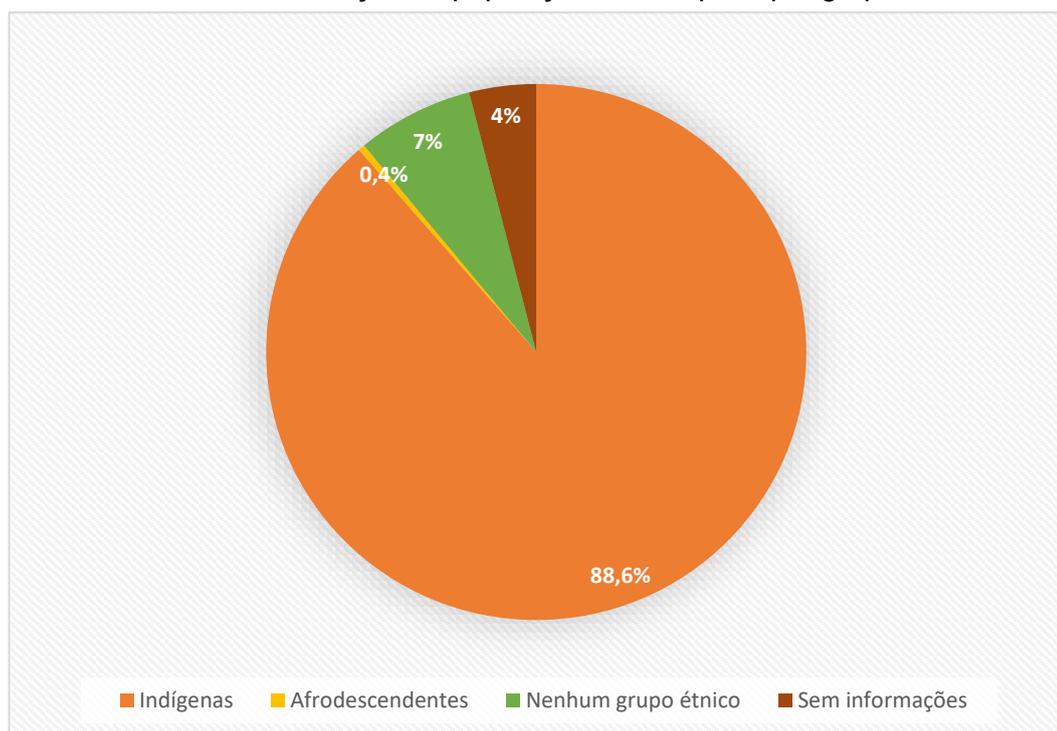
De acordo com o mais recente Censo Nacional de População (DANE, 2018), Tarapacá possui uma população de 2.831 habitantes, sendo 53% homens e 47% mulheres. Mais da metade da população (52%) situa-se na faixa etária de 0 a 19 anos. Além disso, 57% dos/as residentes do distrito pertencem à população em idade laboral, o que é considerado um bônus demográfico propício para o desenvolvimento econômico<sup>40</sup>. No entanto, outras variáveis podem alterar essa perspectiva, tais como a alta mobilidade demográfica entre os/as jovens e o aumento do desemprego. Em relação à composição étnica, 88,6% se autodeclaram indígenas, 7,4% não se identificam com nenhum grupo étnico específico, 3,7% não forneceram informações sobre a filiação étnica e 0,4% se autodeclaram afrodescendentes. O Gráfico 1 ilustra a distribuição da população conforme a autodeclaração étnica.

---

<sup>39</sup> Na Colômbia, uma área não-municipalizada é uma divisão da área rural de um departamento que inclui um centro povoado, mas que não chega a ter o status legal de município conforme a organização territorial estabelecida a partir da Constituição Nacional de 1991.

<sup>40</sup> Para o *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (DANE), no território nacional, a população em idade de trabalhar se define a partir dos 15 anos de idade.

Gráfico 1 – Distribuição da população de Tarapacá por grupo étnico



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Nacional de População (DANE, 2018).

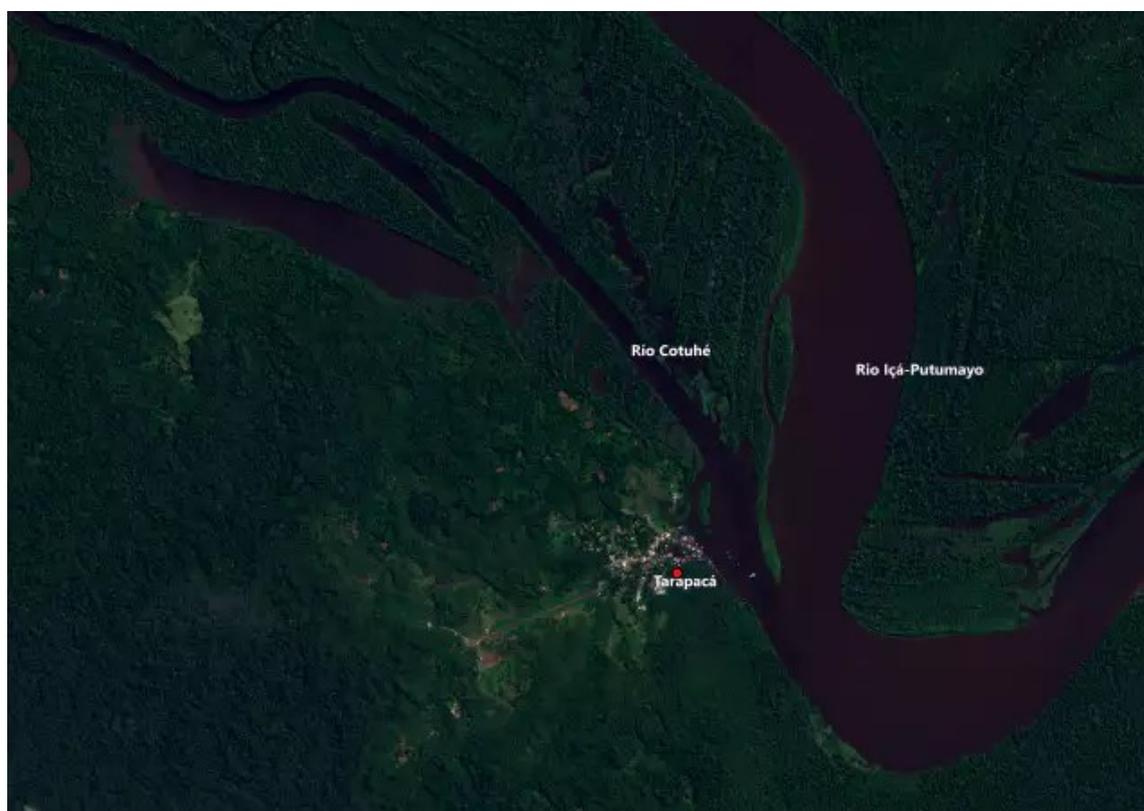
Todo o território de Tarapacá é classificado pelo *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (DANE) como “área rural”<sup>41</sup>, 10% da população reside na sede do distrito, e 90% em pequenos povoados localizados ao longo dos rios Putumayo/Içá e Cotuhé, onde convivem famílias das etnias Uitoto, Ticuna, Yagua, Cocama, Inga, Bora e Okaina.

Tarapacá caracteriza-se por ser um território multiétnico que, além da sede, têm duas Terras Indígenas demarcadas que administram o território de forma autônoma. No ano de 1992 foi instituído o Resguardo Indígena Cotuhé como um território comunitário que abrange nove comunidades: *Santa Lucía, Nueva Unión, Pupuña, Caña Brava, Buenos Aires, Ventura, Puerto Nuevo, Puerto Huila e Puerto Ticuna*, que é administrado pela *Asociación Cabildo Indígena Mayor de Tarapacá*

<sup>41</sup> Para o DANE, uma “área rural” ou “rural disperso” caracteriza-se pela dispersão das moradias e das explorações agropecuárias existentes. Quanto à caracterização do uso dos prédios, o DANE refere-se às atividades de agricultura, lugares de descanso ou recreio, usos mineiros e extrativos. (DANE, 2018) Conceptos Básicos. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/files/censo2018/informacion-tecnica/CNPV-2018-manual-conceptos.pdf> Acesso em: 10 de setembro de 2022. Dado que o conceito do rural na Colômbia historicamente manteve a visão dicotômica campo/cidade, onde o setor urbano é caracterizado como o mais “desenvolvido”, sua materialização resultou prejudicial para a maior parte dos moradores de territórios rurais, porque, ainda hoje, não contam com infraestrutura rodoviária, nem serviços públicos completos e nem outras facilidades próprias das áreas urbanas.

(CIMTAR). As outras comunidades indígenas de Tarapacá são: *Comunidad multiétnica Centro Tarapacá, Peña Blanca, Alto Cardozo, Bajo Cardozo, Centro Cardozo e Alpha Tum Sacha*, estas compõem o Resguardo Indígena UITIBOC administrado pela *Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas de Tarapacá Amazonas (ASOAINTAM)* desde 2005. Na imagem de satélite (Figura 20) observa-se a concentração demográfica na sede de Tarapacá e algumas clareiras dispersas com usos agroflorestais.

Figura 20 - Tarapacá, Amazonas, Colômbia (imagem de satélite, junho de 2022)



Fonte : Planet Satellite. [www.planet.com](http://www.planet.com), 2022.

A imigração de indígenas que fugiram da escravidão nos seringais, foi uma das causas do estabelecimento de aldeias nesse território a inícios do século XX. A história contada pelos moradores de Tarapacá evidencia que uma das atividades econômicas dos indígenas recém-chegados foi a extração e venda da borracha, já como trabalho livre, no porto de Tarapacá:

*Probablemente los primeros habitantes de lo que ahora es el corregimiento de Tarapacá fueron indígenas Uitotos y Boras que huyeron de los barrancos pertenecientes a la Casa Arana, ubicados*

*sobre las márgenes de los ríos Cará-paraná e Igará-paraná. Se cree que estos indígenas encontraron la zona deshabitada y decidieron establecerse en tres malocas rodeadas de sus correspondientes lugares de cultivos (...). Cuando llegué a Tarapacá en los años treinta, solo era un pequeño puerto de aproximadamente diez casas, donde había sólo una de dos pisos. Estas casas eran construidas en palma de chonta y madera ya que se aprovechaban los recursos existentes en el sector (...). La única construcción novedosa fue la casa donde los indígenas debían entregar el caucho o la piel [de animales] obtenida; lugar en donde también se les pagaba según la cantidad de producto extraído.<sup>42</sup>*

Outros depoimentos permitem estabelecer que o povoamento daquela região foi motivado pela abundância de flora e fauna indispensáveis para a sobrevivência das famílias: *“Al llegar mi finado papá a este lugar de Ventura, él encontró mucha madera, mucha pesca, mucha cacería, él se regresa al Amazonas, lleva la noticia de todos los recursos que había acá y ahí se animan las demás familias, tíos, mamás y así hacen el mismo recorrido”<sup>43</sup>.*

Enquanto umas famílias indígenas se estabeleceram nas margens dos rios que ainda não estavam habitadas, outras famílias ficaram na sede do distrito para realizar afazeres diversos na base militar. Silvia Santana, filha de brasileiros, é conhecida como a primeira pessoa que teve seu registro de nascimento em Tarapacá em qualidade de cidadã colombiana:

*Mi papá era brasilero y él vino a Tarapacá porque un compadre le dijo que fuera después que les ganaron a los peruanos. Y resulta que cuando él llegó aquí con mi mamá, después [los militares] no los dejaron ir, para que se quedaran trabajando con ellos. Él se quería devolver a Brasil para recoger sus cosas, pero no. Aquí le dieron de todo, le armaron una carpa gruesa, comida, ropa, cama, de todo... Entonces él se quedó trabajando aquí. Esto era puro monte.<sup>44</sup>*

Na Figura 21 se observa a Silvia Santana, 86 anos e seu esposo Justino Narváez, 82 anos, conforme o depoimento deles, sua união foi resultado do processo de colonização impulsionado pelos militares.

<sup>42</sup> Darío Polanía, 94 anos, militar e colono colombiano. Entrevista concedida a Harold Rincón em Tarapacá, fevereiro de 2000 (RINCÓN, 2005, p. 140). O entrevistado fez referência às casas denominadas “malocas”, estas são espaços amplos para o encontro social e político de uma comunidade indígena, e serve também como lugar de abrigo e proteção. Para mais informações sobre a arquitetura e a função simbólica das malocas, veja-se: DUQUE, Juan Pablo. La maloca amazónica. Credencial Historia. [Bogotá]: Casa Editorial El Tiempo, [Online], 2019. Disponível em: <https://www.revistacredencial.com/historia/temas/la-maloca-amazonica> Acesso em: 25 nov. 2022.

<sup>43</sup> Entrevista com um habitante da comunidade indígena de Ventura, cujo nome não foi identificado pela fonte (CIMTAR, 2021, p. 16).

<sup>44</sup> Silvia Santana, 86 anos, cadastrada como a primeira filha de colonos nascida em Tarapacá no ano de 1935. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, novembro 2 de 2021.

Figura 21 - Colonização e miscigenação



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2021)

As primeiras ondas de migração de colonos (1930-1960) caracterizaram-se pela chegada de homens solteiros que foram fazer o seu serviço militar ou explorar as possibilidades de trabalho no local, e depois trouxeram as suas famílias ou estabeleceram relações de parentesco com mulheres indígenas.

Como parte do plano de colonização de Tarapacá, os militares colombianos promoveram a migração de colonos nacionais e brasileiros. Um dos soldados que assumiu essa tarefa foi Darío Polanía, que chegou a Tarapacá em 1935 como membro da Armada Nacional Colombiana. De acordo com o depoimento de seu filho Wilson Polanía, as facilidades oferecidas impulsionaram o processo de colonização:

*Mi papá llegó soltero y él se casó con tres mujeres, las tres fueron brasileñas. Cuando hicieron la base militar del Brasil para marcar la frontera, mi papá era muy amigo de ellos, y vinieron a poblar los brasileños, porque en ese entonces en el Brasil había mucha pobreza, entonces el ejército trajo brasileños a trabajar, a poblar. Para que ellos vinieran, les decían que el ejército colombiano les daba la casa, les daba motores y les enseñaba a trabajar la tierra... Entonces ellos se vinieron.<sup>45</sup>*

<sup>45</sup> Wilson Polanía, 58 anos, filho de Darío Polanía (militar e colono). Entrevista concedida a Juan Carlos Aguirre-Neira em Tarapacá, 9 de fevereiro de 2018. Documento inédito.

Na Figura 22 observa-se a Darío Polanía, que se aposentou da Armada Nacional Colombiana e se dedicou à pecuária em Tarapacá. Na fotografia, o acompanham Leontina Barbosa (esposa) e um neto.

Figura 22 - Relacionamentos além das fronteiras



Fonte: Arquivo pessoal da família Polanía-Barbosa (2001).

Quando as famílias se estabeleceram, houve uma divisão dos trabalhos de acordo com o gênero, conforme as memórias familiares trazidas na entrevista com Dalila, 77 anos, uma das parteiras de Tarapacá:

*Mi papá vino de Brasil, vino de lejos en barco. Él me dijo que los militares buscaban gente de allá para traer. Cuando él llegó había poca casa y él se quedó trabajando en la base militar, allá tenían ganado y cultivos. Vino un poco de gente de por allá, vino motorista, carpintero, un poco de gente. Mi mamá era costurera. Las mujeres plantaban las huertas y las chagras y hacían la fariña. No había profesor, por eso yo no tengo estudio. Una madrina que yo tenía era partera y ella me enseñaba cómo se atendían los partos.<sup>46</sup>*

<sup>46</sup> Dalila Santana, 77 anos, parteira. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, novembro 10 de 2021.

No momento de organizar espacialmente Tarapacá, o Estado não outorgou títulos de propriedade às comunidades indígenas. Como citado anteriormente, desde os inícios do século XX a região amazônica foi assumida pelo Governo como “terras devolutas”. Deste jeito, os indígenas foram excluídos da propriedade dos seus territórios e se impuseram outras figuras territoriais, questão que ocasiona conflitos territoriais até o presente.

A organização espacial de Tarapacá foi feita pelos militares colombianos excluindo as formas tradicionais indígenas de gestão do território. Como parte do controle territorial, os novos ocupantes construíram casas e caminhos na sede do distrito e, recorrendo à mão-de-obra indígena, empreenderam atividades agrícolas e pecuárias (RINCÓN, 2005, p. 142). Desde então, o desenvolvimento do distrito de Tarapacá girou em torno das atividades militares de vigilância das fronteiras internacionais com o Peru e o Brasil, e do fortalecimento desse território como porto para a comercialização de matérias primas, chegando a ser o terceiro porto colombiano mais importante sobre o rio Putumayo/Içá depois de Puerto Asís e Puerto Leguízamo.

Por se tratar de uma área não-municipalizada, que não possui Prefeitura, os moradores de Tarapacá não contam com títulos de propriedade, senão que herdaram o direito à posse, e fazem vendas de terrenos respaldadas por documentos assinados pelo corregedor. A questão da titulação é importante para certificar a propriedade e o direito de herança. Ademais, em muitos casos, é um requerimento prévio para ter acesso a serviços, créditos bancários ou para participar em programas e projetos do Estado. As mulheres são as que menos têm acesso à propriedade da terra, já que culturalmente os homens, sejam os pais ou os esposos, são os que administram a propriedade familiar.

Por outro lado, os *Resguardos* [Terras Indígenas] que se localizam ao longo das margens dos rios Cotuhé e Putumayo/Içá são territórios comunitários. A figura territorial do *Resguardo* foi reconhecida pela Constituição Nacional (COLOMBIA, 1991, art. 286, 287, 329) e regulamentada pela Lei 160 de 1994, e é semelhante à figura da Terra Indígena demarcada no Brasil. A Corte Constitucional Colombiana determinou no ano de 2015 que o *Resguardo* é uma instituição legal e sociopolítica que pode pertencer a uma ou várias comunidades indígenas, sendo o território uma propriedade comunitária que é administrada segundo as pautas e tradições da comunidade.

Desde a perspectiva da construção do espaço geográfico e social, Little (2015, p. 128) define o território como “um produto direto das respectivas condutas de territorialidade”. Dessa maneira, a formação econômica e social da Amazônia colombiana tem mudado conforme os modos de produção, passando de uma economia tribal autossuficiente para uma economia mercantil. Segundo Riaño-Umbarila (2003) estas dinâmicas territoriais geram relações de dependência das áreas rurais em relação aos centros urbanos, promovem a instituição da propriedade privada e o fortalecimento das economias extrativistas.

A literatura que trata sobre o período da exploração da borracha na Amazônia fala, principalmente, sobre o papel social dos homens. Mas as mulheres também participaram em todas as etapas do ciclo de exploração da borracha, seja como seringueiras ou seja como cozinheiras, tal como se lembra Sara Ferreira, 80 anos, da época em que trabalhava nos seringais com sua família, sendo uma criança:

*[Hace 70 años] nosotros íbamos al monte a trabajar sacando caucho. Con mi mamá y mi papá yo recogía el caucho, yo tenía unos 10 años. Eso se acabó, porque estábamos explotando el bosque. Hace años que no se oye de que la gente saque el caucho, eso lo prohibieron.<sup>47</sup>*

A invisibilização do trabalho das mulheres seringueiras é um fato que se repete em outras comunidades e povos tradicionais amazônicos que se dedicaram a esta atividade extrativa. É o caso, por exemplo, das mulheres negras da floresta do Vale do Guaporé (Rondônia) na Amazônia brasileira, onde Tereza Almeida Cruz (2012, p. 150), discutiu que “a extração do látex era considerada um trabalho masculino, embora muitas mulheres se tornaram seringueiras”. Por conta disto, o trabalho delas era visto como “ajuda” aos homens, e era desvalorizado ainda pelas próprias mulheres. Ao mesmo tempo que elas trabalhavam nas atividades produtivas, mesmo sem receber um pagamento por isso, levavam junto com elas às crianças na floresta e faziam todos os trabalhos domésticos e de cuidados.

Por sua vez, a pesquisa de Wolff (1999) sobre a história social das mulheres que trabalharam nos seringais do Alto Juruá, entre 1890 e 1945, ilustra de que

---

<sup>47</sup> Sara Ferreira, 80 anos, mulher indígena Cocama. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Leticia (Amazonas), 4 de março de 2020.

maneira o trabalho delas foi silenciado e até dispensado, para deixar aos homens trabalhando sós, com o fim de exercer pressão sobre eles e aumentar a produtividade, respondendo aos interesses do sistema capitalista:

Nos seringais, as mulheres, como não eram consideradas capazes para o serviço de extração, embora muitas o tenham feito na prática, não tinham lugar reconhecido, pelo menos a princípio. Muitos patrões não só não financiavam a vinda de mulheres para seus seringais, como até a desencorajavam, tentando com isso aguçar no seringueiro a vontade de voltar para o Nordeste, e, portanto, a necessidade de produzir cada vez mais borracha (WOLFF, 1999, p. 46).

Na Amazônia colombiana, uma vez que houve o declínio na extração da borracha, os comerciantes nacionais e estrangeiros focaram-se no tráfico de animais silvestres e de suas peles, assim como na exploração de madeiras. Muitos indígenas foram obrigados a trabalhar nessas atividades.

Como resultado da imposição das economias extrativistas, a organização por clãs familiares foi fragmentada, assim como foram reduzidos os territórios ancestrais e a capacidade dos seus moradores de sustentar a vida das espécies nativas. Ao mesmo tempo, foram geradas novas formas de divisão sexual do trabalho entre os povos indígenas, e aumentou o desmatamento para o estabelecimento de monoculturas.

### 3 ESCOLHAS ENTRE O ILÍCITO E AS ALTERNATIVAS ECONÔMICAS DE BASE COMUNITÁRIA

“Lutar pelos direitos de nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida. A vida e o território são a mesma coisa, pois a terra nos dá nosso alimento, nossa medicina tradicional, nossa saúde e nossa dignidade. Perder o território é perder nossa mãe. Quem tem território, tem mãe, tem colo.

E quem tem colo tem cura”

I Marcha das Mulheres Indígenas. Documento final da mobilização (Brasil, 2019).

O período histórico abrangido neste capítulo inicia na década de 1940 e se estende até o ano de 2022. Os ciclos extrativos aqui descritos responderam aos interesses do mercado internacional. Logo da queda do preço da borracha incrementou-se a exploração das madeiras nobres, que se manteve vigente durante várias décadas até inícios do século XXI. Em um período mais curto (1940-1950) se deu o auge do comércio das peles de animais.

Neste capítulo, contrapõem-se, de um lado, a noção do uso do território meramente racional e mercantil, em que as forças do mercado mundial exploram seus “recursos naturais”, e, por outro lado, a noção do uso do território como espaço geográfico e social compartilhado pelas pessoas que o habitam e trabalham nele (SANTOS, 2005), estabelecendo vínculos afetivos com o território, os quais vão além dos vínculos racionais.

O projeto de colonização de Tarapacá desconsiderou estas relações de interdependência entre os povos indígenas e seus territórios-natureza. Como expliquei no capítulo anterior, a Comissão de Colonização impôs um tipo de organização espacial em Tarapacá, concentrando-se em fortalecer a presença militar sobre este porto que foi chave para a recuperação da soberania da Colômbia sobre o Trapézio Amazônico.

Após o conflito colombiano-peruano, ficou uma base militar de forma permanente nesse território. Uma parte dos soldados se estabeleceu neste lugar, tornando-se colonos e, deste jeito, incrementaram a miscigenação com as mulheres indígenas. Como explica Belaunde (2019), na conformação das repúblicas andino-amazônicas predominou o olhar sobre a Amazônia como um lugar sem história, uma terra incivilizada e improdutiva que devia ser colonizada e dominada, esse olhar fundamentou a “política de negação do tecido de relações históricas existentes entre os povos indígenas e os seus bosques” (BELAUNDE, 2019, p. 94). Para as

comunidades indígenas esse processo implicou em rupturas do tecido social e mudanças nos seus modos de vida.

Os indígenas que antes caçavam só o necessário para alimentar suas famílias, começaram a utilizar seus conhecimentos da floresta e dos hábitos dos animais para caçá-los e vender suas peles. Segundo Adilia Camacho, 72 anos, ainda na década de 1930 seu pai se dedicava a caçar animais nas ribeiras dos rios Cotuhé e Putumayo:

*Mi papá era de por acá, él nació cuando todo era Perú y no había nada de Colombia. Después, cuando él tenía como unos 15 años, hubo el conflicto entre Perú y Colombia. Él cazaba animales. En ese tiempo no era como ahora que prohíben [la cacería] en Colombia, Perú y Brasil, era libre. Había un señor peruano que tenía plata y manejaba harta gente, indígenas. Yo no puedo decir que les pagaba bien, porque en ese tiempo les pagaban uno o dos centavos, era barato. Los peruanos recibían las pieles y se las llevaban de una vez en lancha. Ellos mataban hartos animales, no mataban poquitos. No les importaba si mataban 20 o 30 animales, para sacar solamente la piel. Y cuando trabajaban pieles también trabajaban con Juansoco [Couma macrocarpa]. La leche que sacan de ese palo [látex] la juntaban en una taza y luego la llevaban a la casa y la cocinaban, y quedaba como una bola. Y eso lo ponían en unos canastos grandes y los llevaban a vender. De eso vivía la gente.<sup>48</sup>*

De acordo com o depoimento de Flor Gómez Bombaire, 48 anos, filha de um homem bora e de uma mulher uitoto, durante vários anos sua família se dedicou a caçar para sobreviver:

*Mi papá era tigrillero [caçador de tigres]. Cuando eso, yo tenía 5 años. En esa época éramos 3 hermanitos. Mi hermano mayor y yo ya caminábamos y mi mamá cargaba al que todavía no podía caminar. Caminábamos todo un día siguiendo la senda de los tigres. Llegábamos hasta un río que se llama Pupuña. A veces durábamos por allá un mes. Mi papá hacía un campamento y habría trochas, hacia caminos largos. Mataba a los micos, y ponía dos o tres trampas para atraer a los tigres. Como yo era pequeña, no sabía ni cómo armaba las trampas ni nada. A veces los tigres se escapaban, pero, a veces, cuando estaba de suerte, llegaba y encontraba el tigre atrapado. Entonces, él torcía un bejuco y lo apretaba en el cuello del tigre para ahogarlo. Cuando mataba a unos dos o tres tigres, entonces, nos quedábamos una semana más en el mismo sitio, porque secábamos la piel y todo. Nosotros le ayudábamos a mi papá*

---

<sup>48</sup> Adilia Camacho, 72 anos, mulher ticuna. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 20 jun. 2022.

*a sostener el tigre y él lo despellejaba. Le estoy hablando de tigres grandes.*<sup>49</sup>

Ela refere-se à caça da onça-pintada ou jaguar (*Panthera onça*). As jornadas eram fisicamente exigentes para toda a família, pelas longas jornadas de caminhada, em especial para as crianças, mas, mesmo assim, todos se envolviam nessa atividade conforme as suas possibilidades. Sempre estava latente o risco de serem feridos por tigres ou cobras, pelo que dormiam na parte alta das árvores. No seu relato estão presentes, também, os entes espirituais que são considerados os donos dos elementos da natureza que, segundo a tradição oral, agem como protetores da floresta:

*Mi papá le decía a mi mamá: Hay que darles a los hijos de comer temprano y que se acuesten. Entonces, ella nos daba de comer a las cinco de la tarde y nos acostábamos en la parte alta de los árboles, porque había mucho tigre y había mucho duende, el curupira. Y sí, nos daba miedo. Mi papá nos hacía un piso como de dos metros con una pona, y allá arriba en los árboles nos acostábamos.*<sup>50</sup>

O regime alimentício desta família incluía peixes, tartarugas taricaya (*Podocnemis unifilis*) e carne de animais silvestres como boruga (*Cuniculus paca*) e capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*). Além disso, carregavam os alimentos que estavam acostumados a consumir e que não conseguiam na floresta, como a farinha de mandioca, o sal e o açúcar. No início, as tecnologias para caçar eram armadilhas e cordas de enforcar feitas pelo pai, mas logo tiveram acesso a uma espingarda.

Os conhecimentos tradicionais dos usos medicinais das plantas lhes salvaram a vida em mais de uma ocasião, essa era uma vantagem que os indígenas tinham em comparação com os colonos: *“Llevábamos un remedio por si acaso lo mordía a uno la culebra. Porque para lo demás, en la selva hay harto remedio. Para la diarrea, para el vómito... Mi mamá y mi papá sabían harto de remedios de la selva, porque ellos fueron criados así”* (Flor Gómez-Bombaire; *ibidem.*). Apesar dos grandes esforços feitos por toda a família, quem mais se lucrava do comércio das peles era o intermediário, que pagava uma taxa pelas peles já secas, e logo mandava o produto em barco para cidades como Iquitos e Manaus:

<sup>49</sup> Flor Gómez-Bombaire, 48 anos, mulher uitoto. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá (Amazonas), 25 de outubro de 2021.

<sup>50</sup> Flor Gómez-Bombaire, *ibidem.*

*Después de que secábamos las pieles, las enrollábamos y recogíamos todo. El patrón de mi papá tenía una lanchita, entonces él le decía: "En tal fecha yo bajo a buscarlos a ustedes". Yo les cuento a mis hijos que cuando regresábamos de tigrillar traíamos 15 o 20 pieles. Las pieles a las que les llamaban "de primera" eran las que no tenían daño. Las "de segunda" eran esas que cuando se les disparaba a los tigres les quedaba el hueco. Y había un remolcador a la orilla del río, ahí ellos compraban las pieles.<sup>51</sup>*

A lembrança da época da caça das onças pintadas está presente nos relatos das famílias. Sendo entrevistada, Elisa Bereca, mulher ticuna de 71 anos, lembrou-se de que conheceu a uma mulher colona que comprava as peles dos animais para exportá-las: *"Doña Nieves Tejada vino de Puerto Leguizamo [Putumayo], vivía por el lado del puerto. Yo alcancé a conocer el almacén de ella donde compraba pieles. Se murió de cáncer"*.<sup>52</sup> Não era comum que as mulheres participaram de forma direta na comercialização de madeira ou animais, o caso da senhora Tejada, sendo uma colona que entrou no negócio, parece excepcional.

É difícil conseguir registros fotográficos da época, considerando que a maioria das famílias de Tarapacá tinham uma baixa capacidade aquisitiva para investir em uma câmera fotográfica. Nesse sentido, as atas da obra dos sacerdotes que permanecem na paróquia de Tarapacá se tornam testemunhas do modo de vida local. Na Figura 23 observa-se, do lado direito, na parede dos fundos, uma pele de onça pendurada do lado de alguns diplomas enquadrados, que servem como decoração. Possivelmente, ambos eram usados como símbolo de prestígio pelos moradores dessa casa em que foi comemorado um casamento pela tradição católica.

---

<sup>51</sup> Flor Gomez Bombaire, *ibidem*.

<sup>52</sup> Elisa Bereca, 71 anos, mulher indígena Ticuna. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá (Amazonas), 29 de junho de 2022.

Figura 23 - O que ficou da caça



Fonte: Paróquia de Tarapacá, Ata escrita pelo padre Héctor Reyna no ano de 2004.

A partir da década de 1970, o Código Nacional de Recursos Naturais Renováveis e de Proteção do Médio Ambiente, da Colômbia (Decreto 2811 de 1974) proibiu caçar ou comercializar as espécies de fauna silvestre em perigo de extinção, a imposição de sanções legais desencorajou a continuação da caça comercial, e as famílias envolvidas nesse negócio procuraram outras atividades econômicas.

Através de um processo em que se misturaram as tradições ancestrais com os costumes adquiridos pela influência dos colonos, foi feita uma *divisão sexual do trabalho* (HIRATA; KERGOAT, 2007), segundo a qual as mulheres se encarregam dos trabalhos domésticos e de cuidados: assistir os partos, cuidar da prole, curar, plantar, cozinhar, distribuir os alimentos, cuidar dos animais e costurar as roupas; enquanto os homens se encarregam dos trabalhos em outros espaços, mais longe do lugar de moradia, tais como pescar, caçar e cortar madeira. Porém, elas também participam das atividades extrativistas, mesmo que suas funções não sejam valorizadas, pois trabalham em piores condições e a remuneração que recebem é mais baixa em comparação com a dos homens.

Assim como mudou a forma de se relacionar com o território-natureza, também mudaram os papéis sociais das comunidades indígenas como resultado dos processos de colonização e miscigenação. Cada vez menos, os homens participam do trabalho nas *chagras* para se dedicar a atividades remuneradas, ao tempo que as

mulheres que trabalham nas *chagras* ou no artesanato complementam sua renda com outras atividades econômicas. Dentro dessa dinâmica territorial, Tarapacá passou a ser conhecido como um lugar com abundância de árvores madeiráveis, e a opção de trabalhar na exploração madeireira acelerou a colonização.

### 3.1 O CICLO DE EXPLORAÇÃO DA MADEIRA

Desde a década de 1960 até o início dos anos 2000, a extração de madeira foi uma atividade econômica constante, especialmente do cedro (*Cedrela odorata* L.), espécie que passou a ser conhecida popularmente como “cedro Tarapacá” devido ao centro de extração. Essa atividade atraiu colonos peruanos e da região andina colombiana, que se estabeleceram na região em busca de trabalho e acesso a terras. Isto é equiparável com os processos de colonização e desmatamento da Amazônia peruana estudados por Belaunde (2019), em que ela distingue três tipos de colonos: 1. Aqueles que chegaram junto com suas famílias e se estabeleceram lá; 2. Os que chegaram sós, ficaram para morar e se misturaram com mulheres indígenas, conseguindo acesso a terras inclusive em territórios indígenas; 3. Os que chegaram como empregados temporários, com a meta de produzir e ir embora, que se caracterizam por causar uma maior degradação ambiental, e, frequentemente, por abandonar às mulheres indígenas e os/as filhos/as que procriam com elas (BELAUNDE, *ibidem*, p. 97).

A chamada "bonança do cedro" em Tarapacá ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970, com os maiores lucros do tráfico de madeira indo para os intermediários comerciais que a vendiam nas cidades de Cali e Bogotá (EIA, 2019, p. 31). Não há um registro público de quanto dinheiro foi movimentado através do tráfico de madeira que, em alguns casos, estava ligado às redes de tráfico de drogas. No entanto, essa atividade econômica teve consequências ambientais, como o desmatamento da floresta. Uma vez que o cedro foi identificado entre as espécies florestais em perigo de extinção, as instituições que representam ao Governo na gestão ambiental das regiões estabeleceram proibições da exploração dessa espécie. Algumas restrições começaram na década de 1980, e outras mais tarde, como é o caso da região amazônica, em que a proibição indefinida do aproveitamento do cedro foi feita no ano de 2015 (CORPOAMAZONIA, 2015).

Conforme os depoimentos e as fotografias das famílias de Tarapacá, durante os tempos da extração do cedro em grande escala, podia-se caminhar sobre a madeira cortada em peças que flutuavam no rio Cotuhé até que os navios estrangeiros chegassem para levar a carga (Figuras 24 e 25).

Figura 24 A “bonança do cedro”



Fonte: Arquivo pessoal da família Polanía

Figura 25: Tarapacá como centro de exportação de madeira



Fonte: Arquivo pessoal da família Polanía

Nas fotografias anteriores observa-se a paisagem do rio Cotuhé na década de 1990, com homens caminhando sobre as peças de cedro a serem embarcadas para exportação. A maioria dos/as moradores/as locais estavam envolvidos/as, direta ou indiretamente, nessa atividade econômica. Ao conversar sobre o tema, uma mulher que trabalhou como cozinheira em um acampamento madeireiro me comentou que na época da bonança o povoado ficava em silêncio, pois só as pessoas idosas permaneciam lá, homens e mulheres que serviam como força de trabalho das serrarias se adentravam na floresta, inclusive houve mulheres que tinham seus partos lá, algumas vezes os/as filhas/os não sobreviviam a essas condições, e as mulheres voltavam ao povoado quando as crianças estavam doentes ou quando estavam em idade de ir para a escola.

A administração do dinheiro recebido durante este ciclo econômico estava principalmente nas mãos dos homens; ao longo dos anos, muitos destes homens ficaram desempregados quando a extração de madeira nesta área diminuiu, porque se tornou escassa, e tiveram que se afastar mais de Tarapacá para obter madeiras finas. Víctor Rosales (Figura 26) foi um dos colonos que ficou em Tarapacá depois da bonança do cedro e ainda trabalha na extração de madeira ajustando-se à nova regulamentação estabelecida pelo Governo, conforme falou ele quanto entrevistado:

*Cortar el cedro está vetado, ya faltan como tres años para que abran la veta, pero no va a volver a haber más solicitudes de cedro, porque las autoridades ambientales dijeron que no había. En donde hay cedro es en la parte peruana, pero como están todos esos Resguardos Indígenas y Parques Nacionales, no se puede sacar de allá, antes no había esa prohibición.*

Figura 26 – Madeireiros e colonos da floresta



Fonte: Arquivo da família Rosales (1991) e Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2022) (foto da direita).

Se cabia aos homens o serviço relacionado a cortar madeira e caçar, as demais atividades necessárias para possibilitar essa atividade econômica, como prover alimentação, vestimenta, cuidado e criação dos filhos –dos quais uma parte se tornariam novos trabalhadores–, eram realizadas pelas mulheres. Esse conjunto de atividades posto sob responsabilidade das mulheres, porém, não era valorizado, e a remuneração delas era baixa em comparação com a dos homens, embora suas jornadas (duplas e/ou triplas) de trabalho fossem mais extensas. Carolina\*, 53 anos, me relatou, em uma conversa informal, sua experiência como cozinheira nas serrarias da floresta:

*Trabajé nueve años en el monte hasta que mi hija cumplió 6 años ahí me vine para el pueblo para que ella entrara a la escuela. Antes, cuando estaba bueno el negocio, me pagaban \$900.000 [pesos colombianos] mensuales por cocinar. Me levantaba a las 2 de la mañana para hacerles el desayuno, y después que ellos se iban yo volvía a dormir. Luego, arreglabo mi cocina y me ponía a preparar la comida para tenerles listo cuando vinieran. Para mí, lo más duro no era cocinar, sino la caminada. Había días en que caminábamos 7 horas monte adentro, cargando la comida y las ollas. Hoy en día no quieren pagar igual, Le ofrecen a uno \$300.000 mensuales para ir a cocinar, eso no es nada. Ellos creen que cocinar es cualquier cosita, pero no, toca madrugar y trabajar duro. ¿Y quién le va a pagar a uno por trabajar desde la madrugada? Por eso es que ya casi no hay*

*mujeres que se presten para ir a cocinar al monte. Ahorita lo que paga es ir a cocinar a los del negocio de la coca, ellos sí pagan bien y no piden rebaja.*<sup>53</sup>

A presença de agentes externos nas comunidades indígenas modifica as relações de gênero e as relações socioambientais. A tendência do extrativismo em grande escala por parte desses atores sociais é levar a riqueza e deixar o território local com maiores problemas ambientais e sua população empobrecida. De acordo com outros estudos sociais, essas dinâmicas territoriais extrativistas também aumentaram a violência contra as mulheres:

Os depoimentos das mulheres coletados pelas organizações de mulheres de vários povos indígenas amazônicos que trabalham na defesa dos direitos indígenas alertam que a colonização e a desapropriação de suas florestas levam simultaneamente a um aumento da violência contra mulheres e meninas, à exacerbação das desigualdades de gênero e à exploração sexual de meninas e adolescentes indígenas (BELAUNDE, 2019, p. 119).

Apenas algumas poucas famílias de Tarapacá economizaram e investiram os ganhos obtidos pela extração das madeiras, mas os relatos da maioria das mulheres que trabalharam com seus maridos nessa atividade fazem referência às experiências de desintegração familiar e ao empobrecimento que se seguiu. A colonização e a intervenção de agentes extrativistas em territórios indígenas romperam a coesão social e perpetuaram a violência de gênero (CIDH, 2017), introduzindo práticas como o alcoolismo entre os homens. Os depoimentos de algumas das mulheres entrevistadas dão conta dessa realidade social:

*Cuando mis hermanos y yo éramos niños pasamos tiempos muy difíciles, porque mi papá tomaba mucho. Mi papá también fue maderero, trabajaba por el río. Él nunca decía: "¿Qué les hace falta a mis hijos?, ¿Les falta un lápiz?, ¿No tienen ropa o zapatos?". Cuando él regresaba a la casa solo se la pasaba tomando. ¿Qué tenía que hacer mi mamá? Rebuscarse las cosas entre los vecinos. Mi mamá trabajaba en seis partes, cocinando y lavando. Y nosotros aquí en la casa le ayudamos a lavar la ropa, ella le lavaba la ropa a un militar y al corregidor. Yo a partir de los ocho años me hice responsable de la casa, yo me encargaba de todo, de lavar y cocinar.*

---

<sup>53</sup> Carolina\* (nome fictício), 53 anos, mestiça. Conversação com Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 23 jun. 2022. A entrevistada mencionou uma renda mensal de \$900.000 pesos colombianos, esse era o valor correspondente ao salário mínimo mensal legal na Colômbia no ano de 2021 o que, em média, equivalia a US\$246 segundo o câmbio monetário da época.

*Nos íbamos a lavar al río con mi mamá y como no teníamos luz nos tocaba alumbrar con velas.*<sup>54</sup>

Ainda hoje, algumas pessoas trabalham na extração da madeira, mas precisam de um salvo-conduto para comercializá-la. A maior serraria, com permissão para a extração de madeiras, localiza-se em torno do Lago Pexiboy em Tarapacá<sup>55</sup> e é administrada por Flor Ángela Martínez-Bernardino, uma mulher nativa do distrito que mora na cidade de Leticia, sendo a única mulher de Tarapacá que se dedica a esse negócio. Embora tenha feito várias tentativas sem sucesso para entrevistá-la, considerando a importância de sua experiência na indústria de madeiras amazônicas, citarei a seguir uma parte de um depoimento dela que foi publicado pela *Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO)* na Colômbia:

**Adriana Yepes (FAO):** *¿Cuál es la mayor oportunidad que ven en los planes de manejo y aprovechamiento forestal?*

**Flor Ángela Martínez-Bernardino:** *Nuestro trabajo es discriminado por muchos sectores que, en realidad, no conocen el trabajo que estamos realizando. Se debe visualizar las buenas prácticas que estamos implementando en las áreas de aprovechamiento. Se deberían revisar en campo, directamente en las áreas de aprovechamiento, los términos de referencia y las consideraciones ambientales, porque hay unas cosas que, en realidad, nosotros que tenemos la experiencia de varios años de estar en campo, que conocemos nuestros bosques y nuestra región y que tenemos la oportunidad de trabajar con nuestras comunidades indígenas, que son los mayores concedores del bosque, encontramos que no se deben implementar.*

*Uno de mis mayores retos como mujer, como empresaria, como campesina y como indígena de Tarapacá es que mi empresa de aprovechamiento forestal tenga un esquema de reconocimiento o certificación a nivel nacional como un aprovechamiento forestal sostenible y de conservación. Y que mis productos forestales lleguen al mercado nacional e internacional, como lo que es: madera legal de bosque sostenible. Y así, poder competir con precios justos. Para lograr esto, se debe combatir la tala y el tráfico ilegal de madera, con acciones que hemos venido realizando como la suscripción del pacto de la madera legal. Y que se nos acompañe en la conformación de la cadena forestal de bosque natural del Amazonas.*<sup>56</sup>

<sup>54</sup> Julia Carvajal, 36 anos, mulher mestiça. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 29 out. 2021.

<sup>55</sup> Empresa cadastrada como MyM Maderables Pexiboy. Mais informações: <https://amazoniaesenciadevida.com.co/m-y-m-pexiboy/>

<sup>56</sup> Flor Ángela Martínez-Bernardino. Entrevista concedida a Adriana Yepes (Funcionária da FAO). [s.l.]: FAO, 2020. 1 vídeo (108 min.). Webinar: Protocolo para la revisión y evaluación de planes de

Flor Ángela se autodefine como uma empresária engajada no mercado legal e inclusivo da madeira. Com base em sua experiência, ela ressalta que o manejo florestal comunitário não só contribui para a conservação da biodiversidade, mas também proporciona oportunidades de emprego para diversas famílias em Tarapacá.

### 3.2 UM POVO ANFÍBIO

Os rios e lagoas da Bacia Amazônica determinam o modo de vida dos/as povoadores das águas e das florestas. Por sua vez, os/as moradores decidem o uso e manejo do território através de estratégias de adaptação às mudanças da natureza, principalmente nos períodos de seca e inundação. Para mim, ficou mais evidente este modo de vida quando visitei Tarapacá em junho de 2022, quando o nível das águas do rio Cotuhé tinha ascendido até chegar a entrar nas casas construídas em um nível elevado pela mesma causa. No dia 21 de junho escrevi no meu diário de campo:

Tarapacá é um território que muda nos períodos de seca e enchente. A cheia do rio em maio faz com que as ruas fiquem inundadas e as pessoas se locomovam em canoas. O nível da água cai gradualmente até que o rio volte a secar em agosto. Algumas famílias que vivem nas comunidades indígenas ao longo dos rios não têm canoas para viajar até a sede de Tarapacá e, por isso, deixam de levar seus filhos à escola.

Apesar da temporada de inverno, como eles não têm um sistema de aqueduto e esgoto, não podem armazenar ou gerenciar grandes quantidades de água. Portanto, enquanto as ruas estão inundadas, não há água potável nas casas e as pessoas estão esperando que chova novamente. A quantidade de mosquitos aumentou durante a inundação e, ao mesmo tempo, aumentaram os casos de malária e dengue.<sup>57</sup>

---

manejo, seguimiento y control a los aprovechamientos forestales en bosque natural. Organizado pela FAO Colombia, Unión Europea, FLEGT, 10 jul. 2020. Publicado no canal de YouTube Elija Madera Legal. Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=LvPjNgJ9Rgl&embeds\\_euri=https%3A%2F%2Fwww.fao.org%2F&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?v=LvPjNgJ9Rgl&embeds_euri=https%3A%2F%2Fwww.fao.org%2F&feature=emb_logo) Acesso em: 28 jul. 2022.

<sup>57</sup> CUERVO-FERNÁNDEZ, Ivón Natalia. Diário de campo. Escrito em Tarapacá, junho de 2022.

Enquanto em alguns trechos o nível do rio está navegável, em outros está tão baixo que é difícil navegar, o que também afeta o comércio. As Figuras 27 e 28 ilustram o estado do campo de futebol no verão e no inverno respectivamente.

Figura 27 - Campo de futebol no verão (dezembro 2021)



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2021)

Figura 28 - Campo de futebol no inverno (junho 2022)



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2022)

Uma das atividades econômicas permanentes é a pesca. Quando o nível do rio está alto, conseqüentemente, os peixes chegam muito perto das casas. Os homens são os que, geralmente, vão pescar mais longe de casa e, portanto, obtêm mais variedade de peixes. Alguns pescam para a alimentação da família e para vender. Na Figura 29 observa-se um vendedor de peixe na rua. A maioria das famílias consomem peixe diariamente e não o armazenam porque não contam com energia elétrica constante.

Figura 29 - Homem vendendo peixe em Tarapacá



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2021)

As mulheres que pescam o fazem para o sustento da família. Algumas fazem espetos de peixe grelhado e os vendem aos vizinhos, outras fazem uma sopa com peixe e banana da terra chamada “*sancocho*” e a vendem na sua própria casa para a refeição do almoço. Apenas duas das 20 mulheres que entrevistei disseram que pescam. Mas mesmo as que não saem para pescar decidem qual tipo de peixe a família come, e limpam e cozinham os peixes (Figura 30).

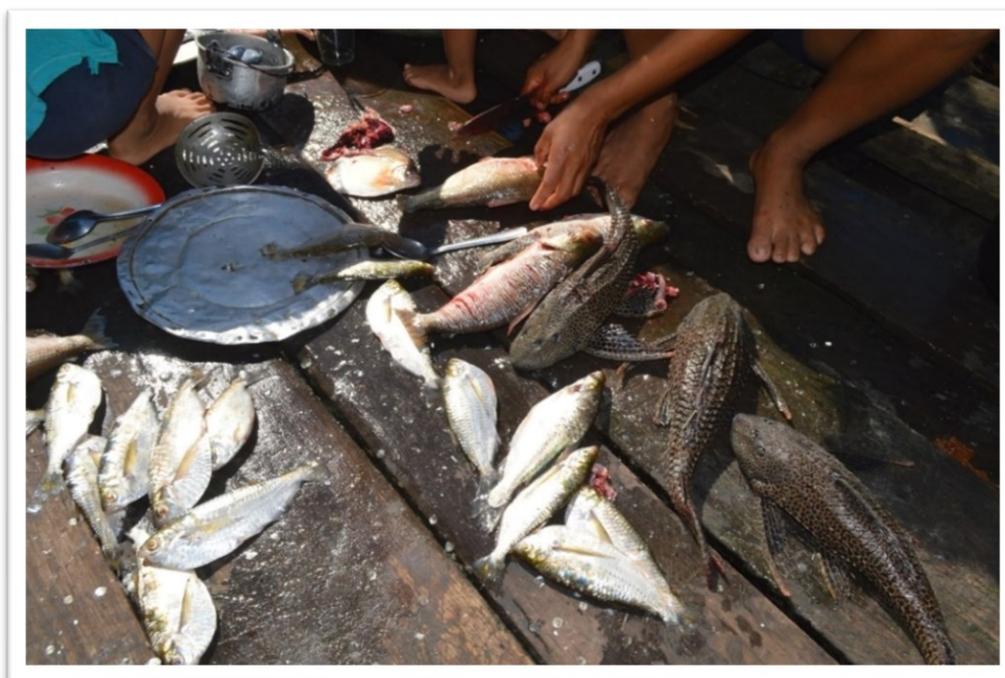
Figura 30 - Mulher limpando peixe



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2021)

Existe uma grande variedade de peixes, os mais consumidos em Tarapacá são palometa (*Mylossoma duriventre*), cucha (*Hypostomus plecostomus*), paco (*Myleus pacu*) e dorado (*Salminus brasiliensis*). (Figura 31).

Figura 31 - Variedade de peixes em Tarapacá



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2021)

Em quantidades menores, por serem peixes de preço mais alto no mercado, consomem a gamitana (*Colossoma macropomum*) e pirarucú (*Arapaima gigas*). Entre dezembro e fevereiro, os homens saem pescar a arawana plateada (*Osteoglossum bicirrhosum*), um peixe ornamental muito solicitado nos mercados asiáticos. Enquanto os pescadores recebem aproximadamente o equivalente a 25 centavos de dólar por cada alevino, as pessoas no mercado asiático pagam US\$15 ou mais por alevino (CARDONA, 2014).

Os peixes amazônicos são muito valorizados no mercado nacional. De acordo com a pesquisa feita por Pantevis e Palacio (2016) sobre este negócio: “Após a segunda metade do século XX, a atividade comercial mais importante, juntamente com a exportação de peles e animais, e deixando de lado a economia ilegal da coca [...] foi e tem sido a comercialização de peixes” (p. 26).

Porém, como foi explicado por Rosa Piñeros quando entrevistada, a atividade comercial de pesca em Tarapacá é mais para o consumo interno: *“La pesca siempre ha estado; pero si traemos una cantidad de pescado, no tenemos a dónde exportarlo, se queda para el consumo, porque no tenemos nosotros a dónde enviarlo, no tenemos un centro que nos diga: “Aquí lo vamos a comprar y esta es la persona que lo va a enviar y esta es la que lo va a recoger”*. De modo que a pesca em Tarapacá é uma atividade econômica com alto potencial, mas pouco articulada para esse fim.

### 3.3 NARCOTRÁFICO, MINERAÇÃO ILEGAL E VIOLÊNCIAS CONTRA OS CORPOS-TERRITÓRIOS

Apesar da importância da diversidade biológica e cultural da região Amazônica, as ações realizadas até agora para deter o desmatamento e a degradação ambiental são insuficientes (WHEELER, 2022). As principais atividades que causam impactos negativos sobre a floresta amazônica são a apropriação de terras, a construção de vias (legais e ilegais), a expansão agroindustrial, o extrativismo intensivo, a criação extensiva de gado e o desenvolvimento de atividades ilegais que causam degradação e contaminação ambiental –como a mineração de ouro nos rios e o narcotráfico– (EL POR QUÉ..., 2020). Estas atividades fazem parte das práticas predatórias do modelo de desenvolvimento econômico capitalista que se impõe sobre a natureza, o qual é herdeiro da mentalidade colonialista que trata a natureza como objeto de dominação e exploração para a satisfação das necessidades e prazeres dos seres humanos.

Para os povos indígenas amazônicos existe uma relação de reciprocidade com os territórios-natureza que habitam. Enquanto os territórios são concebidos como seres vivos que outorgam o necessário para o bem-viver, os indígenas, e especialmente as mulheres, usam seus conhecimentos tradicionais para cuidar e dar continuidade a todas as formas de vida. O fato de suas práticas cotidianas estarem ligadas com o entorno ambiental implica que as mulheres indígenas sejam as mais afetadas pelas transformações socioambientais e que se movimentem socialmente para defender o cuidado do corpo, do território e do não-humano (ULLOA, 2016; AGARWAL, 2004). Ao examinar os impactos da degradação ambiental na Índia sobre as vidas das mulheres pobres, Bina Agarwal (2004) analisa que os processos

de dominação e opressão sobre a natureza e sobre as mulheres estão enraizados na essencialização do princípio biológico da “reprodução”, que justifica a dominação e o controle sobre seus corpos.

A defesa e reivindicação do “território-corpo-terra” emergiram como uma consigna política e uma categoria própria do “feminismo comunitário”, liderado na Guatemala por Lorena Cabnal, mulher da etnia Xinka. Neste contexto, a luta pela preservação do território contra a exploração mineira é intrinsecamente ligada à defesa do corpo, considerado o “primeiro território”. Como afirmado por Cabnal, “Qualquer forma de exploração dos bens naturais é uma forma de violência contra a terra e contra as mulheres e homens que convivemos com ela” (CABNAL, 2010, p. 24).

De acordo com Johanna Leinius (2021), a noção do “corpo-território” faz parte do discurso feminista que articula os direitos sexuais e reprodutivos com a ideia da autonomia territorial e permite abrir diálogos entre os feminismos e os mundos de vida das mulheres indígenas, afrodescendentes e camponesas. Nesta mesma perspectiva, Astrid Ulloa (2023) explica que os corpos-territórios estão unidos por vínculos afetivos, concepções ontológicas e epistemológicas, relações de reciprocidade, lutas e construções coletivas dos humanos com o território e com os não-humanos. As violências contra os territórios representam, de igual modo, violências aos seres que neles habitam, impactando de maneira desproporcional as mulheres devido à estreita relação que mantêm com os territórios em suas atividades cotidianas. Conforme Ulloa (2023) aponta, essa condição persiste devido a causas estruturais: “Essas violências são vivenciadas pelas mulheres como resultado dos processos coloniais e do patriarcado, mas também das exclusões e desigualdades estruturais sociais, ambientais, de gênero e étnicas” (p. 328).

No contexto de Tarapacá, as mulheres desempenham um papel fundamental no manejo das hortas e *chagras*, sendo frequentemente as primeiras a perceber os impactos da degradação ambiental. Dado que seus conhecimentos tradicionais sobre plantas se baseiam em suas atividades diárias, esses saberes assumem uma importância crucial em iniciativas voltadas para a regeneração ambiental e a mitigação das mudanças climáticas. Entre as mulheres que entrevistei, a maioria se envolve em diversas atividades econômicas, no entanto, cada uma delas destacou uma ocupação como a principal. Com base nesses dados, apresento

o seguinte infográfico (Figura 32).

Figura 32 – Infográfico/ Distribuição das ocupações das mulheres entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora com fotografias produzidas durante o trabalho de campo.

As entrevistadas explicaram que a situação das moças que moram no território local é muito diferente em comparação com a das mulheres adultas. Principalmente, porque as moças se ocupam em atividades diferentes às que exercem suas avós e mães. As filhas adolescentes tendem a não assumir sua parte do trabalho na *chagra*, algumas delas se dedicam exclusivamente às atividades escolares com a intenção de sair do distrito para arranjar um emprego ou continuar estudando. As migrações rural-urbanas das moças de territórios indígenas são recorrentes em várias comunidades da Amazônia colombiana (LASPRILLA, 2009), algumas abandonam os estudos e se dedicam a atividades remuneradas.

Porém, na sede de Tarapacá, as alternativas de emprego para as mulheres são reduzidas. Algumas trabalham como empregadas no comércio local. Durante o trabalho de campo, observei que algumas moças se empregam como vendedoras nas mercearias, padarias ou botecos. Outras vendem os alimentos cultivados na *chagra* (Figura 33) ou vendem comida preparada (almoços ao meio dia ou espetos de frango à noite).

Figura 33 – Venda ambulante de produtos das *chagras*



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2021).

Por outro lado, encontra-se a oferta das economias ilícitas (narcotráfico e mineração ilegal), e como alternativa legal estão as iniciativas de base comunitária para trabalhar com a comercialização das frutas nativas, fazendo frente às diferentes

pressões sociais, políticas, econômicas e ambientais. Não obstante o recorte analítico que faço a continuação, as suas atividades não se limitam a estas duas alternativas econômicas.

No final da década de 1970, o cultivo de coca para usos ilícitos se expandiu em Putumayo (CUESTA *et al.*, 2017) e logo no Amazonas. A partir da década de 1980, as guerrilhas ligadas ao narcotráfico iniciaram a luta pelo controle territorial dessa região (HERRERA *et al.*, 2021).

Nas últimas duas décadas do século XX, as redes criminosas que se dedicam a atividades econômicas ilegais invadiram partes geoestratégicas da região sul da Amazônia onde se localiza Tarapacá. Predominam os grupos conformados por ex-combatentes da guerrilha das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia (FARC-EP)* que se uniram para conformar um grande grupo armado narco-paramilitar conhecido como “*Comandos de la Frontera*” (INDEPAZ, 2022, p. 59). Dada a presença destas redes criminosas, resultou difícil me deslocar no território além da sede do distrito e falar abertamente com as pessoas sobre essa realidade social.

Além de ser um lugar onde se cultiva e processa a folha de coca para usos ilícitos, Tarapacá é um dos corredores fluviais do Amazonas usado pelas redes criminosas transnacionais para transportar drogas e armas para o Peru e o Brasil (UNODC, 2022, p. 95), junto com o narcotráfico incrementou-se o desmatamento e a mineração ilegal (*ibidem*, p. 134).

A atividade mineira ilegal em Tarapacá é a extração de ouro aluvial por meio do uso de dragas no rio Cotuhé. Conforme Salazar *et al.* (2019), agentes externos ao território, provenientes de Putumayo (Colômbia), Brasil e Peru, iniciaram esse tipo de exploração que se incrementou com o uso de balsas por parte de grupos mais pequenos em que participaram também alguns moradores locais.

A mineração de ouro, uma atividade predominantemente exercida por homens, encontrou aceitação entre alguns residentes locais, alterando as dinâmicas econômicas de Tarapacá. Tornou-se uma alternativa de renda com um maior retorno financeiro e um menor dispêndio de tempo de trabalho, em comparação com atividades tradicionais, como a horticultura ou a pesca.

Este tipo de mineração causa impactos ambientais pela contaminação dos rios com mercúrio que afeta os seres vivos que dependem dessas águas. A afetação abrange toda a população, pois a água do rio Cotuhé é usada para realizar as

atividades domésticas. Outros impactos sociais são os conflitos internos pelo uso do território, as mudanças no modo de vida das pessoas pelo aumento do poder aquisitivo, o aumento no preço dos bens de primeira necessidade e o incremento no consumo de álcool que, por sua vez, se torna um fator desencadeante da violência doméstica.

Em conversa com uma das mulheres membro de uma comunidade indígena de Tarapacá, que prefere não ser identificada, constateei alguns dos problemas sociais gerados pela expansão da mineração ilegal e o narcotráfico, estes incluem: ruptura do tecido social, abandono de tradições como o trabalho nas *chagras*, monetarização das relações de intercâmbio que antes se baseavam na reciprocidade, e abandono escolar:

*Hace 20 años, en la comunidad había más tranquilidad, más unión. Toda la familia ahí, y desde hace siete años he visto un cambio totalmente diferente. Ya empezaron a llegar la minería, ya las siembras ilegales, la gente armada, entonces ahí fue cuando empezó el cambio. Las comunidades ya no eran las mismas. Antes, había personas que donde usted llegaba le decían: “Mire, le traje un pescado”. Ahora no, si usted no tiene dinero en la mano, usted no come ni un banano, ni una naranja, ni una papaya, eso hizo que esto cambiara muchísimo. Los jóvenes ya no quieren estudiar porque quieren trabajar en el trabajo que brindan los otros compañeros [o sea, los grupos armados ilegales], prefieren trabajar en eso porque ganan dinero rápido.<sup>58</sup>*

Nesse contexto, também são recorrentes as desigualdades de gênero. As mulheres que trabalham nas balsas, como cozinheiras ou diretamente nas atividades de mineração, são submetidas às condições de insegurança próprias dessa atividade ilícita. Algumas delas são violentadas sexualmente pelos grupos armados, como referiu uma das mulheres entrevistadas:

*De las mujeres han pasado casos de violaciones contra ellas, por esa gente que anda ahí en la comunidad... No solo las muchachas [adultas también]. Entonces ya no vivimos ahí con la libertad que teníamos antes, vivimos algo muy diferente.<sup>59</sup>*

---

<sup>58</sup> Luisa\*(pseudônimo). Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 1 nov. 2021.

<sup>59</sup> Luisa, ibidem.

Na sede de Tarapacá é evidente o aumento dos casos de violência sexual contra as mulheres, inclusive as menores de idade. Frente a este problema, o *Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF)*<sup>60</sup>, instituição que conta com um grupo pequeno de funcionários/as em Tarapacá, busca proteger às pessoas menores de idade envolvidas em casos de abuso sexual, conforme um estudo sobre os impactos sociais da mineração em Tarapacá:

Há sempre uma associação entre atividades ilegais de alto risco e a busca de acompanhamento de mulheres. Segundo os líderes da CIMTAR, a mineração tem aumentado a prostituição tanto entre as mulheres mestiças quanto entre mulheres indígenas. "Um mineiro pega uma garota indígena, engana-a, diz-lhe que vai pagá-la em ouro e depois lhe dá uma pedra, que mais tarde ela descobre que não é ouro". Às vezes o mineiro compra o pai que induz a garota a ir com o mineiro. Os líderes apontam casos em que o ICBF impediu os mineiros de levar menores para residências para ter relações sexuais com eles. (SALAZAR *et al.*, 2019, p. 162)

No texto citado acima, é preciso notar que os autores se referem à procura de "acompanhamento de mulheres" para mencionar fatos que são parte da exploração sexual de menores de idade que no *Código de Infancia y Adolescencia* (COLOMBIA, Lei 1098 de 2006) são tipificados como delitos. Ao citar o testemunho de suas fontes é questionável considerar que, geralmente, os atos sexuais com meninas e adolescentes sejam consentidos por elas ou por seus pais. Embora uma das mulheres que entrevistei se referiu a um caso em que os pais receberam dinheiro em troca de que um grupo armado levasse sua filha de 13 anos, não se trata de mero "acompanhamento" feminino, pois isso omite a gravidade das violações e as fortes pressões enfrentadas por essas meninas e adolescentes e suas famílias.

Por sua vez, outra das mulheres entrevistadas afirmou que quando são conduzidas brigadas de saúde que incluem a inserção do implante subdérmico como método contraceptivo, homens armados chegam ao porto levando moças para receber o dito implante. Em conversa com um funcionário do posto de saúde, constatei que a entrega de métodos contraceptivos é a estratégia de prevenção e de promoção da saúde sexual usada pelo sistema de saúde no distrito:

---

<sup>60</sup> O Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF) é uma instituição governamental dedicada à proteção integral de crianças e adolescentes, principalmente àqueles cujos direitos sejam vulnerados. Para mais informações, veja-se o site da instituição: <https://www.icbf.gov.co/instituto>

*Nosotros las ayudamos a planificar. Hay mamás que traen a sus hijas para que les pongamos el implante subdérmico. En 2019, cuando escasearon los métodos de planificación, la natalidad aumentó 80%. A los hombres no les gusta que ellas usen métodos anticonceptivos, porque piensan que ellas están para tener hijos hasta que sus cuerpos no conciban más, y también porque creen que si ellas planifican les van a ser infieles.<sup>61</sup>*

Estes depoimentos revelam que o uso da contracepção se torna uma decisão, principalmente, dos homens, e tira das mulheres o sentido de autonomia sobre seu próprio corpo, esta estratégia é utilizada por eles para controlar os corpos delas segundo os interesses particulares ou dos grupos armados.

Conforme estatísticas do sistema de Medicina Legal e Ciências Forenses da Colômbia, sobre denúncias por violência sexual contra pessoas indígenas (ABUSO..., 2022), na maior parte dos casos registrados (70%) os agressores foram familiares ou conhecidos, e 85,5% das vítimas foram pessoas menores de 17 anos, sendo a maioria mulheres, os dados desagregados foram publicados em uma reportagem do jornal nacional *El Tiempo*:

Entre 2017-2021, os registros oficiais mostram 2.051 exames para supostos delitos sexuais cometidos contra membros de povos indígenas. Destes, 1.881 eram mulheres e meninas: a maioria tinha entre 5 e 15 anos de idade, de acordo com o instituto de Medicina Legal. As outras vítimas eram meninos, também quase todos entre 5 e 15 anos de idade. Como é o caso em todo o país, a maioria dos ataques foram alegadamente perpetrados por um conhecido (618 casos) ou por um membro da família (813 casos). Os parceiros ou ex-parceiros são responsáveis por, pelo menos, 150 possíveis estupros de mulheres indígenas. E a subnotificação pode ser enorme (ABUSO..., *ibidem*, s.p.).

Ao mesmo tempo em que os jovens estão sendo atraídos para trabalhar com as redes de tráfico de drogas, o consumo de substâncias psicoativas entre eles está em ascensão. Atualmente, é comum ver jovens nas ruas de Tarapacá à noite consumindo drogas e álcool, o que aumentou a percepção de insegurança das mulheres, e tornou-se uma grande preocupação para as mães, como argumentou uma delas quando entrevistada:

---

<sup>61</sup> Funcionário do posto de saúde de Tarapacá que pediu manter seu nome sob reserva, em conversação com Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 8 nov. 2021.

*Aquí, ahora, no puede una mujer salir a caminar sola de noche. Porque en la calle están esos muchachos desde muy temprano tomando, ¿De dónde sacan plata?, ¿A qué se dedican?, ¿Qué es lo que está pasando aquí? Los muchachos están consumiendo sustancias psicoactivas, y ahora hay más niñas embarazadas. Yo me pregunto: ¿Dónde están los papás?, ¿Por qué no se preocupan si sus hijos no han llegado a la las ocho de la noche a la casa?<sup>62</sup>*

O recrutamento forçado de meninas, meninos e adolescentes no contexto do conflito armado interno é persistente, muito mais em territórios vulneráveis como este, onde existem causas estruturais como a débil presença das instituições do Estado, a pobreza, o desemprego e a falta de escolaridade que têm um impacto direto nas crianças e adolescentes. Segundo o relatório final da *Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición* (COMISIÓN DE LA VERDAD, 2022) entre 1990 e 2017, 16.238 crianças e adolescentes foram recrutados na Colômbia por grupos armados (guerrilha, paramilitares e força pública) (*ibidem*, p. 28). Tarapacá faz parte da radiografia dessa realidade social, de acordo com o depoimento de uma das mulheres entrevistadas: *“Para nadie es un secreto que estamos viviendo con esa gente –ilegales, digo yo– nuestra comunidad ha sido muy afectada, y la mayoría de los jóvenes se fueron y no han vuelto, han vuelto 3 o 4, de resto no sabemos dónde andarán”*<sup>63</sup>.

O recrutamento forçado, o sequestro, a violência sexual (incluídas práticas como os abortos forçados e a contracepção forçada) são graves violações dos direitos humanos. Frente a esta problemática, o Estado colombiano tem sido lento em adotar medidas concretas para garantir os direitos da população a uma vida livre de violência e às condições de vida dignas, assim como uma atenção integral para as vítimas baseada nos princípios de verdade, justiça e reparação.

---

<sup>62</sup> Aurora\*(pseudônimo). Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 2 nov. 2021.

<sup>63</sup> Luisa\*(*ibidem*).

### 3.4 AS MULHERES SE ORGANIZAM PARA DEFENDER OS TERRITÓRIOS-NATUREZA

As mulheres indígenas vivenciam de maneira diferenciada as mudanças socioambientais nos territórios, devido às relações desiguais de gênero, etnia e condição socioeconômica. Um diagnóstico do programa PROAmazonía (2019), sobre a situação das mulheres na Amazônia equatoriana, assinala que existem barreiras para o empoderamento das mulheres nos âmbitos *físico* (autonomia para decidir sobre seus corpos e sua saúde), *econômico* (capacidade de gerar uma renda própria e poder de decisão sobre a distribuição da renda) e *sociopolítico* (autonomia na tomada de decisões e participação na esfera pública).

Segundo a CEPAL (2021), na América Latina, a porcentagem de mulheres sem renda própria em 2021 era de 27,6% enquanto a porcentagem de homens na mesma situação era de 11,2%. No caso colombiano, a desigualdade é maior: 35% das mulheres e 13,2% dos homens em idade de trabalhar não possuem uma renda própria.

No contexto de Tarapacá, identifiquei um lugar comum nos depoimentos das mulheres entrevistadas em relação com o custo que implica a participação delas nos espaços de representação social e política. Na maioria dos casos, as relações de poder mantêm a desigualdade entre homens e mulheres. Enquanto elas assumem as responsabilidades que lhes são delegadas, seu trabalho não é tão valorizado quanto o dos homens, e quando elas tentam acessar aos recursos materiais e simbólicos das associações, os homens disputam com elas para manter o controle.

Várias mulheres enfrentam a oposição de seus cônjuges para ocupar cargos de liderança, e têm que trabalhar mais para cumprir as funções domésticas e de cuidado ao mesmo tempo em que desempenham seus papéis na esfera pública. Conforme me relatou Adalguiza Ahuanari, 52 anos, quando ela foi eleita como representante legal de ASMUCOTAR, no ano de 2003, seu marido se opôs a que ela estivesse longe de casa a fim de administrar a Associação, isto gerou nela uma tensão interna muito forte. Porém, depois de duas décadas construindo sua trajetória como líder, a atitude do seu cônjuge mudou:

*Yo, al principio lloraba mucho, porque no es fácil, es difícil uno empezar, conseguir el presupuesto, salir, yo salí mucho. Y a veces,*

*tenía dificultades con mi compañero, porque yo no permanecía en la casa, porque tenía que salir a reuniones y regresaba tarde. Pero ahora que estoy a cargo del área de mujeres de ASOAINAM, él ya entiende.*<sup>64</sup>

As mulheres que ocupam cargos de liderança nas associações indígenas e produtivas da região amazônica colombiana colocam como prioridade nas suas agendas de trabalho as ações relacionadas com a ética do cuidado e a sustentabilidade da vida. Em concordância com o relato de Nayibe del Águila, 45 anos, as mulheres que possuem mais experiência motivam às outras:

*Yo viajé a una reunión de la Comisión Nacional de Mujeres Indígenas (CNMI), fui como vocera del Amazonas por parte de la OPIAC [Organización Nacional de los Pueblos Indígenas de la Amazonía Colombiana]. Una compañera me preguntó cómo trabajamos las mujeres de mi comunidad. Y yo le dije: "No pues, yo hasta ahora estoy empezando. Porque yo pertenezco a una comunidad, pero nunca he estado metida tanto en el rol de los hombres, que ellos son los que lideran y quieren manejar todo eso". Y ella me dice: "¿Y usted nunca ha pensado postularse como presidenta?". Y yo le digo: "De pronto más adelante, toca mirar, a ver qué pasa". Y me dice: "Nosotras las mujeres administramos muy bien y hay muchas mujeres empoderadas. ¡Empodérese! Hágalo por los niños y por los ancianos". Y a mí me quedó sonando eso del empoderamiento (...) Hace poco estuve en un encuentro de la OPIAC presentando un proyecto de nosotros, peleé con los hombres solo para poder salir, porque iban puros hombres. Entonces yo les dije: "¿Van a ir solo hombres? ¿Y las mujeres no vamos? ¡Déjenme ir a mí, es que nosotras las mujeres también podemos!". Y pues claro, me tocó ir a hacer la presentación del proyecto. Y nos fue muy bien, yo creo que de la Amazonía ese es el mejor proyecto, es sobre el sistema de manejo ambiental indígena.*<sup>65</sup>

As mulheres amazônicas, devido à sua dependência cotidiana da natureza para sustentar suas famílias, são as mais impactadas pelos efeitos adversos sobre o meio ambiente desta região. No entanto, são elas que provavelmente desempenham um papel mais significativo na preservação da diversidade da floresta e no cuidado de espécies vegetais de particular utilidade. Estes processos têm sido observados recentemente como resultado da intervenção humana na floresta amazônica (FERREIRA *et al.*, 2022).

<sup>64</sup> Adalguiza Ahuanary, 52 anos, mulher ticuna. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 9 de novembro de 2021.

<sup>65</sup> Nayibe Andrea del Águila, 45 anos, mulher ticuna. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, outubro 27 de 2021.

A partir destas relações de interdependência com os territórios-natureza, e graças a seus conhecimentos sobre o entorno ambiental e as propriedades alimentícias e medicinais das plantas, as mulheres assumiram um papel protagonista na conservação da diversidade biológica e cultural e na defesa dos corpos-territórios. Neste sentido, Claudette Labonté, liderança do povo Palikur da Guiana Francesa e coordenadora do núcleo de “Mulher e Família” da Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) declarou que:

O território amazônico tem sofrido todas as formas de violência, e as mulheres indígenas, ao longo da região, têm sido vítimas dos sistemas extrativistas, as economias ilegais, os conflitos armados, o patriarcado, a incompreensão e a falta de respeito. O que padece a Amazônia é uma réplica do que vivenciamos as mulheres indígenas além das fronteiras políticas e geográficas (COICA/OPIAC, 2021, p. 2).

Na Primeira Cúpula das Mulheres Originárias da Bacia Amazônica (em diante, a Cúpula), realizada na Colômbia no ano de 2021, foram definidas algumas metas comuns: a luta pela defesa dos territórios, a participação igualitária das mulheres indígenas nas estruturas organizacionais nos níveis local, regional, nacional e internacional, e a promoção de um modelo de liderança complementar entre homens e mulheres. Com ocasião dessa Cúpula, foi feito o lançamento do Movimento de Mulheres Indígenas Defensoras e Protetoras da Amazônia Colombiana.<sup>66</sup>

Adalguiza Ahuanari é a coordenadora da área de mulheres da Associação indígena ASOINTAM e foi uma das mulheres representantes de Tarapacá durante a Cúpula. Quando entrevistada sobre essa experiência, ela relatou que esse encontro lhe permitiu conhecer mulheres indígenas dos outros países da Bacia Amazônica e se identificar com suas lutas:

*El propósito de esa Cumbre es que nosotras como mujeres seamos reconocidas en nuestras organizaciones. Porque nosotras podemos tener igualdad con los hombres. Ellos no están de acuerdo que nosotras tengamos cargo alto, y pues no nos tienen en cuenta como mujeres. Han matado a las lideresas, no solamente en Colombia,*

---

<sup>66</sup> A Primeira Cúpula das Mulheres Originárias da Bacia Amazônica reuniu 174 mulheres representantes de 511 povos indígenas amazônicos dos nove países que compartilham esta região, o encontro teve lugar na Colômbia de 8 a 12 de outubro de 2021.

*sino también en los otros países. Inclusive recibimos el testimonio de las mujeres de Brasil, que el mismo presidente no está de acuerdo con las mujeres. Por eso, las mujeres estamos exigiendo nuestros derechos. Que nos dejen trabajar como mujeres, que nosotras también podemos ser representantes. Nosotras muchas veces trabajamos como líderes, pero no nos tienen en cuenta, no ganamos nada y somos madres cabezas de hogares y trabajamos y nunca somos reconocidas. Los mismos representantes de nosotros no están de acuerdo con que nosotras logremos tener derechos como mujeres, de que nosotras también tenemos necesidades, y aún más, nosotras todos los días trabajamos en el hogar, así como en las organizaciones, hemos luchado mucho y nunca ellos nos han tenido en cuenta, por eso estamos haciendo esas actividades a nivel nacional, pidiendo nuestros derechos como mujeres.<sup>67</sup>*

Em espaços de encontro como a Cúpula, o intercâmbio de experiências contribui com a configuração das mulheres como agentes de transformação social. Entender o significado destas interações entre indivíduo/coletivo, de acordo com Scott (1995), leva a uma maior compreensão de como funcionam as construções de gênero e como ocorrem as mudanças sociais.

Outra líder de Tarapacá que participou da Cúpula é Rosa Piñeros, 40 anos, ela coordena a área de mulheres de CIMTAR. Em entrevista com Rosa, quando perguntada sobre os principais desafios para as comunidades indígenas de Tarapacá, ela coloca na base o resgate das tradições, a fim de conectá-las com o modo de vida das gerações mais jovens: *“La tarea grande de nosotras las mujeres que estamos al frente es que tenemos que ponernos muy fuertes con todas las coordinadoras. Tenemos que vivir así como vivíamos antes, vivir de nuestra tradición, de nuestra cultura, así seamos jóvenes preparados, pero nunca olvidar volver al origen”*.<sup>68</sup> Quando fala em ser *“jóvenes preparados”*, ela está se referindo ao fato de que as novas gerações alcançaram maiores níveis de educação formal em comparação com seus antecessores.

Diante das mudanças sociais que afetam os jovens indígenas, afastando-os de suas comunidades de origem, Rosa propõe vivenciar os conhecimentos e práticas tradicionais como uma forma de manter a coesão e preservar a cultura. Entendo esta como uma ação de resistência desde a cotidianidade, que parte da experiência da família de Rosa e se replica nas pessoas que conseguem influenciar.

---

<sup>67</sup> Adalguiza Ahuanary, *ibidem*.

<sup>68</sup> Rosa Piñeros, 40 anos, mulher ticuna. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 20 de outubro de 2021.

Ela motiva às moças e rapazes a manter vivas as tradições e aprender a língua ticuna, ao mesmo tempo que realizam seus próprios projetos de vida. Com esta motivação, acolheu em sua casa cinco jovens de uma comunidade indígena afastada da sede de Tarapacá para que pudessem completar seus estudos secundários, uma meta que ela mesma está alcançando. Seu marido, Albeiro, é professor de língua ticuna em uma comunidade indígena, e ambos trabalham com as novas gerações para ensiná-los "desde as raízes", como explica Rosa:

*Desde ya hay que empezar a liderar a los que vienen atrás, a los hijos, a las compañeras, a los jóvenes, a los niños y las niñas que vienen. Mientras vamos haciendo eso, hay que recopilar todo de nuestras mayores y nuestros mayores que en estos momentos cada uno se están yendo de nosotros, porque ellos son el pensamiento de nosotros, ellos son los que nos guían a este punto donde estamos y todo lo que vamos recogiendo nosotros enseñarlo a los que vienen detrás, para que ellos en el futuro se paren y que ellos sean los grandes líderes de nuestras comunidades y de nuestra organización.<sup>69</sup>*

A preocupação de Rosa em resgatar os conhecimentos tradicionais, que possuem os/as anciãos/as indígenas, pode ser entendida como uma resposta aos impactos da pandemia da COVID-19 (INDÍGENAS..., 2020). Na Colômbia, especificamente, dados do DANE (2021, p. 9) revelam que 76% dos óbitos relacionados à infecção pelo vírus, no período entre março de 2020 e julho de 2021, ocorreram entre pessoas com mais de 60 anos de idade. Essa estatística alarmante ressalta a vulnerabilidade das pessoas idosas, que nos povos indígenas também implica uma perda inestimável de seu legado cultural que é transmitido oralmente.

Conforme explicita Ulloa (2018), os posicionamentos políticos das mulheres indígenas dependem dos contextos em que elas vivem, de modo que é necessário situar suas trajetórias para compreender suas agendas políticas. Nos depoimentos das mulheres entrevistadas que tem liderado as “áreas de mulheres” nas organizações indígenas se entrelaçam os interesses individuais com os interesses coletivos, assim como as narrativas sobre suas lutas e conquistas, suas preocupações e suas esperanças para o futuro de seus povos.

Várias delas questionam as relações desiguais entre mulheres e homens nos espaços comunitários de tomada de decisão. Rosa, por exemplo, começou a

---

<sup>69</sup> Rosa Piñeros, *ibidem*.

liderar o grupo de mulheres de CIMTAR no ano de 2018, desde então, para ela tem sido um desafio representar às mulheres de 9 comunidades indígenas de Tarapacá nos encontros das lideranças amazônicas. Olhando retrospectivamente, ela analisa que: *“Por mucho tiempo nosotras, como mujeres indígenas, éramos muy olvidadas, estábamos muy caídas, los hombres querían ser los únicos [representantes], creían que ellos solos podían y que las mujeres nunca podían nada”*<sup>70</sup>.

Rosa estava acostumada a promover ações sociais em sua comunidade, mas seu desafio seria entrar no debate sobre questões mais amplas diante da oposição de seus companheiros de equipe. Nessa circunstância, conforme relata, foi a unidade das mulheres lideranças amazônicas que as evitou de serem excluídas dos espaços de decisão:

*Nos ha tocado muy duro, porque hemos pasado dificultades. Muchas veces, las compañeras dicen: “No hay que dejarnos de los hombres, porque ellos dicen que “¿Esas mujeres a qué vienen?”, y que “las mujeres no deben estar acá, porque empiezan a pregunta”. Entonces ellos nunca querían compartir con nosotras, trabajar con nosotras. No, a ellos no les gusta. Pero nosotras ¿Qué hacíamos? Éramos como cinco lideresas que decíamos: “¡No, no nos vamos a dejar!”. Ellos nos decían: “Es que nosotros nos vamos a quedar aquí hasta las dos de la mañana, ustedes váyanse a dormir”. Y nosotras les respondíamos: “Si es hasta las cinco o hasta las seis de la mañana, aquí nos quedamos debatiendo”. Muchas veces yo les digo a las compañeras: “Esos trasnochos que hemos tenido, de aquí en adelante vamos a ver el resultado, vamos a demostrar a los hombres que nosotras también podemos liderar, en todo podemos amanecer”. Muchas veces nos hemos chocado duro con los señores presidentes de diferentes organizaciones. Muchas veces, no nos han querido dar el apoyo como mujeres, pero nosotras siempre unidas, las cinco mujeres, y ahí estamos.”*<sup>71</sup>

Nos espaços locais de decisão em Tarapacá, a situação das mulheres não tem sido muito diferente da descrita acima. Alguns líderes comunitários e anciãos constroem discursos, justificando-se em seu próprio conhecimento da “lei ancestral”<sup>72</sup> ou “lei de origem”, para negar às mulheres o poder de decisão ou a

<sup>70</sup> Rosa Piñeros, *ibidem*.

<sup>71</sup> Rosa Piñeros, *ibidem*.

<sup>72</sup> Para os povos indígenas colombianos, “a lei ancestral estrutura o pensamento indígena e estabelece formas de controle político e cultural sobre o humano e não-humano através da governança cultural” (ULLOA, Astrid. Cuidado y defensa de los territorios-naturalezas: mujeres indígenas y soberanía alimentaria en Colombia. In: RAUCHECKER, Markus; CHAN, Jennifer. Sustentabilidad desde abajo: luchas desde el género y la etnicidad. Berlin: Lateinamerika-Institut der Freien Universität Berlin, 2016. p. 130).

autonomia na gestão dos recursos recebidos pelas associações indígenas. Entretanto, elas se baseiam em suas próprias experiências e conhecimentos ancestrais para questionar as relações de poder patriarcais. Segundo o depoimento de Flor Gómez-Bombaire, membro do Território Indígena Peña Blanca em Tarapacá:

*El otro día que tuvimos una reunión de la comunidad, yo les dije: ¿Por qué las mujeres no podemos ser curacas? Porque de donde yo vengo, las mujeres si podían ser curacas. Solamente es aquí en Tarapacá que yo vengo a escuchar de esa ley, que las mujeres boras no pueden ser curacas. Porque a nosotras las mujeres nos quieren dejar ahí [relegadas] y no ¡Tampoco! Mi mamá es una anciana y ella maneja una maloca.<sup>73</sup>*

Em certas ocasiões, as mulheres se distanciam dos processos das organizações indígenas onde não percebem possibilidades de mudança social e geram seus próprios processos organizacionais, como é o caso de Nayibe del Águila, que era líder do núcleo de mulheres de uma organização indígena, e renunciou para abrir caminhos de forma autônoma, segundo relata ela:

*Aquí en Tarapacá, los hombres de la asociación me postularon fue porque había que enviar a alguien a un encuentro de mujeres. Entonces, yo acepté y comencé a trabajar con las mujeres. Yo hablé con el presidente de la asociación y le dije: "Yo me voy a reunir con las mujeres para escucharlas. Voy a decirlas que cada comunidad elija una lideresa". Y esas mujeres eran las que tenían que dar las informaciones que yo les daba. A veces, se quedaban con esas informaciones y no se las compartían a las otras mujeres.*

*Entonces yo les dije a los gobernadores de las comunidades: "Dentro de las mesas directivas de ustedes, elijan mujeres para que hagan parte, porque ellas tienen muchas informaciones. Ellas también tienen algo que aportarle a la comunidad". Algunos lo hacían, otros no. Es como si no quisieran ver el progreso de las mujeres, al menos yo lo veo así.*

*En 2018, salimos a un encuentro de mujeres de la Amazonía colombiana. Allá aprendimos formulación de proyectos y nos dieron los folletos para implementar eso acá en las comunidades. Entonces yo les dije a mis compañeras: "¿Por qué no hacemos un proyecto de nosotras? y ¿Por qué siempre dependemos de lo que digan los hombres?" Empezamos nosotras a organizarnos. Éramos cinco o*

---

<sup>73</sup> Flor Gómez-Bombaire, ibidem. O conceito de "curaca" usado pela entrevistada é equivalente a cacique.

*seis lideresas. Hicimos un proyecto de hacer una Consejería de Mujeres en Leticia.*<sup>74</sup>

Nayibe me explicou que como não conseguiram o apoio dos presidentes das associações indígenas para que as mulheres administrassem seus próprios projetos, elas criaram uma Associação paralela composta por mulheres, e a denominaram *Asociación de Mujeres Indígenas del Amazonas*. O propósito da Associação é reunir o maior número possível de mulheres indígenas da região amazônica colombiana, sejam ou não filiadas a outras organizações indígenas. Só em Tarapacá, seus registros já contam com 100 mulheres filiadas a essa Associação.

Estando ciente da necessidade de construir uma cultura política entre os povos indígenas da região amazônica, a *Organización Nacional de los Pueblos Indígenas de la Amazonía Colombiana (OPIAC)* realiza desde 2014 uma série de cursos de aperfeiçoamento para lideranças homens e mulheres (Escola OPIAC) enfocados em quatro áreas: “Território e Biodiversidade, Autonomia e Participação Política, Autogoverno e Autodeterminação e Comunicação Intercultural” (HERRERA; DUARTE, 2020, p. 274).

María Clemencia Herrera Nemerayema, mulher uitoto especialista indígena em direitos humanos, coordena a Escola OPIAC de formação política. Como resultado desse processo de aprendizagem, Herrera e Duarte (2020) identificam uma mudança na mentalidade dos líderes, que estão mais abertos a liderar junto com as mulheres em suas comunidades:

As discussões geradas levaram a reflexões profundas dos líderes masculinos presentes nas reuniões. Eles, especialmente os anciãos ou autoridades, reconheceram a existência de desigualdades entre homens e mulheres e a necessidade urgente de criar espaços dentro das comunidades para colocar estas reflexões com suas próprias palavras (HERRERA; DUARTE, *ibidem*, p. 268).

Rosa compartilha esta perspectiva de que a mudança na maneira de pensar dos homens é parte do avanço que elas fizeram após muito debater com seus colegas:

---

<sup>74</sup> Nayibe del Águila, *ibidem*.

*Y ahora, hace poquito, ellos dicen: "Mujeres guerreras, luchadoras ¡Gracias! Ahora nos vamos a coger de la mano y vamos a trabajar juntos. Ahora si podemos compartir ideas de que podemos ser iguales". He visto ese cambio después de tanta lucha, pues ahora ya estamos parejitos, digo yo. Nosotras hemos cogido como un solo pensamiento, nos cogimos de la mano y a lo que vamos, todos juntos vamos a ese pensamiento, y a esa lucha grande que nosotros queremos.<sup>75</sup>*

Nas experiências relatadas por Rosa, Nayibe, Flor e Adalguiza as barreiras que as mulheres indígenas enfrentam para serem reconhecidas como agentes políticos em suas comunidades são evidentes, mas elas estão cientes de que as desigualdades nas relações de gênero são contextualmente definidas e agem desde seus lugares de influência para mudar a distribuição diferenciada do poder entre homens e mulheres.

Para todas elas, essa transformação social inicia por negociar com seus cônjuges as responsabilidades no âmbito doméstico e de cuidados, e consideram relevante ter o respaldo deles para poder exercer suas funções de liderança, de acordo com a experiência de Nayibe:

*En el 2018, paré el trabajo con la Asociación después del parto, pero luego volví a mis funciones cuando el niño estaba bebé. En ese tiempo estábamos trabajando con lo de la política pública de las mujeres del Amazonas. Yo viajé con el niño a un evento en Bogotá cuando él tenía como 6 meses, pero él se me enfermó. Entonces la segunda vez que volví a salir, el niño tenía 8 meses, y yo ya no me lo llevé, porque mi marido me dijo: "No mamita, esta vez no se va a llevar al niño. Déjelo conmigo, porque es que allá en Bogotá él se enferma otra vez". Entonces yo lo dejé con él y ahí fue cuando me tocó destetar al niño. Yo tengo un esposo muy casero. Cuando yo salgo, las niñas y el niño se quedan con él. Él cocina, lava la ropa, hace aseo... Él me dice: "No, tranquila, vaya [faça a viagem]. Usted sabe que yo aquí me defiendo con los niños"<sup>76</sup>*

Isto significa que o exercício dos papéis de liderança política por parte das mulheres indígenas também envolve uma mudança nas construções sociais sobre os papéis feminino e masculino entre os povos indígenas. De outra forma, a falta de apoio emocional e financeiro para sustentar a família seria um motivo para desistir de sua ação política. Para Fany Kuiru, mulher uitoto da Colômbia, que é a primeira

---

<sup>75</sup> Rosa Piñeros, *ibidem*.

<sup>76</sup> Nayibe del Águila, *ibidem*.

mulher eleita para liderar a COICA, contar com uma rede de apoio familiar foi a chave para se tornar uma liderança influente na Panamazônia. No depoimento citado por Sánchez (2023), Kuiru relata:

*A los 14 años empecé a ocupar espacios de discusiones colectivas en el territorio y luego, a los 21 años, estuve en las luchas de recuperación de mi territorio del Resguardo indígena Predio en Putumayo (Colombia). Desde joven he estado involucrada en trabajos sociales y comunitarios para el movimiento indígena. A las mujeres siempre se nos dificulta ser madres y ser lideresas. Muchas compañeras no avanzan porque son madres y tienen un esposo, un compañero, que no les permite liderar los procesos. En mi caso no. Siempre tuve claro lo que quise en la vida y por herencia de mis abuelos, de mis ancestros, de la familia y del clan, quienes somos líderes siempre estamos para servirle a la comunidad, a la sociedad, a nuestras familias (SÁNCHEZ, *ibidem*, s.p.)*

As novas dinâmicas de interlocução com as entidades do Estado e com as ONGs que fazem intervenção nos Territórios Indígenas demandaram uma maior formação política e propiciaram a ampliação da participação das mulheres indígenas nos espaços de representação política. Segundo a pesquisa de Rossi (2020) em um Território Indígena do estado de Vaupés, na Amazônia colombiana, as mudanças legais e administrativas dos territórios abriram espaços para o exercício político das mulheres:

[A] participação política marcada pela etnicidade está configurada como um domínio masculino e, nela, participar se oferece como uma oportunidade de mobilidade social pela via da mudança de lugares de gênero. Essa nova configuração está marcada, entre outras coisas, pela obrigatoriedade de incluir “mulheres”, “gênero” e “equidade” nas políticas públicas, nos projetos de cooperação internacional e dentro das estruturas de governo e representação indígena (ROSSI, *ibidem*, p. 338).

Neste processo de representação, as mulheres articulam em seus discursos políticos questões relacionadas às identidades étnicas e de gênero, advogam em nome dos direitos dos povos indígenas e do cuidado dos corpos-territórios.

Nesta breve abordagem sobre as diversas formas de fazer política das mulheres indígenas em Tarapacá observo um cenário complexo atravessado por contradições que colocam em negociação permanente os modos de agir nos espaços público e privado. As redes de mulheres também propiciam processos

organizativos ao redor de interesses comuns, como é o caso da Associação ASMUCOTAR, que tratarei a seguir.

### 3.5 EXPERIÊNCIAS DE UM GRUPO DE MULHERES DE TARAPACÁ NO APROVEITAMENTO DOS RECURSOS FLORESTAIS NÃO-MADEIREIROS

Conforme Scott (1999), os sujeitos são constituídos a partir de experiências e estas, por sua vez, são resultado de relações de poder. Porém, a singularidade dos indivíduos abre espaços para as diversidades, as resistências e as novas distribuições do poder. Desde esta perspectiva, Haraway nos convida (1988) a pensar no caráter situado, localizado, corporizado e parcial da produção de conhecimentos, que rompe com a ideia moderna da neutralidade valorativa e da universalidade do conhecimento sobre um objeto dado.

Não pretendo generalizar o que significa “ser mulher indígena” nos territórios amazônicos, nem naturalizar os papéis socialmente designados aos gêneros. Neste sentido, Scott (1999) adverte que as experiências devem ser abordadas de forma crítica e não devem ser consideradas como evidências incontestáveis. Porém, sua perspectiva da “experiência” como produto do discurso ideológico não inclui narrativas às margens dos discursos hegemônicos. Quer dizer, os “tipos de experiências que são sistematicamente obscurecidas ou omitidas nas representações culturalmente dominantes do mundo” (STONE-MEDIATORE, 1998, p. 131).

Parto da ideia de que os indivíduos não se limitam a reproduzir o sistema ideológico estabelecido e que, em certos aspectos, encontram-se rupturas ou formas de resistência. É possível encontrar traços dessas resistências nas formas de organização social das mulheres de Tarapacá, se observamos o processo que levou a um grupo delas a se articularem fora das associações indígenas existentes para iniciar uma Associação que atingisse seus interesses: gerar uma fonte de renda para elas e facilitar a educação dos/as seus/as filhos/as.

Nos territórios indígenas se encontram mais comumente núcleos de mulheres funcionando dentro das Associações de Autoridades Tradicionais

Indígenas-AATI.<sup>77</sup> Esta estrutura de governo tem direitos reconhecidos pela Constituição Política da Colômbia (1991) que caracterizou este como um país pluriétnico e multicultural.

A articulação da *Asociación de Mujeres Comunitarias de Tarapacá (ASMUCOTAR)* independentemente das AATI respondeu aos seus anseios por autonomia frente aos homens na tomada de decisões e na gestão de recursos, segundo o depoimento de Trinidad Polanía, 46 anos, atual representante legal desta Associação:

*La señora Elvia Muñoz fue la fundadora de la asociación de mujeres de Tarapacá, ella se dio cuenta de la necesidad de las señoras acá, de que estaban muy sometidas a lo que dijeran sus maridos. Yo sé que cuidar la casa y los hijos son compromisos de una como mujer, pero las mujeres estaban sometidas a trabajar todo el tiempo en los oficios de la casa. La asociación se fundó con el propósito de conseguir ayuda del gobierno o de otras entidades con el fin de que hubiese un bienestar para el corregimiento.*

*La primera necesidad que se atendió es que muchos niños que terminaban la primaria tenían que irse para Leticia para poder continuar con la secundaria. Viendo eso, doña Elvia les dijo a las mujeres: "Vamos a lograr que en Tarapacá haya un colegio de bachillerato". Las señoras hicieron un fondo con el dinero de todas las actividades de las ventas y compraron un terreno para construir el colegio.<sup>78</sup>*

Depois de muitos anos de exploração de sua força de trabalho sem receber uma remuneração digna, conseguiram gerar uma renda própria. Assim, as mulheres entraram na economia comunitária autogerida, motivadas, sobretudo, pela necessidade de construir uma escola secundária para seus filhos, uma necessidade básica que o Estado colombiano não chegava a satisfazer.

Porém, algumas tiveram que enfrentar os questionamentos e a oposição dos seus maridos, que pretendiam que elas não se envolvessem em atividades fora de casa, assim se lembra Elisa Bereca, 71 anos, de como era o tempo em que começou a trabalhar com a Associação na década de 1990: *"Mi esposo a veces me decía que para qué yo estaba en la Asociación, y yo le decía: "Yo estoy ahí porque*

<sup>77</sup> A Constituição Política da Colômbia (1991) outorgou autonomia política aos territórios indígenas. Isto foi regulamentado pelo Decreto 1088 de 1993 que reconhece o governo das Associações de Autoridades Tradicionais Indígenas-AATI.

<sup>78</sup> Trinidad Polanía, 46 anos, mulher mestiça. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 19 out. 2021.

*quiero*<sup>79</sup>. No seu depoimento, Elisa referiu que o encorajamento que receberam de Elvia Muñoz foi decisivo para a organização de mulheres:

*En esa época vivía aquí la señora Elvia Muñoz, ella no tenía hijos, y con ella fundamos la asociación de mujeres ASMUCOTAR. Reunimos a las mujeres, éramos como 20 mujeres. Algunos no querían. Un señor estaba vendiendo un potrero por aquí cerca, y doña Elvia habló con él y le dijo que lo vendiera a las mujeres. Ella nos dijo: "Mujeres, tenemos que hacer bazares para recoger la plata para hacer el colegio para sus hijos". Vendimos empanadas, cerveza, carne asada y sancocho, y ella se fue para Leticia a hablar con el gobernador, a decirle que ya habíamos comprado el terreno y que mandara cemento y ladrillos, y así fue como construimos el colegio.<sup>80</sup>*

Na Figura 34, aparece no centro da foto Elvia Muñoz, de vestido azul com flores, acompanhada dos seus vizinhos/as e familiares em Tarapacá. No entorno, pode se apreciar um grupo de crianças e adolescentes no parque distrital.

Figura 34 – As lembranças de Elvia



Fonte: Arquivo da família Polanía (s.d.).

<sup>79</sup> Elisa Bereca, 71 anos, mulher ticuna. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 29 jun. 2022.

<sup>80</sup> Elisa Bereca, ibidem.

Ainda que as mulheres estivessem contribuindo com as despesas domésticas, isto não implicou em uma reconfiguração das relações de gênero, porque elas tiveram que prolongar seus períodos de trabalho para manter os trabalhos domésticos e de cuidados em dia, ao mesmo tempo que dedicavam tempo para produzir na Associação. Entretanto, quando trabalhavam fora não contavam com alguém para cuidar dos/as filhos/as pequenos/as. Esta preocupação as levou a unir forças para começar o grupo de “mães comunitárias” dedicadas ao cuidado das crianças. Lucila Ahuanari, 58 anos, relatou desta forma sua experiência:

*Eso fue como en 1990 que doña Elvia nos organizó y ella pidió que el gobierno iniciara el programa de madres comunitarias, para que cuando las madres salieran a trabajar tuvieran con quién dejar a sus hijos. Yo fui una de las primeras madres comunitarias. Yo no tenía casa y yo quería trabajar, cuando conseguí mi casa ya fui madre comunitaria, era un grupo de cuatro mujeres.<sup>81</sup>*

Contudo, o processo de organização das mulheres sofreu uma queda como consequência da saída e o falecimento de sua líder. Ao lembrar essa situação, uma das mulheres entrevistadas lamentou que tudo começou por um ato de violência doméstica:

*Seguimos trabajando, trabajando, trabajando, hasta que la señora Elvia, por causa de su enfermedad, le tocó irse para Leticia. Ella sufría dolores de cabeza muy fuertes, porque el esposo le dio golpes bien duro en la cabeza con un palo. Se le puso todo negro y se reventó una vena en la vista, por eso eran los dolores de cabeza que ella tenía. Eso le provocó la muerte.<sup>82</sup>*

Elvia Muñoz faleceu lutando pela liberdade e a autonomia das mulheres. As memórias dela como uma senhora que inspirou a outras para melhorar sua autoestima, valorizar o que já faziam no lar (cozinhar e cuidar as crianças) como atividades pelas quais também podiam gerar uma renda e deixar de ser dependentes, permanecem vivas nas suas memórias.

---

<sup>81</sup> Lucila Ahuanari, 54 anos, mulher ticuna. Entrevista concedida a Juan Carlos Aguirre em Tarapacá, 20 fev. 2018.

<sup>82</sup> Verónica Ferrería, 63 anos, mulher cocama. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Leticia, 4 mar. 2020.

Logo depois, outra mulher assumiu a direção da Associação, em meados da década de 1990: “*Antes de irse para Leticia, ella [Elvia Muñoz] dejó a otra señora a cargo. Ahí fue que cayó la Asociación, por malos manejos*”<sup>83</sup>. Este último argumento confirma um fato que observo com frequência entre as organizações sociais em territórios rurais, onde os indivíduos que lideram são determinantes para o funcionamento dessas organizações, ainda existem dificuldades nos processos organizativos para delegar responsabilidades e para deixar capacidades instaladas na comunidade, de forma que a ausência da pessoa que lidera não implique o enfraquecimento ou o fim da Associação.

A organização de mulheres recebeu um impulso em 2002, desta vez, quem incentivou às mulheres para se organizarem foi o padre católico da paróquia local, Bernardino Ortiz, que as convocou a juntar forças novamente: “*Fueron pasando los años, hasta que el padre Bernardino nos reunió en la parroquia para revivir la Asociación*”, afirma Lili Manuyama, ela é uma das senhoras que se vinculou com a Associação de mulheres desde 1993.<sup>84</sup> Como resultado dessa chamada, novas mulheres se tornaram sócias:

*Hubo un padre que se entusiasmó con que la Asociación de mujeres siguiera. Y en una misa él nos preguntó que quiénes queríamos afiliarnos a la Asociación para continuar el trabajo que había hecho la señora Elvia Muñoz. El padre dijo que necesitaba 20 mujeres para conformar la junta, y nos reunió en la casa cural. Eso fue como en el 2002. Pero para poder conformar la Asociación ante la Cámara de Comercio eso se demoró un poco de tiempo, no fue fácil.*<sup>85</sup>

A mediação de sacerdotes católicos em processos de organização social na Amazônia encontra-se como um lugar comum com outras experiências, tanto nos processos de ensino-aprendizagem desde as bases para a ação social quanto na criação de comitês e associações em defesa dos direitos coletivos. Sobre este tema, Rossi (2020) argumentou que na década de 1970, a ação da igreja católica foi decisiva para a criação do *Consejo Regional Indígena del Vaupés (CRIVA)*. Com o tempo, esta organização tomou distância da igreja católica (ROSSI, *ibidem*, p. 327).

---

<sup>83</sup> Verónica Ferreria, *ibidem*.

<sup>84</sup> Lili Manuyama, 54 anos, mulher indígena Inga. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, novembro 3 de 2021

<sup>85</sup> Itelvina Souza, 51 anos, mulher mestiça. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 24 out. 2021.

Outro exemplo deste tipo de articulação foi o programa de desenvolvimento rural “Mulher, caminhos e futuro” liderado pelo sacerdote Alcides Jiménez Chicangana no município de Puerto Caicedo (Putumayo), durante as décadas de 1980 e 1990, como uma forma de organização social alternativa à economia do narcotráfico:

*[El Padre Alcides Jiménez] llegó a Puerto Caicedo en 1982, donde se estableció hasta ser asesinado por las FARC el 11 de septiembre de 1998. Enfrentar la expansión del cultivo de coca en el Bajo Putumayo se convirtió en un objetivo central del Padre Alcides, por lo cual se propuso preparar a las mujeres para enfrentar las consecuencias del conflicto armado que vio intensificarse a medida que la coca se convertía en fuente de financiación de los grupos armados (CNMH, 2012, p. 344).*

O assassinato de lideranças sociais é um fato que rompe o tecido social e desestimula a organização comunitária na Colômbia, onde, lamentavelmente, não param os massacres e o extermínio sistemático das lideranças. Segundo dados do *Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz (INDEPAZ)*, desde a assinatura do Acordo de Paz entre o Governo colombiano e as FARC (2016) até o mês de abril de 2023, têm sido assassinados 1.465 lideranças sociais e ambientalistas no país (INDEPAZ, 25 abr. 2023). O alto número de assassinatos de lideranças sociais e ambientalistas destaca os desafios e riscos contínuos enfrentados por aqueles/as que trabalham em prol da mudança social no país.

Voltando para o processo organizativo das mulheres em Tarapacá, no ano de 2003, Adalguiza Ahuanari assumiu a representação legal de ASMUCOTAR. Por outro lado, o sacerdote Bernardino Ortiz foi sucedido por outro sacerdote, e a Associação continuou funcionando de forma independente.

Na medida em que se fortaleciam como Associação, as mulheres também conseguiram se posicionar como pessoas autônomas frente às tentativas de dominação masculina, segundo o depoimento da atual representante legal de ASMUCOTAR, Trinidad Polanía:

*La mayor parte de las mujeres de la Asociación tuvieron inconvenientes con los maridos, por eso fue que una vez tuvimos una reunión, no exactamente en contra de ellos, pero sí para hablar de cómo nos estaba yendo con los maridos. Y la mayoría de ellas dijeron que los maridos se ponían bravos cada vez que ellas venían a las reuniones, y eso era lo que me pasaba a mí también. Y la vez*

*pasada que estuve en Leticia, él me formó inconveniente. Pero nosotras estábamos en contra de lo que ellos decían, porque si uno les hacía caso, seguro que la Asociación no existiera. Entonces, por encima de lo que fuese, nos pusimos de acuerdo para sacar adelante la Asociación. Realmente nos hicimos valer como mujeres.<sup>86</sup>*

As mulheres indígenas entrevistadas expressaram afinidade pelas relações de cooperação e complementariedade entre homens e mulheres, outros estudos colocam este tipo de relações como características de determinados povos indígenas amazônicos como os Siona (LANGDON, 1988) e os Tukano (MAHECHA, 2008).

Embora nos seus inícios ASMUCOTAR esteve constituída unicamente por mulheres, porque a maioria dos seus maridos discordaram de que elas deveriam trabalhar fora de casa, sua experiência economicamente bem-sucedida fez com que eles também se envolvessem em algumas atividades da Associação.

Vale a pena comparar esse fato com outras experiências, por exemplo, a pesquisa de Arias (2020) com as mulheres assentadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>87</sup> no Contestado (Paraná, Brasil), segundo a qual os homens se engajam mais em projetos produtivos que trazem benefícios imediatos e lucrativos, enquanto as mulheres estão mais dispostas a trabalhar em projetos pequenos em que os retornos são vistos a longo prazo.

No caso de ASMUCOTAR, elas conseguiram consolidar a Associação ao redor de um objetivo comum. Logo, passaram por um processo de capacitação e certificação e estabeleceram alianças comerciais para, depois disso, começar a receber a renda. Quando os seus maridos e vizinhos começaram a ver o lucro desse trabalho, alguns deles se interessaram por participar em atividades como tumar, preparar o terreno para a plantação de árvores, carregar a mercadoria e procurar novos aliados comerciais. Não obstante, as mulheres continuam à frente da maior parte das atividades da Associação.

A tenacidade daquelas mulheres foi conhecida fora de Tarapacá. De acordo com Adalguiza Ahuanari, desde ano de 2003 começaram a receber apoio financeiro

---

<sup>86</sup> Trinidad Polanía, *ibidem*.

<sup>87</sup> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu em 1984 no Brasil para lutar pela Reforma Agrária no país.

e treinamento do SINCHI<sup>88</sup>. Instituição que enviou funcionários/as profissionais em engenharia química, biologia e sociologia para prestar assistência técnica e ajudar a fortalecer a Associação. Sobre essa nova etapa, a associada María Silva comenta o seguinte:

*Trabajamos con las frutas porque era lo que teníamos, porque no teníamos que comprar. La gente del SINCHI sabía que el camu camu era una fruta muy importante y que la compraban. La doctora María Soledad Hernández [SINCHI] nos enseñó a hacer las pulpas y los néctares. Trabajábamos en mi casa y hacíamos todo manual. Quitábamos la pulpa del copoazú con tijeras y sellábamos las bolsas de los empaques con velas. Aprendimos a escaldar el camu camu para hacer la pulpa, se debe dejar hervir para matar las bacterias, pero no por mucho tiempo, para que no pierda las propiedades y el aroma.<sup>89</sup>*

Elas passaram por um processo de aprendizado sobre a transformação das frutas nativas e iniciaram um negócio de venda dos seus produtos, segundo o depoimento de Elisa Bereca:

*Con las señoras de ASMUCOTAR hacíamos pulpas y dulces, y vendíamos algunas cosas, con eso mismo de las ventas comprábamos las frutas para recuperar lo que hacía falta. Cuando vendíamos hartos, la representante de la asociación nos daba 20 mil o 30 mil pesos a cada una, lo que se pudiera. Con ese dinero, yo compraba lo que necesitara: ropa, calzones y jabón. Yo me ponía contenta porque estábamos trabajando. Trabajé en eso hasta hace tres años, después ya renuncié, ya no quise más trabajar en eso, pero fue muy bueno tener mis cosas.<sup>90</sup>*

Calcular o que esse negócio significa em termos monetários para as mulheres associadas a ASMUCOTAR apresentou limitações. Por um lado, porque algumas preferem não dizer abertamente quanto ganham e, por outro lado, porque elas não têm clareza sobre o valor da renda mensal obtida com a venda de PFNM, pois não costumam manter um registro de suas receitas e despesas mensais. Entretanto, pude perceber, por suas respostas, que é muito importante para elas

---

<sup>88</sup> O instituto SINCHI é uma instituição de investigação científica e tecnológica vinculado ao Ministério de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia. Para mais informações, veja-se:

<https://www.sinchi.org.co/>

<sup>89</sup> María Silva, op. cit.

<sup>90</sup> Elisa Bereca, ibidem.

materializar seus ganhos em coisas que antes não podiam comprar facilmente, como roupas para elas e seus filhos.

Investigações feitas por pesquisadores do SINCHI e de outras instituições em algumas regiões da Amazônia (AGUIRRE-NEIRA, 2020; ARELLANO-LÓPEZ, 2002; DE LA CRUZ, 2015), evidenciam que as frutas nativas consumidas localmente *in natura* ou em suco, são transformadas e comercializadas, principalmente, pelas mulheres indígenas (Figura 35).

Figura 35 – Mercado de frutas amazônicas em Leticia



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2021).

ASMUCOTAR participou em convocatórias de instituições públicas e privadas para receber apoios financeiros. Em 2010 compraram a casa que serve como sede da Associação, lugar usado para a transformação das frutas nativas e armazenamento dos seus produtos (Figura 36).

Figura 36 – Sede de ASMUCOTAR



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2021).

Entre 2010 e 2012, ASMUCOTAR cresceu com o apoio de instituições públicas como o SINCHI, a *Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonía* (CORPOAMAZONÍA)<sup>91</sup> e o *Departamento Administrativo para la Prosperidad Social* (DPS)<sup>92</sup>, por meio de convênios com estas e outras instituições compraram máquinas de polpação, balanças, congeladores e uma planta elétrica para manter os produtos congelados. Contar com uma planta geradora de corrente elétrica é fundamental para negócios como este, dado que a energia elétrica em Tarapacá ainda não é um serviço doméstico permanente, mas funciona por meio de um gerador elétrico que é ligado apenas por meio dia.

As mulheres de ASMUCOTAR, em aliança com o Instituto SINCHI, avançaram na consolidação de planos de manejo, licenças ambientais de aproveitamento de espécies não-madeireiras e na obtenção da permissão de comercialização dos produtos. Nas Figuras 37 e 38 se apreciam algumas atividades produtivas de ASMUCOTAR. Na primeira fotografia está Itelvina Souza, 51 anos, coletando camu-camu para fazer polpas, e na fotografia embaixo aparecem 12

<sup>91</sup> CORPOAMAZONÍA é a autoridade ambiental para a região amazônica colombiana. Para mais informações, veja-se: <https://www.corpoamazonia.gov.co/>

<sup>92</sup> O DPS é um órgão governamental que trabalha com projetos para a reintegração social e econômica. Para mais informações, veja-se: <https://prosperidadsocial.gov.co/>

mulheres membros de ASMUCOTAR em companhia de uma funcionária enviada a Tarapacá pelo SINCHI para prestar assistência técnica.

Figura 37 – Aproveitamento do camu-camu



Fonte: Juan Carlos Aguirre-Neira (2018).

Figura 38 – As mulheres de ASMUCOTAR



Fonte: ASMUCOTAR (s.d.)

Adicionalmente, ASMUCOTAR recebeu do exército militar um terreno em doação para ser usado como um espaço para plantar espécies madeiráveis e árvores frutíferas. No dia 16 de outubro de 2021 fui com elas, caminho de uma hora no interior da floresta, para plantar nesse terreno mudas de cedro, acapu (*Vouacapoua americana*), cacau, madroño (*Garcinia madruno*), açaí, bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e araçá (*Eugenia stipitata*). “*Estoy sembrando para mis hijos y mis nietos, yo aprendí esto de mi abuelo. Mis hijos ya no quieren saber nada de esto, solo quieren el celular*”, me disse Lucila Ahuanari, 58 anos, com um gesto que me pareceu de resignação porque, se não houver substituição geracional no trabalho de plantação na floresta, isso pode provocar a perda de conhecimentos tradicionais, menos possibilidades de renovar as florestas e de garantir a soberania alimentar.

Na Figura 39 aparecem Adilia Camacho (esquerda) e Lucila Ahuanari (direita), mãe e filha trabalhando junto. Nesse dia o grupo de senhoras plantou mais de 150 mudas de árvores que tinham sido reproduzidas por elas mesmas a partir das sementes. Com ações como esta, as mulheres de Tarapacá estão contribuindo com a mitigação da mudança climática.

Figura 39 – Mulheres que sustentam a vida



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2021).

Logo de cuidar das mudas durante 6 meses e participar em duas jornadas de plantação, cada mulher receberia um pagamento aproximado de US\$70 por parte do Estado colombiano. Essa atividade de plantação fez parte da execução do plano de reflorestamento do governo do presidente Iván Duque (2018-2022) que, para mostrar uma atuação forte contra o desmatamento no país, se propôs como meta plantar 180 milhões de árvores antes de finalizar seu turno em 2022.

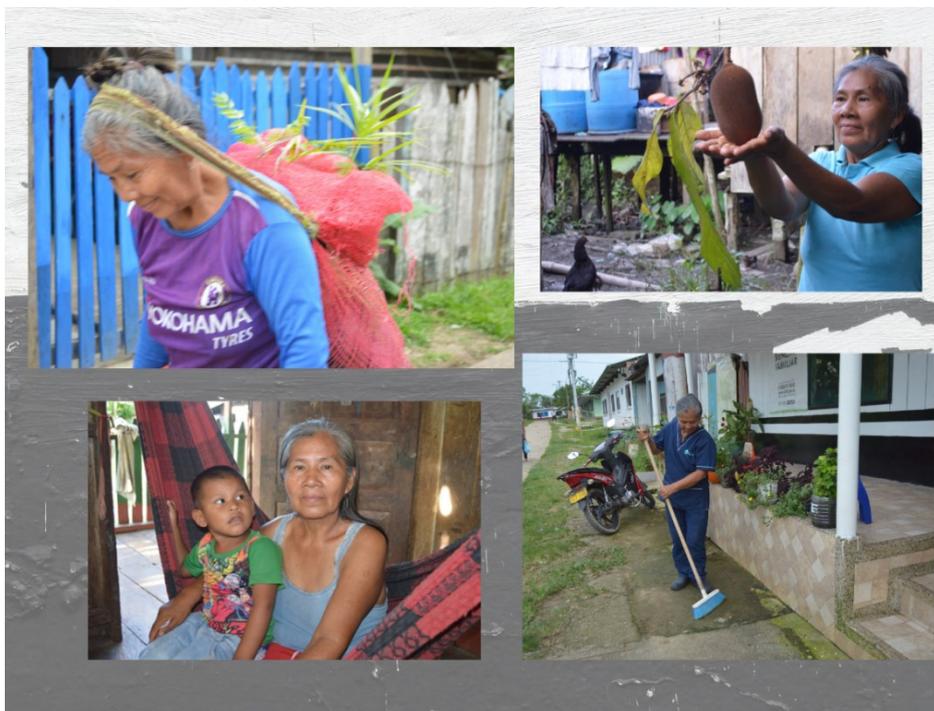
É compreensível que o governo tentasse mostrar uma virada na tendência de degradação ambiental, já que, segundo dados da *Global Forest Watch* (2022), entre 2002 e 2021 Colômbia perdeu 1.79 Mha de floresta primária úmida (38% de sua cobertura florestal), sendo a região amazônica a mais afetada. No entanto, o presidente Duque assumiu essa atividade como uma meta do seu governo, e a usou como uma maneira de ganhar destaque na mídia e, de qualquer forma, ele não atingiu a meta que havia estabelecido dos 180 milhões de árvores plantados, porque a contagem chegou a 152 milhões (SIAC, 2022), que é um número apreciável, mas discutível, porque é preciso continuar cuidando as mudas plantadas e fazer um seguimento para saber quantas sobreviveram (DUQUE PROMETE..., 2021). Além disto, cave perguntar se as comunidades rurais, depois de receber aquele pagamento, estariam dispostas a continuar plantando sem receber qualquer remuneração.

As práticas das mulheres no cotidiano, ou suas “maneiras de fazer” (DE CERTEAU, 1990, p. XLI), expressam as relações de gênero, e sua interação com “os conflitos socioambientais e as ações políticas em contextos situados” (ULLOA, 2023b, p. 24). Neste caso, as mulheres indígenas da Amazônia dependem do ambiente como fonte de economia para suprir as necessidades básicas; o fruto do seu trabalho na floresta e nas hortas se orienta a alimentar e curar suas famílias, o produto da venda dos “excedentes” normalmente é destinado para pagar as despesas básicas da família, e todas estas interações com o ambiente constituem a base das suas ações políticas pela defesa da vida e do território.

Com tudo, seus trabalhos na horticultura e na transformação dos recursos florestais não-madeireiros não geram uma renda suficiente para cobrir despesas maiores como a educação superior dos filhos. Por isto, várias mulheres de ASMUCOTAR praticam a pluriatividade para complementar a renda familiar. Por exemplo, Lili Manuyama, 54 anos, além de dedicar tempo para as atividades da Associação, trabalha como faxineira da sede de uma instituição, e por meio desse

salário paga a educação universitária do filho mais novo: “Hay días en que le toca a uno duro [trabalhar mais], hay días que usted tiene las cosas, hay días que no hay. De todas maneras yo, asimismo, saqué a mis hijos adelante. ¡Y no sé cómo, pero todos han terminado su secundaria!”.<sup>93</sup> Além do trabalho remunerado, Lili passa parte de seu tempo cuidando de seu neto, o que é outra maneira pela qual as redes de apoio são tecidas entre as mulheres para facilitar o acesso das mulheres mais jovens ao mercado de trabalho (Figura 40).

Figura 40 – Pluriatividade no cotidiano: os trabalhos de Lili Manuyama



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2022).

O aproveitamento dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) é um trabalho valorizado por ser uma atividade ambientalmente sustentável e acorde com os conhecimentos tradicionais e os costumes dos povos indígenas. Os produtos economicamente mais importantes para as mulheres de Tarapacá são camu camu, copoaçú, açaí, andiroba (*Carapa guianensis*) e copaíba (*Copaifera officinalis*), os dois últimos são usados para a produção de óleos medicinais.

A partir da avaliação de experiências de trabalho com projetos sociais, econômicos e produtivos desenvolvidos com povos indígenas na tríplice fronteira Peru-Colômbia-Brasil, autores como Gasché (2004) e FERRO *et al* (2018) levantam

<sup>93</sup> Lili Manuyama, *ibidem*.

algumas críticas a respeito da elaboração e implementação desse tipo de projetos. Algumas das descontinuidades nos processos observados por esses autores coincidem com o que encontrei em relação a ASMUCOTAR e merecem ser examinadas à luz das explicações fornecidas pelos atores comunitários e institucionais.

Um ponto de partida a considerar em todos os projetos de este tipo é que as experiências que conseguem resultados a longo prazo são aquelas que são desenhadas, desde o princípio, em colaboração com as pessoas das comunidades, levando em consideração as necessidades e os interesses que elas manifestam.

Depois de conversar com as mulheres da ASMUCOTAR e seus principais sócios, observei divergências nos modos de vida e nos interesses dos diferentes atores que interagem na cadeia de produção e comercialização dos frutos nativos. Enquanto o projeto de transformação de frutas nativas partiu de algo que as mulheres estavam interessadas em fazer, quer dizer produtos de valor agregado, a comercialização desses produtos tinha um forte foco nas demandas do mercado.

Conforme uma das sócias, no início, todas concordaram em trabalhar em equipe, mas houve uma mudança das relações horizontais para uma forma hierarquizada de produção:

*En ese año que se sacó la primera tonelada de camu camu, sacaron hartu, como 4 toneladas y por motivo de eso, la señora ya quiso trabajar de otra forma ya no como [lo hacíamos] nosotras como socias sino como ella [quería], ya nos quería hacer trabajar como empleadas, como obreras, o sea cambió toda la dinámica de trabajo.<sup>94</sup>*

Essa estrutura hierárquica de trabalho, na qual a representante desempenha o papel de gerente e mantém contato direto com os compradores, está mais alinhada a um modelo de organização empresarial do que comunitário, atendendo às expectativas dos sócios empresariais. O principal parceiro comercial da ASMUCOTAR é a empresa *Selva Nevada*. Alejandro Álvarez, gerente da empresa, ao ser entrevistado, abordou as formas pelas quais as perspectivas comunitárias e empresariais não concordam:

---

<sup>94</sup> Adalguiza Ahuanari (ibidem). Ao se referir a “la señora”, Adalguiza quer indicar à representante de ASMUCOTAR em turno, sem dizer seu nome, para evitar futuros conflitos.

**Ivón Cuervo-Fernández:** *Algunas de las mujeres que entrevisté consideran que ellas venden la cantidad de fruta posible, porque no se pueden comprometer con el nivel de demanda de las empresas en cuanto a calidad, cantidad y tiempos de producción...*

**Alejandro Álvarez:** *Si es así, entonces no hablemos de negocios...*

**Ivón Cuervo-Fernández:** *¿Cómo hacer un puente entre las agendas y los estándares de las empresas y lo que las comunidades pueden ofrecer? ¿Es posible crear soluciones adaptadas al contexto local? Esto, teniendo en cuenta que hay variables que hacen incierta la producción y la comercialización, entre ellas, los tiempos de sequía e inundaciones y las dificultades en el transporte.*

**Alejandro Álvarez:** *Lógicamente, uno entiende el contexto. En un ejercicio de análisis participativo que hacemos en el Guaviare [región amazónica colombiana] construimos un plan de negocios. Nos proponemos anualmente una meta. Por ejemplo, nos proponemos la meta de recoger 10 toneladas. Si ellos no cumplen con las 10 toneladas, podemos bajarnos un poquito. Pero sí deben responder a una lógica de volúmenes.*

*Si no pueden trabajar dentro de esa lógica, y eso es completamente respetable, pues que no se metan a este mundo [empresarial]. Que trabajen con economías locales, como ellas siempre han estado. Lo cual me parece que está muy bien. Pero si tienen todo un discurso de entrar a este mundo, deben cumplir con volúmenes de calidad. Ese es el sentido básico de las cosas. Sino, que se queden en la economía local y, cuando puedan transformar las frutas, entonces que salgan y vendan sus productos en una feria artesanal, y está bien. Conozco un montón de organizaciones que lo hacen así. Pero si ya están hablando de que quieren montar una empresa, crear aliados comerciales y competir, entonces, eso sí, no hay de otra. Es que no es posible. Tú haces un acuerdo con alguien y debes cumplirlo.<sup>95</sup>*

O mundo empresarial descrito pelo entrevistado é predominantemente masculino, uma vez que as mulheres que assumem responsabilidades domésticas e de cuidados precisam conciliar essas atividades com o trabalho fora de casa. A partir do depoimento do entrevistado, concluo que ele valoriza mais a produtividade e não considera necessário trabalhar com uma abordagem diferenciada.

Manter essa produtividade que atenda aos padrões de qualidade, quantidade e adequação ao mercado é mais desafiador em Tarapacá devido a variáveis naturais e sociais. Os ciclos naturais são marcados por períodos de seca e enchentes, o que impede que frutas como o camu camu sejam colhidas em quantidades constantes a cada ano. Atualmente, as comunidades se beneficiam dos

---

<sup>95</sup> Alejandro Álvarez, co-fundador da empresa Selva Nevada. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Bogotá, 22 jan. 2023.

arbustos de camu camu que crescem espontaneamente nas margens do rio Putumayo/Içá (AGUIRRE-NEIRA, 2020) e não se dedicam a expandir as áreas de cultivo.

Além disso, o camu camu é uma fruta sazonal colhida apenas nos meses de fevereiro e março, deixando alguns meses vagos em que as mulheres procuram trabalhar com outras frutas, mas priorizam atender às suas *chagras* e hortas, e seus negócios próprios para suprir as necessidades de suas famílias. Outras variáveis a serem consideradas são a falta de serviços públicos básicos, como energia elétrica e água potável, bem como as dificuldades para comercializar os produtos fora de Tarapacá devido aos altos custos do transporte. Além disso, a demanda por "produtividade" não faz parte da mentalidade dos povos indígenas da Amazônia, em concordância com Ferro *et al* (2018):

*Por um lado [há] uma figura institucional que geralmente promove uma aposta econômico-produtiva que implica pensar no desenvolvimento de longo prazo [...] Por outro lado, uma população local "beneficiária" que culturalmente desenvolve atividades produtivas de curto e médio prazo, sob uma visão extrativista-imediatista de acordo com a "abundância" e generosidade do mundo amazônico, e uma relação com os mercados locais, que nem sempre são prioritários (FERRO et al, ibidem, p. 49).*

Várias das mulheres membros de ASMUCOTAR decidiram não continuar trabalhando nesse ritmo e preferiram se demitir da Associação e outras emigraram de Tarapacá. De outro lado, a pandemia interrompeu as tentativas de comercialização de frutas nativas, conforme explicou Itelvina Souza, uma das associadas ativas de ASMUCOTAR:

*En el tiempo de la pandemia nadie se podía mover, quedó quieto todo. Satena paró de hacer vuelos a Tarapacá a comienzos de 2020 y solo los retomaron en agosto de 2021. Lo que queremos es seguir luchando a ver si algún día logramos comercializar otra vez. De verdad que la pandemia nos golpeó duro, como a todo el mundo. En tiempos de pandemia, nadie se podía mover, ni los botes podían entrar a Tarapacá. Entonces no teníamos quién nos comprara el producido. No podíamos salir a vender. No podíamos reunirnos. Pero las deudas de los servicios iban subiendo [...] Queremos retomar, ahora que se empieza a ver movimiento otra vez. No vamos a pensar que va a ser como antes, que llegamos a vender 15 toneladas de fruta. Pero tal vez una o dos toneladas para comenzar. Por lo menos*

*para retomar aquí mismo en Tarapacá. Además, ya las cosas no van a ser el mismo precio, porque todo subió.*<sup>96</sup>

ASMUCOTAR continua dependendo do apoio das instituições que podem fornecer assistência técnica e facilitar a elaboração de projetos e alianças com outros sócios-chave para fortalecer a cadeia de valor, principalmente, no ponto mais fraco que é a comercialização. Como foi tratado anteriormente, para esta Associação tem sido relevante que uma pessoa com habilidades de liderança e gerenciamento conduza o processo. Desde esta perspectiva, a decisão do SINCHI de integrar à sua equipe de trabalho em Tarapacá a Cindy Gómez, 32 anos, que é uma das mulheres que foi membro de ASMUCOTAR até que migrou para Leticia e se formou como tecnóloga em processamento de alimentos, poderia trazer elementos inovadores e incentivar as atuais associadas, conforme refere Cindy:

*En este proyecto en el que estoy trabajando, le voy a brindar un apoyo a la Asociación de mujeres. Me da mucha alegría volver a apoyar a ASMUCOTAR, para que reviva otra vez, y apoyarlas para que eso no se quede ahí, porque últimamente ha estado muy quedado. Ojalá que trabajemos, ojalá que hagamos algo bueno Porque si volvemos a revivir la Asociación las mujeres allá van a tener trabajo.*<sup>97</sup>

Instituições como o SINCHI e o *Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (IIAP)* têm apoiado durante várias décadas o desenvolvimento de alternativas económicas dos povos amazônicos, entre as lições aprendidas pelos funcionários destas instituições estão a importância de fortalecer os circuitos curtos de comercialização, a valorização dos conhecimentos tradicionais e das experiências de cada comunidade, o aprendizado mutuo, a autogestão, a comunicação assertiva, entre outras capacidades (FERRO *et al.*, 2018; DE LA CRUZ, 2015; GASCHÉ, 2004).

Durante o trabalho em campo, observei que os projetos produtivos mais estáveis são os familiares, principalmente, os que estão ligados com o trabalho na roça, onde as mães são, culturalmente, as principais responsáveis, mas procuram integrar a força de trabalho dos demais membros da família nas diferentes etapas do

---

<sup>96</sup> Itelvina Souza, *ibidem*.

<sup>97</sup> Cindy Gómez, 32 anos, mulher uitoto, funcionária do SINCHI. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Leticia, 17 nov. 2021.

ciclo de produção: tumbar e queimar, limpar o terreno, plantar, cuidar das plantações e colher. Dada a importância das *chagras* na vida cotidiana das famílias de Tarapacá, dedico a parte final deste capítulo a analisar os papéis sociais e culturais do trabalho das mulheres nas *chagras*.

### 3.6 AS CHAGRAS: ONDE “BROTAM” DIVERSOS PODERES E TRADIÇÕES

A *chagra* é o primeiro espaço de socialização dos conhecimentos tradicionais na Amazônia colombiana. Para as mulheres indígenas, levar seus filhos e filhas para a *chagra* é o modo em que lhes ensinam a se relacionar com o entorno ambiental. Na Figura 41, observamos mulheres de três gerações da mesma família trabalhando na *chagra*, ao fundo (de boné), no centro da imagem e quase se camuflando com a vegetação está a avó; à sua frente está a neta; e à frente desta, destacando-se no primeiro plano, tem-se a filha. Este é um espaço social de aprendizado intergeracional, em interação com a terra e as plantas.

Figura 41 – Socialização de saberes na chagra



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2021)

São as mulheres que decidem o que plantar, como fazer a rotação das culturas de acordo com os ciclos de inundação e seca e como distribuir a colheita

(os alimentos para serem consumidos pela família, para oferecer a outras pessoas ou para vender). Conforme assinalam Palacio e Nieto (2013), a *chagra* é o espaço de poder das mulheres. E esse poder, que lhes é negado há tanto tempo em aspectos fundamentais da vida, reivindica a importância da sua experiência, levando-as a tomar decisões relevantes em relação à soberania alimentar, enquanto asseguram que seus conhecimentos e experiências sejam transmitidos às novas gerações.

Segundo as mulheres entrevistadas, a “*buena chagra*” se caracteriza por sua diversidade em plantas alimentícias, medicinais e ornamentais, isso é motivo de orgulho para elas e é o ponto de referência das “mulheres trabalhadoras”, as que são “*chagreras*” me convidavam para conhecer sua *chagra*. Elisa Bereca tem na sua *chagra* um banco de sementes, pois reproduz tudo o que encontra na floresta e compartilha com suas vizinhas, sendo pelo uso e consumo dessas plantas que se conserva e se reproduz a sociobiodiversidade. Segundo o seu depoimento:

*A mí siempre me ha gustado la chagra y la comida no me ha faltado. Siembro yuca, plátano, sandía [Citrullus lanatus], ají dulce [Capsicum annuum], mango [Mangifera indica], guama [Inga edulis], copoazú, lo que yo encuentro lo voy sembrando. En la casa, tengo mi pasera de cebolla [pequeño cultivo], y siembro remedios vegetales, yo no tengo hijos pequeños, pero tengo remedios vegetales, aunque sea en un baldecito los siembro y ahí están naciendo. Ahora son pocas las mujeres que trabajan en la chagra, porque los primeros vivientes de aquí ya fallecieron. A las mujeres de ahora no les gusta trabajar en la chagra, porque es trabajoso, eso no es solo decir: "Voy a hacer una chagra". ¡Chagra es chagra!<sup>98</sup>*

A *chagra* é mais do que um lugar onde se planta, é onde as mulheres indígenas organizam o espaço e garantem a nutrição e a saúde de suas famílias. Além disto, o início de uma *chagra* tem um significado simbólico. Marca o estabelecimento em um território, também delimita uma propriedade em uma terra indígena (a *chagra* pertence a quem a trabalha), e a primeira tarefa de um casal que inicia sua união conjugal é fazer sua própria *chagra*. Segundo a entrevistada Flor Gómez-Bombaire, uma tradição da etnia Uitoto é que quando vai ser implantada uma maloca, centro social e político da comunidade, se planta uma *chagra* e seu fruto será distribuído na festa de posse:

---

<sup>98</sup> Elisa Bereca, ibidem.

*Mi abuelo era capitán de maloca en Arica [Amazonas]. Cuando él murió mi abuela era todavía fuerte. Mi tío no tenía mujer, entonces como él no tenía mujer él le dijo a mi mamá: “Usted y yo vamos a trabajar”. Entonces se organizaron, lo primero que teníamos que hacer era armar la maloca. Armamos la maloca y sembramos la chagra con toda clase de frutas que se dan en la fiesta de inauguración de la maloca. Ahí presentaron a mis hermanas mayores, como para que ellas fueran quedando en la maloca. Cuando los que están al frente de la maloca fallecen, ponen a otros, pero mis hermanas salieron de Arica, se murió mi tío, se murió mi tía y quedó mi mamá con mi otro tío todavía.<sup>99</sup>*

No mesmo relato, Flor comentou que, dentro da tradição da mesma etnia, existem plantas que são consideradas próprias das mulheres –principalmente as alimentícias e as medicinais– e outras que são concebidas como plantas próprias dos homens, a coca (*Erythroxylum coca*) e o tabaco (*Nicotiana tabacum*), plantas sagradas com as quais se manejam conhecimentos xamanísticos:

*Mi mamá nos decía que nosotros debemos cuidar la tierra y sembrarla. Ella nos decía que hay que sembrar cosas de mujer para que la tierra esté contenta, sembrar el ají, la piña, el macambo [Theobroma bicolor], el ñame [Colocasia esculenta], el maní [Arachis hypogaea] y la yuca, esas son siembras de mujer. Con eso, una mujer sostiene el hogar. Las plantas de hombre son la coca y el tabaco. Ese es el trabajo de lo que siembra el hombre. Por eso, cuando usted llega a una maloca, el hombre les brinda su coca a los hombres que mambean y la mujer ofrece el ají con carne.*

Algumas famílias da etnia Ticuna praticam um rito de passagem no momento da primeira menstruação de uma moça, em que no final de um tempo de jejum e isolamento dela, comemora-se uma festa conhecida como “*pelazón*”<sup>100</sup>. Para esse ritual a família prepara uma *chagra* especial, conforme narrou Virginia Valdemar, 47 anos, quando entrevistada:

<sup>99</sup> Flor Gómez-Bombaire, *ibídem*.

<sup>100</sup> Para aprofundar no tema da “*pelazón*” veja-se: RAMOS, Hugo. El ritual Tikuna de la *pelazón* en la Comunidad de Arara, sur del trapecio amazónico: una experiencia etnográfica Dissertação (Mestrado em Estudos Amazônicos). *Universidad Nacional de Colombia, Sede Amazonía, Leticia*, 2010. No Brasil, os Ticuna fazem um ritual de passagem similar, a Festa da Moça Nova. Veja-se: MATAREZIO, Edson. Do ponto de vista das moças: a circulação de afetos na Festa da Moça Nova dos Ticuna. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 15, n. 1, e20190065, p. 1-21, 2020.

*Cuando mi hijita, que ahorita está por allá en Bogotá, se hizo señorita, hicimos fiesta con ella. La primera vez que le llegó su periodo la encerramos para que nadie la viera. Ocho meses la tuve encerrada a mi hija. Se hizo bien limpia, salió gordita y su cabello le creció hasta acá [señala el largo del cabello sobre la espalda]. Hicimos una chagra para eso mismo, a los 8 meses ya estaba en cosecha, la casa ya lista. Cuando ya estaba todo listo, hicimos cacería. Le pedimos a su tío que nos colaborara, porque el dueño de la fiesta no va a hacer nada. Y mientras eso, nosotros hicimos la bebida que es el payabarú. El día del final del encierro se hace la pelazón, por eso se hace la fiesta. Se espera la noche de luna llena, los antiguos vienen haciendo así la fiesta, porque esa noche amanece la luna y alumbra la maloca.<sup>101</sup>*

Destarte, a cultura da *chagra*, por tratar-se de uma prática cotidiana muito antiga, faz parte da construção de sua identidade. Atualmente são, sobretudo, as mulheres indígenas com mais de 40 anos de idade as que trabalham na *chagra*, enquanto as moças passam mais tempo estudando e preferem empregos que lhes permitam ganhar mais dinheiro em menos tempo. Este fato social indica uma mudança cultural, marcada pela variável geracional, que talvez não tenha retorno.

O trabalho na *chagra* é árduo. Elas têm que limpá-la constantemente com um facão, no calor úmido da floresta, que pode chegar a 30 °C. Para algumas mulheres em Tarapacá, trabalhar na *chagra* não foi uma opção que elas escolheram, mas uma obrigação que assumiram. É assim que Virginia Silva, 71 anos, conta sua história: *“Empecé a trabajar en la chagra cuando era niña. Ahí crecí con mi abuela, porque yo era huérfana de madre. Mi nieto también trabaja con un machete desde que tenía cinco años. Le gusta mucho la chagra, más que estudiar, y yo le digo: “Estudie, hijo, para que no se ande quemando la espalda como su abuela”.*<sup>102</sup> O conselho da avó Virginia para seu neto, visando evitar dificuldades futuras, reflete a realidade enfrentada pelas comunidades indígenas na região amazônica. A educação escolarizada é vista como a chave para adquirir conhecimento e ter acesso a oportunidades de trabalho que podem levar a uma ascensão social (ECHEVERRI, 2008).

Por esse motivo, muitos jovens, tanto homens quanto mulheres, que sonham com uma vida diferente, optam por emigrar. Essa tendência de migração de jovens

<sup>101</sup> Virginia Valdemar, 47 anos, mulher ticuna. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, em 4 de novembro de 2021. No depoimento citado, payabarú é uma bebida tradicional de mandioca.

<sup>102</sup> Virginia Silva, 71 anos, mulher bora. Conversação informal com Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, em 4 de novembro de 2021.

de áreas rurais para áreas urbanas acontece, de maneira geral, na Colômbia (CUERVO-FERNÁNDEZ, 2017). Segundo o Centro Latino-Americano de Desenvolvimento Rural (RIMISP), uma organização sem fins lucrativos criada em 1986 e sediada no Chile, a maioria dos/as jovens colombianos/as que migram do campo para a cidade o faz em busca de oportunidades de emprego e educação. Dessas pessoas, 55% são mulheres, e a maioria não retorna às suas regiões de origem (LOS JÓVENES..., 2018).

Esta situação ocorre, em parte, devido ao fato de que as mulheres em territórios rurais dedicam a maior parte de seu dia a atividades não remuneradas, como cuidar das crianças, realizar afazeres domésticos, e cuidar dos cultivos e dos animais de pequeno porte. Infelizmente, este trabalho não recebe o reconhecimento social e econômico que realmente merece. No entanto, nas cidades, elas podem chegar a receber um salário por prestar serviços domésticos e de cuidados.

Com tudo, os saberes e práticas tradicionais estão profundamente enraizados na cotidianidade das mulheres amazônicas. Segundo María Cuarán, 29 anos –uma moça que migrou para Leticia–, no território receptor ela e sua família mantêm a tradição de fazer a *chagra* que é fundamental para a subsistência:

*Desde que yo tengo conciencia, mi mamá nos criaba con todo natural. En la cultura de nosotros, la chagra es lo primordial, esa es la base de la economía de la cultura de los indígenas de acá, porque ahí se cultivan los frutales, las hierbas medicinales y el plátano y la yuca. Siempre, una chagra va a estar a la orilla del río, porque ahí nosotros pescamos.<sup>103</sup>*

A diversidade de plantas encontradas na *chagra* é uma evidência das migrações, humanas e não humanas, e constitui um microcosmo da diversidade biológica da floresta. Assim, através do seu trabalho, as mulheres contribuem para a conservação da vegetação nativa. Tradicionalmente, os homens derrubam as árvores e preparam o terreno, e as mulheres plantam e cuidam dos cultivos. Ambos participam na colheita. As Figuras 42 e 43 retratam a derrubada controlada da floresta por seus moradores para fazer *chagra* e abrir novas trilhas.

---

<sup>103</sup> María Cuarán, mulher ticuna, 29 anos. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Leticia (Amazonas) em 7 de março de 2020.

Figura 42 – Derrubada da floresta



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2021)

Figura 43 – Funções compartilhadas entre homens e mulheres no trabalho na floresta



Fonte: Ivón Natalia Cuervo-Fernández (2021)

No contexto da pandemia de COVID-19, as *chagras* foram a principal fonte de plantas alimentícias e medicinais, pois estando isolados das cidades que movimentam o comércio e sem maiores possibilidades de emprego, algumas

peessoas que tinham abandonado esta prática voltaram a plantar. De acordo com o depoimento de Julia Carvajal:

*Como la pandemia surgió de un momento para otro, nos quedamos sin trabajo, porque nadie quería dar trabajo. Nosotros, los que dependemos de los trabajos temporales, nos preocupamos, porque a veces no había en qué trabajar. Entonces, con mi esposo dijimos: "Vamos para la chagra". Nuestra primera chagra queda como a 40 minutos a pie desde la casa. La que queda más lejos, está a tres horas y media yendo en lancha de motor. Allá nos fuimos a vivir, con los papás de mi esposo, cuando comenzó la pandemia. Todo el mundo se puso a hacer chagras para tener comida y tratando de alejarse del pueblo.<sup>104</sup>*

Embora a pandemia tenha sido um fator que motivou as famílias a replantar culturas de ciclo curto, como a mandioca e a banana-da-terra, e expandiu o cultivo de plantas medicinais como o gengibre (*Zingiber officinale*) e o jambu (*Acmella oleraceae*), de uso cultural da população em tratamentos contra o vírus, atualmente são cada vez menos as mulheres que se dedicam ao trabalho nas *chagras*. Conforme explica Adalguiza Ahuanari, liderança indígena de Tarapacá, uma das razões desta situação é que falta estabelecer um mercado que faça viável a comercialização dos seus produtos:

*Yo digo que nosotros tenemos muchas necesidades, la alimentación de los hijos, el estudio de los hijos... Y, de pronto, la gente se dedica más a buscar trabajos con los que le llega más rápido el recurso [dinero]. Aquí [en la chagra] trabajamos solo para sustentar a la familia, pero, si usted llega a tener mucho producto ¿A dónde lo va a vender? Porque yo he visto que hay gente que tiene su chagra, y a veces el producto se daña, pues mucha gente trae para vender y no hay dónde vender.<sup>105</sup>*

Por mais que seja desejável manter as *chagras* para preservar a diversidade biológica e cultural da Amazônia, isto não aconteceria pela imposição de um modo de vida “tradicional”, porque os modos de vida que os seres humanos escolhem estão em constante construção e são produto de uma combinação de afinidades afetivas e racionais, onde a tradição é uma variável que pode não ser tão forte quanto o anseio por melhorar as condições de vida –próprias e da família. Seria preciso gerar as condições para que as novas gerações possam ver nas *chagras*

<sup>104</sup> Julia Carvajal, 36 anos, mulher mestiça. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 29 out. 2021.

<sup>105</sup> Adalguiza Ahuanari, 52 anos, mulher ticuna. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 9 de novembro de 2021.

uma atividade viável para se sustentar, de modo que esta atividade passe a ser considerada como uma possibilidade dentro dos seus projetos de vida.

Passando para o cenário mundial de crise política, econômica e ecológica, no período do início da pandemia de COVID-19 me perguntei se os seres humanos iremos mudar nossa forma consumista de nos relacionarmos com o planeta, e se os níveis de desmatamento da floresta amazônica, que vinham aumentando, começariam a diminuir. Ao procurar notícias sobre esse assunto, constatei que, ao contrário, o desmatamento estava aumentando.

Fiquei, então, interessada em saber mais sobre como o desmatamento está relacionado ao surgimento de zoonoses e o que podemos aprender das maneiras pelas quais os povos indígenas se relacionam com a Terra como um ser vivo, em vez de simplesmente tratá-la como um território a ser explorado. O capítulo final desta tese reúne esses aprendizados, publicados em um artigo, escrito em coautoria com três de meus/minhas professores/as de doutorado (CUERVO *et al.*, 2022)

#### 4 POR UMA PANAMAZÔNIA VIVA E SAUDÁVEL: A PERSPECTIVA DO *BUEN VIVIR* (BEM VIVER) <sup>106</sup>

A Floresta Amazônica é a maior floresta tropical do mundo e um dos biomas mais importantes do planeta Terra. Abrange uma extensão geográfica de 7,4 milhões de quilômetros quadrados e contém a maior bacia hidrográfica. A necessidade de reduzir o desmatamento na Região Amazônica tem sido amplamente documentada em publicações científicas e em vários meios de comunicação (COSTA, 2020; GÓMEZ, 2020; MARENGO, 2018; SIERRA, 2019; SUÁREZ et al., 2020).

Esta floresta tropical desempenha vários papéis ambientais: ajuda a regular o clima, captura dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e 20% da água doce do mundo flui através de seu sistema hidrológico. Além disso, é o ecossistema terrestre com maior biodiversidade, cerca de 30% das espécies vegetais e animais do mundo são encontradas na floresta amazônica (BUTLER, 2020).

A magnitude do impacto ecológico causado pelo desmatamento e degradação ambiental é evidente no monitoramento de imagens de satélite que abrangem um período de três décadas de mudanças na cobertura florestal e uso do solo na Região Amazônica: "Entre 1985 e 2018, a região Pan-Amazônica perdeu 72,4 milhões de hectares de sua cobertura vegetal natural, uma área equivalente ao território do Chile. Por outro lado, no mesmo período houve um crescimento de 172% nas áreas de agricultura e pecuária" (RAISG..., 2020). A extensão desse problema é verificada ano após ano por vários sistemas de monitoramento (DESMATAMENTO..., 2022; RAISG..., 2020; TRACKING..., 2019).

No entanto, a degradação ambiental está crescendo rapidamente (WHEELER, 2022), mesmo em meio à emergência sanitária da pandemia de COVID-19, quando as medidas de distanciamento social devem ser respeitadas e controladas, atividades como grilagem de terras e especulação, mineração ilegal e construção de estradas estão avançando na região amazônica, onde é relatada a maior taxa de desmatamento dos últimos quatorze anos (BUTLER, 2022; PUENTES,

---

<sup>106</sup> Este capítulo corresponde a um artigo publicado em revista indexada. Veja-se: CUERVO, Ivón Natalia; NODARI, Eunice; GRISOTTI, Marcia; VERNAL, Javier. Por una Panamazonía viva y saludable: la perspectiva del Buen Vivir. *PerCursos*, Florianópolis, v. 3, n. 53, p. 37- 67, set./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/21820/15107> Acesso em: 29 dez. 2022.

2022). Vários estudos demonstram a influência da perda de biodiversidade, causada pelo desmatamento, no surgimento de doenças infecciosas (ELLWANGER et al., 2020; IPEA, 2015).

Ao mesmo tempo, a Amazônia foi a região da América do Sul mais afetada pela COVID-19 (COVID-19..., 2021) e é uma possível fonte para a origem de novas pandemias (LAPOLA, 2020). Esta é a conclusão alcançada pelo projeto PREDICT, realizado pelo programa *Emerging Pandemic Threats (EPT)* da *United States Agency for International Development (USAID)*, que vem trabalhando desde 2009 na detecção de vírus zoonóticos que têm o potencial de gerar uma pandemia. Este projeto ocorreu em 31 países da Ásia, África e América Latina, até que o governo dos Estados Unidos interrompeu os recursos para estender sua validade em 2020 (BAUMGAERTNER; RAINEY, 2020). Seu design seguiu o modelo *One Health* que enfatiza a correlação entre a saúde humana, animal não humano e ecossistemas, alertando sobre alguns fatores para o surgimento de zoonoses:

A maioria das Doenças Infecciosas Emergentes (IEDs) surge de reservatórios de animais selvagens em paisagens biodiversas experimentando fortes pressões antropogênicas, incluindo o crescimento da população humana, a mudança de uso da terra e a extração de recursos naturais" (KELLY, et al., 2020, p. 2).

Na América Latina, o projeto foi realizado no México e em quatro países da região Pan-Amazônica (Bolívia, Brasil, Colômbia e Peru). Os critérios da USAID para implementar o projeto PREDICT nesses países incluem o seguinte:

Os riscos de surgimento de doenças são maiores em países em desenvolvimento, onde pessoas e animais vivem em proximidade e os meios de subsistência dependem muito dos recursos naturais. Os países em desenvolvimento também são comumente caracterizados por capacidade limitada de detectar o surgimento de doenças em animais selvagens antes da disseminação para humanos, e por infraestrutura limitada ou inexistente de informações de saúde pública. (UHART et al., 2013, p. 65).

A análise das amostras coletadas por este projeto entre 2010 e 2013 permitiu a identificação de 14 famílias virais com potencial pandêmico nas regiões amazônicas da Bolívia, Brasil e Peru (UHART et al., *ibidem*). Diante desse cenário,

perguntamo-nos: qual é a visão de mundo que tem prevalecido nas relações socioambientais para que cheguemos à atual emergência humanitária e ambiental?

Para explorar os fundamentos dessa mentalidade e expor algumas das perspectivas que se opõem a ela, realizamos a discussão teórica a partir da abordagem decolonial de alguns autores latino-americanos. A noção do *Buen Vivir*<sup>107</sup> dos povos indígenas andino-amazônicos é apresentada como uma alternativa ao projeto capitalista colonial iniciado no final do século XV, atualmente predominante sob a versão neoliberal. Dado que o neoliberalismo existe há mais de cinquenta anos, esse modelo está obsoleto e incapaz de enfrentar suas próprias consequências, incluindo a origem da pandemia de COVID-19 e seus efeitos.

Embora a justiça ambiental nos países andino-amazônicos esteja se aproximando do ecocentrismo<sup>108</sup>, tentando interromper séculos de antropocentrismo<sup>109</sup> e androcentrismo, consideramos necessário rever o cumprimento dessa abordagem legal em tempos de pandemia, quando estamos vivenciando uma piora do desmatamento na região amazônica. Da mesma forma atualmente, contrariamente à proposta do *Buen Vivir*, mostramos a falta de proteção dos governos dos países amazônicos aos povos indígenas e afrodescendentes, que são os mais vulneráveis durante a pandemia, os mais empobrecidos devido à exploração de seus territórios e para quem é esperado um agravamento de sua situação no pós-pandemia.

Este capítulo analisa algumas das consequências que uma perspectiva de crescimento econômico baseada no domínio do que é geralmente chamado de "recursos naturais" tem para a região amazônica e sua sociobiodiversidade. Para este fim, utilizamos uma abordagem metodológica qualitativa, por meio da revisão crítica de artigos acadêmicos (usando as bases de dados EBSCO, Scielo e Scopus),

---

<sup>107</sup> A noção de *Buen Vivir* está sendo constantemente construída como uma filosofia de vida e uma alternativa ao desenvolvimento. Nos campos político, econômico e filosófico da América Latina, o *Buen Vivir* tem sido promovido por Alberto Acosta, Eduardo Gudynas, Humberto Cholango, Arturo Escobar, Magdalena León, entre outros/as autores/as.

<sup>108</sup> O paradigma ecocêntrico reconhece a natureza como sujeito de direitos e, portanto, como um bem jurídico autônomo e objeto de proteção integral (Veja-se: MELLO, Patricia; PEÑAFIEL, Juan Jorge. Povos indígenas e proteção da natureza: a caminho de um "giro hermenêutico ecocêntrico". *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, [Brasília D.F.], v. 10, n. 3, p. 223-251, 2020. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/7240/pdf>. Acesso em: 2 abril 2021).

<sup>109</sup> De acordo com o paradigma antropocêntrico, os seres humanos ficamos no centro e a natureza é separada de nós e está aqui para nos servir. Essa ideia se baseia na noção de "dignidade humana" como um direito matricial. No campo do direito ambiental, sob a perspectiva antropocêntrica, a proteção ambiental é praticada de acordo com sua utilidade para a proteção humana (MELLO; PEÑAFIEL, *ibidem*, p. 232).

relatórios técnicos institucionais e fontes jornalísticas recentes. Começamos com uma contextualização da região amazônica e sua importância para o planeta, que contrastamos com a abrangência do problema do desmatamento. Em seguida, nos referimos às bases teóricas a partir das quais a mentalidade colonialista da dominação de alguns seres humanos sobre outros e sobre a natureza. Posteriormente, nos perguntamos quais são as consequências desta visão de mundo e abordamos algumas alternativas diferentes à imposição do capital sobre a natureza, enfatizando a proposta do *Buen Vivir*.

#### 4.1 REGIÃO AMAZÔNICA AMEAÇADA

A região amazônica representa 53% do território total dos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), conhecida como Pan-Amazônia, que é a soma das áreas da Amazônia Legal de cada país membro da OTCA: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname<sup>110</sup>. Sua população total é próxima a 30 milhões de habitantes, o que representa 10% da população total desses países (FENZL, 2010). Além disso, tem uma riqueza cultural representada por mais de 420 comunidades indígenas que falam 86 línguas e 650 dialetos (PNUMA/OTCA, 2008). A importância do patrimônio cultural e biológico da região amazônica é reconhecida internacionalmente. No entanto, esta região está enfrentando crises sociais, ambientais, políticas e de saúde que estão se agravando rapidamente (GÓMEZ, 2020; SUÁREZ *et al.*, 2020). Este território recebe forte pressão devido à grilagem de terras, colonização desordenada, construção de estradas, expansão da fronteira agrícola e pecuária, mineração, exploração de petróleo e extrativismo, fatores que influenciaram a devastação de 29,5 milhões de hectares de cobertura florestal na região pan-amazônica entre 2000 e 2017 (SIERRA, 2019).

---

<sup>110</sup> A Guiana Francesa também faz parte do território amazônico, mas, por ser oficialmente um departamento ultramarino da França, não foi incluída na Pan-Amazônia pela OTCA. Para obter mais informações, consulte a plataforma da Internet da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): <http://otca.org/quienes-somos/>

Figura 44 – Países Amazônicos



Fonte: BBC News Brasil Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51377232>

Conservar as florestas amazônicas permite a preservação da sociobiodiversidade<sup>111</sup>. Ou seja, a diversidade sociocultural e a diversidade biológica que se articulam em um mesmo espaço social. Esse objetivo pode ser alcançado por meio da redução do desmatamento e da implementação de práticas extrativistas e agroecológicas que permitem manter a economia da região. Um exemplo disso é a utilização dos produtos florestais não madeireiros, como fibras, resinas, óleos, frutos e plantas aromáticas e medicinais, uma atividade econômica que tem possibilitado a existência de projetos ambientais sustentáveis e justos (LOPES et al., 2019; CARVALHO RIBEIRO et al., 2020). Manter o equilíbrio ambiental também permite regular a propagação de vírus dos quais as espécies endêmicas são portadoras.

A realidade dos países amazônicos vai de encontro à necessária luta contra o desmatamento. Seleccionamos como foco geográfico deste estudo o

<sup>111</sup> A noção de sociobiodiversidade implica considerar a existência de "grupos culturais diferenciados e suas próprias formas de organização social, uso de territórios e recursos naturais" (Veja-se: DINO, Nicolao. Ética, meio ambiente e sociobiodiversidade. Cadernos Eletrônicos Direito Internacional Sem Fronteiras, [Belo Horizonte], v. 2, n. 2, e20200238-e20200238, 20 dez. 2020, p. 16. Disponível em: <https://www.cadernoseletronicosdisf.com.br/cedisf/article/view/95>. Acesso em: 19 maio 2021).

desmatamento ocorrido nos últimos anos em cinco países - Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru - que juntos representam 86,5% do território amazônico.

Na Bolívia, o aumento do desmatamento causado por incêndios é o maior desafio. Entre os anos de 2001 e 2019, em média, quatro milhões de hectares de floresta foram queimados por ano (SIERRA, 2021a). A Autoridade de Fiscalização e Controle Social de Florestas e Terras (ABT) informou que, entre 2016 e 2017, a área desmatada alcançou 554.232 hectares, sendo que 86% da área desmatada está nos departamentos de Santa Cruz e Beni, que compreendem parte da região amazônica (ABT, 2018).

Na Amazônia brasileira, a extensão das áreas desmatadas em 2019 foi de mais de 976.200 hectares (A ESTIMATIVA..., 2019). Mesmo durante a pandemia de COVID-19, a devastação da floresta amazônica não diminuiu. Pelo contrário, mostra uma tendência de aumento. Esse fato se deve a uma menor fiscalização e penalização por parte dos órgãos de controle do Estado. O Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Brasil publicou o seguinte balanço sobre a perda de cobertura vegetal em 2021: "A floresta amazônica teve em 2021 seu pior ano em uma década. De janeiro a dezembro, foram destruídos 10.362 km<sup>2</sup> de floresta nativa, o que equivale à metade do Sergipe" (DESMATAMENTO..., 2022).

Na Colômbia, a região amazônica representa 67% das florestas do país. A tendência crescente na taxa de degradação ambiental é demonstrada em um relatório da *Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible (FCDS)*. Segundo esse relatório, entre janeiro e fevereiro de 2022, os números de incêndios na Amazônia foram os mais altos dos últimos 15 anos:

Os incêndios que estão ocorrendo são provocados, durante o período de menor chuva - entre dezembro e março - por atividades agropecuárias [principalmente] para o estabelecimento de fazendas e a formação de pastagens", afirmou Rodrigo Botero, diretor da FCDS, em um relatório apresentado no portal de notícias La Silla Vacía (BOTERO, 2022).

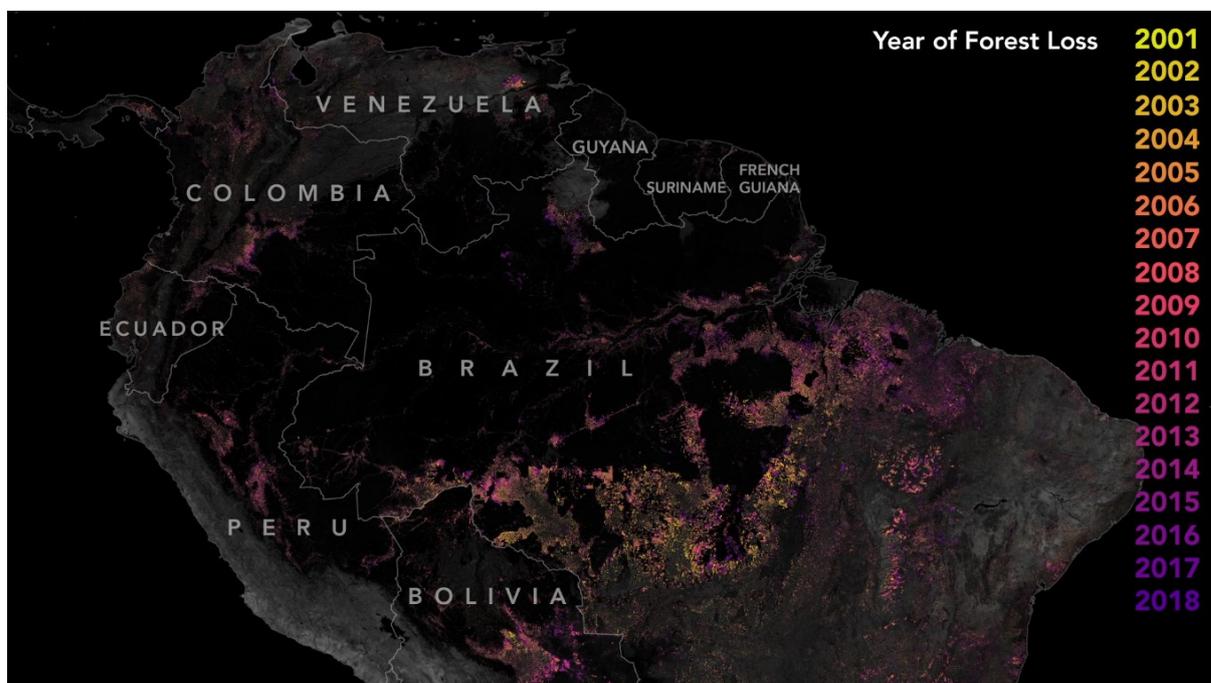
No Equador, embora o desmatamento na região amazônica seja relativamente baixo em comparação com a tendência em outros países amazônicos – diminuindo de 18.800 hectares em 2017 para 11.400 hectares em 2019 –, esse fenômeno está afetando locais relevantes para a diversidade cultural e biológica. O

Projeto Monitoramento da Amazônia Andina (MAAP) relatou que em 2019, pequenas áreas de floresta foram desmatadas para a instalação de plataformas petrolíferas no Parque Nacional Yasuní e nas proximidades do território indígena Waorani (FINER *et al.*, 2019). Esse impacto ecológico foi denunciado pela líder waorani Nemonte Nenquimo, em uma carta aberta dirigida aos presidentes dos nove países amazônicos, na qual ela afirmou: "A Terra não espera para ser salva, ela espera para ser respeitada. E nós, como povos indígenas, esperamos o mesmo" (NENQUIMO, 2020).

Em 2020, o Peru atingiu o maior índice de desmatamento das últimas duas décadas. O sistema de monitoramento do Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente do país registrou a perda de 203.272 hectares de floresta. Isso se deve, em grande parte, à expansão da fronteira agrícola para o estabelecimento de cultivos ilícitos (SIERRA, 2021b).

A intensificação da perda de vegetação nativa na Amazônia durante o período 2001-2018 se constata por meio das imagens de satélite publicadas pelo observatório da *National Aeronautics and Space Administration (NASA)* (Figura 43).

Figura 45 – Rastreamento o desmatamento da Amazônia



Fonte: NASA Earth Observatory (TRACKING..., 2019).

O desmatamento é uma das consequências práticas da ideia antropocêntrica de que a natureza é uma mercadoria que deve ser dominada pelos seres humanos e um recurso a ser explorado em benefício próprio, ideia posta em prática pelo projeto colonialista europeu. Segue uma breve exposição do desenvolvimento histórico desse modo de pensar que se consolidou na modernidade.

#### 4.2 A IDEIA DA NATUREZA COMO ALGO A SER DOMINADO

Ao longo da história, as sociedades têm determinado as características culturais que orientam as relações sociais e ecológicas. A corrente de pensamento que deu origem ao método científico de separar, comparar, opor, classificar e hierarquizar é característica das sociedades modernas. Uma das correntes precursoras do pensamento científico moderno sobre a relação e separação entre os seres humanos e a natureza vem da interpretação calvinista dos textos bíblicos, que estabelece uma separação e uma relação assimétrica na qual o homem (entendido como o protótipo do homem ocidental, cristão, branco e livre), concebido como o sujeito universal, domina sobre a natureza. Essa interpretação serviu como fundamento para a visão antropocêntrica e androcêntrica do mundo (MONARES, 1999). As bases para essa maneira de ver o mundo estão na tradução e interpretação do primeiro capítulo do livro de Gênesis, pertencente à Torá e incluído posteriormente na Bíblia:

E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou. E Deus os abençoou e Deus lhes disse: Frutificai, e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra. (GÊNESIS 1, 27-28, 1995, p. 3).

Seguindo a ideia de que os seres humanos são uma exceção da criação e não fazem parte da natureza e, portanto, devem dominá-la, Calvino introduziu em seu livro "Instituição da Religião Cristã" (originalmente publicado em latim em 1536) algumas observações enfatizando que a natureza não existe como um ser em si, mas em função dos seres humanos. Ele se referiu à função de utilidade da natureza para satisfazer as necessidades e para o "prazer" dos seres humanos, e propôs a

ideia de que a natureza pode ser apossada como "bens terrenos" (CALVINO, 1999, p. 552). Segundo Monares (1999), esse é um dos argumentos que levaram à ideia de que a natureza é um recurso ilimitado para os seres humanos, que pode ser controlado por meio da ciência.

Posteriormente, o racionalismo defendido por René Descartes reafirmou a posição da natureza como objeto de domínio humano e, como consequência disso, atribuiu aos seres humanos a missão de progredir exercendo esse domínio (ZAFFARONI, 2011). A conquista das Américas marcou o início de uma forma de colonização na qual o capitalismo e as relações de subordinação se articularam com base na classificação por "raças" (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992; MALDONADO-TORRES, 2007). A desumanização e subsequente subordinação dos povos indígenas e africanos implicaram também a dominação, subalternização e extermínio dos modos de vida e narrativas dos povos nativos, cujas consequências perduram até os dias atuais. Somente recentemente, as perspectivas dos povos indígenas começaram a ganhar relevância nos campos ecológico e político como uma alternativa à visão desenvolvimentista na qual a natureza –da qual certos seres humanos não fazem parte –é um recurso a ser explorado para o progresso e o crescimento econômico, supostamente para o bem-estar desses mesmos seres humanos: "A necessidade –a eterna Celestina de todos os assassinatos e guerras– deve ser avaliada de acordo com as condições humanas de sobrevivência digna e uso não abusivo em relação a todos os seres naturais, e não com base na conveniência de obter lucros maiores" (ZAFFARONI, 2011, p. 144). Essas perspectivas dos povos originários sobre as relações socioambientais, que promovem a descolonização do conhecimento de matriz eurocêntrica, ganharam maior visibilidade nas constituições mais recentes da América Latina e nas legislações ambientais subsequentes.

#### 4.3 DESMATAMENTO E PANDEMIAS

O desmatamento traz consequências devastadoras: erosão do solo, perda da sociobiodiversidade, alteração dos rios, emissões de gases de efeito estufa, redução dos produtos florestais e perda de bacias hidrográficas (FAO/PNUMA, 2020). As mudanças na cobertura florestal da terra também têm um efeito direto nas mudanças climáticas. Isso foi demonstrado pelo aumento de 0,7°C na temperatura

da região amazônica devido à redução das áreas de florestas tropicais (MARENGO *et al.*, 2018). O desmatamento do bioma amazônico tem um impacto global, afetando não apenas a temperatura do planeta, mas também a variabilidade hidrológica (referente ao aumento de chuvas em alguns países e secas em outros). Isso tem implicações na agricultura, nos ciclos da água, no aumento dos incêndios florestais (LOVEJOY; NOBRE, 2018) e nas migrações de seres humanos e animais não humanos. Ao causar desequilíbrios nos ecossistemas, o desmatamento resulta na perda da sociobiodiversidade, danificando as relações vitais desenvolvidas ao longo do tempo entre seres humanos, seres não humanos e seus ambientes. Por sua vez, as mudanças climáticas aumentam essa perda e amplificam a propagação de vírus em ambientes úmidos e quentes (SUÁREZ *et al.*, 2020). Como destacam Ellwanger *et al.* (2020), a relação entre biodiversidade e doenças infecciosas é ao mesmo tempo complexa e paradoxal:

Os ecossistemas preservados atuam como promotores da saúde, mantendo os patógenos no ambiente florestal. Por outro lado, as alterações em ecossistemas altamente biodiversos facilitam o surgimento e a propagação de novas infecções humanas. Esses preceitos básicos devem ser levados em consideração em estudos futuros, projetos de desenvolvimento e tomada de decisões políticas centrados na região amazônica (ELLWANGER *et al.*, 2020, p. 14).

A perda da cobertura vegetal das florestas tem um alto impacto na incidência de doenças transmitidas por insetos vetores (IPEA, 2015), incluindo malária, leishmaniose e dengue (VANWAMBEKE *et al.*, 2007). A correlação entre a intensificação do contato entre humanos e fauna selvagem e a incidência de doenças virais tem sido evidenciada nas pandemias de coronavírus em todo o mundo, como a pandemia de SARS-Coronavírus, identificada pela primeira vez no sul da China em 2002, a originada pelo MERS-Coronavírus que emergiu na Arábia Saudita em 2012 e a causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, que causa a síndrome respiratória aguda grave (COVID-19), com epicentro inicial na região central da China em 2019 e se espalhou pelo mundo todo.

Vários estudos científicos têm sido realizados desde os primeiros casos de coronavírus. Um estudo conduzido por pesquisadores da Universidade de Columbia em vinte países da América Latina, Ásia e África (ANTHONY *et al.*, 2017) explorou a diversidade global de coronavírus (CoV) em morcegos, identificando 3.204 tipos de

coronavírus. Os autores observaram uma correlação entre as variações biogeográficas dos morcegos e a propagação do coronavírus.

O problema está na alteração que os seres humanos causam no equilíbrio dos ecossistemas, e não na existência dos morcegos em si. Ao modificar o ecossistema dos morcegos devido à expansão das fronteiras agrícolas e urbanização, esses animais buscam se adaptar aos ambientes criados pelos seres humanos, aumentando assim a probabilidade de transmissão dos vírus que eles carregam (AFELT *et al.*, 2018; GÓMEZ, 2020; LEVIS *et al.*, 2020; SUÁREZ *et al.*, 2020).

A falta de compreensão das causas antrópicas desse desequilíbrio levou a culpar os animais não humanos portadores do vírus pelas epidemias (WORSTER, 2020). Por exemplo, o Serviço Nacional de Florestas e Vida Selvagem (SERFOR) do Peru relatou que, em março de 2020, na província de Santa Cruz (Departamento de Cajamarca), algumas pessoas "atacaram com fogo morcegos encontrados em uma área local, os resgatados pelo SERFOR foram libertados em uma caverna distante" (LOS MURCIÉLAGOS..., 2020). Tudo isso causa novos desequilíbrios nos ecossistemas e demonstra a reprodução da mentalidade de dominação humana sobre o meio ambiente.

#### 4.4 PANDEMIA E DESIGUALDADE SOCIAL

A dominação colonialista também se manifesta no claro desprezo pelas vidas dos seres humanos que foram racializados, desumanizados e, como consequência, historicamente subordinados (HOUTART, 2011, p. 98). Ailton Krenak, membro da comunidade indígena Krenak (Minas Gerais, Brasil) e líder da Aliança dos Povos da Floresta, que reúne comunidades ribeirinhas e indígenas da Amazônia, afirma: "Estamos devastando o planeta, abrindo um enorme abismo de desigualdades entre povos e sociedades, de modo que existe uma subumanidade que vive em grande miséria - sem possibilidade de sair dela - e isso também foi naturalizado" (KRENAK, 2020, p. 6).

Deste modo, o racismo e a desigualdade se manifestam também na falta de acesso a serviços de saúde e em infraestruturas precárias para atender às populações indígenas da Amazônia, o que resultou em um maior número de pessoas infectadas e mortas devido à COVID-19 (INDÍGENAS..., 2020). Em

novembro de 2021, na Pan-Amazônia, foram relatadas 3.784.944 pessoas infectadas e 106.623 mortes por COVID-19 (COVID-19..., 2021). Somente no Brasil, até o início de novembro de 2022, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que monitora a situação dos indígenas durante a pandemia de COVID-19, relatou 75.686 casos confirmados e 1.324 mortes, totalizando 162 povos indígenas afetados ([PLATAFORMA]..., 2022).

Embora o sub-registro de casos de COVID-19 nas comunidades quilombolas<sup>112</sup> dificulte a compreensão da situação desses povos na Amazônia, no Brasil existe o Observatório COVID-19 nos quilombos, resultado de uma parceria entre a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e o Instituto Socioambiental (ISA). Os dados desse observatório relatam 5.666 casos confirmados e 301 mortes entre os residentes dos quilombos no país até janeiro de 2022 (OBSERVATÓRIO..., 2022).

Nos últimos anos, os países da região amazônica têm visto a intensificação do modelo neoliberal, que envolve devastação ambiental e perda de milhares de vidas humanas consideradas "dispensáveis". O governo brasileiro impôs vetos às políticas sociais que protegeriam os povos indígenas e quilombolas durante a pandemia (LINHA..., 2020). Antes da pandemia, três tipos de ações que levam à aniquilação ecológica foram promovidos: caça, degradação de habitats e desmatamento. Por essas razões, o presidente brasileiro foi acusado de "ecocídio" no Tribunal Penal Internacional (MARQUES, 2019). Além disso, nesse mesmo período, os ministros do Meio Ambiente no Brasil e no Equador consideraram que flexibilizar as leis ambientais e intensificar a exploração de madeira e minerais, mesmo durante a pandemia, era o caminho a seguir (ACOSTA, 2020; GREENPEACE BRASIL, 2020).

O desenvolvimento na região amazônica, independentemente dos governos, manteve o modelo que ignora a diversidade geológica, biológica e sociocultural, como apontam Grisotti e Moran (2020): "O reconhecimento da diversidade, que deveria ser o ponto de partida para qualquer discussão sobre estratégias de

---

<sup>112</sup> Os quilombos são assentamentos formados por pessoas da comunidade afrodescendente do Brasil que resistiram à escravidão estabelecida durante a colônia. Esses grupos étnico-raciais têm sua própria trajetória histórica e relações territoriais específicas. Essa é a base do movimento social a partir do qual lutam por seus direitos (para obter mais informações, consulte a plataforma na Internet da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ): <http://conaq.org.br/quem-somos/>).

desenvolvimento na região, é negligenciado pelas políticas públicas que continuam buscando soluções para a região como se fosse homogênea".

Na Colômbia, por exemplo, houve um agravamento dos conflitos ambientais devido aos conflitos políticos na implementação do acordo de paz assinado entre o governo e a guerrilha das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colômbia - Ejército del Pueblo (FARC-EP)* em 2016 (SÁNCHEZ, 2019). A fraca presença das instituições estatais nos territórios anteriormente ocupados por essa guerrilha resultou em novos conflitos pelo controle territorial. Na região amazônica, o desmatamento aumentou devido à apropriação de terras, expansão da pecuária extensiva, mineração ilegal e intensificação dos cultivos ilícitos de coca (*Erythroxylum coca*) (REPORTE..., 2020). Apesar dos esforços legais e das organizações comunitárias de base, em 2021 a região amazônica concentrou 70% do desmatamento na Colômbia (SANABRIA, 2022).

Como resultado da pandemia, prevê-se que o desmatamento na região amazônica continue aumentando, justificado pela crise econômica, aumento do desemprego e necessidade de continuar produzindo alimentos, combustíveis e outros bens de consumo em grande quantidade (BENSUSAN, 2020). No entanto, a promessa do neoliberalismo de aumentar a riqueza por meio da exploração dos "recursos naturais" em "países subdesenvolvidos" pode ser facilmente desmentida, pois na América Latina, Ásia e África os níveis de pobreza e desigualdade ainda são altos, apesar da crescente exploração ambiental.

O Banco Mundial estima que a pandemia terá impacto tanto na pobreza quanto na desigualdade na América Latina e no Caribe. Essa análise foi divulgada pelo economista Carlos Felipe Jaramillo, vice-presidente do Banco Mundial para essa região, em uma entrevista para a agência de notícias France Presse-AFP: "Já estamos prevendo a perda de pelo menos 25 milhões de empregos para este ano de 2020, e esse número pode ser pior dependendo de como evoluir a situação nos próximos cinco ou seis meses [...], estimamos que 50 milhões de latino-americanos cairão abaixo da linha da pobreza este ano" (BM ESTIMA..., 2020).

Ao mesmo tempo, esse especialista do Banco Mundial afirmou que a saída da crise requer um "crescimento diferente" mais sustentável ambientalmente e com maior inclusão dos jovens (BM ESTIMA..., 2020). Com a adoção do discurso de transformação da economia, questiona-se o modelo de desenvolvimento econômico que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional impuseram recentemente

aos países latino-americanos, mas isso se traduzirá em políticas mais efetivas para manter os sistemas socioecológicos?<sup>113</sup> Se essa postura econômica incluir continuar impulsionando o extrativismo, que gera impactos sociais e ambientais negativos, para depois compensar esses impactos, podemos afirmar, juntamente com Gudynas, que "o capitalismo benevolente é incompatível com o bom viver" (GUDYNAS, 2011, p. 239). A perda da sociobiodiversidade também tem impactos negativos nas condições econômicas locais, uma vez que muitas comunidades e povos tradicionais dependem das florestas para sobreviver. Ou seja, a cadeia de desmatamento-pandemia-pobreza pode continuar se repetindo indefinidamente até que façamos mudanças positivas nas relações socioecológicas.

#### 4.5 ALTERNATIVAS AO AVANÇO DO CAPITAL SOBRE A NATUREZA

Compreender a existência dos seres humanos como parte integrante de um organismo vivo - a Terra, a *Pacha Mama* ou *Gaia* - e, portanto, como uma espécie entre outras, tem uma conotação ética diferente da visão da Terra como hospedeira passiva que está lá para satisfazer os projetos econômicos de certos seres humanos. Segundo Zaffaroni (2011), a concepção da *Pacha Mama* implica reconhecer que os outros entes com os quais se convive na Terra têm o direito de existir e desenvolver suas vidas tranquilamente. Esses direitos exigem que os seres humanos adotem obrigações éticas em relação a todos os seres humanos e não humanos, um compromisso urgente em um momento em que a crise ambiental se tornou global: "20% da superfície terrestre foi degradada entre 2000 e 2015" (FAO/PNUMA, 2020, p. 99). Como explica Houtart (2011), abandonar a atitude utilitarista em relação à natureza que causa danos à própria vida significa assumir o imperativo ético de "mudar as práticas econômicas e o sistema cultural que as justifica" (HOUTART, 2011, p. 22).

Os direitos da natureza - compreendida como o conjunto de todos os seres vivos, humanos e não humanos, e seus ambientes - estão na matriz das comunidades que praticam, como parte de seus modos de vida, as relações de interdependência de todos os seres vivos e seus ambientes. Nesse âmbito, está a

---

<sup>113</sup> Sobre a concepção da Amazônia como um sistema socioecológico, veja-se, por exemplo: BUSCHBACHER, Robert; ATHAYDE, Simone; BARTELS, Wendy-Lin; MELLO, Ricardo. Resilience assessment as a tool for understanding the Amazonian frontier as a social-ecological system. **Sostenibilidad en Debate/Sustentabilidade em Debate**, [s.l.], v. 7, n. 2, 2016.

noção do *Buen Vivir* dos povos andino-amazônicos que, em vez de constituir um modelo acabado a ser reproduzido em outras sociedades, é considerado uma proposta em constante construção coletiva:

O *Sumak Kawsay* para nós, para os povos indígenas, é a reconstrução, ou melhor, a construção de um novo modelo de vida, não apenas para os seres humanos, mas para todo o planeta; um novo modelo de vida que inclui o político, o econômico, o cultural, o social, o ecológico e o espiritual. (CHOLANGO, 2014, p. 240)

Em suma, o *Buen Vivir* promove a convivência em harmonia com a *Mãe Terra* e a prática dos princípios de complementaridade, cooperação, solidariedade, soberania e reciprocidade, que têm como objetivo final a "sustentabilidade da vida" (LEÓN, 2009, p. 72). No plano das relações humanas, trata-se de uma convivência sem miséria, sem discriminação, com o mínimo necessário e sem considerar essas coisas como a meta final (ACOSTA, 2008, p. 37).

No final do século XX, as novas constituições latino-americanas marcaram uma tendência ambientalista. A Constituição Política do Brasil de 1988 foi a primeira na América Latina a introduzir a noção de "equilíbrio ecológico" como um direito social, em função da utilidade dos serviços que o meio ambiente presta aos seres humanos. Na Carta Magna, são atribuídas responsabilidades ao Estado e à sociedade civil pelo cuidado da natureza: "Art. 225. Todos têm o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 1988, art. 225). Posteriormente, o Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 2012, art. 12) estabeleceu que 80% da propriedade rural situada em áreas florestais na Amazônia não pode ser desmatada.

Na Colômbia, o artigo 79 da Constituição Nacional de 1991 contempla o direito fundamental das pessoas de desfrutar de um ambiente saudável. Assim como no caso brasileiro, o cuidado ambiental está relacionado ao serviço que a natureza presta aos seres humanos. Esse artigo deu origem a novas discussões no campo jurídico-ambiental que adotaram uma abordagem ecocêntrica. Essa abordagem assume que a espécie humana é uma entre as várias espécies de seres vivos, perspectiva que se manifesta na decisão tomada pela Corte Constitucional em 2016, que declara que "o rio Atrato é sujeito de direitos que implicam sua proteção,

conservação, manutenção e, no caso concreto, restauração" (COLÔMBIA, 2016, sentença T-622). Assim como na decisão da Corte Suprema de Justiça que reconhece a Amazônia colombiana como sujeito de direitos (COLÔMBIA, 2018, sentença STC-4360), uma sentença que resultou de uma ação movida por um grupo de 25 crianças e jovens colombianos que exigiram que o Estado nacional interrompesse o desmatamento na Amazônia (JUICIO..., 2019). Conseqüentemente, a Corte Suprema de Justiça responsabilizou as entidades governamentais por estabelecer planos de ordenamento territorial com o objetivo de acabar com o desmatamento e adaptar o uso da terra às situações impostas pelas mudanças climáticas.

A Constituição Política do Peru de 1993 faz referência ao ambiente em termos de recursos naturais, renováveis e não renováveis, e concede ao Estado a autoridade para aproveitá-los (art. 66). Além disso, determina que a legislação ambiental deve orientar-se para a conservação da biodiversidade e das áreas naturais protegidas, e para a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia (art. 69). Esses requisitos foram contemplados na Lei Florestal e de Fauna Silvestre (PERU, 2011, arts. 66-69).

O reconhecimento da natureza como sujeito de direitos foi manifestado pela primeira vez na América Latina na Constituição Política do Equador (2008, art. 71): "Art. 71. A natureza ou *Pacha Mama*, onde a vida se reproduz e se realiza, tem o direito de ter sua existência integralmente respeitada, assim como a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos".

A Constituição Política da Bolívia (2009, art. 347) faz referência ao *Buen Vivir* (Suma qamaña em língua aymara) como um dos princípios ético-morais da sociedade plural (art. 8). Também defende a proteção do meio ambiente e sanciona a prática de "crimes ambientais". No entanto, sua Carta Magna se concentra na qualidade do ambiente em função da qualidade de vida das pessoas, com uma perspectiva baseada nos direitos dos cidadãos de terceira geração. Posteriormente, foi instituída a *Ley Marco de la Madre Tierra y Desarrollo Integral para Vivir Bien*, que estabelece como princípio fundamental os "Direitos da Mãe Terra como sujeito coletivo de interesse público" (BOLÍVIA, 2012).

O *Buen Vivir* (*Sumak kawsay* em quíchua) contempla a prática da solidariedade e reciprocidade, em oposição à desigualdade e devastação causadas pelo sistema capitalista. O desafio apresentado por essa noção é a articulação entre

os Direitos Humanos e os Direitos da Natureza, tendo a defesa da vida como princípio na tomada de decisões. Sendo defensor dessa perspectiva, Alberto Acosta –economista que presidiu a Assembleia Constituinte do Equador (2007-2008) – propõe a transição para uma economia solidária e sustentável, que inclui a redução do extrativismo e o foco nas políticas locais e participativas (ACOSTA, 2015, p. 299).

Desde o final da década de 1940, diversas vozes vêm alertando sobre as consequências futuras da exploração e destruição implacáveis da natureza, inerentes à sustentação do modo de vida de alguns seres humanos e do sistema capitalista (CARSON, 1962; OSBORN, 1948; VOGT, 1948). Na década de 1970, o relatório “Os Limites do Crescimento” (MEADOWS et al., 1972) e a Conferência de Estocolmo abordaram questões relacionadas à degradação do planeta e destacaram a necessidade de sua preservação. Já no século XIX, existia a preocupação em "salvar as florestas" na Europa, que estavam sendo devastadas para geração de energia, o que impulsionou o desenvolvimento da exploração do carvão mineral e a expansão em larga escala de um tipo de indústria associada ao seu consumo.

Nenhum desses inúmeros alertas, incluindo os das populações indígenas, frequentemente silenciadas por não fazerem parte da matriz eurocêntrica de conhecimento, foi levado a sério, e agora vivemos com as consequências de décadas de luta contra a natureza. Assim, surgiram todo tipo de práticas predatórias para manter um sistema que traz benefícios econômicos apenas para alguns seres humanos e não se preocupa com os efeitos dessas práticas para o resto da natureza. Nem a chamada revolução verde e o uso maciço de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos, nem o desmatamento das florestas, nem a extração de minerais, assim como outras atividades que prejudicam a natureza como um todo, produziram os resultados prometidos, e em setenta anos passamos da era dos alertas para a era das consequências. Especificamente, a situação atual na região amazônica é uma evidência da prevalência de uma atitude exploradora contra a natureza e, dentro dos grupos humanos que habitam essa região, um desprezo pelas populações indígenas e afrodescendentes.

De acordo com Zaffaroni (2011), a confusão nas relações entre seres humanos e natureza decorre da continuidade do paradigma antropocêntrico que concedeu a alguns humanos a exclusividade dos direitos e, portanto, o direito de dominação sobre a natureza. A isso podemos adicionar um fato anterior, que é a separação entre humano/natureza, consequência do estabelecimento de uma

epistemologia dicotômica que, ao estabelecer uma oposição, promoveu uma hierarquia centrada nos corpos, criando uma norma e colocando certos corpos humanos em uma posição superior e todos os corpos dissidentes dessa norma em uma posição inferior.

Ao contrário da mentalidade de separação e domínio de alguns seres humanos sobre o restante da natureza, a proposta do *Buen Vivir* nos convida a compreender as relações de interdependência entre as espécies e a criar um mundo comum que não esteja limitado aos humanos, mas a todos os seres vivos. Relações socioambientais que devem ser pautadas por condutas éticas por parte do Estado e da sociedade civil. O *Buen Vivir* não implica a proibição do consumo de produtos naturais, mas sugere fazê-lo com cuidado e respeito, opondo-se à visão da natureza como uma entidade separada dos seres humanos e, nesse caso, apenas como uma fábrica de recursos e riquezas, que é como o capitalismo a transformou. Esse "dever ser" está presente no neoconstitucionalismo latino-americano e no ambientalismo jurídico, mas está claro que as normas não se concretizam automaticamente na realidade, sendo necessária a vontade dos seres humanos para colocá-las em prática.

A pandemia da COVID-19 evidenciou a negligência dos governos latino-americanos em relação às minorias étnicas e agravou a situação das populações indígenas e afrodescendentes, que historicamente vivem em condições de pobreza e miséria. Também permitiu observar como os governos preferem ignorar a origem da pandemia e suas possíveis causas, assim como as medidas adotadas pelos primeiros países afetados para diminuir sua propagação. Por um lado, apesar da relação estabelecida entre desmatamento e origem da COVID-19, a floresta amazônica continua sendo devastada. Por outro lado, mesmo sabendo que as comunidades indígenas e afrodescendentes seriam as mais vulneráveis e que seu cuidado exigiria distanciamento social e acompanhamento do Estado, a invasão de suas terras continuou sendo permitida, o que promoveu a disseminação da doença entre os guardiões da floresta. Para evitar que a próxima pandemia tenha origem na região amazônica, é necessário que a natureza deixe de ser considerada como um supermercado. A noção do *Buen Vivir* nos tira da lógica do consumo ilimitado e nos coloca em um cenário de auto-suficiência e autogestão.

Concluimos que impor limites ao desmatamento significa uma mudança social, ecológica e econômica profunda. Um "crescimento econômico mais

ambientalmente sustentável", como defendido pelos especialistas do Banco Mundial, não é uma proposta viável em um planeta finito; representa apenas outra versão do neoliberalismo, enfraquecido pelos efeitos econômicos e sociais da pandemia da COVID-19.

A mudança proposta pela noção do *Buen Vivir* implica valorizar os conhecimentos e práticas territoriais, incluindo aquelas que não se concentram na acumulação e reprodução do capital, mas sim respondem a outras racionalidades econômicas que permitem restaurar a preocupação com o outro e a noção de bem-estar coletivo –não limitando os conceitos de "outro" e "coletivo" à espécie humana– amplamente dissolvidos pelo discurso neoliberal, tendo como objetivo a convivência de todos os seres vivos no planeta Terra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da chegada dos conquistadores e colonizadores europeus no território amazônico, os povos indígenas já habitavam a região há milênios e desempenhavam um papel fundamental na conservação da sociobiodiversidade. A colonização da Amazônia teve um impacto significativo na região, porque tornou as florestas em centros de extração. Essa mentalidade persistiu mesmo após os processos de independência das repúblicas latino-americanas, resultando na subordinação dos territórios amazônicos como áreas periféricas e na exclusão dos povos nativos da condição de “cidadãos” dos Estados nacionais.

No século XIX, a região amazônica, por ser considerada periférica, não foi priorizada no processo de delimitação das fronteiras, mas a partir da segunda metade do século, a importância das “riquezas naturais” da floresta (quina, borracha e madeira) despertou o interesse dos Estados-Nação para exercer autoridade sobre esse território. A colonização da Amazônia colombiana e peruana para exploração da borracha resultou em processos de desapropriação territorial, violência e escravidão, levando ao etnocídio e à fragmentação das comunidades indígenas.

Além disso, desencadeou um conflito fronteiriço entre a Colômbia e o Peru (1932-1933). A partir desse período, o governo colombiano militarizou as fronteiras e incentivou a colonização como forma de manter o controle territorial. O plano econômico estatal visava estabelecer novos modelos agrícolas, promover a pecuária e explorar a flora e a fauna, que já eram valorizadas como “mercadorias” devido ao seu caráter “exótico” e às suas propriedades buscadas pelas indústrias bélica, farmacêutica e cosmética.

Consequentemente, na Amazônia existem duas visões contrastantes sobre o uso do território. Por um lado, há a perspectiva do uso racional e mercantil, em que os “recursos naturais” são explorados pelas forças do mercado global. Neste sentido, as práticas econômicas predatórias, como a mineração ilegal e o narcotráfico, estão diretamente relacionadas com a degradação ambiental na região Amazônica. Essas atividades são resultado do modelo de desenvolvimento econômico capitalista que trata a natureza como objeto de dominação e exploração. Por outro lado, os povos indígenas amazônicos procuram manter uma relação de reciprocidade com os territórios-natureza que habitam.

A política de negação das relações históricas entre os povos indígenas e as florestas teve um impacto significativo nas comunidades nativas. O projeto de colonização de Tarapacá ignorou as relações de interdependência entre os povos indígenas e seus territórios. Por consequência, a imposição de uma organização espacial focada na presença militar e na colonização resultou em rupturas sociais e mudanças nas relações de gênero e nos modos de vida locais.

A transição da economia baseada na reciprocidade para a economia mercantil capitalista afetou significativamente as práticas cotidianas das famílias, resultando em uma predominância do extrativismo intensivo. Na economia de reciprocidade, as trocas são feitas com base na abundância, na solidariedade e na cooperação, enquanto na economia mercantil as transações enfocam-se no lucro, e as pessoas procuram maximizar seu próprio interesse. Isso tem levado a uma maior competição e individualismo, em detrimento da economia solidária.

Desde a segunda metade do século XIX e durante o século XX, ocorreram diversos ciclos extrativistas que atenderam às demandas do mercado internacional. O primeiro deles foi o da extração da quina, seguido pela exploração da borracha, e com a queda do preço da borracha, intensificaram-se a extração de madeira e a caça de animais. Paralelamente, a indústria pesqueira também se fortaleceu. A partir da década de 1970, a extração de madeira na região passou a estar associada ao narcotráfico nas margens do rio Putumayo/Içá.

As mulheres amazônicas trabalharam em todas essas atividades econômicas, além de fazer os trabalhos domésticos e de cuidados. No entanto, nem sempre sua contribuição é valorizada e reconhecida. Com a chegada de grupos armados e a expansão dos cultivos ilícitos houve um aumento da mineração ilegal, e o estabelecimento de novas formas de controle territorial por parte desses grupos impediu a livre circulação dos moradores locais e intensificou as violências contra as mulheres.

Uma análise retrospectiva dos últimos três séculos da história dos povos indígenas que habitam a tríplice fronteira entre o Brasil, o Peru e a Colômbia, revela um passado marcado pela violência, etnocídio, deslocamento forçado e discriminação. No entanto, essa história também demonstra as capacidades de resistência e resiliência desses povos para transformar suas realidades sociais.

Desde a década de 2000, houve um aumento no aproveitamento dos recursos florestais não-madeireiros. Essa iniciativa, apoiada por programas

governamentais e empresas privadas, buscou alternativas econômicas que promovessem a sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, as mulheres indígenas e mestiças desempenham um papel importante na economia de Tarapacá, incluindo a horticultura, o manejo florestal e a transformação de produtos florestais não-madeireiros.

Ao refletir nas relações sociais históricas, desde a conquista e a colonização, passando pelos diferentes ciclos extrativos da Amazônia, constatei uma regularidade nas relações desiguais de gênero, onde as mulheres indígenas são subordinadas aos homens. Essa assimetria é observável, até hoje, na interação social nos espaços de tomada de decisão. No entanto, enfatizo as formas pelas quais as mulheres amazônicas perseveraram nos seus diversos trabalhos para sustentar todas as formas de vida.

As mulheres indígenas da Amazônia estão ligadas à natureza, pois dependem dela nas suas práticas cotidianas, mas também estão profundamente empenhadas em sua preservação, estabelecendo relações de reciprocidade com o entorno ambiental. Aquelas que conseguem ocupar posições de liderança política em suas comunidades e representá-las nos âmbitos local, nacional e internacional, adotam uma perspectiva de gênero em defesa dos corpos-territórios.

Além desta pesquisa, há uma necessidade de fazer outras investigações que conectem a história ambiental dos territórios amazônicos com uma abordagem interseccional, a fim de proporcionar novas compreensões sobre as complexas relações de gênero e socioambientais que se entrelaçam na região.

Um elemento essencial nessas interações é a cultura das *chagras*, que serve como alicerce do trabalho das mulheres indígenas na Amazônia. Durante o auge da exploração da borracha, as mulheres desempenharam um papel crucial nas *chagras* para sustentar os povos indígenas. Após o deslocamento forçado provocado pelo sistema escravocrata nas seringueiras, essa prática permitiu um novo começo em outros territórios, incluindo Tarapacá. Além disso, as *chagras* marcaram uma forma de organização espacial e de soberania e segurança alimentaria.

Durante os ciclos extrativistas, enquanto os homens indígenas são convocados para trabalhar longe da aldeia, na coleta da borracha, na exploração da madeira e na caça de animais selvagens, as mulheres indígenas têm persistido na prática de cultivar as *chagras*. Muitas vezes, elas colaboram com seus familiares,

envolvendo-se em atividades extrativas enquanto cuidam dos afazeres domésticos e das responsabilidades de cuidados. O cultivo e a manutenção das *chagras* são práticas cotidianas que garantem seu sustento, mesmo quando outros “recursos florestais” são reduzidos.

Além de fornecer um espaço social significativo para compartilhar conhecimentos e tradições, as *chagras* também desempenham um papel importante na construção da identidade cultural e no desenvolvimento de um senso de pertencimento ao território. Através dessa tradição ancestral, as comunidades nativas criaram paisagens produtivos e sustentáveis e desenvolveram modos de vida próprios.

Devido ao seu constante contato com o entorno ambiental e seu papel como cuidadoras da família, as mulheres são as primeiras a sofrer as consequências das mudanças ambientais, tendo que redobrar seus esforços e percorrer distâncias maiores quando os alimentos escasseiam. Caminhar pela floresta e utilizar as plantas alimentícias e medicinais faz parte de seu modo de vida. Por consequência, os conhecimentos e as experiências delas são relevantes em processos de regeneração ambiental e mitigação da mudança climática.

No entanto, os vínculos tradicionais e afetivos com este território amazônico estão mudando, pois, as famílias em Tarapacá não conseguem suprir suas necessidades básicas e precisam migrar para as cidades em busca de acesso a oportunidades de emprego, educação e serviços de saúde especializados. Os/as jovens são os/as mais propensos/as a deixar o território rural. Embora mais da metade da população de Tarapacá (57%) esteja em idade de trabalhar, a longo prazo, o processo de migração rural-urbana pode ocasionar o envelhecimento da população e a diminuição da força de trabalho para manter as *chagras*, acarretando novos desafios para a cultura local.

Para reverter essa situação, é necessário combater as causas estruturais da pobreza. Para tanto, o Estado colombiano pode, por exemplo, fortalecer os processos de planejamento territorial chegando a um acordo com a população local sobre investimentos em saúde, educação e geração de empregos. Além disso, é preciso melhorar a infraestrutura do distrito, fortalecer as cadeias de comercialização, facilitar a transferência de tecnologia, garantir acesso à terra e a oportunidades de crédito como incentivos para que as pessoas continuem trabalhando no território rural. Essas medidas também podem desacelerar a

tendência dos jovens de se envolverem em economias ilícitas como o narcotráfico e a mineração de ouro nos rios.

Diante desse panorama desafiador, a persistência das mulheres e homens que trabalham nas *chagras* em Tarapacá pode ser vista como uma forma de resistência e defesa dos territórios-natureza contra a expansão de práticas ilícitas que causam danos ambientais por meio do desmatamento e do uso de substâncias tóxicas, bem como rupturas no tecido social. Esses danos podem levar muito tempo para serem reparados.

As mulheres desempenham um papel fundamental no manejo florestal e nas atividades produtivas e reprodutivas relacionadas à alimentação, cura, sustento familiar e conservação da sociobiodiversidade. No entanto, esse trabalho muitas vezes é invisibilizado e realizado em condições precárias, sem remuneração adequada. Para responder a esta problemática, um grupo de mulheres se articulou e criou a Associação de Mulheres Comunitárias de Tarapacá (ASMUCOTAR), buscando autonomia na tomada de decisões e gestão de recursos.

Na esfera política mais ampla, as mulheres amazônicas, normalmente, enfrentam a oposição de seus cônjuges para ocupar cargos de liderança e têm que trabalhar mais para cumprir as funções domésticas e de cuidado enquanto desempenham seus papéis como representantes das comunidades. Vale a pena destacar que as mulheres que ocupam cargos de liderança nas associações indígenas e produtivas colocam como prioridade nas suas agendas de trabalho as ações relacionadas com a ética do cuidado e a sustentabilidade da vida, e elas motivam às outras a se empoderarem como agentes de transformação social.

Os relatos das mulheres entrevistadas combinam as memórias históricas das lutas dos seus povos, do processo de adaptação às condições políticas, sociais, econômicas e ambientais e dos sucessos que obtiveram com muito esforço. Sua perspectiva sobre a gestão territorial e a conservação ambiental se baseia nos conhecimentos tradicionais e nas práticas culturais desenvolvidas ao longo da sua história de interação com os territórios-natureza.

Um diálogo de saberes com os povos indígenas que sustentam a floresta amazônica há milhares de anos pode oferecer caminhos alternativos para enfrentar as crises sociais, ecológicas, políticas e de saúde causadas por grilagem de terras, colonização não regulamentada, construção de estradas, expansão do agronegócio, narcotráfico, mineração e extração de hidrocarbonetos. Esses fatores levaram à

devastação de milhões de hectares de cobertura florestal e ameaçam a sociobiodiversidade da região.

A floresta amazônica é um bioma insubstituível, fornecendo serviços ambientais essenciais como regulação do clima, sequestro de carbono e recursos de água doce. Sua imensa biodiversidade é de importância global. Por todas estas razões, é preciso desenvolver ações urgentes para proteger as águas e as florestas e seus serviços ecossistêmicos para o planeta.

Os esforços de conservação na Amazônia devem se concentrar na redução do desmatamento, promoção de práticas sustentáveis e reconhecimento da interação entre a diversidade sociocultural e a biodiversidade. A preservação da floresta não só garante a sobrevivência das espécies, mas também regula a propagação de vírus endêmicos. Neste sentido, a noção do *Buen Vivir* surge como uma alternativa ao modelo colonial capitalista e assinala uma mudança para uma visão de mundo centrada na adoção de práticas sustentáveis e inclusivas que priorizem o bem-estar tanto de seres humanos quanto de não humanos e a preservação do bioma amazônico.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. El Coronavirus en los tiempos del Ecuador. **Análisis Carolina**. España: Fundación Carolina, p. 1-19, 2020. Disponível em:

<https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2020/04/AC-23.-2020.pdf>.

Acesso em: 25 abr. 2021.

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo: algunas reflexiones económicas y no tan económicas. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 52, n. 2, p. 299-330, 2015. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/poso/article/view/45203>

Acesso em: 26 abr. 2021.

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir, una oportunidad por construir. **Ecuador Debate**, Quito, n. 75, p. 33-48, dez. 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10469/4162>

Acesso em: 26 abr. 2021.

AFELT, Aneta; FRUTOS, Roger; DEVAUX, Christian. Bats, coronaviruses, and deforestation: toward the emergence of novel infectious diseases? **Frontiers in microbiology**, [Lausana], v. 9, artículo 702, p. 1-5, 2018.

AGUIRRE-NEIRA, Juan Carlos. **Diversidade e conhecimento local associado de camu-camu [Myrciaria dubia (Kunth) McVaugh] de povos indígenas na Amazônia Colombiana**. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais), Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 2020.

AGARWAL, Bina. El debate sobre género y medio ambiente: lecciones de la India. In: VÁZQUEZ, Verónica; VELÁZQUEZ, Margarita (eds.). **Miradas al futuro: Hacia la construcción de sociedades sustentables con equidad de género**. México D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, p. 239-285, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2ª Edição, 2004.

ANTHONY, Simon; *et al*, Tracey. Global patterns in coronavirus diversity. **Virus evolution**, Oxford, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2017.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas** [online]. v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005,. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015> Acesso em: 21 mar. 2023.

ARELLANO-LÓPEZ, F. Sonia. **Trade-offs for Indigenous women from greater economic opportunity and expanded political roles**. Binghamton: Binghamton University. 2002. Inédito.

ARIAS, María de los Ángeles. Otra mirada para la otra economía: cuando el lente nos llega desde los otros feminismos. **Revista Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina**, v. 8, n. 3, Epub, 2020.

ATEHORTÚA, Adolfo. **La increíble y triste historia de la cándida Leticia y sus abuelos desarmados**. Bogotá: Ediciones Aurora, Universidad Pedagógica Nacional, 2020.

BAPTISTE, Luis Guillermo; et al. Fauna silvestre de Colombia: Historia económica y social de un proceso de marginalización. *In*: ULLOA, A. (ed.) **Rostros culturales de la fauna**. Las relaciones entre los humanos y los animales en el contexto colombiano. Instituto Colombiano de Antropología e Historia – ICANH: Bogotá, p. 295 – 340, 2002.

BARCELONA, Frei Fidel de. Correría misional de Tarapacá al río Amazonas. **Mirador Amazónico**. Año II. No. 2. Bogotá: Prefectura Apostólica de Leticia, p. 30-33, 1954.

BELAUNDE, Luisa. La deforestación en el mosaico de los cambios que afectan las relaciones de género entre los pueblos amazónicos. *In*: SILVA, Rocío (ed.). **Mujeres indígenas frente al cambio climático**. Lima: Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, p. 91-123, 2019.

BOCAREJO, Diana; ARAUJO, Caridad; ALBERTOS, Carmen. **Brechas y desafíos socioeconómicos de los pueblos indígenas de América Latina**: retos para el desarrollo con identidad. Banco Interamericano de Desarrollo, 2021.

BROUWER, Roy, et al. The economic value of the Brazilian Amazon rainforest ecosystem services: A meta-analysis of the Brazilian literature. **PloS one**, v. 17, n. 5, e0268425, 2022.

CABNAL, Lorena. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitario. Catalunya: ACSUR-Las Segovias, 2010.

CALVINO, Juan. Institución de la religión cristiana. Barcelona: Fundación Editorial de Literatura Reformada, v. 1, 1999.

CAMACHO, Carlos. Historia narrativa de la toma y ocupación peruana de Leticia (Colombia, río Amazonas, septiembre de 1932). **Historelo. Revista de Historia regional y local**, v. 8, n. 15, p. 335-368, 2016.

CARSON, Rachel. **Silent spring**. [Boston]: Houghton Mifflin Harcourt, 1962.

CARTAGENA. Alberto de. Porvenir Comercial en el Amazonas. **Mirador Amazónico**. Año 3. No. 8. Bogotá: Procura del Amazonas, p. 17-19, 1955.

CARVAJAL, Abel. **Contextualización del corregimiento de Tarapacá e historia y datos geográficos de la prefectura del departamento del Amazonas**. [s.l.]. Documento inédito, 2016.

CARVALHO Ribeiro, Sónia *et al.* Non-Timber forest products (NTFP) in the Brazilian Amazon and Cerrado biomes: multi scale governance for Implementing enhanced

socio-biodiversity chains. **Sustainability in Debate/Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 42-61, 2020.

CASEMENT, Roger. *et al.* **Libro Azul Británico**: Informes de Roger Casement y otras cartas sobre las atrocidades en el Putumayo [1912]. Traducción de Luisa Elvira Belaunde. Lima: CAAAP-IWGIA, 2011.

CEPAL- Comisión Económica para la América Latina y el Caribe. **Población sin ingresos propios por sexo**. [s.l.]: CEPAL, 2021. Disponible em: <https://oig.cepal.org/es/indicadores/poblacion-sin-ingresos-propios-sexo>. Acceso em: 2 abr. 2023.

CHIRIF, Alberto; CORNEJO, Manuel. (Eds.). **Imaginario e imágenes de la época del caucho: Los sucesos del Putumayo**. Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica (CAAAP), 2009.

CHIRIF, Alberto. *et al.* **Álbum de fotografías**: viaje de la Comisión Consular al río Putumayo y afluentes: agosto a octubre de 1912. Lima: Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica (CAAAP), 2013.

CHOLANGO, Humberto. Sumak Kawsay y mundo indígena. In: HIDALGO-CAPITÁN, Antonio; GUILLÉN, Alejandro.; DELEG, Nancy (eds.). **Sumak Kawsay Yuyay**: antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay. [Huelva]: Universidad de Huelva; [Cuenca]: Universidad de Cuenca, p. 237-243, 2014.

CIMTAR-Asociación Cabildo Indígena Mayor de Tarapacá. **Ordenamiento ambiental del Resguardo Indígena Cotuhé Putumayo**. Nañè Ærù Mau. Comunidad Ventura. Parte 1: Historia y demografía. Tarapacá: Parques Nacionales Naturales de Colombia/ Amazon Conservation Team, 2020.

CLEARY, David. Towards an environmental history of the Amazon: from prehistory to the nineteenth century. **Latin American Research Review**, v. 36, n. 2, p. 65-96, 2001.

CLEMENT, Charles, et al. The domestication of Amazonia before European conquest. **Proc. R. Soc. B**, v. 282, n. 20150813, p. 1-9, 2015.

CNMH- Centro Nacional de Memoria Histórica. **El Placer. Mujeres, coca y guerra en el Bajo Putumayo**. Bogotá: Centro Nacional de Memoria Histórica, 2012. Disponible em: <https://centrodememoriahistorica.gov.co/wp-content/uploads/2020/10/EI-Placer-2020-web.pdf> Acceso em: abril 2 de 2023.

COMISIÓN DE LA VERDAD. **Hay futuro si hay verdad**: Informe Final de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición. Primera edición. Tomo 8: No es un mal menor: niñas, niños y adolescentes en el conflicto armado. Bogotá: Comisión de la Verdad, 2022.

CORPOAMAZONIA- Corporación para el Desarrollo Sostenible del Sur de la Amazonía. **Resolución 0110 de 12 de febrero de 2015**. "Por medio de la cual se establece la veda del aprovechamiento del Cedro [...]". [Mocoa]: CORPOAMAZONIA.

Disponível em:

[http://www.corpoamazonia.gov.co:85/resoluciones/uploadFiles/2015\\_DRG\\_0110.pdf](http://www.corpoamazonia.gov.co:85/resoluciones/uploadFiles/2015_DRG_0110.pdf).

Acesso em: 03 set. 2022.

COSTA, Francisco, et al. Uma bioeconomia inovadora para a Amazônia: conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma floresta tropical. **Texto para Discussão**. São Paulo, Brasil: WRI Brasil, p. 1-21, 2022. Disponível em: [https://www.wribrasil.org.br/sites/default/files/2022-07/NEA-BR\\_Bioeconomia\\_PT.pdf](https://www.wribrasil.org.br/sites/default/files/2022-07/NEA-BR_Bioeconomia_PT.pdf). Acesso em: 09 jan. 2023.

CRUZ, Tereza Almeida. **Um estudo comparado das relações ambientais das mulheres da floresta do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola) 1980 – 2010**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Brasil, 2012.

CUERVO, Ivón Natalia; NODARI, Eunice; GRISOTTI, Marcia; VERNAL, Javier. Por una Panamazonía viva y saludable: la perspectiva del Buen Vivir. **PerCursos**, Florianópolis, v. 3, n. 53, p. 37- 67, set./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/21820/15107>. Acesso em: 29 dez. 2022.

CUERVO-FERNÁNDEZ, Ivón Natalia. **Jovens rurais e seus vínculos com El Garzal**, um território colombiano em conflito. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC, Brasil, 2017.

CUESTA, Irina; MAZZOLDI, Gélica; DURÁN, Aura. **Mujeres y la economía cocalera en el Putumayo**. Bogotá: ONU MUJERES/ Fundación Ideas para la Paz-FIP, 2017.

DENEVAN, William M. Estimating amazonian indian numbers in 1492. **Journal of Latin American Geography**, University of Texas Press, p. 207-221, 2014.

DE CERTEAU, Michael. **La invención de lo cotidiano**: Artes de hacer, v. 1, Oficio de la historia. México: Universidad Iberoamericana, 1990.

DE LA CRUZ, Pablo Emilio. **Ferías de Chagras en la Amazonia Colombiana**, contribuciones a los conocimientos tradicionales y al intercambio de productos de las asociaciones indígenas y de mujeres de Tarapacá. Dissertação (Mestrado em Ciências em Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural) - El Colegio de la Frontera Sur, San Cristóbal de las Casas, 2015. Disponível em: <http://ecosur.repositorioinstitucional.mx/jspui/handle/1017/1413>. Acesso em: 6 maio 2022.

ECHEVERRI, Juan Álvaro. ¿De Chagrera a Secretaria? Balance de algunas acciones en etnoeducación en el Amazonas Colombiano. *In*: BERTELY, María; GASCHÉ, Jorge; PODESTÁ, Rossana (coord.). **Educando en la diversidad cultural**. Quito: Ediciones Abya-Yala, p. 135-165, 2008.

ECHEVERRI, Juan Álvaro. Canasto de vida y canasto de las tinieblas: memoria indígena del tiempo del caucho. In: CORREA, F.; CHAUMEIL, J.P.; PINEDA, R. (Eds.), **El aliento de la memoria: Antropología e historia en la Amazonia**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Instituto Francés de Estudios Andinos (IFEA); Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), p. 471–484, 2013.

ELLWANGER, Henrique *et al.* Beyond diversity loss and climate change: Impacts of Amazon deforestation on infectious diseases and public health. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, [Rio de Janeiro], v. 92, n. 1, p. 1-33, 2020.

FAO- Organización de las Naciones Unidas para Agricultura y la Alimentación; PNUMA- Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. **El estado de los bosques del mundo 2020: los bosques, la biodiversidad y las personas**. Roma: ONU, 2020. Disponible em: <https://www.fao.org/3/ca8642es/ca8642es.pdf>. Acceso em: 13 out. 2021.

FENZL, Norbert. Integración de la Amazonia: desafíos, obstáculos y perspectivas. In: ECHEVERRI, Juan Álvaro *et al.* **Amazonia colombiana: imaginarios y realidades**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, p. 27-35, 2010.

FERREIRA, Maria Julia *et al.* Indigenous and Traditional Management Creates and Maintains the Diversity of Ecosystems of South American Tropical Savannas. **Frontiers in Environmental Science**, v. 10, 2022. doi: 10.3389/fenvs.2022.809404. Disponible em: <https://frontiersin.org/articles/10.3389/fenvs.2022.809404/full>. Acceso em: 18 mar. 2023.

FERRO, Alfredo *et al.* **¿Por qué fracasan la mayoría de los proyectos socio-económico productivos en la triple frontera amazónica: Brasil, Colombia, Perú?**. Bogotá: Bubok Publishing, 2018.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalism: A conversation in critical theory**. Medford, MA: Polity, 2018.

GARCÍA-JORDÁN, Pilar. En el corazón de las tinieblas... del Putumayo, 1890-1932. Fronteras, caucho, mano de obra indígena y misiones católicas en la nacionalización de la Amazonía. **Revista de Indias**, 2001, vol. 61, n. 223, p. 591-617, 2001.

GASCHÉ, Jorge. **Crítica de proyectos y proyectos críticos de desarrollo**. Una reflexión latinoamericana con énfasis en la Amazonía. Iquitos: Instituto de Investigaciones de la Amazonia Peruana – IIAP, 2004.

GOULARD, Jean-Pierre. Los Ticuna. In: **Guía Etnográfica de la Alta Amazonía**. Quito: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales-FLACSO, p. 309-354, 1994.

GRISOTTI, Marcia; MORAN, Emilio. Os novos desafios do desenvolvimento na região amazônica. *Civitas*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-4, enero/abr. 2020.

GUDYNAS, Eduardo. Tensiones, contradicciones y oportunidades de la dimensión ambiental del Buen Vivir. In: FARAH, Ivonne; VASAPOLLO, Luciano (org.). **Vivir bien: ¿Paradigma no capitalista?** [La Paz]: CIDES-UMSA, p. 231-246, 2011.

GUÉRIN, Isabelle; HILLENKAMP, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. Social Reproduction: A Key Issue for Feminist Solidarity Economy. *In*: VERSCHUUR, C., GUÉRIN, I., HILLENKAMP, I. (Eds.) **Social Reproduction, Solidarity Economy, Feminisms and Democracy**. Gender, Development and Social Change. Londres: Palgrave Macmillan, p. 7-29, 2021.

GUHL-NANNETI, Ernesto. **Antropoceno: la huella humana**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2022.

HARDENBURG, Walter. **The Putumayo, The Devil's Paradise**. Travels in the Peruvian Amazon Region and an Account of the Atrocities Committed upon the Indians Therein. E-Book. Project Gutenberg. 2014 [1912]. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/45204/45204-h/45204-h.htm>. Acesso em: 30 ago. 2022.

HERNÁNDEZ, Arturo. **Sangama**. Novela de la selva amazónica. Lima: Juan Mejía Baca & P. L. Villanueva. 1942.

HERRERA, María Carolina *et al.* Historia cultural y de poblamiento de la región del bajo Putumayo-Yaguas-Cotuhé. *In*: JARRETT, Christopher, *et al.* (eds). **Colombia, Perú: Bajo Putumayo-Yaguas-Cotuhé**. Rapid Biological and Social Inventories Report 31. Field Museum, Chicago, p. 179-191, 2021.

HERRERA, María Clemencia; DUARTE, Claudia. Reflexiones sobre la participación política de las mujeres indígenas amazónicas en Colombia. *In*: ULLOA, Astric. **Mujeres indígenas haciendo, investigando y reescribiendo lo político en América Latina**, p. 265-290, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.

HOUTART, François. El concepto de Sumak Kawsay (buen vivir) y su correspondencia con el bien común de la humanidad. **Revista de Filosofía (Venezuela)**, Zulia, v. 69, n. 3, p. 7-33, 2011.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Impacto do desmatamento sobre a incidência de doenças na Amazônia**. Brasília: IPEA, 2015.

KELLY, Terra *et al.* PREDICT Consortium; MAZET, Jonna. Implementing One Health approaches to confront emerging and re-emerging zoonotic disease threats: lessons from PREDICT. **One Health Outlook**, [California], v. 2, n. 1, p. 1-7, 2020.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história: as tramas da representação fotográfica. **Projeto História**, São Paulo, v. 70, p. 9-35, jan-abr., 2021.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KUIRU, Fany. **La fuerza de la manicuera**: Acciones de resistencia de las mujeres Uitoto de La Chorrera-Amazonas, durante la explotación del caucho - Casa Arana. Dissertação (Mestrado em Estudos Políticos e Internacionais). Universidad del Rosario, Bogotá, 2019. Disponível em: <http://repository.urosario.edu.co/handle/10336/19447>. Acesso em: 6 abr. 2022.

LANGDON, Esther Jean. Mulheres na ideologia e na vida cotidiana dos Siona. *In*: Trabalho, ideologia e saúde da mulher. **Boletim de Ciências Sociais**, n. 45, p. 20-31, 1987.

LAPOLA, David. Futuras pandemias poderão começar no Brasil. Folha de São Paulo, São Paulo, 6 maio 2020. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/05/futuras-pandemias-poderao-comecar-no-brasil.shtml?fbclid=IwAR3QRrz1HNoMO\\_zclp-vtoHp5vmLL7-TbnAxZAKZdqBwif\\_Go7oKpkvDQ-I](https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/05/futuras-pandemias-poderao-comecar-no-brasil.shtml?fbclid=IwAR3QRrz1HNoMO_zclp-vtoHp5vmLL7-TbnAxZAKZdqBwif_Go7oKpkvDQ-I). Acesso em: 6 maio 2020.

LASPRILLA, Victoria. **Chagras y mujeres indígenas**: significado y función del trabajo femenino en la comunidad indígena Ticuna San Sebastián de los Lagos. Dissertação (Mestrado em Estudos Amazônicos). Instituto Amazônico de Investigaciones (IMANI), Universidad Nacional de Colombia, 2009.

LEACH, Melissa; GREEN, Cathy. Gender and environmental history: from representation of women and nature to gender analysis of ecology and politics. **Environment and History**, v. 3, n. 3, p. 343-370, 1997.

LEAL, Cláudia. Selvas: amenazantes y amenazadas. *In*: LEAL, Cláudia; SOLURI, Jhon, PÁDUA, José Augusto. (edits.) **Un pasado vivo**: Dos siglos de historia ambiental latinoamericana, Bogotá: FCE, Universidad de los Andes, 2019. p. 127-149.

LEINIUS, Johanna. Articulating Body, Territory, and the Defence of Life: The Politics of Strategic Equivalencing between Women in anti-Mining Movements and the Feminist Movement in Peru. *Bulletin of Latin American Research*, v. 40, n. 2, p. 204-219, 2021.

LEÓN, Magdalena. Cambiar la economía para cambiar la vida. *In*: ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza. **El buen vivir**: una vía para el desarrollo. Quito: Ediciones Abya-Yala, p. 63-74, 2009.

LEVIS, Carolina. **Domestication of Amazonian Forests**. Tese (Doutorado em Ecologia) Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/ Wageningen University & Research. Wageningen, 2018. DOI <https://doi.org/10.18174/448424> Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/2561872295?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true>

LEVIS, Carolina; LOPES, Isabelle; MOUTINHO, Paulo. O futuro da Amazônia e seus povos diante da maior crise ambiental e sanitária deste século. *In*: SANTOS, Ronaldo; POCHMANN, Marcio. **Brasil pós-pandemia**: reflexões e propostas. São Paulo: Alexa Cultural, p. 211-234, 2020.

LITTLE, Paul. Desenvolvimento territorial sustentável: desafios e potencialidades para o século XXI. In: **Guaju**, Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Matinhos, v.1, n.2, p. 127-143, jul./dez. 2015. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/45039>. Acesso em: 13 abr. 2020.

LOPES, Elaine *et al.* Mapping the socio-ecology of Non Timber Forest Products (NTFP) extraction in the Brazilian Amazon: the case of açai (*euterpe precatoria mart*) in Acre. **Landscape and Urban Planning**, [s.l.], v. 188, p. 110-117, 2019.

LÓPEZ, Claudia. Los Ticuna frente a los procesos de nacionalización en la frontera entre Brasil, Colombia y Perú. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 38, p. 77-104, 2002. Disponível em: <https://revistas.icanh.gov.co/index.php/rca/article/view/1256>. Acesso em: 25 fev. 2022.

LOS JÓVENES rurales en Colombia. **RIMISP**-Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, [Santiago de Chile], 3 set. 2018. Disponível em: <https://www.rimisp.org/noticia/las-jovenes-rurales-en-colombia/>. Acesso em: 25 set. 2022.

LOVEJOY, Thomas; NOBRE, Carlos. Amazon tipping point. **Science Advances**, [Washington, DC], v. 4, n. 2, eaat2340, Fev. 2018.

MAHECHA, D. **Del mito de la invisibilidad femenina la complementariedad**: Representaciones de lo femenino en la Amazonia Colombiana. Documento de trabajo. Universidad Nacional de Colombia, Sede Amazonía, Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI), p. 1-13, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/11864>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. **Teoría descolonial**, [s.l.], 2007, p. 127-167. Disponível em: <http://ww.decolonialtranslation.com/espanol/maldonado-colonialidad-del-ser.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

MEADOWS, Donella *et al.* **The limits to growth**. New York: Universe Books, 1972.

MERCHANT, Carolyn. **The Death of Nature**: Women, Ecology, and the Scientific Revolution. San Francisco: Harper & Row, 1980.

MONARES, Andrés. Modernidad y crisis ambiental: en torno al fundamento de la relación naturaleza-ser humano en occidente. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, [Valdivia], n. 3, p. 31-42, 1999.

MORAN, Emílio. **A Ecología Humana das Populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MORGAN, Ruth; COOK, Margaret. "Gender, Environment and History: New Methods and Approaches in Environmental History." **International Review of Environmental History**, v. 7, n. 1, p. 5-19, 2021.

OJEDA, Diana. Género, naturaliza y política: los estudios sobre género y medio ambiente. HALAC, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, set. 2011-fev. 2012, p. 55-73.

OLIVEIRA, Maria.; Schwartz, Gustavo. Açai—*Euterpe oleracea*. In: **Exotic Fruits Reference Guide**; Rodrigues, Sueli, Silva, Ebenezer, Brito, Edy, (Eds.); Elsevier, Academic Press: Cambridge, MA, USA, 2018.

OSBORN, Fairfield. **Our plundered planet**. Boston: Little, Brown and Company, 1948.

OTZEN, Tamara; MANTEROLA, Carlos. Técnicas de Muestreo sobre una Población a Estudio. **International Journal of Morphology**, v. 35, n. 1, p. 227-232, 2017.

PALACIO, German; NIETO, Juana Valentina. Mujeres Indígenas, Globalización, Alimentos y Políticas Sociales en el Trapecio Amazónico. **Mundo Amazónico**, [s. l.], v. 4, p. 77–116, 2013. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/35608>. Acesso em: 2 set. 2022.

PANTEVIS, Yohana; PALACIO, Germán. Ciudades amazónicas intermedias, pesca y fronteras. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 3, p. 25-50, set-dez 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4012> Acesso em: 8 jul. 2019.

PANTEVIS, Yohana. Construyendo la historia ambiental de Leticia a través de la pesca. Dissertação (Mestrado em Estudos Amazônicos). Universidad Nacional de Colombia, Leticia, 2013.

PELUSO, Nancy Lee. “Traditions” of Forest Control in Java: Implications for Social Forestry and Sustainability. **Natural Resources Journal**, v. 32, p. 883-918, 1992. Disponível em: [https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&handle=hein.journals/narj32&id=936&men\\_tab=srchresults](https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&handle=hein.journals/narj32&id=936&men_tab=srchresults). Acesso em: 3 mar. 2023.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the Mastery of Nature**. London: Routledge, 2002.

PNUMA/ OTCA. Perspectivas do Meio Ambiente na Amazônia. **GEO AMAZÔNIA**. Ciudad de Panamá: Centro de Investigación de la Universidad del Pacífico, 2008.

PROAmazonía- Programa Integral Amazónico de Conservación de Bosques y Producción Sostenible. **Diagnóstico de la situación de las mujeres amazónicas**. Quito: Ministerio del Ambiente/ Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2019.

PUENTES, Pilar. Colombia: los incendios de enero en la Amazonía superan las cifras para este mes en los últimos 10 años. **Mongabay**, [California], 2 fev. 2022. Disponível em: <https://es.mongabay.com/2022/02/colombia-incendios-de-enero-en->

[amazonia-superan-las-cifras-para-ese-mes-en-los-ultimos-10-anos/](#). Acceso em: 1 mar. 2022.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Inmanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world. **International Social Science Journal**, [s./], v. 44, n. 4, p. 549-557, 1992.

QUIROGA, Ignacio. **El infierno verde**. Cuentos de terror selvático. Madrid: Mishkin Ediciones. 2019.

RAISG lanza la colección 2.0 de MapBiomias Amazonía: nueva colección presenta mapas anuales de cobertura y uso del suelo de toda la Amazonía, de 1985 a 2018. **RAISG**, [s./], 2 jul. 2020. Disponible em: <https://www.raisg.org/es/radar/raisg-y-mapbiomas-lanzan-la-coleccion-2-0-de-mapbiomas-amazonia/>. Acceso em: 17 fev. 2021.

REPORTE FCDS: deforestación Amazonia colombiana 2020. Fundación para la Conservación y Desarrollo Sostenible. **FCDS**, [s./], mayo. 2020. Disponible em: <https://fcds.org.co/publicaciones/reporte-fcgs-deforestacion-amazonia-colombiana-2020/>. Acceso em: 12 jun. 2020.

RIAÑO-UMBARILA, Elizabeth. **Organizando su espacio, construyendo su territorio**: transformaciones de los asentamientos Ticuna en la ribera del Amazonas Colombiano. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, 2003.

RINCÓN, Harold. Tarapacá: Un asentamiento producto de la presencia peruana en la Amazonía Colombiana. **Maguaré**. Revista Del Departamento de Antropología. Facultad de Ciencias Humanas. Universidad Nacional de Colombia, v. 19, p. 132-145, 2005.

RIVERA, José Eustasio. **La Vorágine**. 1ª Ed. Bogotá: Cromos, 1924.

ROJAS, Allison. **Mujeres amazónicas, fronteras y visualidad**. La Guerra Colombo-peruana y las narrativas en disputa. Dissertação (Mestrado em História e Teoria da Arte). Universidad Nacional de Colombia. 2022.

ROSSI, Maria. Reflexões sobre gênero e etnicidade nos cenários e repertórios de participação política no Vaupés colombiano. **Horiz. Antropol.**, Porto Alegre, ano 26, n. 58, set./dez., p. 319-347, 2020.

RSB- Royal Society of Biology. **Response from the Royal Society of Biology to the BEIS Bioeconomy consultation**. Work document, jan. 2017. Disponible em: [https://www.rsb.org.uk/images/RSB\\_response\\_to\\_the\\_BEIS\\_Bioeconomy\\_consultation\\_Final\\_response.pdf](https://www.rsb.org.uk/images/RSB_response_to_the_BEIS_Bioeconomy_consultation_Final_response.pdf). Acceso em: 21 mar. 2023.

SALAZAR, Carlos *et al.* **Minería**: Impactos sociales en la Amazonia. Bogotá: Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas-SINCHI, 2019.

SANABRIA, Catalina ¿Cuánto se deforestó en Colombia en el 2021?: la Amazonía sigue siendo la más afectada. **Mongabay**, [California], 26 jul. 2022. Disponible em: <https://es.mongabay.com/2022/07/cuanto-se-deforestó-en-colombia-en-el-2021/>.

Acesso em: 2 ago. 2022.

SÁNCHEZ, Johana. Fany Kuiru, lideresa de colectivo indígena amazónico, cree que las mujeres pueden unificarlo y fortalecerlo. **Boletín**. [s.l.]: Global Voices, [s.p.], 27 mar. 2023. Disponível em: <https://es.globalvoices.org/2023/03/27/fany-kuiru-lideresa-de-colectivo-indigena-amazonico-cree-que-las-mujeres-pueden-unificarlo-y-fortalecerlo/> Acesso em: 18 abril 2023.

SÁNCHEZ, Luis. Ecoturismo en la construcción de paz en Colombia: acuerdo de paz, conflictividad y justicia ambiental. **Via Tourism Review** [en línea], [s.l.], v. 15, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/viatourism/3649>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SANTOS, Eduardo. Ministro de Relações Exteriores da Colômbia. **Carta** ao Frei Gaspar de Pinell, Vigário Apostólico de Caquetá. Arquivo Histórico da *Universidad Nacional de Colombia, Fondo General Luis Felipe Acevedo*, caixa 6, pasta 15, f. 2917, 1930.

SANTOS, Milton. "O retorno do território". **OSAL - Observatorio Social de América Latina**, v. 6, n. 16, p. 255-261, jun. 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção**. 4. Ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: A formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, jun. 1977.

SASSEN, Saskia. When Territory Deborders Territoriality. **Territory, Politics, Governance**, v. 1, n.1, p. 21-45, 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21622671.2013.769895>. Acesso em: 15 mar. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul.-dez. 1995, p. 71-99.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione; LAGO, Mara; RAMOS, Tânia (Orgs.). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. Disponível em: [https://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan\\_Scott-Experiencia.pdf](https://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scott-Experiencia.pdf). Acesso em: 19 jul. 2022.

SEÑAL MEMORIA. **Audios para despertar los recuerdos del etnocidio de la Casa Arana**. Archivo Sonoro. Bogotá: Sistema de Medios Públicos, 2012. Disponível em: <https://www.senalmemoria.co/articulos/audios-para-despertar-los-recuerdos-del-etnocidio-de-la-casa-arana>. Acesso em: 12 set. 2019.

SHELLER, Mimi. **Island Futures: Caribbean Survival in the Anthropocene**. United Kingdom: Duke University Press, 2020.

SHIVA, Vandana. **Staying alive: Women, ecology, and development**. North Atlantic Books, 2016[1988].

SIAC- Sistema de Información Ambiental de Colombia. **Contador de árboles**. Bogotá: Ministerio de Ambiente, 2022. Disponible em: <https://contador5m-mads.hub.arcgis.com/>. Acceso em: 9 abr. 2023.

SIERRA, Gina. La fiebre del caucho en Colombia. [Online]. **Credencial Historia**. Vol.1., No. 262. Bogotá: Banco de la República, 2011. Disponible em: <https://www.banrepcultural.org/biblioteca-virtual/credencial-historia/numero-262/la-fiebre-del-caucho-en-colombia>. Acceso em: 28 nov. 2022.

SIERRA, Yvette. Los desafíos ambientales de Bolivia en el 2021. **Mongabay**, [California], 21 enero 2021a. Disponible em: <https://es.mongabay.com/2021/01/desafios-ambientales-para-bolivia-en-el-2021>. Acceso em: 4 jun. 2021.

SIERRA, Yvette. Perú alcanza cifra de deforestación más alta en los últimos 20 años. **Mongabay**, [California], 7 oct. 2021b. Disponible em: <https://es.mongabay.com/2021/10/peru-aumenta-deforestacion-cifras-bosques>. Acceso em: 2 nov. 2021.

SIERRA, Yvette. Amazonia: nuevo mapa revela una pérdida del tamaño de Ecuador en 17 años. **Mongabay**, [California], 28 mar. 2019. Disponible em: <https://es.mongabay.com/2019/03/amazonia-mapa-perdida-vegetacion>. Acceso em: 3 oct. 2020.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios as praticas investigativas da ciencia geografica. **Espaço e Cultura**, n. 27, p. 39-56, 2010.

SMERALDI, Roberto; SANTOS, Manuele. A Década do Açaí, **Amazônia 2030**, [s./], 2021. Disponible em: [https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/11/A-decada-do-acai\\_CS\\_04\\_11.pdf](https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/11/A-decada-do-acai_CS_04_11.pdf). Acceso em: 14 mar. 2023.

SOUKUP, Jaromír; BAENA, Robinson. Colombia durante el viaje del General checoslovaco Vladimír Klecanda (1934). In: OPATRŇY, Josef (Ed.). **Checoslovaquia, Europa Central y América Latina. El período de entreguerras**. Charles University, Prague: Karolinum Press, 2019.

STONE-MEDIATORE, Shari. Chandra Mohanty and the Revaluing of "Experience". **Hypatia**, v. 13, n. 2, p. 116-133, 1998. Disponible em: <https://www.cambridge.org/core/journals/hypatia/article/abs/chandra-mohanty-and-the-revaluing-of-experience/ABCDE7578A45080CF6964CB8BEFEF24E>. Acceso em: 2 nov. 2022.

STRAND, Jon *et al.* Spatially explicit valuation of the Brazilian Amazon forest's ecosystem services. **Nature Sustainability**, v. 1, n. 11, p. 657-664, 2018.

SUÁREZ, Luis *et al.* **Pérdida de naturaleza y pandemias**: un planeta sano por la salud de la humanidad. 2. ed. España: WWF, 5 jun. 2020. Disponible em:

[https://wwfes.awsassets.panda.org/downloads/informe\\_perdida\\_de\\_naturaleza\\_y\\_pandemias\\_\\_actualizacion\\_junio\\_de\\_2020.pdf](https://wwfes.awsassets.panda.org/downloads/informe_perdida_de_naturaleza_y_pandemias__actualizacion_junio_de_2020.pdf). Acesso em: 10 nov. 2021.

TALERO, Jorge. “**Informe que el médico de la Comisión hace al Teniente Carlos Bejarano**”. Arquivo Histórico da *Universidad Nacional de Colombia, Fondo General Luis Felipe Acevedo*, caixa 6, pasta 16, f. 2935, 1930.

THOMSON, Norman. **El libro rojo del Putumayo**: precedido de una introducción sobre el verdadero escándalo de las atrocidades del Putumayo. Ilustrado con tres mapas. Arboleda & Valencia, 1913.

TRACKING Amazon Deforestation from Above. **NASA Earth Observatory**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://earthobservatory.nasa.gov/images/145988/tracking-amazon-deforestation-from-above>. Acesso em: 4 set. 2020.

UHART, Marcela *et al.* A ‘One Health’ approach to predict emerging zoonoses in the Amazon. **Saúde silvestre e humana**: experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 65-73, 2013.

ULLOA, Astrid. Cuerpos-Territorios en movimiento: Mujeres indígenas y espacialidades relacionales. *In*: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio; CHIMIN, Alides (org.). **Corpos e geografia**: expressões de espaços encarnados. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, p. 327 – 344, 2023a.

ULLOA, Astrid. Introducción. *In*: ULLOA, Astrid. (ed.). **Mujeres defensoras de la vida y el territorio en América Latina**. Bogotá: Centro Editorial de la Facultad de Ciencias Humanas/ Universidad Nacional de Colombia, 2023b.

ULLOA, Astrid. (ed.). **Mujeres indígenas haciendo, investigando y reescribiendo lo político en América Latina**. Bogotá: Centro Editorial de la Facultad de Ciencias Humanas/ Universidad Nacional de Colombia, 2020.

ULLOA, Astrid. Feminisms, Genders, and Indigenous Women in Latin America. *In*: **The Routledge History of Latin American Culture**. London: Routledge, p. 261-283, 2018.

ULLOA, Astrid. Cuidado y defensa de los territorios-naturalezas: mujeres indígenas y soberanía alimentaria en Colombia. *In*: RAUCHECKER, Markus; CHAN, Jennifer. **Sustentabilidad desde abajo**: luchas desde el género y la etnicidad. Berlin: Lateinamerika-Institut der Freien Universität Berlin, p. 123-142, 2016.

UNODC- Oficina de las Naciones Unidas contra las Drogas y el Delito. **Colombia Monitoreo de territorios afectados por cultivos ilícitos 2021**. Relatório institucional. Bogotá: UNODC. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/colombia/2022/Octubre/Otros/Informe\\_de\\_Monitoreo\\_de\\_Territorios\\_Afectados\\_por\\_Cultivos\\_Illicitos\\_2021.pdf](https://www.unodc.org/documents/colombia/2022/Octubre/Otros/Informe_de_Monitoreo_de_Territorios_Afectados_por_Cultivos_Illicitos_2021.pdf). Acesso em: 10 abr. 2023.

URIBE-GAVIRIA, Carlos, **La verdad sobre la guerra**. v. 1, Bogotá: Editorial Cromos, 1935.

URREGO, Miguel Ángel. **Intelectuales, Estado y Nación en Colombia**. De la guerra de los Mil Días a la constitución de 1991. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2002.

VANWAMBEKE, Sophie *et al.* Impact of land-use change on dengue and malaria in northern Thailand. **EcoHealth**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 37-51, 2007.

VARGAS-LLOSA, M. Pantaleón y las visitadoras. Barcelona: Alfaguara, 1973.

VARGAS-UGARTE, Rubén. **Historia de la Compañía de Jesús en el Perú**. Burgos: Imprenta de Aldecoa, 1963.

VASCONCELOS, Mônica. R\$ 7 trilhões por ano: os estudos que tentam calcular quanto a Amazônia, em pé, rende ao Brasil. **BBC News Brasil**. [s.l.], 23 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50497413>. Acesso em: 21 ago. 2022.

VOGT, William. **Road to survival**. New York: William Sloane Associates, 1948.

WHEELER, Graycen. Amazon losing far more carbon from forest degradation than deforestation: study. **Mongabay**, [California], 9 fev. 2022. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2022/02/amazon-losing-far-more-carbon-from-forest-degradation-than-deforestation-study>. Acesso em: 5 set. 2022.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da floresta: uma história**. Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

WORSTER, Donald. Otra primavera silenciosa. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/issue/download/40/v.%2010%20Edici%C3%B3n%20Suplementaria%201%20%282020%29>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ZAFFARONI, Eugenio. **La Pachamama y el humano**. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo: Ediciones Colihue, 2011.

ZAMBRANO, Fabio. La ocupación del territorio en el Amazonas Colombiano. Etapas y sentido de la creación espacial. *In*: PINEDA-CAMACHO, Roberto (org.). **Pasado y Presente del Amazonas: su historia económica y social**, Memorias del VI Congreso de Antropología en Colombia, Bogotá: Universidad de los Andes, 1993.

ZÁRATE, Carlos. La invención de la cartografía amazónica. Entre la invisibilidad y el nacionalismo metodológico. **Terra Brasilis** [Online]. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 14, p. 1-32, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/7231>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ZÁRATE, Carlos. **Amazonía 1900-1940: El conflicto, la Guerra y la invención de la Frontera**. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, 2019.

ZÁRATE, Carlos. La frontera amazónica de Colombia, Brasil y Perú después del

conflicto de 1932. *Textos e Debates*, n. 22, p. 47-69, jul./dez. 2012.

ZÁRATE, Carlos. **Extracción de quina**: la configuración del espacio andino-amazónico de fines del siglo XIX. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, 2001. ABT. Autoridad de Fiscalización y Control Social de Bosques y Tierra de Bolivia. **Deforestación en el estado plurinacional de Bolivia periodo 2016-2017**: versión preliminar. Bolivia: Gobierno de Bolivia, 2018. Disponível em: [http://abt.gob.bo/images/stories/Transparencia/InformesAnuales/memorias-2016-2017/Memoria\\_Deforestacion\\_2016\\_2017\\_opt.pdf](http://abt.gob.bo/images/stories/Transparencia/InformesAnuales/memorias-2016-2017/Memoria_Deforestacion_2016_2017_opt.pdf). Acesso em: 15 jul. 2022.

## OUTRAS FONTES

ABT. Autoridad de Fiscalización y Control Social de Bosques y Tierra de Bolivia. **Deforestación en el estado plurinacional de Bolivia periodo 2016-2017**: versión preliminar. Bolivia: Gobierno de Bolivia, 2018. Disponível em: [http://abt.gob.bo/images/stories/Transparencia/InformesAnuales/memorias-2016-2017/Memoria\\_Deforestacion\\_2016\\_2017\\_opt.pdf](http://abt.gob.bo/images/stories/Transparencia/InformesAnuales/memorias-2016-2017/Memoria_Deforestacion_2016_2017_opt.pdf). Acesso em: 15 jul. 2022.

ABUSO y sometimiento: el grito ahogado de las mujeres indígenas en Colombia. **El Tiempo**. Bogotá, 22 mar. 2022. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/mujeres-indigenas-en-colombia-victimas-de-violaciones-en-sus-comunidades-715196>. Acesso em: 23 mar. 2022.

ACEVEDO, Luis Felipe. Carta do coronel Luis Acevedo ao Ministro de Guerra Carlos Uribe Gaviria. Arquivo Histórico da *Universidad Nacional de Colombia, Fondo General Luis Felipe Acevedo*, caixa 9, pasta 28, f. 5060, 1933.

ACEVEDO, Luis Felipe. Chefe da Comissão de Colonização da Amazônia Colombiana. **Carta ao seringueiro brasileiro Fermin Macedo**. Arquivo Histórico da *Universidad Nacional de Colombia, Fondo General Luis Felipe Acevedo*, caixa 17, pasta 1, ff. 2814, 1930a.

ACEVEDO, Luis Felipe. Chefe da Comissão de Colonização da Amazônia Colombiana. **Carta ao seringueiro brasileiro José Malafaia**. Arquivo Histórico da *Universidad Nacional de Colombia, Fondo General Luis Felipe Acevedo*, caixa 17, pasta 1, ff. 2815, 1930b.

ACEVEDO, Luis Felipe. El coronel Luis Acevedo habla de la colonización del oriente de Colombia, recorte de uma matéria de jornal, [s.d.], [s.l.]. Arquivo Histórico da *Universidad Nacional de Colombia, Fondo General Luis Felipe Acevedo*, caixa 17, pasta 1, ff. 59, 1928.

A ESTIMATIVA da taxa de desmatamento por corte raso para a Amazônia Legal em 2019 é de 9.762 km<sup>2</sup>. **Notícias OBT INPE**, [Brasília: INPE], 18 nov. 2019. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/noticias-obt-inpe/a-estimativa-da-taxa-de-desmatamento-por-corte-raso-para-a-amazonia-legal-em-2019-e-de-9-762-km2>. Acesso em: 25 maio 2020.

BAUMGAERTNER, Emily; RAINEY, James. Trump administration ended coronavirus detection program, **Los Angeles Times**, [s.l.], 2 abr. 2020. Disponível em: <https://www.latimes.com/science/story/2020-04-02/coronavirus-trump-pandemic-program-viruses-detection>. Acesso em: 7 ago. 2020.

BENSUSAN, Nurit. A pandemia nossa de cada dia: sobre becos e fissuras. **Blog do Instituto Socioambiental**, [s.l.], 16 jun. 2020. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/a-pandemia-nossa-de-cada-dia-sobre-becos-e-fissuras>. Acesso em: 13 jul. 2020.

BERNAL, Isabella. La fruta que los japoneses sacan del Amazonas. **Las2Orillas**. 23 ago. 2013. Disponível em: <https://www.las2orillas.co/la-fruta-los-japoneses-se-llevan-del-amazonas/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BM ESTIMA que Latinoamérica va a perder 25 millones de empleos en 2020. **AFP**, Paris, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/bm-estima-que-latinoam%C3%A9rica-va-a-perder-25-millones-de-empleos-en-2020/45925728>. Acesso em: 11 ago. 2020.

BOLIVIA. [Constituição (2009)]. **Constitución Política del Estado (CPE)**. La Paz: Presidencia de la República, 2009. Disponível em: [https://www.oas.org/dil/esp/constitucion\\_bolivia.pdf](https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf). Acesso em: 2 jul. 2020.

BOLIVIA. **Ley 300 de 2012**. Derechos de la Madre Tierra como sujeto colectivo de interés público. La Paz: Asamblea Legislativa, 2012. Disponível em: <http://www.planificacion.gob.bo/uploads/marco-legal/Ley%20N%C2%B0%20300%20MARCO%20DE%20LA%20MADRE%20TIERRA.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2020.

BOTERO, Rodrigo ¿Qué está pasando en la Amazonía? **La Silla Vacía**, [Colombia], 16 feb. 2022. Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/historias/historias-silla-llena/que-esta-pasando-en-la-amazonia/>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. **Lei 12.651 de 2012**. Código florestal. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 20 jul. 2020.

BUTLER, Rhett. January deforestation in the Amazon highest in 14 years. **Mongabay**, [California], 11 fev. 2022. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2022/02/january-deforestation-in-the-amazon-highest-in-14-years/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

BUTLER, Rhett. The Amazon Rainforest: the world's largest rainforest. **Mongabay**, [California], 4 Jun. 2020. Disponível em: <https://rainforests.mongabay.com/amazon/>.

Acesso em: 5 dez. 2021.

CARDONA, Luisa. La ruta del Arawana. **Medio ambiente**. Podcast 070. Bogotá: Universidad de los Andes, 12 set. 2014. Disponível em: <https://cerosetenta.uniandes.edu.co/la-ruta-del-arawana/> Acesso em: 10 mar. 2023.

CIDH- Comisión Interamericana de Derechos Humanos. **Las Mujeres Indígenas y sus Derechos Humanos en las Américas**. Informe. [s.l.]: CIDH, 2017. Disponível em: <https://oig.cepal.org/sites/default/files/mujeresindigenascidh.pdf> Acesso em: 13 out. 2022.

COICA-Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica/ OPIAC- Organización Nacional de los Pueblos Indígenas de la Amazonía Colombiana. Mujeres indígenas de la Amazonía alzan su voz para liderar estrategias y medidas concretas de protección en la cuenca más grande del mundo. **Comunicado**. Tena. 30 set. 2021. Disponível em: [https://www.ambienteysociedad.org.co/wp-content/uploads/2021/10/COMUNICADO-CUMBRE-MUJERES-COICA.docx\\_removed.pdf](https://www.ambienteysociedad.org.co/wp-content/uploads/2021/10/COMUNICADO-CUMBRE-MUJERES-COICA.docx_removed.pdf). Acesso em: 31 out. 2022.

COLOMBIA. Corte Suprema de Justicia. **Sentencia STC-4360 de 2018**. Sobre la protección inmediata de la Amazonía Colombiana. Bogotá: Corte Suprema de Justicia, 2018. Disponível em: <https://cortesuprema.gov.co/corte/wp-content/uploads/2018/04/STC4360-2018-2018-00319-011.pdf>. Acesso: 18 mar. 2021.

COLOMBIA. Corte Constitucional. Sentencia T-622 de 2016. Principio de precaución ambiental y su aplicación para proteger el derecho a la salud de las personas. Bogotá: Corte Constitucional, 2016. Disponível em: <https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2016/t-622-16.htm>. Acesso em: 18 mar. 2021.

COLOMBIA, Ley 1098 de 2006. Código de Infancia y Adolescencia. **Diario Oficial**, No. 46.446, 8 nov. 2006. Bogotá: Congreso de la República de Colombia, 2006. Disponível em: [http://www.secretariasenado.gov.co/senado/basedoc/ley\\_1098\\_2006.html](http://www.secretariasenado.gov.co/senado/basedoc/ley_1098_2006.html). Acesso em: 12 abr. 2023.

COLOMBIA. Constitución Política de la República de Colombia. De la Organización Territorial, art. 286, 287, 329. **Función Pública**. Bogotá: Congreso de la República de Colombia, 1991. Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=4125> Acesso em: 2 mar. 2022.

COLOMBIA. Decreto 2811 de 1974. Código Nacional de Recursos Naturales Renovables y de Protección del Medio Ambiente (Decreto 2811 de 1974). **Función Pública**. Bogotá: Congreso de la República de Colombia, 1974. Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=1551>. Acesso em: 8 mar. 2023.

COLOMBIA. Decreto 645 de 1900. Sobre arrendamiento y explotación de las tierras baldías. **Diario Oficial**, No. 11221, 21 fev. 1900. Bogotá: Congreso de la República de Colombia, 1900. Disponible em: <https://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?id=1904278>. Acesso em: 11 set. 2021.

COLOMBIA. Ley 72 de 1892. Por la cual se dan autorizaciones al Poder Ejecutivo para establecer misiones católicas. **Diario Oficial**, No. 90001, 2 dez. 1892. Bogotá: Congreso de la República de Colombia, 1892. Disponible em: <https://www.suin-juriscol.gov.co/viewDocument.asp?ruta=Leyes/1621571>. Acesso em: 9 abr. 2022.

COSTA, Camilla. Destrucción del Amazonas: las principales amenazas para la mayor selva tropical del mundo en los 9 países que la comparten. BBC News Mundo, [s.l.], 18 feb. 2020. Disponible em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-51377234>. Acesso: 5 mar. 2020.

COVID-19 en la Panamazonía: mapa de casos confirmados. REPAM - **Red Eclesial Panamazónica**, [s.l.], 1 nov. 2021. Disponible em: <https://redamazonica.org/covid-19-panamazonia/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

DANE- Departamento Administrativo Nacional de Estadística. **Estadísticas Vitales-EEVV**. Defunciones por COVID-19. Boletín técnico, [Bogotá]: DANE, jul. 2021. Disponible em: <https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/poblacion/defunciones-covid19/boletin-defunciones-covid-2020-02mar-2021-11jul.pdf> Acesso em: 18 set. 2022.

DANE. **Censo Nacional de Población y Vivienda**. 2018. Disponible em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/censo-nacional-de-poblacion-y-vivienda-2018>. Acesso em: 11 ago. 2022.

DESMATAMENTO na Amazônia cresce 29% em 2021 e é o maior dos últimos 10 anos. **Imazon**, [s.l.], 17 jan. 2022. Disponible em: <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-na-amazonia-cresce-29-em-2021-e-e-o-maior-dos-ultimos-10-anos>. Acesso em: 29 jan. 2022.

DÍAZ-CARDONA, Andrea. 'Paraíso do Diabo': as atrocidades do 'holocausto da borracha' na Amazônia Colombiana. **BBC NEWS Brasil**, [s.l.], 04 set. 2022. Disponible em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62770837>. Acesso em: 13 jan. 2023.

DUQUE PROMETE 180 millones de árboles pero descuida las semillas. **La Silla Vacía**, [Bogotá], 29 abr. 2021. Disponible em: <https://www.lasillavacia.com/historias/silla-nacional/duque-promete-180-millones-de-%C3%A1rboles-pero-descuida-las-semillas>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ECUADOR. [Constituição (2008)]. Constitución de la República del Ecuador. [Quito]: Asamblea Nacional, 2008. Disponible em: [https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4\\_ecu\\_const.pdf](https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf). Acesso em: 13 ago. 2021.

EIA- Environmental Investigation Agency. **Condenando el bosque:** Ilegalidad y falta de gobernanza en la Amazonía Colombiana. [s.l.]: EIA, 2019. Disponível em: <https://www.condenandoelbosque.org/>. Acesso em: jul 29 2022.

EL POR QUÉ y el cómo de la deforestación en la Amazonía Colombiana. **FCDS-** Fundación para la Conservación y Desarrollo Sostenible, [Bogotá], 6 dez. 2021. Disponível em: <https://fcds.org.co/publicaciones/el-por-que-y-el-como-de-la-deforestacion-en-la-amazonia-colombiana/>. Acesso en: 2 set. 2022.

EXPORTACIONES de frutas exóticas crecieron 15,6%. **Portafolio**, [Bogotá], 20 jun. 2022. Disponível em: <https://www.portafolio.co/economia/exportaciones-de-frutas-exoticas-en-colombia-567203>. Acesso em: 09 jan. 2023.

FINER Matt; THIEME Alison; HETTLER Brian. MAAP # 114 explotación petrolera se adentra más en el Parque Nacional Yasuní (Ecuador). **Monitoring Andean Amazon Project-MAAP**, [s.l.], 2019. Disponível em: <https://maaproject.org/2019/yasuni-itt>. Acesso em: 4 ago. 2020.

FREIRA VICENTINA. [Nome ilegível da remetente]. Carta ao General Luis Acevedo. Arquivo Histórico da *Universidad Nacional de Colombia*, Fondo General Luis Felipe Acevedo, caixa 11, pasta 1, f. 91, Tarapacá, 18 mar. 1935.

GLOBAL FOREST WATCH. Perda de floresta primária na Colômbia. **Tópicos**. [s.l.]: Global Forest Watch, 2022. Disponível em: <https://gfw.global/3C26Q0w>. Acesso em: 19 mar.2023.

GÓMEZ, Thelma ¿Por qué la deforestación y la pérdida de especies abren la puerta a nuevas enfermedades? Mongabay Latam, Madrid, 07 abr. 2020. Disponible en: <https://es.mongabay.com/2020/04/COVID-19-deforestacion-y-la-perdida-de-especies>. Acesso: 03 jun. 2020.

GREENPEACE BRASIL. Ricardo Salles deve ser retirado imediatamente do Ministério de Meio Ambiente. **Greenpeace**, [s.l.], 23 mayo 2020. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/ricardo-salles-deve-ser-retirado-imediatamente-do-ministerio-de-meio-ambiente/>. Acesso: 6 jul. 2020.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados. Rancho Queimado**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/rancho-queimado.html>. Acesso em: 25 nov. 2022.

INDEPAZ- Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz. Mary Cruz Petro. **INDEPAZ**. Publicação feita na conta de Twitter de @Indepaz, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/Indepaz/status/1651023769958268928/photo/1> Acesso em: 25 abr. 2023.

INDEPAZ- Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz. **Desafío a la Paz Total**. Informe sobre la presencia de grupos armados en Colombia 2021-2022 (1). Bogotá: INDEPAZ, 2022. Disponível em: <https://indepaz.org.co/informe-sobre-presencia-de-grupos-armados-en-colombia-2021-2022-1/> Acesso em: 03 abr. 2023.

INDÍGENAS NEGOCIAN bonos de carbono em desvantaja y sin respaldo estatal. **Mongabay**, [California], 1 set. 2022. Disponível em: <https://es.mongabay.com/2022/09/indigenas-negocian-bonos-de-carbono-en-desventaja-y-sin-respaldo-estatal-en-colombia/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

INDÍGENAS, quilombolas e ciganos são mais vulneráveis ao coronavírus. **Notícias Externas**, [Belo Horizonte]: UFMG, 15 maio 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/indigenas-quilombolas-e-ciganos-sao-mais-vulneraveis-ao-coronavirus>. Acesso em: 5 jun. 2020.

JUICIO a la deforestación: durante un mes la Amazonía se tomará el Tribunal Superior de Bogotá. **Noticias Dejusticia**, Bogotá, 10 set. 2019. Disponível em: <https://www.dejusticia.org/juicioaladeforestacion-durante-un-mes-la-amazonia-se-tomara-el-tribunal-superior-de-bogota/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

LINHA do tempo: A omissão do governo na tragédia indígena. **Notícias/ Direto do ISA**, [São Paulo]: Instituto Socioambiental, 16 out. 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/linha-do-tempo-a-omissao-do-governo-na-tragedia-indigena>. Acesso em: 20 out. 2020.

LOS MURCIÉLAGOS brindan mayores beneficios de lo que se piensa. **Noticias**, [Lima: SERFOR- Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre], 24 Mar. 2020. Disponível em: <https://www.serfor.gob.pe/portal/noticias/los-murcielagos-brindan-mayores-beneficios-de-lo-que-se-piensa>. Acesso em: 2 abr. 2020.

LUNA, L. Corregidor de Tarapacá. Carta ao coronel Luis Felipe Acevedo. Arquivo Histórico da *Universidad Nacional de Colombia, Fondo General Luis Felipe Acevedo*, caixa 7, pasta 19, folio 3225, Tarapacá, 25 nov. 1930.

LUNA, L. Corregedor de Tarapacá. Carta ao coronel Luis Acevedo. Arquivo Histórico da *Universidad Nacional de Colombia, Fondo General Luis Felipe Acevedo*, caixa 7, pasta 19, folio 3539, Tarapacá, 31 jan. 1931.

MARQUES, Luiz. Bolsonaro, o ecocida. **Jornal da UNICAMP**, [Campinas]: Unicamp, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-marques/bolsonaro-o-ecocida>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MARENGO, José *et al.* Changes in climate and land use over the amazon region: current and future variability and trends. **Frontiers in Earth Science**, [s.l.], v. 6, n. 228, 2018. doi: 10.3389/feart.2018.00228. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/feart.2018.00228/full>. Acesso: 02 ago. 2020.

NENQUIMO, Nemonte. **Una carta desde la Amazonía**: uno destruye lo que no entiende. *El País*, [s.l.], 12 oct. 2020. Disponible en: <https://elpais.com/opinion/2020-10-12/una-carta-desde-la-amazonia-uno-destruye-lo-que-no-entiende.html?fbclid=IwAR1Si5oq8lXjRY4uOCrUbvD82flZ5G9auoGEQZUDPo5d8pV6rkhI8M9du-l>. Acceso: 15 out. 2020.

NOBRE, Ismael; NOBRE, Carlos. Projeto “Amazônia 4.0”: Definindo uma Terceira Via para a Amazônia. **Fundação FHC**. 11 set. 2019. Disponível em: <https://medium.com/funda%C3%A7%C3%A3o-fhc/projeto-amaz%C3%B4nia-4-0-definindo-uma-terceira-via-para-a-amaz%C3%B4nia-46d221951ac6>. Acesso em: 7 out. 2022.

OBSERVATÓRIO da Covid-19 nos Quilombos. **Quilombo sem Covid-19**. [Brasil]: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; Instituto Socioambiental, 12 jan. 2022. Disponível em: <https://quilombosemcovid19.org/>. Acesso em: 09 nov. 2022.

PERÚ. [Constituição (1993)]. **Constitución Política del Perú**. [Lima]: Congreso Constituyente Democrático, 1993. Disponível em: <https://pdba.georgetown.edu/Parties/Peru/Leyes/constitucion.pdf>. Acesso: 3 out. 2020.

PIO X. **Carta Encíclica “Lacrimabili Statu”**. Roma: Vaticano, 1912. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/pius-x/it/encyclicals/documents/hf\\_p-x\\_enc\\_07061912\\_lacrimabili-statu.html](https://www.vatican.va/content/pius-x/it/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_07061912_lacrimabili-statu.html). Acesso em: 12 mar. 2023.

[PLATAFORMA de monitoramento da situação indígena na pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil]. **APIB. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil**, [s./], nov. 2022. Disponível em: [https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados\\_covid19/](https://emergenciaindigena.apiboficial.org/dados_covid19/). Acesso em: 9 nov. 2022.

## FONTES ORAIS

ÁLVAREZ, Alejandro. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Bogotá, 22 jan. 2023.

AHUANARI, Lucila. Entrevista concedida a Juan Carlos Aguirre em Tarapacá, 20 fev. 2018.

AHUANARY, Adalguiza. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 9 de novembro de 2021.

AURORA\*(pseudônimo). Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 2 nov. 2021.

BERECA, Elisa. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá (Amazonas), 29 de junho de 2022.

CAMACHO, Adilia. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 20 jun. 2022.

CARVAJAL, Julia. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 29 out. 2021.

CUARÁN, María. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Leticia (Amazonas), 7 de março de 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Entrevista concedida a Eleonora de Lucena e Rodolfo Lucena. [s.l.]: Tutaméia, 2019. 1 vídeo (74 min.). Publicado por Tutaméia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IzbWWNxFeNY&lc=Ugyuf3jtzqBgf6j0MCI4AaABAg>. Acesso em: 27 set. 2022.

DEL ÁGUILA, Nayibe Andrea. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, outubro 27 de 2021.

FERREIRA, Sara. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Leticia (Amazonas), 4 de março de 2020.

FERRERIA, Verónica. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Leticia, 4 mar. 2020.

GÓMEZ, Cindy. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Leticia, 17 nov. 2021.

GÓMEZ-BOMBAIRE, Flor. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá (Amazonas), 25 de outubro de 2021.

LUISA\*(pseudônimo). Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 1 nov. 2021.

MANUYAMA, Lili. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, novembro 3 de 2021.

MARTÍNEZ-BERNARDINO, Flor Ángela. Entrevista concedida a Adriana Yepes (Funcionária da FAO). [s.l.]: FAO, 2020. 1 vídeo (108 min.). Webinar: Protocolo para la revisión y evaluación de planes de manejo, seguimiento y control a los aprovechamientos forestales en bosque natural. Organizado pela FAO Colombia, Unión Europea, FLEGT, 10 jul. 2020. Publicado no canal de YouTube Elija Madera Legal. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=LvPjNgJ9Rgl&embeds\\_euri=https%3A%2F%2Fwww.fao.org%2F&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?v=LvPjNgJ9Rgl&embeds_euri=https%3A%2F%2Fwww.fao.org%2F&feature=emb_logo) Acesso em: 28 jul. 2022.

PIÑEROS, Rosa. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 20 de outubro de 2021.

POLANÍA, Trinidad. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 19 out. 2021.

POLANÍA, Wilson. Entrevista concedida a Juan Carlos Aguirre-Neira em Tarapacá, 9 de fevereiro de 2018.

RODRÍGUEZ, Mariela. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández no povoado de Ventura (Tarapacá), em 22 de outubro de 2021.

SANTANA, Dalila. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, novembro 10 de 2021.

SANTANA, Silvia. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, novembro 2 de 2021.

SILVA, María. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Leticia (Amazonas), 7 de março de 2020.

SILVA, Virginia. Conversação informal com Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 4 de novembro de 2021.

SOUZA, Itelvina. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, 24 out. 2021.

VALDEMAR, Virginia. Entrevista concedida a Ivón Natalia Cuervo-Fernández em Tarapacá, em 4 de novembro de 2021.

## **ANEXO A – TEMAS DESENVOLVIDOS NAS ENTREVISTAS**

### **Perguntas sociodemográficas:**

Nome:

Idade:

Ocupação:

Nível de escolaridade:

Etnia:

Composição familiar:

### **História de vida:**

Migração familiar

Estilo de vida em Tarapacá

Projeções para o futuro

Motivações para permanecer em Tarapacá

Razões para emigrar

O que significa "viver bem".

Percepção pessoal dos problemas sociais e ambientais em Tarapacá

Participação comunitária

### **Trabalho**

Vínculo com uma associação produtiva em Tarapacá

Descrição da experiência pessoal

Dificuldades

Oportunidades de trabalho para as mulheres em Tarapacá

Desafios no desempenho das tarefas domésticas e no trabalho

Uso do tempo livre

Mudanças na economia familiar devido ao trabalho dela.

Dinamização econômica da comunidade pelo trabalho das mulheres

### **Impacto da pandemia de COVID-19**

## **Extrativismos**

Transformação do território

Papéis femininos na construção territorial de Tarapacá

Ciclos econômicos:

Extração de borracha

Caça de animais

Exploração da madeira

Mineração

Cultivos ilícitos

Pesca

Aproveitamento de recursos florestais não madeireiros

## **Outras atividades econômicas das mulheres**

## **Perguntas emergentes**

**ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMIENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

(Segue o formato que foi assinado com as mulheres entrevistadas em 2020, 2021 e 2022)

**CONSENTIMIENTO INFORMADO**

Este documento establece que la persona entrevistada para los fines del estudio titulado “Mujeres indígenas productoras y transformadoras de frutos amazónicos: reproducción social y territorialidad en la Amazonía colombiana” otorgó su consentimiento para la realización de entrevistas, fotografías y/o videos, personales o familiares pertinentes para la investigación.

La información del formulario será diligenciada por la investigadora social Ivón Cuervo-Fernández y por la persona que otorga su consentimiento para el uso de las entrevistas, figuras y videos.

**Fecha:** \_\_/ \_\_/ \_\_ **Lugar:**

Yo \_\_\_\_\_, voluntariamente doy permiso a la investigadora Ivón Cuervo-Fernández para publicar fotografías, entrevistas, grabaciones y/o videos que me han tomado y/o comentarios que yo he expresado en la(s) entrevista(s) realizadas para el estudio “Mujeres indígenas productoras y transformadoras de frutos amazónicos: reproducción social y territorialidad en la Amazonía colombiana”, con intenciones editoriales, para alguna publicación audiovisual y/o escrita que puede ser difundida a través de: video documental, artículo, libro e Internet, sin que esto represente para mí el recibir un pago o compensación.

Estoy de acuerdo en que la investigadora Ivón Cuervo-Fernández tenga los derechos de autor de estos materiales.

Reconozco que he leído y comprendido las condiciones de esta autorización y estoy de acuerdo con ello. Así mismo, sé que mi vinculación a este estudio es voluntaria, y que en caso de tener alguna inquietud, puedo comunicarme directamente con la investigadora Ivón Cuervo-Fernández al teléfono celular: 3105099333.

**Persona mayor de edad:**

**Nombre:** \_\_\_\_\_

**Firma:** \_\_\_\_\_

**Si la persona es menor de edad, firma un adulto responsable del menor de edad:**

**Filiación:** \_\_\_\_\_

**Nombre del menor de edad:** \_\_\_\_\_

**Nombre de la persona responsable:** \_\_\_\_\_

**Firma:** \_\_\_\_\_

**Investigadora:** Ivón Cuervo-Fernández. **Firma:**

**Nota:** En caso de tratarse de una familia, uno de los padres o tutores firma la autorización en representación de su núcleo familiar.